

**UNIVERSIDADE de LISBOA**  
**FACULDADE DE MEDICINA DE LISBOA**

**II Mestrado de Saúde Escolar**

**ACIDENTES ESCOLARES na ÁREA EDUCATIVA  
de CASTELO BRANCO**

**e**

**CONDIÇÕES nas ESCOLAS da REGIÃO CENTRO  
para a  
1ª ASSISTÊNCIA ao ALUNO ACIDENTADO**

***Orientador* : Professor Doutor Evangelista Casimiro Rocha**

***Co-orientadora*: Dr<sup>a</sup>. Maria Margarida Simões de Sousa**

**Aurora Maria Cardoso Correia Pires Carmona**

Lisboa, Abril de 2005



**Esta Dissertação foi aprovada pela  
Comissão Coordenadora do Conselho Científico da  
Faculdade de Medicina de Lisboa em  
12 de Outubro de 2005**



O papel do educador que somos...  
Ajudar os filhos a crescer, os nossos e os dos outros,  
faz de nós pais de acostagem e de partida,  
em que o desafio é o de, na relação com eles,  
realizarmos o desejo que guardem coisas nossas,  
que (re)inventem outras suas a partir dessas  
e que qualquer dia, quando partirem,  
levem na lembrança um pouco de nós com eles.

Angelo de Sousa



## **DEDICATÓRIA**

Ao Elísio Alfredo Pires Carmona, companheiro de todas as horas, dedico-lhe este estudo,  
pelo tempo que lhe roubei, pela paciência, carinho, estímulo,  
e colaboração a todos os níveis, particularmente pelos  
preciosos ensinamentos e apoio informático, sem o qual não  
seria possível esta Dissertação.

Aos meus Filhos.

À minha Neta Laura.

Aos meus Pais.

## ABSTRACT

*Objective:* 1 - Official Schools of the Educative Area of Center of Castelo Branco (CAECB), were intended: a) To characterize the pertaining to school Accidents for occurrence place, type of accident and localization of the injury; b) To analyze the sinistrality in function of the sex, school year, level of education, year of scholarity and age; 2 - Official Schools of the Regional Direction of Education of Center (DREC), excluding from 1° the Cycle, were intended to evaluate the conditions human beings and materials to attend the rough pupil.

*Population:* - 25.000 pupils year in 287 Schools of the CAECB; 248 Management Council and Official of Pertaining School Social Share of the Schools of the DREC.

*Methodology:* Used 2,713 Inquiries of Accident of the period of learning triennial of 1998 the 2001 and 238 Questionnaires collected in 2° period of 2001/2002;

*Results:* - Schools of the CAECB: they had occurred 5 accidents/day; the gymnasium, followed of the playgrounds, had been the environments of bigger risk in the pertaining to school enclosures (75%); the fall was the type of more frequent accident (57%); the global tax of sinistrality was of 3,4% and excluding 1° Cycle was of 4,4%; it was verified maximum tax in 2° Cycle (7,1%) and to the 13 years (6,1%); the biggest increase of sinistralidade was verified of the 9 for the 10 years, and of fourth for fifth year of scholarity; the boy suffered to more accidents in 1° and 3° Cycles and girl in 2° Secondary Cycle and;

- Schools of the DREC: in 70,6% the Assistant of Educative Share is who more supports the rough pupil; 14% did not have officials with formation in first aid; 49,6% did not have proper logistic structures to attend the injured pupil; 48,3% did not make control to the material first aid; 8% already had realize the periodic inspection to the game spaces and playgrounds.

*Conclusions:* The sinistralidade is high in the Schools of the CAECB. It is urgent to rethink the security of the pupils in the pertaining to school enclosures and to improve the conditions human beings, logistic and material for the assistance of the pupil caused an accident in the Schools of the DREC.



## RESUMO

### *Objectivos:*

1 – Nas Escolas Oficiais do Centro da Área Educativa de Castelo Branco (CAECB), pretendeu-se: a) Caracterizar os Acidentes Escolares por local de ocorrência, tipo de acidente e localização da lesão; b) Analisar a sinistralidade em função do sexo, ano lectivo, nível de ensino, ano de escolaridade e idade;

2 – Nas Escolas Oficiais da Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), excluindo as do 1º Ciclo, pretendeu-se avaliar as condições humanas e materiais para assistir ao aluno acidentado.

*População:* 25.000 alunos/ano em 287 Escolas do CAECB; 248 Conselhos Executivos e Funcionários de Acção Social Escolar das Escolas da DREC.

*Metodologia:* Utilizados 2.713 Inquéritos de Acidente do triénio lectivo de 1998 a 2001 e 238 Questionários recolhidos no 2º período de 2001/2002;

### *Resultados:*

- Escolas do CAECB: ocorreram 5 acidentes/dia; os ginásios, seguidos dos recreios, foram os ambientes de maior risco nos recintos escolares (75%); a queda foi o tipo de acidente mais frequente (57%); a taxa global de sinistralidade foi de 3,4% e excluindo o 1º Ciclo foi de 4,4%; verificou-se a taxa máxima no 2º Ciclo (7,1%) e aos 13 anos (6,1%); o maior aumento de sinistralidade verificou-se dos 9 para os 10 anos, e do 4º para o 5º ano de escolaridade; o rapaz sofreu mais acidentes no 1º e 3º Ciclos e a rapariga no 2º Ciclo e Secundário;

- Escolas da DREC: em 70,6% o Auxiliar de Acção Educativa é quem mais apoia o aluno sinistrado; 14% não tinham profissionais com formação em Primeiros Socorros; 49,6% não possuíam estruturas logísticas próprias para assistir ao aluno acidentado; 48,3% não faziam inspecção ao material de primeiros socorros; 8% já tinham efectuado a inspecção periódica aos espaços de jogo e recreio.

### *Conclusões:*

A sinistralidade é alta nas Escolas do CAECB. É urgente repensar a segurança dos alunos nos recintos escolares e melhorar as condições humanas, logísticas e materiais para a assistência do aluno acidentado nas Escolas da DREC.



## INDICE

<b>ABREVIATURAS</b> .....	19
<b>PREFÁCIO</b> .....	23
<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	29
1.1 - A Saúde e a Escola .....	30
1.2 - Acção Social Escolar em Portugal.....	33
1.2.1 - Referências Históricas.....	33
1.2.2 - Técnicos Superiores de Serviço Social na Educação.....	36
1.2.3 – Técnico-Profissionais de Acção Social Escolar.....	37
1.3 – O Seguro Escolar em Portugal.....	41
1.4 – Razões para este estudo.....	45
<b>2– OBJECTIVOS</b> .....	47
<b>3 – MATERIAL e MÉTODOS</b> .....	49
3.1 – População.....	49
3.1.1 – Acidentes Escolares.....	49
3.1.2 – Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado.....	50
3.2 – Variáveis.....	50
3.2.1 – Acidentes Escolares.....	50
3.2.2 – Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado.....	52
3.3 – Colheita de dados.....	53
3.3.1 – Acidentes Escolares.....	53
3.3.2 - Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado.....	53
3.4 – Análise de dados.....	54
3.4.1 – Acidentes Escolares.....	54
3.4.2 - Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado.....	59
<b>4 – RESULTADOS</b> .....	61
4.1. – Caracterização dos Acidentes Escolares .....	62

4.1.1 - Local de Ocorrência .....	63
4.1.1.1 – Ano lectivo.....	63
4.1.1.2 – Ano de escolaridade.....	70
4.1.1.3 – Idade.....	75
4.1.2 - Tipo de Acidente.....	81
4.1.2.1 – Ano lectivo.....	81
4.1.2.2 – Ano de escolaridade.....	88
4.1.2.3 – Idade.....	93
4.1.3 – Localização da Lesão.....	100
4.1.3.1 – Ano lectivo.....	100
4.1.3.2 – Ano de escolaridade.....	106
4.1.3.3 – Idade.....	111
4.2 – Distribuição dos Acidentes no Centro de Área Educativa de Castelo Branco .....	119
4.2.1 – Sinistralidade Global.....	119
4.2.2. – Sinistralidade nos Concelhos.....	124
4.2.3 – Sinistralidade nas Escolas.....	135
4.2.4 – Sinistralidade por Períodos Lectivos.....	146
4.2.5 - Encaminhamento para Unidades de Saúde.....	148
4.3 – Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado.....	149
<b>5 – DISCUSSÃO.....</b>	<b>173</b>
5.1 –Metodologia.....	173
5.2 – Acidentes Escolares.....	175
5.3 - Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado.....	186
<b>6 – CONCLUSÕES.....</b>	<b>195</b>
6.1 – Comentários e Recomendações.....	200
<b>7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>203</b>
<b>8 - LEGISLAÇÃO.....</b>	<b>205</b>
<b>9 - BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>207</b>
<b>10 – APÊNDICES.....</b>	<b>209</b>
<b>11 – ANEXOS.....</b>	<b>309</b>

## ÍNDICE dos APÊNDICES

AP.1	- QUADRO CAECB 5.4.1 - Acidentes Escolares, Taxas de Sinistralidade e Percentagens Relativas nos 4 Níveis de Ensino por Local de Ocorrência, Idade e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	211
AP.2	- QUADRO CAECB 5.4.2 - Acidentes Escolares, Taxas de Sinistralidade e Percentagens Relativas nos 4 Níveis de Ensino por Tipo de Acidente, Idade e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	212
AP.3	- QUADRO CAECB 5.4.3 - Acidentes Escolares, Taxas de Sinistralidade e Percentagens Relativas nos 4 Níveis de Ensino por Localização da Lesão, Idade e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	213
AP.4	- QUADRO CAECB 6.4.1 - Acidentes Escolares por Local de Ocorrência, Nível de Ensino, Ano de Escolaridade e Sexo de Setembro 1998 a Junho 2001...	214
AP.5	- QUADRO CAECB 6.4.2 - Acidentes Escolares por Tipo de Acidente, Nível de Ensino, Ano de Escolaridade e Sexo de Setembro 1998 a Junho 2001 .....	215
AP.6	- QUADRO CAECB 6.4.3 - Acidentes Escolares por Localização da Lesão, Nível de Ensino, Ano de Escolaridade e Sexo de Setembro 1998 a Junho 2001...	216
AP.7	- QUADRO CAECB 6.6.1 - Evolução dos Totais de Acidentes Escolares dos 4 Níveis de Ensino por Local de Ocorrência e Sexo em 3 Anos Lectivos .....	217
AP.8	- QUADRO CAECB 6.6.2 - Evolução dos Totais de Acidentes Escolares dos 4 Níveis de Ensino por Tipo de Acidente e Sexo em 3 Anos Lectivos .....	218
AP.9	- QUADRO CAECB 6.6.3 - Evolução dos Totais de Acidentes Escolares dos 4 Níveis de Ensino por Localização da Lesão e Sexo em 3 Anos Lectivos .....	219
AP.10	- QUADRO CAECB 6.8.1 - Acidentes Escolares com Taxas de Sinistralidade e Percentagens Relativas por Local de Ocorrência, Anos Lectivos, Níveis de Ensino e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	220
AP.11	- QUADRO CAECB 6.8.2 - Acidentes Escolares com Taxas de Sinistralidade e Percentagens Relativas por Tipo de Acidente, Anos Lectivos, Níveis de Ensino e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	221
AP.12	- QUADRO CAECB 6.8.3 - Acidentes Escolares com Taxas De Sinistralidade e Percentagens Relativas por Localização da Lesão, Anos Lectivos, Níveis de Ensino e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	222

AP.13	- QUADRO CAECB 7.1 - Acidentes Escolares, Taxas de Sinistralidade e Percentagens Verticais dos Concelhos e Escolas por Local de Ocorrência, Anos Lectivos e Sexo .....	223 a 231
AP.14	- QUADRO - CAECB 7.2 - Acidentes Escolares, Taxas de Sinistralidade e Percentagens Verticais dos Concelhos e Escolas por Tipo de Acidente, Anos Lectivos e Sexo .....	232 a 240
AP.15	- QUADRO CAECB 7.3 - Acidentes Escolares, Taxas de Sinistralidade e Percentagens Verticais dos Concelhos e Escolas por Localização da Lesão, Anos Lectivos e Sexo .....	241 a 249
AP.16	- QUADRO CAECB 8 - Acidentes Escolares Taxas de Sinistralidade do 1º / 2º / 3º Ciclos e Secundário dos Concelhos e Escolas do CAECB por Sexo e Idades de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	250 a 253
AP.17	- QUADRO CAECB 9 - Acidentes Escolares e Taxas de Sinistralidade dos Concelhos e Escolas do CAECB por Anos de Escolaridade dos 4 Níveis de Ensino e Sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	254 a 256
AP.18	- QUADRO CAECB 10 - Evolução dos Totais dos Acidentes Escolares e Taxas de Sinistralidade dos Concelhos e Escolas, por Nível de Ensino, Anos Lectivos e Sexo .....	257 a 259
AP.19	- QUADRO CAECB 14 - Diferenças de Número de Acidentes entre Mapas Trimestrais e Inquéritos de Acidente do CAE de Castelo Branco nos 3 Anos Lectivos do Estudo .....	260
AP.20	- QUADRO CAECB 1.1 / 1.2 / 1.3 / 1.4 - Total de Acidentes Escolares Concelhos por Idades e Sexo nos 4 Anos de Escolaridade do 1º Ciclo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	262
AP.21	- QUADRO CAECB 1.5 - Totais de Acidentes Escolares e Percentagens no 1º Ciclo por Sexo e Idades de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	263
AP.22	- QUADRO CAECB 1.6 - Totais de Acidentes Escolares por Sexo nos 4 Anos de Escolaridade do 1º Ciclo nos 3 Anos Lectivos de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	264
AP.23	- QUADRO CAECB 1.7 - Totais de Acidentes Escolares em 3 Anos Lectivos por Anos de Escolaridade do 1º Ciclo e Sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	265

AP.24	- QUADRO CAECB 1.8 - Acidentes Escolares e Percentagens no 1º Ciclo nos 3 Anos Lectivos e 4 Anos de Escolaridade por Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	266
AP.25	- QUADROS CAECB 2.1 / 2.2 / 2.3 / 2.4 - Acidentes Escolares por Idades nos 2 Anos de Escolaridade do 2º Ciclo e por Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	267
AP.26	- QUADRO CAECB 2.5 - Totais de Acidentes Escolares e Percentagens no 2º Ciclo por Sexo e Idades de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	268
AP.27	- QUADRO CAECB 2.6 - Acidentes Escolares e Percentagens nos 2 Anos de Escolaridade do 2º Ciclo por Anos Lectivos e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001.....	269
AP.28	- QUADRO CAECB 2.7 - Evolução em 3 Anos Lectivos dos Totais de Acidentes Escolares nos Anos de Escolaridade do 2º Ciclo por Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	270
AP.29	- QUADRO CAECB 3.1 / 3.2 / 3.3 / 3.4 - Totais de Acidentes Escolares no 3º Ciclo por Sexo, Ano de Escolaridade e Idade de Setembro de 1998 a Junho de 200.....	271
AP.30	- QUADRO CAECB 3.5 - Totais de Acidentes Escolares e Percentagens no 3º Ciclo por Sexo e Idade de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	272
AP.31	- QUADRO CAECB 3.6 - Acidentes Escolares e Percentagens nos 3 Anos de Escolaridade do 3º Ciclo por Ano Lectivo e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	273
AP.32	- QUADRO CAECB 3.7 - Evolução em 3 Anos Lectivos dos Totais de Acidentes Escolares nos Anos de Escolaridade do 3º Ciclo por Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	274
AP.33	- QUADRO CAECB 4.1 / 4.2 / 4.3 / 4.4 - Totais de Acidentes Escolares no Secundário por Sexo, Anos de Escolaridade e Idades de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	275
AP.34	- QUADRO CAECB 4.5 - Totais de Acidentes Escolares e Percentagens no Ensino Secundário por Sexo e Idades de Setembro de 1998 a Junho de 2001.....	276
AP.35	- QUADRO CAECB 4.6 - Acidentes Escolares nos 3 Anos de Escolaridade do Secundário por Anos Lectivos e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	277

AP.36	- QUADRO CAECB 4.7 - Evolução em 3 Anos Lectivos dos Totais de Acidentes Escolares nos Anos de Escolaridade do Secundário por Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	278
AP.37	- QUADRO CAECB 4.8 - Acidentes Escolares e Percentagens no Secundário nos 3 Anos Lectivos e 3 Anos de Escolaridade por Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001.....	279
AP.38	- QUADROS CAECB 5.5.1 / 5.5.2 / 5.5.3 / 5.5.4 e 5.5.4A – Acidentes Escolares e Percentagens na Área Tutelada pelo CAECB nos 4 Níveis de Ensino por Idade e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	280
AP.39	- QUADROS CAECB 6.1 / 6.2 / 6.3 / 6.4 / 6.4A – Acidentes Escolares e Percentagens por Níveis de Ensino, Anos de Escolaridade e Sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	281
AP.40	- QUADRO CAECB 6.6 / 6.6A - Evolução dos Acidentes Escolares e Percentagens dos 4 Níveis de Ensino por Sexo e Anos Lectivos de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	282
AP.41	- QUADROS CAECB 9.7 / 9.7 A / 9.7 B – Evolução dos Totais de Acidentes Escolares, da População Escolar e de Percentagens de Sinistralidade por Escolas, Anos Lectivos, Níveis de Ensino e Sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001.....	283
AP.42	- QUADROS CAECB 9.8 / 9.8 A / 9.8 B – Totais de Acidentes Escolares, População Escolar e Percentagens de Sinistralidade nos 3 Anos Lectivos e nos 4 Níveis de Ensino por Sexo e Escolas, de Setembro de 1998 a Junho de 2001.....	284
AP.43	- QUADRO CAECB 13 - Totais por Escolas, Anos Lectivos e Sexo no CAE de Castelo Branco de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	285
AP.44	- QUADRO CAECB 13A - Totais por Concelhos, Anos Lectivos e Sexo no CAE de Castelo Branco de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	286
AP.45	- QUADRO CAECB 13B - Totais por Tipos de Escolas, Anos Lectivos e Sexo no CAE de Castelo Branco de Setembro de 1998 a Junho de 2001 .....	286
AP.46	Questionário “Condições da 1ª Assistência ao Aluno Acidentado na Escola”.....	287
AP.47	Grelha de Recolha de Dados sobre a População Escolar, por Anos Lectivos, Anos de Escolaridade, Idades e Sexo – 1º Ciclo .....	290



AP.48	Grelha de Recolha de Dados sobre a População Escolar, por Anos Lectivos, Anos de Escolaridade, Idades e Sexo – 2º Ciclo .....	291
AP.49	Grelha de Recolha de Dados sobre a População Escolar, por Anos Lectivos, Anos de Escolaridade, Idades e Sexo – 3º Ciclo .....	292
AP.50	Grelha de Recolha de Dados sobre a População Escolar, por Anos Lectivos, Anos de Escolaridade, Idades e Sexo – E. Secundário .....	293
AP.51	- QUADRO CAECB 1.A - População das Escolas do 1º Ciclo com Acidentes por Concelhos, Idades, Anos de Escolaridade e Sexo do CAECB - Ano Lectivo 1998/1999 .....	294 e 295
AP.52	- QUADRO CAECB 1.B - População Escolar do 1º Ciclo por Concelhos, Idades e Anos de Escolaridade do CAECB - Ano Lectivo 1999/2000.....	296 e 297
AP.53	- QUADRO CAECB 1.C - População Escolar do 1º Ciclo por Concelhos, Idades e Anos de Escolaridade do CAECB - Ano Lectivo 2000/2001 .....	298 e 299
AP.54	- QUADRO CAECB 2.A - População Escolar do 2º Ciclo por Escolas, Idades e Anos de Escolaridade do CAECB – Ano Lectivo 1998/1999 .....	300
AP.55	- QUADRO CAECB 2.B - População Escolar do 2º Ciclo por Escolas, Idades e Anos de Escolaridade do CAECB - Ano Lectivo 1999/2000 .....	301
AP.56	- QUADRO CAECB 2.C - População Escolar do 2º Ciclo por Idades e Anos de Escolaridade do CAECB - Ano Lectivo 2000/2001 .....	302
AP.57	- QUADRO CAECB 3.A - População Escolar do 3º Ciclo por Escolas, Idades e Anos de Escolaridade do CAECB – Ano Lectivo 1998/1999 .....	303
AP.58	- QUADRO CAECB 3.B - População Escolar do 3º Ciclo por Escolas, Idades e Anos de Escolaridade do CAECB – Ano Lectivo 1999/2000 .....	304
AP.59	- QUADRO CAECB 3.C - População Escolar do 3º Ciclo por Escolas, Idades e Anos de Escolaridade do CAECB – Ano Lectivo 2000/2001 .....	305
AP.60	- QUADRO CAECB 4.A - População Escolar do Secundário por Escolas, Idades e Anos de Escolaridade do CAECB - Ano Lectivo 1998/1999 .....	306
AP.61	- QUADRO CAECB 4.B - População Escolar do Secundário por Escolas, Idades e Anos de Escolaridade do CAECB - Ano Lectivo 1999/2000 .....	307
AP.62	- QUADRO CAECB 4.C - População Escolar do Secundário por Escolas, Idades e Anos de Escolaridade do CAECB - Ano Lectivo 2000/2001 .....	308

## INDICE dos ANEXOS

A.1	Organograma do Sistema Educativo e Formativo.....	311
A.2	Lista de Escolas do CAECB da R.N.E.P.S. – antes de 2001/2002 .....	312
A.3	Inquérito de Acidente Escolar - Mod.DRE/ASE-SE N. 1/94 .....	313
A.4	Inquérito de Acidente Escolar – Atropelamento - Mod.DRE/ASE-SE N. 2/94.....	315
A.5	Acidentes Ocorridos – Pré-Escolar, 1º Ciclo - Mod.DRE/ASE-SE N. 5/94.....	317
A.6	Acidentes Ocorridos – 2º, 3º Ciclos e Secundário – Mod.DRE/ASE-SE N. 6/94 ....	318
A.7	Matrícula / Renovação de Matrícula – 1º Ciclo – 1998/99 - Bloco 1, Modelo DAPP n. 405 .....	320
A.8	Matrícula / Renovação de Matrícula – 2º Ciclo – 1998/99 - Bloco 1, Modelo DAPP n. 407 .....	321
A.9	Matrícula / Renovação de Matrícula – 3º Ciclo – 1998/99 - Bloco 1, Modelo DAPP n. 409 .....	322
A.10	Matrícula / Renovação de Matrícula – Secundário – 1998/99 CSPOPE – Bloco 1, Modelo DAPP n. 437 .....	323
A.11	Matrícula / Renovação de Matrícula – Secundário – 1998/99 CSPOVA - Bloco 1, Modelo DAPP n. 438 .....	324
A.12	População Escolar – Ensino Básico – 1º, 2º e 3º Ciclos - 1999/00 Modelo DAPP n. 110 .. ..	325 e 326
A.13	População Escolar – Ensino Secundário - 1999/00 - Modelo DAPP n.120....	327 a 329
A.14	População Escolar – Ensino Básico – 1º, 2º e 3º Ciclos – 2000/01 Modelo DAPP n. 110 .....	330 e 331
A.15	População Escolar – Ensino Secundário – 2000/01 - Modelo DAPP n.120 ....	332 a 334
A.16	Facultação de Dados – Ofício .....	335
A.17	Facultação de Dados – Fax .....	336
A.18	Facultação de Dados da População Escolar – Ofício Escolas BI e B2/3.....	337
A.19	Facultação de Dados da População Escolar – Ofício Escolas B2/3/S, S/3 e Secundárias.....	338
A.20	Mail da DREC - Ficheiros População Escolar por nível de ensino - 1998/99 .....	339
A.21	Mail da DAPP - Ficheiros População Escolar do 1º, 2º e 3º Ciclos - 2000/01 .....	340
A.22	Mail da DAPP - Ficheiro População Escolar do Secundário - 2000/01.....	341

## **ABREVIATURAS**

A - Anexo

AAE – Auxiliar de Acção Educativa

ACC – Actividades de complemento curricular

AE – Acidente Escolar

AGE - Agrupamento de Escolas

AP - Apêndice

APSI – Associação para a Promoção da Segurança Infantil

ASE – Acção Social Escolar

Artg. – Artigo de Diário da República

CAE – Centro ou Coordenação de Área Educativa

CAECB – Centro ou Coordenação de Área Educativa de Castelo Branco

DAPP – Departamento de Avaliação Prospectiva e de Planeamento

DASE – Divisão de Acção Social Escolar

DG - Diário do Governo

DR - Diário da República

DL – Decreto-Lei

DRE – Direcção Regional de Educação

DREC – Direcção Regional de Educação do Centro

EB – Escolas Básicas ou Ensino Básico

EBI – Escolas Básicas Integradas

EPS - Escolas Promotoras de Saúde

ES – Escolas Secundárias ou Ensino Secundário

FASE – Funcionário de Acção Social Escolar

FSE – Funcionário a trabalhar com o Seguro Escolar numa Escola

GIASE - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo

H – Homens ou Sexo Masculino

IA - Inquérito de Acidente

IASE – Instituto de Acção Social Escolar

M – Mulheres ou Sexo Feminino

ME – Ministério da Educação

Mod.- Modelo de impresso

n – Número inteiro  
OGE – Órgão de Gestão de uma Escola  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
PE – População Escolar  
PPES – Programa de Promoção e Educação para a Saúde  
PS – Promoção da Saúde  
SASE – Serviços de Acção Social Escolar na Escola  
SE – Seguro Escolar  
TPASE – Técnico Profissional de Acção Social Escolar  
TSSS – Técnicas Superiores de Serviço Social  
% - Percentagem  
S.- Ensino Secundário ou Secundário  
1º C. - Primeiro Ciclo do Ensino Básico  
2º C. - Segundo Ciclo do Ensino Básico.  
3º C. - Terceiro Ciclo do Ensino Básico  
 $\chi^2$  - Qui-quadrado

### **Abreviaturas de Concelhos e Escolas dos Quadros do Ficheiro dos Acidentes Escolares em CD**

CB – Concelho de Belmonte  
CCB – Concelho de Castelo Branco  
CC – Concelho da Covilhã  
CF – Concelho do Fundão  
CIN – Concelho de Idanha-a-Nova  
CM – Concelho de Mação  
CO – Concelho de Oleiros  
CP – Concelho de Penamacor  
CPN – Concelho de Proença-a-Nova  
CS – Concelho da Sertã  
CVR – Concelho de Vila de Rei  
CVVR – Concelho de Vila Velha de Ródão  
SD – Escola Básica Integrada de S. Domingos “A Lã e a Neve”  
SVB – Escola Básica Integrada de S. Vicente da Beira

VR - Escola Básica Integrada Centro de Portugal de Vila de Rei  
PC – Escola Básica do 2º Ciclo Pêro da Covilhã  
AP – Escola Básica 2º/3º Ciclos Afonso de Paiva  
CBC – Escola Básica 2º/3º Ciclos Cidade de Castelo Branco  
JF - Escola Básica 2º/3º Ciclos João Franco  
JR – Escola Básica 2º/3º Ciclos João Roiz  
PER – Escola Básica 2º/3º Ciclos do Paúl e Entre Ribeiras  
SG - Escola Básica 2º/3º Ciclos Serra da Gardunha  
S - Escola Básica 2º/3º Ciclos P. António Lourenço Farinha da Sertã  
Sv - Escola Básica 2º/3º Ciclos de Silvares  
Tx - Escola Básica 2º/3º Ciclos do Teixoso  
T - Escola Básica 2º/3º Ciclos do Tortosendo  
QP - Escola Básica do 3º Ciclo Quinta das Palmeiras  
B – Escola 2º/3º Ciclos com Secundário Pedro Álvares Cabral de Belmonte  
IN – Escola 2º/3º Ciclos com Secundário José Silvestre Ribeiro Idanha-a-Nova  
M – Escola 2º/3º Ciclos com Secundário Verde Horizonte de Mação  
O – Escola 2º/3º Ciclos com Secundário P. António de Andrade de Oleiros  
P – Escola 2º/3º Ciclos com Secundário Ribeiro Sanches de Penamacor  
PN – Escola 2º/3º Ciclos com Secundário de Proença-a-Nova  
SA - Escola Secundária com 3º Ciclo de Alcains  
AL - Escola Secundária com 3º Ciclo Amato Lusitano  
CMI - Escola Secundária com 3º Ciclo Campos Melo  
HP - Escola Secundária com 3º Ciclo Frei Heitor Pinto  
SF - Escola Secundária com 3º Ciclo do Fundão  
NA - Escola Secundária com 3º Ciclo Nuno Álvares  
SS - Escola Secundária da Sertã



## PREFÁCIO

A Autora desta dissertação trabalha há 31 anos no Ministério da Educação (ME) na orientação técnica e apoio em Acção Social Escolar (ASE) no Distrito de Castelo Branco. Desde o ano lectivo de 1995/96, quando co-reassumiu a autonomia técnica da Área de ASE no Centro de Área Educativa de Castelo Branco (CAECB), com outra colega, também Assistente Social, tem elaborado estudos anuais, com base nos Mapas Trimestrais (MT) do Seguro Escolar, de caracterização de Acidentes Escolares (AE) ocorridos nas Escolas da área de intervenção do CAECB, por níveis de ensino, sem a variável sexo. Estes estudos foram enviados, no fim de cada ano lectivo, à Divisão de ASE da Direcção Regional de Educação do Centro (DREC). Desconhecia-se que não se efectuavam estudos similares em todos os CAE a nível nacional.

Ao contactar-se o Serviço de Estatística da DREC e o do Departamento de Avaliação Prospectiva e de Planeamento (DAPP), actualmente denominado Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE), do ME, constatou-se que na realidade os únicos dados publicados são muito globais – número total de acidentes por ano lectivo, por nível de ensino e por região, com as respectivas taxas de sinistralidade. Verifica-se, assim, a inexistência de estatísticas actuais de caracterização dos AE, o que confirma a comunicação da Dr<sup>a</sup> Margarida de Sousa no VI Módulo curricular do II Mestrado de Saúde Escolar.

Com a extinção do Instituto de Acção Social Escolar (IASE), pelo DL n<sup>o</sup> 133 de 26 de Abril de 1993, do ME, ainda mais se agravou esta lacuna. No seu artg. 20<sup>o</sup>, as competências que o IASE detinha a nível nacional passaram para dois Departamentos, o do Ensino Básico e o do Ensino Secundário. Por sua vez, na mesma data, pelo artg. 6<sup>o</sup> do DL n<sup>o</sup> 141/93, é à Área Técnico-Pedagógica de Acção Social e Desporto Escolar, das DRE's, através da Divisão de ASE, que cabe assegurar e acompanhar o trabalho de ASE a nível regional, nas suas várias vertentes e, nomeadamente, na do Seguro Escolar, que cuida dos Acidentes Escolares.

A partir de 1994/95 os Inquéritos de Acidente, que antes eram triados pelos Coordenadores Regionais de ASE (CRASE) e pelos Técnicos Superiores de Serviço Social (TSSS), antes de serem enviados para o IASE, passaram a ficar nas Escolas e só os AE, que envolvam verbas mais avultadas, ou os atropelamentos, vão para as DRE's para serem analisados e homologadas as verbas.

Em Dezembro de 2001, no projecto da dissertação, o âmbito do estudo foi circunscrito aos estabelecimentos de ensino, directo e oficial da Região Centro, com 2º, 3º Ciclos e Secundário, tutelados pela DREC e a três anos lectivos – 1998/99, 1999/00 e 2000/01. A opção de não abranger o 1º Ciclo do ensino básico, ao nível da DREC, fundamentou-se sobretudo nas alterações da rede escolar durante os anos lectivos em estudo, como seja a constituição de agrupamentos escolares verticais e horizontais a nível local e ou concelhio, nas mudanças da responsabilidade pela elaboração dos mapas trimestrais de seguro escolar sobre os acidentes ocorridos e na dificuldade em aferir os dados estatísticos da população escolar matriculada neste nível de ensino.

No primeiro encontro com o Orientador da Dissertação, Professor Doutor Evangelista Rocha, decorrente da necessidade de apresentar um Projecto de Dissertação para avaliação do XI Módulo curricular do Mestrado, foi por ele proposto e foi aceite, para complementar o estudo de caracterização de acidentes escolares na Região Centro, tema inicial do projecto, um subtítulo sobre “As Condições da 1ª Assistência ao Aluno Acidentado na Escola”, a serem analisadas nas mesmas Escolas do âmbito do estudo. Para explorar este tema original, julgamos que nunca foi objecto de qualquer estudo no País, elaborou-se um Questionário para fazer o levantamento das condições humanas e materiais para assistir a um aluno sinistrado.

A Região Centro de Portugal é representativa e abrangente em qualquer estudo, pois inclui zonas do litoral (Aveiro, Coimbra e Leiria), do interior (Viseu, Guarda e Castelo Branco), pequenas e grandes zonas urbanas e zonas rurais de pequena e grande propriedade.

Numa primeira fase da dissertação foram analisados, em 7 ficheiros Excel, os MT de 3 anos lectivos - 1998/99, 1999/00 e 2000/01 -, num total de 2.341 fotocópias cedidas pelos 6 CAE da DREC, 9 mapas de cada uma das 248 Escolas com 2º/3º Ciclos e Secundário e os dados da população escolar matriculada por sexo e nível de ensino. Muitos destes MT estavam incorrectamente preenchidos, não eram coincidentes os números totais das 3 variáveis fundamentais de caracterização dos acidentes - se houve um determinado tipo de acidente, se ele ocorreu em determinado local e o aluno teve uma determinada lesão, não pode haver menos ou mais locais de ocorrência, ou lesões, do que tipos de acidentes. Numa visita informal ao CAE de Viana do Castelo, no Verão de 2001, foi-me amavelmente cedido o resumo de um estudo similar, com base nos MT, que não estava correcto, - não eram coincidentes os números das três variáveis de caracterização dos acidentes.

A base de dados dos acidentes dos MT foi finalizada em Agosto de 2002. Os resultados totais do tipo de acidente na variável “Outro Tipo de Acidente” foram de 3.494, num total de 21.612 acidentes, em toda a DREC nos 3 anos lectivos, o que reflectia uma



percentagem demasiado elevada, 16%. Contactaram-se algumas Escolas, onde o número era maior, para indagar as razões destes dados e concluiu-se que nos 16% estavam incluídas, na sua maioria, situações de doença de alunos surgidas em tempos lectivos ou que já vinham com sintomas de casa, e quebra de ortóteses oculares sem qualquer lesão no aluno. A escola deve dar assistência nestas situações, cobrindo o Seguro Escolar as despesas do primeiro transporte para a Unidade de Saúde. Erradamente algumas Escolas contaram estes episódios como acidentes. Conclusão: o estudo efectuado com base nos Mapas Trimestrais não reflectia só situações de acidentes escolares e revelava-se cientificamente incorrecto para concretizar os objectivos propostos para a Dissertação.

Paralelamente trabalhou-se para conseguir os dados correctos da população escolar matriculada, por sexo e nível de ensino. Confrontando os dados fornecidos pelas Escolas, com os enviados a 28 de Maio de 2002 do ano lectivo de 1998/99 pelos Serviços de Estatística da DREC e a 30 de Outubro e a 6 de Novembro de 2002, relativamente a 1999/00, pelo DAPP, do ME, surgiram grandes e demasiadas disparidades no número de alunos, porque em muitas Escolas, sobretudo nas que leccionam o ensino secundário, por repetição de alunos matriculados em várias disciplinas nos vários anos de escolaridade desse nível de ensino. Os dados estatísticos referentes ao ano de 2000/01, por sexo e nível de ensino, apesar de estar prevista a sua entrega para o final de Março de 2003, em meados de Setembro ainda não tinham sido recepcionados.

Teve de se pedir um ano de prorrogação para entrega da Dissertação e tomou-se a decisão definitiva de abandonar todo o primeiro estudo, de quase um ano de trabalho. A 29 de Setembro de 2003 propôs-se ao Conselho Científico do Mestrado e foi aceite tacitamente, a alteração do âmbito do estudo. O documento base, em vez do Mapa Trimestral, seria o próprio Inquérito de Acidente (IA), por conter a descrição do acidente e permitir verificar se o episódio era ou não um acidente. Por ser humanamente impossível uma só pessoa abranger toda a DREC, em pouco mais de um ano - tempo disponível para finalizar a Dissertação -, delimitou-se a população alvo a uma amostra da Região Centro: aos estabelecimentos de ensino directo e oficial da área de intervenção do CAECB, com 12 Concelhos, com os quais a Autora profissionalmente trabalha. Esta alteração do âmbito da área da população do estudo foi alargada ao 1º Ciclo do Ensino Básico das Escolas oficiais e abrangendo novas variáveis - a idade e o ano de escolaridade do aluno acidentado.

Com a decisão de realizar este novo estudo poderia aprofundar e tentar dar mais credibilidade científica à caracterização de acidentes escolares, com base na análise dos IA de todos os níveis de ensino - 1º/2º/3º Ciclos e Secundário -, dos mesmos três anos lectivos, pelo

aumento de variáveis, a maior parte das quais a serem estudadas pela primeira vez em Portugal. O IA poderia ainda diferenciar as Unidades de Saúde para onde o aluno foi encaminhado, Hospital ou Centro de Saúde. Dado que as cópias dos IA do 1º Ciclo estavam arquivadas no gabinete de trabalho da Autora apenas se solicitaram fotocópias dos IA do 2º/3º Ciclos e Secundário às Escolas/Agrupamentos de Escolas.

A 31 de Agosto de 2004 receberam-se os últimos dados estatísticos do ME sobre a população escolar matriculada no ano lectivo de 2000/01 (Anexo 42 e 43 ) das Escolas sob a tutela do CAEBC, por sexo, idade, ano de escolaridade e nível de ensino. Estes últimos dados do GIASE permitiram completar as falhas em muitas Escolas do 1º Ciclo, sobretudo nos Concelhos de Castelo Branco e Covilhã, porque umas tinham sido extintas, outras não encontraram os elementos solicitados e outras ainda exigiram a consulta dos dados na sede do Agrupamento invocando a Circular nº 683 de 28/11/2003, que a existir no início deste trabalho, poderia ter dificultado ainda mais a recolha dos dados para a Dissertação.

Pela Lei nº 116/97 de 4 de Novembro, Regime Jurídico do Trabalhador-estudante, deveria ter sido concedida à Autora, para frequência de aulas da parte curricular do Mestrado, a acumulação das 5 horas semanais em três dias e meio por mês, já que as aulas eram concentradas, uma vez por mês, em dois dias inteiros de tempo laboral e toda a manhã de um sábado. Fez-se um requerimento nesse sentido já que esta acumulação não originava qualquer prejuízo para o Serviço. Não houve, todavia, nem compreensão nem boa vontade da Coordenadora Educativa e do seu Assessor da altura, não tendo sido concedida esta prerrogativa. Durante a parte curricular do Mestrado, além dos dias de férias utilizados, começou-se a usufruir dois dias de equiparação a bolsa demasiado cedo. Os dois anos concedidos, ao terem terminado em 21 de Junho de 2003, agravaram a dificuldade de tempo necessário para concluir esta Dissertação.

Este estudo funcionou também como uma espécie de auditoria/avaliação à prática do trabalho do Sector do Seguro Escolar das Escolas abrangidas. Foi muito importante, e apesar dos entraves descritos, foi feito com prazer, empenho, persistência e entusiasmo pelo resultado final – uma base de dados sobre Acidentes Escolares do CAEBC.

## **Agradecimentos**

Os principais agradecimentos são para o Orientador Professor Doutor Evangelista Casimiro Rocha e a Co-orientadora Dr<sup>a</sup> Maria Margarida Simões de Sousa que me deram sempre incentivo, compreensão, saber e competência, para além da sua disponibilidade.

Só com os contributos de muitos é que foi possível levar a cabo este importante estudo, nomeadamente dos seguintes:

:

- Director Regional-Adjunto de Educação do Centro – Dr. Linhares de Castro pelo apoio oficial no endereçamento às Escolas com 2º/3º Ciclos e Secundário, dos Questionários e Grelhas da população escolar, do qual resultou um número de respostas surpreendente;
- Engenheiro Jorge Cordeiro do Gabinete de Estatística da DREC, Dr. José Alexandre Paredes e especialmente ao Dr. Joaquim Santos do GIASE do ME pelo importante apoio na facultação dos dados estatísticos da população escolar matriculada;
- Aos Coordenadores dos Centros de Área Educativa da DREC, actualmente denominadas Coordenações Educativas, com relevo para os de Castelo Branco - Dr<sup>a</sup>. Cristina Lopes Dias, Dr. José Alberto Moreira Duarte e Dr. Carlos Barata de Almeida pelas facilidades concedidas;
- A todos os Órgãos de Gestão das Escolas, sobretudo os Técnico-Profissionais de ASE e outros Assistentes Administrativos das Escolas e Agrupamentos de Escolas com 2º/3º Ciclos e Secundário a nível da DREC e mais especialmente aos das Escolas da área de intervenção do CAE de Castelo Branco, incluindo nestes muitos Directores de Escolas do 1º Ciclo e os Delegados Escolares de Proença-a-Nova, Sertã, Fundão, Belmonte, Penamacor, Idanha-a-Nova, Vila V<sup>a</sup> de Ródão e Oleiros pela amável compreensão e resposta pronta às solicitações de documentos oficiais que serviram de base fundamental a este estudo;
- Dr. Pinto de Matos e às Técnicas Superiores de Serviço Social, colegas e amigas dos C.A.E. de: Aveiro – Dr<sup>a</sup> Maria da Conceição Rosa; Guarda – Dr<sup>a</sup> Júlia Costa Anastácio; Leiria – Dr<sup>a</sup> Maria Isabel Ferreira da Silva; e Viseu – Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Rodrigues pelo pronto envio de documentos oficiais de ASE;

- Professor Dr. José Fernando Vaz Pereira Rafael da Escola Superior de Educação de Castelo Branco, pelos seus clarividentes ensinamentos;
- Professor Dr. Jorge de Sá, pelo valioso apoio e sugestões oportunas;
- Ao Raul Vaz, aos Professores Emídio Galo Roberto, Paulo Henrique e Eng. Luís Caiola Ribeiro pelas contribuições na área informática.

**De um modo particularmente fraterno, à minha Amiga e Companheira de 31 anos de profissão, Mestre em Serviço Social, M<sup>a</sup> Ivone Blaize do Amaral Semblano, o meu reconhecimento sincero pelos sacrifícios que lhe fiz passar, pela paciência, compreensão, disponibilidade, incentivo e colaboração nas sugestões e críticas sempre oportunas.**

**A TODOS... o meu profundo “BEM-HAJA”!...**

## 1 – INTRODUÇÃO

Esta investigação assenta em duas temáticas que se complementam: a caracterização do acidente escolar por sexo, idade e ano de escolaridade de todos os níveis de ensino, realizada nesta perspectiva e abrangência pela primeira vez em Portugal; e, o levantamento das condições humanas e materiais para a 1ª assistência a um aluno acidentado nas Escolas de toda a DREC, excepto nas que leccionam só o 1º Ciclo, tema que pensamos ser inédito.

Este capítulo compõe-se de três partes que pretendem dar um suporte histórico, legal e institucional a esta Dissertação.

Em primeiro lugar, o tema “A Saúde e a Escola” porque é a razão de fundo deste trabalho, a dicotomia - o Acidente ou *injury* (quebra de saúde com lesões, ferimentos e traumatismos) e a Escola (meio ambiental onde se dá esta quebra).

Em segundo lugar, os Profissionais que lidam com o Sector do Seguro Escolar da Acção Social Escolar fora e dentro da Escola na Região Centro - os Técnicos Superiores de Serviço Social e os Técnicos Profissionais de Acção Social Escolar, dando-se a conhecer um pouco da sua história profissional para tentar avivar memórias e despoletar procedimentos e práticas institucionais adequadas em Acção Social Escolar.

Em terceiro lugar, a génese do Seguro Escolar, já que os Acidentes Escolares estão sob a tutela administrativa e financeira da Acção Social Escolar.

## 1.1 – A Saúde e a Escola

Em 1946 a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabeleceu na sua Constituição o conceito de saúde como *um estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença*<sup>(1)</sup>. Este conceito foi sujeito a sucessivas definições até que, em 1986, pela Carta de Ottawa<sup>(2)</sup>, se cria o conceito de saúde como o de Promoção da Saúde, isto é, um processo que visa criar as condições que permitam aos indivíduos e aos grupos controlar a sua saúde e melhorá-la, agindo sobre os variados factores que a influenciam. A Saúde é um *recurso diário*, um bem, não um fim em si mesmo. Há um aspecto muito importante que é focado nesta Carta e que diz respeito à problemática de Segurança, como seja a obrigação dos governantes em “estabelecer políticas favoráveis de saúde”<sup>(2)</sup>, criando condições ambientais favoráveis à Promoção da Saúde com a participação dos indivíduos e das comunidades, neste caso concreto, nas Escolas.

A Promoção da Saúde concretiza-se pela Educação, entendida por Lesne (1976) como “o pleno desenvolvimento das capacidades dos indivíduos e dos grupos (afectivas, cognitivas, motoras, sensoriais) com vista à aquisição de competências sociais para que possam relacionar-se positivamente com o meio”<sup>(3)</sup>

O DL n.º 408/71 de 27 de Setembro definiu a Lei Orgânica do Ministério da Educação e integrou a Saúde Escolar no IASE. Depois, a Portaria n.º 29/75 de 17 de Janeiro, regulamentou os *Serviços Médico-Pedagógicos* e criou os *Centros de Medicina Pedagógica* (CMP) com sede em cada região de planeamento, que se mantiveram em regime de instalação até 1982, para dar continuidade às Acções da Medicina Escolar, de “promover a saúde global dos escolares e contribuir para a prevenção e detecção de anomalias que possam conduzir ao insucesso escolar”. Em 21 de Maio de 1986 foi promulgada a Lei Orgânica - DL n.º 107 dos CMP, que foram por sua vez extintos em Abril de 1993 sem se ter criado uma verdadeira alternativa em Saúde Escolar, que abrangesse todos os alunos, sobretudo em escolaridade obrigatória.

Pelo DL n.º 538/79 de 31 de Dezembro foram promulgadas as medidas para garantir o princípio da escolaridade básica, universal e obrigatória de 6 anos, que posteriormente passou para 9 anos pelo DL n.º 35/90 de 25 de Fevereiro. Isto é, as crianças passaram a permanecer mais anos na Escola. Assim, esta pode e deve ser o espaço privilegiado de aprendizagem de competências e de desenvolvimento de “*estilos de vida saudáveis*”<sup>(3)</sup>.

Segundo Fernanda Navarro, a Educação para a Saúde é toda a “atividade educacional que concorra para atingir a finalidade social de desenvolvimento individual e comunitário, como forma de promover bem-estar” e, mais, “possibilitar o crescimento dos participantes em autonomia e em sentido de responsabilidade”<sup>(4)</sup>.

Os primeiros anos de vida escolar são fundamentais, pela permeabilidade que a criança tem em captar tudo o que a rodeia. Por isso é vital a integração da Educação para a Saúde nas Escolas de modo a promover atitudes e comportamentos saudáveis o mais cedo possível.

Tendo por base o conceito de “promoção da saúde”, em 1992, em Montpellier, a OMS, CCE e CE lançou a “Rede de Escolas Promotoras de Saúde”, definindo-as como *aquelas que promovem a aquisição de estilos de vida saudáveis por parte de toda a comunidade escolar, através do desenvolvimento de um ambiente de suporte que conduza à promoção da saúde e em que haja oportunidades para proporcionar ambientes seguros e favorecedores de saúde*<sup>(5)</sup>.

Angelo de Sousa escreve que “em todos os espaços educativos, o importante não será tanto ensinar comportamentos de saúde, mas ajudar a desenvolver em cada um a capacidade de fazer as suas escolhas com base no conhecimento de si, daqueles que o rodeiam e do contexto sócio-cultural onde está inserido”<sup>(6)</sup>.

Nas Escolas devem acontecer grandes momentos onde se pense e fale de saúde, por exemplo na prevenção de acidentes e locais perigosos da escola, já que o ponto crucial, que interpenetra todos os problemas com que as Escolas se debatem, é o da “saúde e bem-estar da comunidade escolar”<sup>(5-3)</sup>.

Assim, as actividades educativas que visem a segurança e prevenção dos acidentes escolares, que eram do âmbito do IASE, podem evitar o aparecimento de lesões/doença e por isso promovem a saúde dos alunos. Há uma relação intrínseca entre conhecimento, atitude e comportamento. Quanto maior for o conhecimento das causas dos acidentes, melhor se poderá prever as atitudes dos alunos e, por sua vez, tentar mudar os seus comportamentos de risco e o meio ambiente onde estão inseridos.

A declaração base da Conferência da REEPS, na Grécia, em Maio de 1997, concluiu, num princípio geral, que se deseja que seja universal, que *“Todas as crianças e jovens na Europa têm o direito, e devem ter a oportunidade, de serem educados numa escola promotora de saúde”*<sup>(5)</sup>. De entre os 10 princípios estabelecidos destacamos o 4º, sobre o Ambiente Escolar, por ter um relacionamento intrínseco com esta investigação, e que diz que *“A EPS dá*

*particular ênfase ao ambiente escolar tanto físico como social, considerando-o como um factor crucial na promoção e manutenção da saúde. O Ambiente é primordial para uma efectiva promoção da saúde, através da implementação de políticas que promovam o bem-estar. Tal inclui a formulação e a monitorização de medidas de saúde e segurança e a introdução de estruturas apropriadas”<sup>(5)</sup>.*

Das quatro dimensões que a EPS deve potenciar ( curricular, psico-social, ecológica e comunitária) destaca-se a dimensão ecológica também pela relação que tem com os temas do estudo e que tem como objectivo “*garantir um ambiente físico salubre, seguro e confortável*” e daí procurarem todas “*melhorar e conservar os espaços escolares e envolventes da Escola, bem como a sua adaptação às necessidades que vão surgindo*”<sup>(5)</sup>.

Numa perspectiva ecológica, segundo Mário Cordeiro, “o acidente resulta da interacção entre o agente, o meio humano e meio material, envolvendo o indivíduo”. E acrescenta que “a compreensão do problema na sua plena extensão passará obrigatoriamente por uma análise aprofundada das circunstâncias e da história dessas várias vertentes” <sup>(7)</sup> .

O Programa EHLASS – European Home and Leisure Accidents Surveillance System - sediado no Instituto do Consumidor deixou de estar sobre a sua tutela desde 1999, altura em que passou para o Instituto Ricardo Jorge com a denominação, actualmente, de ALICE. Segundo dados do EHLASS, “mais de 10 crianças por dia recorrem a um serviço de urgência devido a ferimentos causados durante as suas brincadeiras em espaços concebidos para esse efeito, mas mal planeados e conservados, com pavimento desadequado e/ou equipamento de má qualidade ou degradado. Muitos desses acidentes, e a maior parte desses ferimentos, teriam sido e poderiam ser facilmente evitados através de uma melhor concepção e manutenção dos espaços”<sup>(8)</sup> .

Os acidentes em idade escolar provocam “traumatismos, ferimentos e lesões”<sup>(5)</sup> nas crianças e jovens que, paralelamente com o sofrimento que provoca e as inerentes incapacidades temporárias e definitivas, além da ausência às aulas, também acarreta grandes custos sociais, económicos e familiares, o que os torna no “problema epidemiológico mais grave da Saúde Pública” <sup>(7)</sup> .

A Saúde é um direito fundamental, mas também é um objectivo social muito importante, porque o maior ou menor investimento no desenvolvimento saudável da criança terá reflexos no seu e no nosso futuro.



## 1.2 – A Acção Social Escolar em Portugal

### 1.2.1 – Referências Históricas

A primeira legislação sobre a Assistência Escolar foi publicada no DG nº 73 de 29 de Março de 1911 sobre a reorganização dos serviços de instrução primária, que no Artg. 72º do Capítulo III cria um “*conselho de assistência escolar composto por cinco membros, na sede de cada Concelho da República e em Lisboa e Porto, um por cada bairro*” e que no artg. 74º explica, como se iria efectuar a referida assistência:

*1º - Pela distribuição de vestuário, calçado, livros e material escolar aos alunos pobres das Escolas públicas;*

*2º - Pela organização de cantinas escolares, destinadas a fornecer alimento às crianças e jardins de recreio;*

*3º - Pela instalação de balneários nas Escolas;*

*4º - Pela consulta e socorros médicos às crianças pobres;*

*5º - Pelo fornecimento de medicamentos nas mesmas condições;*

*6º - Pela organização de colónias de férias campestres e marítimas;*

*7º - Pela fundação de Escolas ao ar livre , durante a época própria, para as crianças débeis ou doentes;*

*8º - Pelo emprego de todos os meios que sejam conducentes ao levantamento físico, intelectual e moral das crianças.”*

Esta legislação da 1ª República foi avançada para a altura, assim como a de 26 de Julho de 1911 sobre o recenseamento escolar e o direito ao ensino gratuito e obrigatório das crianças dos 6 aos 14 anos. Mas pouco se chegou a implementar devido à instabilidade governativa, e só muitos anos depois, já no Estado Novo, é que o ministro Galvão Telles, pelo DL nº 45.810 de 9 de Julho de 1964 institucionalizou a escolaridade obrigatória de 6 anos e usou, em 1964, também ele e pela primeira vez, a expressão “acção social escolar” (ASE) <sup>(9)</sup>. Foi ainda este ministro que nomeou uma Comissão, sob a presidência de Baltasar Rebelo de Sousa, para “estudar a situação, conteúdo, organização e financiamento das actividades em acção social escolar” e na sequência da qual elaborou um relatório com “uma análise exaustiva dos meios existentes e propostas de reestruturação e desenvolvimento de acções em todos os níveis de ensino” <sup>(9)</sup>.

Esta Comissão considerou no relatório que “o conceito de acção social escolar” integra “aqueles aspectos da acção educativa que se situam à margem da acção escolar propriamente dita e que visam especificamente finalidades de ordem social”, recortando-se ainda dentro deste “, duas acepções de acentuada autonomia:

a) a que se caracteriza pela tonalidade assistencial e tem em vista corrigir os desvios que podem afectar a igualdade de oportunidades que devem ser proporcionadas a todos, na medida dos seus méritos, para a valorização cultural e preparação profissional;

b) a que se caracteriza pela tonalidade pedagógica e tem em vista fomentar dentro da Escola condições que assegurem a mais completa rentabilidade do ensino e da aprendizagem e, por outro lado, fomentar a integração do estudante na comunidade social e histórica em que vive”<sup>(9)</sup>.

“Estas duas ideias - *igualdade de oportunidades*, no acesso ao ensino e criação de *boas condições de trabalho* para um melhor rendimento escolar” <sup>(9)</sup> – dominaram a legislação e os programas da acção social escolar.

Os serviços e actividades de acção social escolar variam ao longo do tempo, consoante as “conveniências de organização e coordenação, nas intenções, na legislação e na prática”<sup>(9)</sup>. Como se pode verificar, no Relatório de Baltasar Rebelo de Sousa é referido que “devem” ficar “excluídas do âmbito da acção social escolar (...) a saúde escolar, a orientação profissional e a recuperação de diminuídos” (hoje, diríamos educação especial), “embora sejam indiscutivelmente aspectos que, dentro de uma arrumação puramente conceptual, se deveriam englobar dentro do esquema ideal de acção social escolar” <sup>(9)</sup>. No seguimento do referido Relatório, de Novembro de 1965 a Novembro de 1966, “o Ministério desenvolve intensa actividade legislativa e de implantação de serviços de acção social escolar” <sup>(9)</sup>, mas sobretudo no ensino superior. No ensino secundário e técnico, foi à Mocidade Portuguesa que foi atribuída a orientação e gestão do Fundo de Acção Social Escolar destinado a Actividades Circum-Ecolares.

Em 1967 Galvão Telles “inclui nas modalidades de acção social escolar, a vigilância da saúde do estudante, a assistência médica, o seguro na doença e a orientação vocacional”. Ao mesmo tempo, acentua “o fim educativo que deve ser inerente à acção social escolar, porque ela própria deve por si educar, criando estímulos ao estudo, fazendo apelo ao cumprimento dos deveres escolares, encaixando o sentido de justiça social, proporcionando aos estudantes ambientes moralmente saudáveis, (...) chamando-os a participarem na gestão destas actividades e proporcionando-lhes assim útil experiência” <sup>(9)</sup>.

As amplas atribuições da acção social escolar, que Galvão Telles enunciou, foram legisladas pelo ministro Veiga Simão no DL. n.º178/71 de 30/04, que criou o Instituto de Acção Social Escolar (IASE), como um órgão central de direcção e decisão, assim como de planeamento, estudo e coordenação eficaz de toda a “acção social escolar com base numa visão global das necessidades reais do estudante”, de modo a “assegurar as condições que permitam o acesso à escola e a sua frequência, possibilitar o efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória e a continuação dos estudos para além desta”. Competia-lhe *estudar a problemática global de Acção Social Escolar e executar a política de acção social escolar*. O objectivo da ASE, definido no artg. 7º, é *a concessão de auxílios económicos aos alunos carecidos de recursos e a prestação de serviços aos alunos em geral*

O preâmbulo deste Decreto faz referência à “necessidade de intensificar as iniciativas através das quais o Estado se propõe constantemente melhorar as condições em que trabalham os estudantes de todos os graus de ensino”, à “especial importância que reveste a acção social escolar, orientada para a prestação de apoio aos estudantes economicamente menos favorecidos” e por fim “tal acção é decisiva para o estabelecimento de uma efectiva igualdade de oportunidades de acesso ao ensino e de promoção cultural entre todos os portugueses, independentemente da sua situação económica”.

Com o DL. nº 223/73 de 11 de Maio foi criado em cada estabelecimento de ensino um Núcleo de Acção Social Escolar – actualmente o SASE -, com a função de dinamizar e coordenar os serviços de acesso à escola (transportes e alojamento), de apoio à frequência escolar (alimentação – refeitórios e bufetes -, material escolar – papelarias -, bolsas e subsídios de estudo) e de seguro escolar (segurança e prevenção de acidentes).

Foi o ex-IASE que publicou o último Manual de Instruções sobre todos os Programas da Acção Social Escolar (1986) e desde a sua extinção que nunca mais foi elaborado um Manual onde estejam compiladas todas as orientações sobre este trabalho específico das Escolas.

## 1.2.2 – Técnicos Superiores de Serviço Social na Educação

Ao longo da existência do IASE foi-se tornando evidente o confronto entre duas linhas de orientação que se foram tornando antagónicas em vez de se complementarem: uma administrativa e burocratizante, preocupada só com a gestão de verbas, centrando a sua actividade nos gabinetes, de costas voltadas para as realidades sociais, uma acção social de serviços e imobilista e, “outra dinâmica e empenhada numa acção social na escola a pela escola” pelos alunos, utilizando os meios à sua disposição como “instrumentos de educação, de desenvolvimento e transformação social”<sup>(9)</sup>.

A corrente “centrada na dinâmica da acção social” esteve subjacente à criação do IASE em 1971, e a Divisão de Serviço Social foi o pilar para a efectivação da ASE através das Equipes Distritais de Técnicas de Serviço Social, a intervir in loco e prevaleceu até 1978/79, com o apogeu da sua actuação na dinamização da escolaridade obrigatória e educação alimentar de 1974 a 1978, sobretudo nos primeiros tempos após o 25 de Abril. Em Setembro de 1979 foi extinta a Divisão de Serviço Social no IASE, e mais acentuadamente depois de 1982 “a institucionalização administrativa e burocratizante” passou a predominar e as Equipes Distritais de Serviço Social a trabalhar na periferia em Acção Social Escolar foram manietadas, - paralelamente deu-se o aumento do recrutamento de professores para Responsáveis Regionais e para Coordenadores Regionais de Acção Social Escolar (CRASE), em vez de se apostar em mais Quadros próprios - mais Técnicas nas Equipes Distritais. Apesar da extinção do IASE em Abril de 1993 esta situação de nomeações por requisição ou destacamento de professores para trabalhar na Área de ASE perdura nas DRE’s e CAE’s.

Nas áreas de intervenção das seis CAE’s da Região Centro, a orientação da ASE e o apoio in loco aos Órgãos de Gestão das Escolas (OGE) e aos Técnicos Profissionais de Acção Social Escolar (TASE) das Escolas/Agrupamentos com ensino básico e secundário (AEBS) é feito por Técnicas Superiores de Serviço Social (TSSS) do Quadro Único do ME, sediadas duas em Aveiro, duas em Castelo Branco, uma na Guarda, uma em Leiria e uma em Viseu e por professores destacados/requisitados em Coimbra.

Só com Quadros próprios e com experiência acumulada é que se poderá reformular a prática, haver maior responsabilização pelo trabalho efectuado e o investimento que se fizer na formação desses Quadros poderá ter contínua rentabilidade e aplicabilidade. A nível

nacional restam poucos Assistentes Sociais no ME, actualmente cerca de 58, sediadas nos CAE, a coordenar a ASE, ou nos SPO – estas pertenciam aos Centros de Medicina Pedagógica. Foi em 1983 que se realizou o último concurso externo de ingresso para a Carreira de TSSS. Os problemas de ordem social são cada vez mais sentidos e vividos nas Escolas, sem possibilidade de serem acompanhados e tratados por profissionais vocacionados e formados para esta temática. Quanto mais cedo estes problemas forem detectados e tratados, mais possibilidades terão de êxito nos resultados. Os sucessivos Ministros da Educação não têm sido sensíveis à premência de existirem mais Técnicos Superiores Especializados em Serviço Social nas ditas Equipas dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) em número equiparado aos existentes para Psicólogos. As perspectivas não são promissoras já que as políticas sociais são cada vez mais restringidas e burocráticas. À medida que vão vagando os lugares destas Técnicas, por atingirem a reforma, em vez de serem preenchidos ou necessariamente alargados, os sucessivos governos têm visado extinguir no ME os respectivos lugares no Quadro.

A filosofia subjacente à Acção Social Escolar ainda perdura nas perspectivas profissionais das TSSS das ex-Equipas Distritais de Serviço Social a trabalhar em ASE, que ainda restam em alguns CAE, mas que são muito insuficientes em número e continuam sem a definição de um conteúdo funcional próprio a nível nacional, apesar das sucessivas propostas feitas ao ME por este corpo profissional.

A Acção Social Escolar ao criar as condições para uma efectiva igualdade de oportunidades de acesso à Escola e de sucesso educativo, caminha a par com o grande princípio das EPS, “a redução das desigualdades sociais”, que as TSSS subscrevem.

### **1.2.3 – Técnico Profissional de Acção Social Escolar**

Nos NASE, desde o início, sempre houve necessidade de pessoal qualificado para executar as funções de ASE. A filosofia sobre o preenchimento destes lugares não foi a de abrir concurso para a admissão de Quadros próprios e de os formar adequadamente, mas sim a de ser um Quadro residual para ex-professores, que a dada altura deixaram de ter habilitações para exercer a função docente, ou não a pretendiam exercer.

Com o 25 de Abril e o surgimento de condições para a entrada nas Escolas de um número cada vez maior de alunos, isto é, a massificação do ensino e a regulamentação para o

efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória de 6 anos, o volume de trabalho nos NASE passou a ser cada vez maior.

A primeira colocação de ex-professores nos NASE foi com base na Portaria nº 207/77 de 19 de Abril, - que regulamentou o nº 2 do artigo 16º do DL. nº 672/76 de 25 de Agosto -, e pelos Despachos da Secretaria de Estado da Administração e Equipamento Escolar, como sejam: nº 153/77 do DR de 9/12, nº 176 do DR de 6/1/78 e pelo DL nº 152/78 de 15/12. Este último diploma criou pela primeira vez um Quadro de funcionários de ASE nas Escolas preparatórias, secundárias e de ensino médio, nomeadamente as do Magistério Primário, com dotações de lugares em relação ao número de alunos matriculados e abriu a possibilidade de dar colocação a outros docentes, inclusive professores do ensino primário, cujo tempo de serviço prestado em ASE é contado como sendo serviço docente. Por sua vez, começou também a disponibilizar lugares para a colocação de funcionários do Quadro geral de adidos, tendo sido revogado em 30 de Agosto pelo DL nº 354/79.

Em 29 de Maio de 1980 o DL nº 172 estabelece as letras de vencimento de acordo com as habilitações académicas dos funcionários a trabalhar em ASE, equiparando os que detinham o curso geral do secundário, actual 9º ano, a terceiro-oficial e os que detinham o curso complementar, actual 11º ano, a segundo-oficial.

Só com o DL. nº 344/82 de 1/9 foi criada, finalmente, a Carreira Técnica Auxiliar de ASE com três categorias - principal, 1ª classe e 2ª classe com as letras de vencimento J, L e M, respectivamente. Este diploma também modificou o Quadro de ASE, aumentando as dotações de alunos por funcionário, - que passou de 500 para 1000 por cada lugar. O último Quadro de Funcionários de ASE criado em 1982, que abaixo se especifica, continua em vigor, porque o DL. nº 191/89 que recriou a carreira, não o alterou.

QUADRO 1.I - Comparação entre o 1º e o 2º Mapa de Pessoal de ASE

Quadro de Lugares de FASES	Estabelecimento de ensino	Nº de Lugares (a)	Nº de Lugares (b)
Decreto-Lei nº 152/78 de 15 de Dezembro	Com menos de 500 alunos	1	+ 1
	De 501 a 1000 alunos	2	+ 1
	De 1001 a 1500 alunos	3	+ 1
	De 1501 a 2500 alunos	4	+ 1
	Mais de 2500 alunos	5	+ 1
Decreto-Lei nº 344/82 de 1 de Setembro	Até 1000 alunos	1	+1
	De 1001 a 2000 alunos	2	+1
	Mais de 2000 alunos	3	+1
(a) Se o estabelecimento de ensino não organizar rede de transportes e ou refeitório			
(b) Se o estabelecimento de ensino organizar rede de transportes e ou refeitório			

O primeiro concurso de preenchimento dos lugares vagos do Quadro da Carreira de Técnica Auxiliar de ASE (TAASE) realizou-se em 9 de Setembro de 1982 pelo Aviso publicado na página nº 7037 do DR nº 209 II Série, e o requisito de habilitações exigidas passou a ser daí em diante o curso complementar do secundário.

Em 25 de Março de 1985 pelo DL nº 75, dão-se mais admissões de docentes sem habilitação própria ou suficiente nos Quadros de ASE das Escolas, e as últimas realizaram-se pelo DL nº 283/88 de 12 de Agosto, com efeitos a 29 de Maio de 1987.

O primeiro concurso de promoção na Carreira TAASE foi em 29 de Fevereiro de 1984 e, a seguir, em 1987, que foi anulado por força do DL. nº 223/87 de 30/5 - 1º Regime Jurídico do Pessoal não Docente das Escolas -, que extinguiu a carreira específica de TAASE e os integrou nos Serviços Administrativos. Em 7 de Junho de 1989, pelo DL. nº 191, foi recriada novamente a Carreira Técnica Auxiliar de ASE, com mais uma categoria de topo, a de especialista, com a letra I e redefiniu os primeiros conteúdos funcionais, com efeitos à data da sua extinção a 30 de Maio de 1987, no anexo do mesmo diploma que, no artigo 42º, estabelece a dependência hierárquica do pessoal não docente das Escolas.

Apesar de ser recriada a Carreira de ASE, desde 1987 ainda não foi aberto concurso de ingresso para esta carreira específica das Escolas. Como há falta de funcionários para executar as funções de ASE, os Órgãos Executivos empenhados e sensíveis a esta área têm destacado Assistentes Administrativos (AA) para esse trabalho. Ao ser promulgado o DL nº 497/99 de 19 de Novembro, sobre as regras de reconversão profissional, conseguiram preencher alguns Quadros neste sector, desde que possuíssem as habilitações exigidas de ingresso na carreira - o 12º ano, e três anos a desempenhar as funções específicas de ASE. Assim, alguns AA e poucos Auxiliares Acção Educativa (AAE) com aqueles requisitos, optaram pela integração na Carreira de Técnico Profissional de ASE (TPASE). Apesar disto, como o ME continua a não abrir qualquer concurso de ingresso para esta carreira., os Quadros de ASE em algumas Escolas continuam por preencher e o mais grave é quando é afectado, a este trabalho, pessoal requisitado dos Centros de Emprego, que quando começam a saber executar o trabalho, saem e tem de se iniciar de novo a formação de outra pessoa.

Mas os problemas não estão de maneira nenhuma resolvidos, porque este diploma, de reconversão profissional foi pouco aplicado, – talvez por desconhecimento dos possíveis interessados ou pelo não empenhamento dos Órgãos Executivos das Escolas -, e ao continuarem a existir dois tipos de carreiras de funcionários que trabalham em ASE e com o Seguro Escolar, dá azo à promiscuidade de tarefas e à ambivalência de funções e de

dependências hierárquicas. O TPASE depende directamente do professor do Conselho Executivo responsável pela ASE, e o Administrativo depende do Chefe de Administração Escolar. Frequentemente, quando as tarefas de ASE são desenvolvidas por Assistentes Administrativos, além de não ser criado um gabinete próprio para a ASE também lhe são distribuídas outras tarefas da área administrativa, o que o impede de desenvolver as plenas funções que competem à Carreira de Técnico Profissional de Acção Social Escolar

Desde 7 de Junho de 1989 há um Quadro próprio dos Serviços de Acção Social Escolar que possui, desde 1994, um programa informático próprio - “SASE”, uma Conta de Gerência própria e apenas tem necessidade de se relacionar com o serviço de tesouraria e de ter acesso aos dados processuais de matrículas do aluno a subsidiar, ou do aluno que sofre acidente escolar. Não há qualquer legislação que obrigue, e que aconselhe, à sua inclusão nos Serviços Administrativos, antes pelo contrário, há uma carreira específica técnico-profissional de ASE, com um conteúdo funcional, e uma dependência hierárquica distinta, conforme os artigos 10º, 42º e Anexo I e Anexo III do DL. nº 184/2004 de 29 de Julho, - Estatuto Jurídico do Pessoal não Docente das Escolas.

Um dos impedimentos desta situação deve-se à convivência de alguns Órgãos Executivos das Escolas/ Agrupamentos de Escolas face à posição de muitos Chefes de Serviços de Administração Escolar, que querem por força superintender também este sector da escola e fazem, sem legalidade, a inclusão da Área de ASE na Gestão de Processo dos Serviços Administrativos.

É um dever a criação em todas as Escolas de um gabinete próprio – SASE -, à parte dos Serviços Administrativos, para melhorar e desenvolver adequadamente os serviços específicos da Acção Social Escolar e sobretudo para que o atendimento do aluno, particularmente o candidato a subsídios, seja feito com privacidade e o tratamento da sua situação sócio-económica e familiar seja sigiloso, de acordo com o artigo 26º da Constituição da República - respeitar o direito da criança à privacidade da sua vida familiar, com a agravante de pertencerem ao tecido social mais frágil, precário e desprotegido da sociedade.



### 1.3 - O Seguro Escolar em Portugal

Em 23 de Fevereiro de 1925, na Lei nº 1:751, instituem-se as mutualidades escolares, embrião do futuro Seguro Escolar.

Em 4 de Junho de 1930, pelo Decreto nº 18 429, no seu artg. 103º e 104º é criado um organismo denominado *Comissão Permanente de Seguros Escolares* a funcionar na Direcção Geral do Ensino Técnico para *promover o seguro contra acidentes de trabalho de todo o pessoal e alunos das Escolas de ensino técnico profissional*. O mesmo diploma, no artg.106º, legisla que *ao aluno será exigida, no acto da matrícula, uma importância, que constituirá o prémio de seguro*.

O Estatuto do Seguro Escolar no Ensino Técnico só foi publicado no Decreto n.º 20420 de 20 de Outubro de 1931 “para garantir a protecção dos alunos contra acidentes de trabalho nas oficinas daquelas Escolas”<sup>(9)</sup> e foi regulamentado, posteriormente, pelo Decreto. n.º 20 934 de 25 de Fevereiro de 1932.

Devido à manifesta aceitação por parte da comunidade escolar e ao seu grande incremento foi criada a Comissão Permanente de Seguros Escolares, na Direcção-Geral do Ensino Técnico, pelo DL. n.º 24.618, de 29 de Outubro de 1934. Esta comissão era formada por professores do ensino técnico que tinham a competência de gerir “um Fundo próprio obtido pela contribuição dos alunos e outras receitas”<sup>(9)</sup>.

“A legislação de 1931-34 define este seguro como de acidentes de trabalho na escola, responsabiliza os directores das Escolas pelas condições de segurança, preocupa-se com a incapacidade temporária e permanente dos sinistrados e atribui-lhes salários virtuais como base de cálculo, dispondo que “as indemnizações devidas aos sinistrados são as estabelecidas pela lei de desastres no trabalho” (artigo 8º do DL. n.º 24.618). Procura fundar em bases científicas a prevenção, determinando os “elementos que devem ser fornecidos à Comissão para que se elaborem as estatísticas que permitam, de futuro, aconselhar os meios de obstar a determinados acidentes” e confere ao seguro escolar uma missão de “educação mutualista das massas escolares”, conseguindo obter “um grande interesse da parte dos directores das Escolas ...”. Tratava-se, de facto, de uma legislação cuja originalidade e preocupações sociais e educativas se podem considerar na vanguarda da sua época e que, ainda hoje, se apresenta como solução plena de actualidade e avançada em relação às que se praticavam noutros países da Europa (Espanha, França, Itália)”<sup>(9)</sup>.

Esta legislação, no essencial, ainda perdura, mas foi actualizada por sucessivos despachos ministeriais.

A 30 de Abril de 1971, pelo DL n.º 178, no seu artg. 1.º, foi criado *no Ministério da Educação Nacional, sob a dependência directa do Ministro, o IASE, com a finalidade de possibilitar os estudos, para além da escolaridade obrigatória... e proporcionar aos estudantes em geral condições propícias para tirarem dos estudos o máximo rendimento..* Pelo artg. 7.º competia-lhe a prestação de serviços de ASE aos alunos em geral. O Seguro Escolar era um desses serviços.

O n.º 2 das Instruções Regulamentares do Seguro Escolar de 1972, do IASE, refere que é um serviço que tem por objectivo criar condições para *proteger contra o risco de acidente de trabalho escolar os estudantes que frequentem os estabelecimentos de ensino oficial do ciclo preparatório e do secundário (liceal, técnico e médio).*

A extensão do Seguro Escolar aos graus de ensino para além do Ensino Técnico Profissional e Médio, foi sendo concretizada progressivamente, com base em instruções regulamentares aprovadas por despacho ministerial:

- Ensinos Preparatório, Liceal e do Magistério Primário em 1971/12/30;
- Ensino Primário em 1973/10/8;
- Escolas de Instrutores de Educação Física, a Telescola, bem como as actividades não escolares realizadas e sob orientação do I.A.S.E. e do Secretariado para a Juventude (campos e colónias de férias, centros de juventude, etc.), durante o ano de 1973;
- Ensino Superior em 1974.

O DL. n.º 223/73 de 11 de Maio, que reorganizou o IASE, pelo artg. 2.º o Presidente do IASE passou a presidir à Comissão Permanente do Seguro Escolar. No ponto 1 do artg. 16.º do mesmo diploma o Fundo Permanente de Seguros Escolares passou a designar-se **Fundo Nacional do Seguro Escolar** e a ser definido, no ponto 2 do mesmo artigo, como um *Serviço que se destina a garantir, em regime de mutualidade, a actividade seguradora e a respectiva cobertura financeira, nas diversas modalidades de seguro aplicáveis ao estudante, enquanto tal.*

Em Outubro de 1973, com a extensão ao ensino primário, todo o ensino oficial não superior passou a estar abrangido pelo Seguro Escolar.

Aquando da decisão da extensão do Seguro Escolar aos Açores e à Madeira, questionou-se a concepção de qual o tipo de seguro que se devia aplicar na regionalização:

- se *seguro de acidentes de trabalho*, em que sendo o Estado o responsável pelo funcionamento das Escolas – locais geradores de risco -, a cobertura dos danos daí

decorrentes teria de lhe ser imputada, e ao aluno caber-lhe-ia pagar uma quota ou “propina”, a qual não seria cobrada aos alunos em escolaridade obrigatória;

- se *seguro de acidentes pessoais dos alunos*, a responsabilidade seria transferida para o próprio aluno ou para os seus encarregados de educação, mediante um contrato, cujo prémio cobriria as necessidades de financiamento do Fundo. Mas seria também financiado pelo Estado para que o preço fosse “social”, já que devia de ser alargado a todos os alunos.

Esta questão, todavia, teria que ter em atenção a definição proposta pela legislação de 1931 a 1934. E assim toda a legislação que passou a guiar esta matéria, do Seguro Escolar, cabe, por natureza, no tipo de acidentes de trabalho escolar.

Foi em 1978 que o acidente de trabalho escolar passou a ser designado como *acidente de actividade escolar*. A definição dos riscos cobertos e das responsabilidades assumidas levou ao conseqüente alargamento da responsabilidade do Estado neste serviço de ASE. Assim, é considerado acidente escolar o que ocorra:

- *no estabelecimento de ensino;*
- *em actividades escolares ou educativas sob responsabilidade docente;*
- *no trajecto normal de e para o estabelecimento de ensino.*

Pelo DL. nº 538/79 de 31 de Dezembro o Seguro Escolar passou a ser concebido como uma das obrigações administrativas do Estado, extensível a todos os alunos, de todos os graus de ensino oficial e do ensino particular – Lei nº 9/79 de 19 de Março, gratuito em escolaridade obrigatória. Actualmente são alunos em escolaridade obrigatória todos os matriculados no 1º ano a partir do ano lectivo de 1987/88. São obrigados a frequentar a escolaridade durante 9 anos lectivos, conseguindo ou não completar o 9º ano de escolaridade. O diploma obrigatório ainda é o do 6º ano de escolaridade.

O aperfeiçoamento do funcionamento do Seguro Escolar, isto é, a assistência aos sinistrados nos estabelecimentos de ensino pautou-se por:

- *o apetrechamento dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário com armários postos de socorros, equipamento e medicamentos para tratamento de pequenos acidentes; formação de pessoal para a sua utilização;*

- a nomeação de um professor - director do seguro escolar -, encarregado da segurança, com funções meramente pedagógicas, actualmente o Delegado de Segurança, foi o início da estruturação e funcionamento das actividades de Prevenção e de Educação para a Segurança;

- a edição de novos impressos de participação do acidente, da guia da apresentação do sinistrado e das requisições de fundos;

- a fixação de tabelas e de acordos com Hospitais Civis, Casas de Saúde e Médicos particulares;

O Seguro Escolar, genericamente, destinava-se a “cobrir os riscos de acidente dos alunos nas actividades escolares, abrangendo os acidentes na escola, noutras actividades escolares fora desta e no trajecto entre a escola e a residência do aluno”, e quando ocorresse um acidente, a pagar “os encargos relativos à assistência médica e medicamentosa, recuperação, próteses a indemnização por incapacidade permanente”, devendo a assistência “ser prestada nos Hospitais Civis ou em Casas de Saúde que tenham acordo com o Fundo Nacional do Seguro Escolar (FNSE)”.

No âmbito do DL. nº 35/90 de 25 de Janeiro o Seguro Escolar tem dimensão nacional, é uma modalidade de Acção Social Escolar, destina-se a cobrir financeiramente a assistência aos alunos sinistrados e o seu artigo 17º passou a ser regulamentado pela Portaria nº 413/99 de 8 de Junho, que pelo artg. 2º abrange todos os alunos da educação pré-escolar, 1º/2º/3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário da rede pública, bem como os que frequentam os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo em regime de contrato de associação, cursos de ensino recorrente e do ensino profissional...

O Fundo Nacional do Seguro Escolar é alimentado pelo pagamento do “prémio” anual – actualmente é de 1% do salário mínimo nacional - dos alunos fora da escolaridade obrigatória e por subsídios do Ministério da Educação

O Seguro Escolar é um sector da Acção Social Escolar que tem uma relação directa com a problemática epidemiológica dos Acidentes Escolares e a sua prevenção.

## **1.4 - Razões para este estudo**

O último estudo existente a nível nacional sobre a caracterização dos acidentes escolares é da autoria de Maria Filomena Godinho Mendes e foi publicado pelo IASE em Fevereiro de 1988. Foi efectuado em dois graus de ensino, o preparatório e o secundário, com dados de quatro anos lectivos, numa amostragem de 74 Escolas (44 Preparatórias e 30 Secundárias) com as maiores taxas de sinistralidade, segundo os mesmos itens de local de ocorrência, tipo de acidente e localização da lesão, mas sem as variáveis de sexo, idade, ano de escolaridade e ocorrência por meses lectivos que se irão estudar.

Decorridos 13 anos, de 1988 a 2001, início do projecto de dissertação, com as alterações na estrutura e organização da rede escolar, com o projecto de alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos e pela inexistência de um Organismo no ME que coordene este tipo de estudos, de modo a que na recolha e no tratamento dos dados sejam aplicados os mesmos critérios, sentiu-se a necessidade de fazer a avaliação dos acidentes escolares com o objectivo de contribuir para a sua prevenção, aumentando a segurança da criança/jovem na Escola. Outro objectivo foi construir uma base de dados actualizada, que permita programar futuras intervenções de segurança nos recintos escolares. A pertinência e utilidade do estudo e a sua relação com o âmbito funcional da Autora, na medida em que co-orienta e supervisiona a ASE das Escolas da área geográfica do CAECB, motivou esta investigação. O conhecimento das Escolas e as boas relações de trabalho com as mesmas, funcionou como uma mais valia para obter os dados mais correctos e aprofundados sobre a caracterização dos acidentes escolares.

A decisão de analisar os próprios IA, que servem de base ao preenchimento dos MT, como já se descreveu no Prefácio, foi por se ter chegado à conclusão que o estudo, com base nos referidos mapas, não reflectia só acidentes escolares mas também situações de doença surgida em tempos lectivos ou quebra de próteses. Assim, só o presente estudo, caracteriza os acidentes escolares, com variáveis que ainda não foram estudadas em Portugal, tais como a idade, sexo, ano de escolaridade e a sua frequência por meses lectivos, além de investigar o 1º Ciclo, pela primeira vez. É um estudo empírico, descritivo, de investigação quantitativa, que pretende contribuir para um maior conhecimento da epidemiologia dos acidentes nos recintos escolares, reforçar a consciência para a necessidade de segurança e prevenção de acidentes nas Escolas e repensar as condições para o apoio aos alunos acidentados.



## **2 - OBJECTIVOS**

Nesta investigação definiram-se os seguintes objectivos:

- 1 - Caracterizar os Acidentes Escolares, ocorridos nos estabelecimentos de ensino oficial da Área Educativa de Castelo Branco, segundo o local de ocorrência, o tipo de acidente e a localização da lesão, no triénio lectivo de Setembro de 1998 a Junho de 2001;
- 2 – Analisar a sinistralidade escolar no triénio lectivo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001, em função do sexo, ano lectivo, nível de ensino, ano de escolaridade e idade e a sua distribuição na Área Educativa de Castelo Branco.
- 3 - Avaliar os recursos humanos e materiais que existem nas Escolas oficiais, ao nível da Direcção Regional de Educação do Centro, para a assistência ao aluno acidentado.





## **3 - MATERIAL E MÉTODOS**

Este estudo é constituído por duas partes distintas e que se completam.

Neste capítulo define-se a população alvo, descrevem-se as variáveis, os documentos e instrumentos base e as etapas percorridas para explorar os objectivos preconizados neste estudo descritivo.

A base de dados da caracterização dos AE a partir dos IA de três anos lectivos foi elaborada por género, idade, ano de escolaridade e nível de ensino. Diferenciaram-se por Escolas e Concelhos da zona de intervenção do CAE CB e referenciaram-se também os meses lectivos com maior sinistralidade e os locais para onde o aluno acidentado foi encaminhado.

O levantamento das condições nas Escolas com 2º, 3º ciclos e secundário, ao nível da DREC, para a primeira assistência ao aluno acidentado, foi feito com base num questionário recolhido no 2º período do ano lectivo de 2001/02.

### **3.1 – População**

#### **3.1.1 – Acidentes escolares**

A população escolar estudada abrange todos os alunos dos estabelecimentos de ensino oficial que estão sob a tutela da coordenação do Centro de Área Educativa de Castelo Branco (CAECB) num total de 73.997 alunos, distribuídos por 3 anos lectivos, em 12 Concelhos com 287 Escolas oficiais de vários tipos consoante os níveis de ensino que leccionam - Quadro 3.I

QUADRO 3.I	Tipos de Escolas Oficiais por Níveis de Ensino do CAE CB							
Concelhos	1º Ciclo	EBI	B 2	B 2/3	B 3	B 2/3/S	S/3	Secund.
Belmonte	12					1		
Castelo Branco	33	1		3			4	
Covilhã	47	1	1	3	1		2	
Fundão	46			3			1	
Idanha	14					1		
Mação	17					1		
Oleiros	15					1		
Penamacor	11					1		
Proença-a-Nova	15					1		
Sertã	39			1				1
Vila de Rei	2	1						
V. V. Ródão	6			1				
<b>Total</b>	<b>257</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>1</b>

Em Castelo Branco, excluiu-se do estudo a Escola do 2º/3º Ciclos José Sanches de Alcains por não ter sido encontrado qualquer IA, e nos MT existentes houve acidentes. A Escola 2/3/S José Silvestre Ribeiro de Idanha-a-Nova ao não enviar os IA dos anos lectivos de 1998/99 e de 1999/00, e como nos MT teve situações de acidentes, não se contaram estes anos relativamente ao 2º, 3º Ciclos e Secundário, nem se meteu a respectiva população escolar, para não falsear as taxas de sinistralidade desta Escola e deste Concelho.

Abranger-se-á as Escolas públicas que funcionaram nos anos lectivos em estudo caso da EB. 2º/3º Ciclo João Roiz em Castelo Branco que começou a funcionar no ano lectivo de 2000/01.

Os alunos do 2º Ciclo do ensino mediatizado não foram abrangidos por este estudo, porque se pretendeu apenas estudar o ensino directo, e praticamente não havia situações de alunos acidentados, já que no CAE existem cópias dos IA que foram enviados para a DREC. Também não se estudaram os estabelecimentos de ensino privado.

Os IA das 257 Escolas Básicas do 1º Ciclo, tivessem ou não ocorrência de acidentes, serão tratados apenas por Concelhos.

A descrição do episódio do acidente nos IA é primordial para se avaliar se o que ocorreu foi ou não um acidente, isto é, se na realidade houve lesão e as suas causas.

### **3.1.2. - Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado**

Quanto ao universo onde se aplicou o Questionário sobre “As Condições da 1ª Assistência aos Alunos Acidentados” foram as 248 Escolas oficiais da DREC com 2º/3º Ciclos e Secundário, das quais são 51 do CAE de Aveiro, 30 do CAE de Castelo Branco, 57 do CAE de Coimbra, 29 do CAE da Guarda, 36 do CAE de Leiria e 45 do CAE de Viseu, sendo também considerado um censo na medida em que se obtiveram 238 questionários respondidos (96%).

## **3.2 – Variáveis**

### **3.2.1 – Acidentes Escolares**

*Acidente escolar:* - o evento resultante da causa externa, súbita, fortuita, ou violenta, ocorrido no local e tempo de actividade escolar, que provoque ao aluno lesão corporal, doença ou morte - definição legal no artigo 3ª da Portaria nº 413/99 de 8 de Junho;

*Ano lectivo:* – período de aulas que decorre entre 15 de Setembro de um ano civil a 30 de Junho do ano civil seguinte;

*Nível de ensino:* – 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo e Secundário (A.1);

*Ano de escolaridade:* – do 1º Ano ao 12º Ano (A.1);

*Sexo:* – género masculino (H) ou feminino (M) – variável independente e categorial;

*Idade:* – Nº de anos de vida do aluno à data do acidente – variável métrica;

*Local de ocorrência:* – Sala de aula; Oficina/Laboratório; Ginásio/Aula de Educação Física; Recreio/Pátio/Campo de Jogos; Escadas/Corredor; Instalações sanitárias; Trajecto casa-escola; Visitas de estudo/Actividades de Complemento Curricular (A.C.C.); Desporto Escolar; Outro local/Outra actividade;

*Tipo de acidente:* – Queda; Ofensa corporal voluntária; Choque entre pessoas; Choque com objectos; Introdução de corpos estranhos; Manipulação de objectos ou entalões; Queimaduras; Intoxicações; Atropelamento; Outro tipo (não enumerado anteriormente);

*Localização da lesão:* – Crânio; Face; Olhos; Nariz; Dentes; Membros superiores;  
Membros inferiores; Tronco; Múltiplas; Outra;

*População escolar:* - número de aluno que está matriculado numa escola;

*Período ou trimestre lectivo:* – aproximadamente três meses de aulas entre as interrupções escolares: - 1º Período, 2º Período e 3º Período;

*Meses lectivos:* Todos os meses de um ano civil excepto Julho e Agosto;

*Encaminhamento do acidentado:* locais de prestação de cuidados de saúde para onde o aluno é levado após a ocorrência de um acidente: - Hospital; Centro de Saúde; Clínica particular; Médico particular; Centro de enfermagem/Outro.

### **3.2.2 – Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado**

Na parte “A” do Questionário segundo o modelo que apresentamos em apêndice (AP 47), pretendeu-se fazer um levantamento de um conjunto de variáveis independentes do funcionário que trabalha na área do Seguro Escolar nas Escolas.

Tais como:

*Idade:* anos de vida à data do preenchimento do questionário - variável métrica;

*Sexo:* género masculino ou feminino - variável nominal;

*Escolaridade:* nível - variável ordinal;

*Carreira profissional:* - série de categorias percorridas por um funcionário na sua actividade laboral - variável ordinal;

*Anos de serviço:* - número de anos como trabalhador do Ministério da Educação e nas funções de ASE - variável métrica;

*Formação específica:* - acções educativas de aquisição de conhecimentos próprios para a assistência a um acidentado - variável nominal;

*Satisfação nas funções:* - auto-avaliação do bem-estar que resulta do trabalho exercido - variável ordinal;

Na parte “B” do questionário pretende-se saber quais os recursos humanos e materiais subjacentes à actuação na primeira assistência a um aluno acidentado.

### **3.3 – Colheita de dados**

Esta colheita de dados teve por base documentos oficiais, ficheiros e grelhas de população escolar e um Questionário que a seguir se discriminam.

#### **3.3.1 – Acidentes Escolares**

- Listas das Escolas com moradas e telefones do CAECB por Concelhos;
- Inquéritos de Acidente Mod.DRE/ASE-SE nº1/94 e nº2/94 (anexos A.3 e A.4);
- Mapas Trimestrais Mod.DRE/ASE-SE Nº 5/94 do 1º Ciclo (A.5), e Mod.DRE/ASE-SE Nº 6/94 do 2º, 3º Ciclos e Secundário (A.6);
- Modelos do DAPP sobre alunos matriculados das Escolas:
  - . 1998/99: - nº 405 – 1º Ciclo ( A.7 );
    - nº 407 – 2º Ciclo (A.8 );
    - nº 408 – 3º Ciclo (A.9 );
    - nº 437 - Cursos Gerais do Secundário (A.10 );
    - nº 438 – Cursos Tecnológicos do Secundário e (A.11 );
  - . 1999/00 e 2000/01: - nº 110 do 1º, 2º e 3º Ciclos (A.12 e A.14);
    - nº 120 do Secundário (A.13 e A.15);
- Grelhas da População Escolar (AP 47, AP 48, AP 49, AP 50);
- Ficheiros da DREC da População Escolar diurna por níveis de ensino, anos de escolaridade, sexos e idades do ano lectivo de 1998/99;
- Ficheiros do DAPP do ME da População Escolar diurna por níveis de ensino, anos de escolaridade, sexos e idades dos anos lectivos de 1999/00 e 2000/01;
- Mapas de algumas Delegações Escolares sobre alunos matriculados nas Escolas do 1º Ciclo por anos de escolaridade e idades;
- Mapas de Frequência de alunos do 1º Ciclo com idades ou datas de nascimento;
- Relações nominais de Turmas de alunos do 2º, 3º Ciclos e Secundário.

#### **3.3.2 – Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado**

- Listas das Escolas dos 6 CAE com moradas facultadas pela DREC;
- Questionário – registo não documental de carácter misto (AP 46).

### **3.4 – Análise dos Dados**

Para os dados poderem ser analisados, construiu-se ficheiros sobre o CAE para apuramento dos Inquéritos de Acidente e da População escolar, e sobre a DREC com os seis CAE para os Questionários.

#### **3.4.1– Acidentes Escolares**

O ficheiro para tratamento dos 2.504 Inquéritos de Acidente por género, idades, anos de escolaridade e níveis de ensino foi estruturado com tantas folhas por Escola, Concelho e CAE, quantos os níveis de ensino existentes, do 1º Ciclo ao Secundário. Estas são resumidas, por sua vez, noutra folha global por escola. Quando esta é o único estabelecimento de ensino no Concelho estes dados são coincidentes. Quando um Concelho tem vários estabelecimentos de ensino com 1º, 2º 3º ciclos e secundário, as Escolas são resumidas em folhas concelhias, uma por cada nível de ensino que abrange, caso dos Concelhos de Castelo Branco, Covilhã e Fundão. Por fim, todos os Concelhos são resumidos em folhas do CAE, uma por cada nível de ensino e estas resumidas, por sua vez, em outras de totais.

Cada folha por cada nível de ensino da Escola, Concelho e do CAE tem uma estrutura de oito Quadros:

- Os primeiros quatro, um por cada ano lectivo, e o último, súmula dos três primeiros, foram construídos com uma estrutura igual, com tantas colunas de idades quantas as idades dos alunos que tiveram acidentes, por cada ano de escolaridade e consoante o nível de ensino, e tantas linhas quantas as variáveis de caracterização. Destes quadros, os três primeiros são de inserção dos dados do estudo (números de acidentes por local de ocorrência, tipo de acidente e localização da lesão, consoante o nível de ensino, por idades de cada ano de escolaridade e sexo), - (AP 20), (AP 25), (AP 29), (AP 33);
- O quinto, total do nº de acidentes por sexo e idades existentes em cada nível de ensino, com as percentagens respectivas – (AP 21), (AP 26), (AP 30), (AP 34);
- Os sexto e sétimo são resumos do apuramento dos acidentes por sexo, um por anos de escolaridade e outro por anos lectivos - (AP 22), (AP 27), (AP 31), (AP 35), e (AP 23), (AP 28), (AP 32), (AP 36);
- O oitavo é sobre o total dos totais da sexta e sétima grelhas, com as respectivas percentagens - (AP 24) (AP 37);

As folhas do CAE têm mais 3 grelhas cada, sobre as taxas de sinistralidade. Elaboraram-se folhas de totais sobre o CAECB:

- De caracterização de acidentes das idades dos 6 aos 21 anos e por sexo (AP 38), de todos os anos de escolaridade, do 1º ao 12º (AP 39) e dos 4 níveis de ensino não superior (AP 40);
- Das Escolas sobre: a evolução nos 3 anos lectivos dos acidentes, da população escolar e das percentagens, por nível de ensino e sexo (AP 41); os níveis de ensino por anos lectivos e sexo, da população escolar e das percentagens (AP 42); total dos anos lectivos em acidentes, população e percentagens por sexo (AP 43); total dos anos lectivos em acidentes, população e percentagens por sexo e por Concelhos (AP 44); total dos anos lectivos em acidentes, população e percentagens por sexo por tipos de Escolas (AP 45);

Em todos os Quadros há uma última linha com os dados da população escolar matriculada por sexo e idades referenciadas a 31 de Dezembro de cada ano lectivo, que sucessivamente são somadas por ano de escolaridade, nível de ensino e em cada ano lectivo.

O 1º Ciclo foi tratado ao nível das Escolas Básicas Integradas (EBI) e ao nível dos 12 Concelhos – englobando todas as Escolas Básicas do 1º Ciclo, tivessem ou não acidentes -, com a respectiva população escolar, com uma estrutura de grelhas equiparada aos outros níveis de ensino.

Apresentamos Apêndices de Quadros sobre o CAECB por cada variável de caracterização dos acidentes em todos os níveis de ensino, por sexo, preenchidos com os números de acidentes, as taxas de sinistralidade, as percentagens relativas e a população escolar por:

- Idades – (AP.1, AP.2, AP.3);
- Níveis de ensino com os anos de escolaridade (AP.4, AP.5, AP.6);
- Níveis de ensino com os anos lectivos (AP.7, AP.8, AP.9);
- Totais dos 3 anos lectivos e dos 4 níveis de ensino (AP.10, AP.11, AP.12);
- Escolas e Concelhos, inclusive as Escolas do 1º Ciclo, nos três anos lectivos (AP.13, AP.14, AP.15).

No CAECB também se mostra por Escolas e Concelhos a distribuição dos totais de acidentes, das taxas de sinistralidade e da população escolar, por idades (AP.16), anos de escolaridade (AP.17), e níveis de ensino nos três anos lectivos (AP.18).

Por fim há uma grelha resumo do CAE onde se confrontam os números de acidentes apurados no primeiro estudo pelos MT (num total de 390 mapas trimestrais, dos quais 126 concelhios do 1º Ciclo), que esta dissertação não inclui, e o número de IA que foram

recebidos e os IA excluídos, por escola, para se aferir os IA em falta e as diferenças entre estes documentos das Escolas em estudo (AP19).

Elaboraram-se também Quadros de relação dos Concelhos por cada nível de ensino e de totais concelhios por idades, anos de escolaridade e níveis de ensino e que não são apresentados em apêndices por terem estruturas similares com os já apresentados.

Com o apoio oficial solicitou-se aos 30 estabelecimentos de ensino com 2º/3º Ciclos e Secundário de toda a área de intervenção do CAECB fotocópias de todos os Inquéritos de Acidente ocorridos nos três anos lectivos propostos para o estudo. Os IA referentes ao 1º Ciclo estavam disponíveis no arquivo da Área de Acção Social Escolar do próprio CAECB.

Nos MT estão referenciadas 2687 situações de acidente, e foram tratados 2713 IA ao todo. Assim, existiam pelo menos mais 26 IA no global do que os referenciados nos MT nos três anos lectivos.

Com a análise das descrições dos acidentes ocorridos excluíram-se 209 IA (8%), que não eram situações de acidente escolar. Foram incluídos nesta investigação 2.504 IA no total.

Seis IA - 5 homens e 1 mulher -, com datas entre o início e o fim do 1º período de aulas eram de alunos de 5 anos de idade, nos Concelhos da Covilhã (1), Mação (1), Penamacor (1), Proença-a-Nova (1), Sertã (2) que foram integrados na idade de 6 anos. Esta alteração da idade teve de se efectuar porque a estatística da população escolar só contempla alunos com 6 anos.

Indirectamente, o encaminhamento de um aluno acidentado poderá ser um indicador da gravidade dos Acidentes Escolares, do tipo de unidades de saúde mais procurada ou da maior ou menor facilidade de acesso para a resolução das lesões do aluno.

Quanto aos meses lectivos em que ocorreram os acidentes poder-se-á relacionar a influência das diferenças climáticas no comportamento dos alunos.

A análise da distribuição por homens e mulheres, níveis de ensino, anos de escolaridade e idades permite avaliar e definir a dimensão do problema em termos de frequências.

A população escolar matriculada ao nível do CAECB por níveis de ensino, anos de escolaridade, idades e sexos do 1º, 2º, 3º Ciclos e Secundário foram a base de cálculo das taxas de sinistralidade, cujas grelhas de dados se apresentam preenchidas em apêndices do (AP.51) ao (AP.62).

O trabalho de conseguir por sua vez os dados da população escolar por estas variáveis, foi enorme. A indisponibilidade dos dados oficiais de 1999/00 e 2000/01 em tempo oportuno, levou a que se oficiasse às Escolas a solicitação dos dados da população escolar por sexo,



idades, anos de escolaridade e nível de ensino para adiantar a sua análise (A.18 e A.19). Assim, foram facultadas, por muitas das Escolas com 2º/3º Ciclos e Secundário, fotocópias dos Modelos enviados para o DAPP, ou então, na falta ou incorrecção destes, relações nominais dos alunos por turmas, desde que incluíssem as idades e ou as datas de nascimento.

Quanto ao 1º Ciclo, os(as) ex-Delegados(as) Escolares, excepto os de Castelo Branco e da Covilhã, disponibilizaram fotocópias de mapas estatísticos próprios com todos estes dados, ou preencheram as grelhas enviadas para o efeito, por correio, mail, ou entregues pessoalmente, quando não conseguiam os Modelos estatísticos do DAPP (AP.47 ao AP.50). Com a extinção das Delegações Escolares, as Escolas do 1º Ciclo passaram a fazer parte de uma zona pedagógica e administrativa denominada Agrupamento de Escola (AGE) com sede nas Escolas Básicas com 2º e 3º Ciclo (AGEB), ou com 2º/3º Ciclo e Secundário (AGEBS), normalmente estas de âmbito concelhio. Foram alguns destes Agrupamentos que contactaram as suas Escolas Básicas do 1º Ciclo e enviaram os Modelos do DAPP, ou preencheram as grelhas respectivas. Apesar de todo o empenhamento neste trabalho por parte destes Agrupamentos e Delegados, só pelos dados do DAPP se completaram as falhas de algumas Escolas do 1º Ciclo, porque entretanto tinham sido extintas ou porque não se encontraram os elementos solicitados, ou porque exigiram a consulta dos mesmos na própria sede do Agrupamento.

A estatística da população escolar tem de ser referenciada à data de 31 de Dezembro. Em muitas Escolas deparou-se com a situação de não haver população de alunos com a idade referida no IA, ou porque o aluno sinistrado ainda não tinha a idade, ou então já tinha um ano a mais. Como foi solucionado este problema? Pediu-se à Escola a confirmação do ano de escolaridade e a idade do aluno acidentado pela data de nascimento - o modelo de IA ainda em uso não contém, como devia, este dado fundamental. Por vezes, quando no IA a idade estava errada, o problema resolvia-se se houvesse população com a idade real do aluno e no respectivo ano de escolaridade. Se os dados do IA estavam correctos, o problema foi resolvido de 3 maneiras: 1ª - aumentando um ano de idade ao aluno, se o acidente ocorresse antes de 31 de Dezembro e o aluno também fizesse anos antes desta data e ainda não tivesse feito anos à data do acidente - estava incluído na estatística com mais um ano; 2ª - diminuindo um ano de idade se o acidente ocorresse depois de 31 de Dezembro e se o aluno também fizesse anos depois desta data e depois da data do acidente - estava incluído na estatística com menos um ano; 3ª - mediante a análise da relação de alunos da turma do aluno acidentado, com as suas datas de nascimento, posicionando-se os alunos nas idades à data do acidente.

Quando foram recebidas as estatísticas do ME (A.20 ao A.22) e os dados não coincidiam com os dos modelos ou grelhas facultadas pelas Escolas, pediram-se muitas relações de turmas com as idades e por vezes com as datas de nascimento dos alunos matriculados e refizeram-se os números definitivos da população escolar a incluir no estudo. Não se conseguiu fazer cópia do mail do DAPP a enviar os ficheiros da população escolar de 1999/00, porque se perdeu por avaria do computador, mas a data dos ficheiros do 2º/ 3º Ciclos e Secundário foi a de 9 de Dezembro de 2003 e o do 1º Ciclo a 3 de Março de 2004.

No ano lectivo de 1998/99 este trabalho foi penoso, porque em muitas cópias dos modelos do DAPP, enviados para a DREC, os alunos matriculados duas ou mais vezes num determinado ano de escolaridade - números de alunos repetentes -, não figuravam nas estatísticas – porque incorrectamente não estavam incluídos nos totais. Houve uma escola secundária que só tinha lançado no modelo do DAPP os alunos repetentes, mas como se conhecia bem a escola, deduziu-se que não era possível ter só aquela população escolar. Pediram-se todas as relações de turmas com idades e elaborou-se a estatística correcta. Numa outra do 1º Ciclo tinha quase só homens e também porque se conhecia a realidade, refez-se a população matriculada pelo mapa de frequência diária de Dezembro. Também se verificaram situações em que todos os alunos estavam adiantados um ano de idade nos modelos do DAPP e rectificou-se, ou por listas das turmas por idades ou por assunção do erro pela escola.

No ensino secundário os alunos podem estar matriculados em disciplinas dos vários anos de escolaridade. Nalgumas Escolas secundárias os totais não eram coincidentes e como por vezes não foram encontrados os modelos do DAPP, pediram-se fotocópias das listas das turmas. Verificaram-se os nomes dos alunos um a um e constatou-se que muitos estavam repetidos por diversas turmas e tinham sido contados pela escola, a dobrar e por vezes a triplicar, em vez de os contarem uma só vez.. Podia descrever muitas mais situações de erros de dados na estatística da população escolar matriculada, - a base de qualquer planeamento no âmbito da educação.

Houve situações em que o mesmo aluno chegou a sofrer num mesmo ano lectivo 2 ou 3 acidentes e por isso a população escolar da idade deste aluno é inferior ao número de acidentes que se verificaram nessa idade.

Nos três anos lectivos estudados foram extintas algumas Escolas Básicas do 1º Ciclo e os documentos sobre a população escolar de algumas, desapareceram, não foram acautelados.

Com a extinção das Delegações Escolares e a passagem para os Agrupamentos de Escolas de todo o trabalho administrativo destas, é que se poderá conseguir, futuramente, uma uniformização de procedimentos e de estatísticas em todos os níveis de ensino.

Só com os ficheiros enviados pelos Serviços de Estatística do Ministério da Educação é que se conseguiram avaliar e completar os números dos alunos matriculados. Quando se iniciou este estudo, não se tinha a ideia do volume de trabalho que se ia encontrar, com as rectificações dos erros e disparidades entre os dados estatísticos oficiais e os enviados pelas Escolas, para além da demora dos dados do ME dos anos lectivos que se estudaram. Foi uma verdadeira maratona este trabalho, moroso e pouco gratificante, nas angústias que se viveram, para se conseguir uma população escolar fidedigna.

Os dados apurados nas grelhas em Excel do IA foram transportados para tabelas elaboradas em Word de resumo dos totais por CAE, Concelhos e Escolas, por anos lectivos, idades, níveis de ensino, anos de escolaridade e pelos três itens de caracterização dos acidentes escolares – local da ocorrência, tipo de acidente e localização da lesão.

Os intervalos etários nos Quadros que mostram a caracterização dos acidentes globais por idades do CAECB e a distribuição dos acidentes por idades dos Concelhos e das Escolas, foram fixados de modo a coincidirem com as idades dos alunos que prosseguem os estudos, sem repetir qualquer ano de escolaridade, entre o 1º ano do 1º Ciclo e o 12º ano do Secundário. Para se analisar mais especificamente a sinistralidade por idades, elaboraram-se, por cada nível de ensino, tabelas com a discriminação de todas as idades dos alunos.

A população nas grelhas das idades tem uma diferença ligeiramente inferior àquela que foi lançada nas grelhas dos anos de escolaridade e níveis de ensino, onde consta a população real.

### **3.4.2 – Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado**

Este Questionário às Escolas foi elaborado sobretudo com perguntas fechadas, ou semi-abertas, enviado por correio e preenchido na parte “A” pelo Técnico-profissional de Acção Social Escolar responsável pelo Sector do Seguro Escolar e na parte “B” em equipe constituída por este Técnico, o Professor do OGE responsável pelo SASE e o Encarregado dos Auxiliares de Acção Educativa.

Foi pré-testado, junto de alguns destinatários, para verificar a facilidade ou dificuldade no seu preenchimento, assim como aquilatar algumas sugestões sobre a forma e conteúdo do mesmo e efectuaram-se os ajustamentos necessários.

O tratamento dos dados do questionário foi efectuado em três tipos de grelhas Excel por cada CAE e outras três de resumo da DREC e os totais foram compilados em tabelas de

Word, tantas quantas as questões formuladas. O tratamento gráfico dos resultados de cada pergunta foi realizado em Excel, ajustado em Publisher e depois transferido deste para Word, como imagem.

As perguntas abertas foram agrupadas por tipo de respostas iguais ou similares.

Numa pergunta de resposta múltipla as percentagens das respostas excedem os 100%. Ao longo do estudo serão apresentados resultados percentuais calculados no nº de inquiridos que nalguns casos será superior a 100. No entanto a opção pela apresentação de percentagens justifica-se pela facilitação que permite em termos de análise comparativa.

Foram endereçados 248 exemplares do Questionário pelo Ofício-circular nº 54 da DREC 2002/02/01 (A.16) assinado pelo Sr. Director Regional-Adjunto, Dr. Linhares de Castro, a todos os estabelecimentos de ensino da Região Centro, com excepção das EB do 1º Ciclo, com vinhetas autocolantes das moradas disponibilizadas pela DREC. Às Escolas que atrasaram a resposta enviou-se o Fax nº 253 em 2002/04/02 assinado pela Coordenadora Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Lopes Dias (A.17). Foram respondidos 238 questionários no total.

Foram feitos ao longo do estudo inúmeros contactos telefónicos com as Escolas, por vezes in loco, de orientação pedagógica sobre os problemas que foram sendo detectados ao longo de todo o estudo, para conseguir os documentos e corrigir dados.

## 4 – RESULTADOS

Este capítulo está dividido em três partes. Depois da apresentação da sinistralidade global do CAECB, no Quadro 4.I faz-se a caracterização dos acidentes escolares segundo o local da ocorrência, o tipo de acidente e a localização da lesão, cada um subdividido em 10 itens. Os dados são apresentados por ano lectivo, ano de escolaridade, idade e sexo, nos quatro níveis de ensino, separadamente e no global do CAECB - Quadros 4.II a 4.XLVII.

Em segundo lugar interpreta-se a distribuição dos números totais de acidentes e respectivas taxas, que ocorreram desde 15 de Setembro de 1998 até fins de Junho de 2001, nos 12 Concelhos e nos estabelecimentos de ensino tutelados pelo CAECB: nas 257 Escolas que leccionam só o 1ºCiclo os dados são apenas concelhios e nas 30 Escolas que leccionam o 2º/3º Ciclos e Secundário são também apresentados individualmente, por sexo, ano lectivo, ano de escolaridade, intervalo etário e nível de ensino, além da frequência dos acidentes por meses e períodos lectivos. Relativamente às Unidades de Saúde para onde o aluno é encaminhado apresentam-se por anos lectivos e níveis de ensino – Quadros 4.XLVIII a LXVII.

Por último mostram-se os resultados do Questionário sobre as “Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado” ao nível da DREC, tanto em tabelas como em gráficos - Quadros 4.LXVIII a XC e Figuras nº 1 a 23.

**Nota:** As tabelas que iremos mostrar têm os dados totais dispostos na vertical ou na horizontal com o número dos acidentes (**n**), com a taxa de sinistralidade (**%s**), população escolar matriculada (**pop**) e com as percentagens relativas - vertical (**%v**) e horizontal (**%h**).

## 4.1 – Caracterização dos Acidentes Escolares

O primeiro Quadro 4.I mostra que ocorreram 2.504 acidentes em três anos lectivos numa população de 73.997 alunos. A sinistralidade global à décima, na área de intervenção do CAECB é de 3,4%, sendo maior no rapaz (3,5%), com uma frequência relativa de 52,2%, do que na rapariga (3,3%), com 47,8%. Não contabilizando o 1º Ciclo, cujos dados são concelhios, a sinistralidade total aumenta (4,4%) e a frequência passa a ser praticamente igual no rapaz e na rapariga (50%).

Devido à distribuição da população escolar global, a sinistralidade por idades tem uma ligeira diferença em relação à global, sendo superior em três centésimas no rapaz e duas na rapariga, o que não é significativo e, com os arredondamentos, o valor da taxa não sofre alteração.

**QUADRO 4.I - Distribuição dos acidentes escolares da população escolar e taxas de sinistralidade no CAECB por nível de ensino, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Centro de Área Educativa de Castelo Branco	Acidentes Escolares em 3 anos lectivos					
	Nível de ensino			Idade		
	H+M	H	M	H+M	H	M
Nº total de acidentes	2.504	1.307	1.197	2.504	1.307	1.197
% horizontal	100,00	52,19	47,80	100,00	52,19	47,80
Sinistralidade global	3,38	3,49	3,28	3,41	3,52	3,30
População Escolar Global	73.997	37.478	36.519	73.424	37.132	36.292
Nº de Acidentes do 2º/3º Ciclo e Secundário	2.146	1.072	1.074	2.146	1.072	1.074
% horizontal	100,0	49,95	50,04	100,00	49,95	50,04
Sinistralidade do 2º/3º Ciclo e Secundário	4,41	4,41	4,41	4,44	4,45	4,43
População Escolar do 2º/3º Ciclo e Secundário	48.642	24.284	24.358	48.329	24.085	24.244

Os resultados foram apurados por sexo, ano lectivo, nível de ensino, idade e ano de escolaridade nas três variáveis de caracterização dos acidentes escolares: o local de ocorrência, o tipo de acidente e a localização da lesão, que são divididas em 10 itens cada.

Apresentamos, sequencialmente, os resultados totais dos acidentes, das taxas de sinistralidade e percentagens relativas do CAE CB, por sexo, ano lectivo e intervalos etários, e a seguir a análise em pormenor do 1º, 2º, 3º Ciclos e Secundário por sexo, ano lectivo, ano de escolaridade e idade em cada um dos itens da caracterização dos acidentes.

## 4.1.1 – Local da Ocorrência

### 4.1.1.1 – Ano Lectivo

Nas Escolas tuteladas pela CAECB, os locais de sinistralidade mais elevada, por ordem decrescente de frequência em relação ao total de acidentes, foram em primeiro lugar o ginásio/aula de educação física, (38,1%), seguido do recreio/pátio, (36,7%), aos quais correspondem  $\frac{3}{4}$  do total de acidentes ocorridos; em terceiro lugar a escada/corredor (9,8%) e depois a sala de aula (4,7%); o “outro local” da escola (refeitório, sala de convívio, etc.) ficou em quinto (4,2%) e os restantes locais, por ordem decrescente, desporto escolar (2,5%), trajecto casa-escola (2,2%), instalações sanitárias (1,1%), visitas de estudo/ACC, agora denominadas actividades de enriquecimento do currículo (0,4%) e, em último, a oficina/laboratório (0,2%) – Quadro 4.II.

Todavia, se centrarmos a nossa análise por sexo, verifica-se que não há linearidade nestes locais: o sexo feminino seguiu a regra geral de frequências, mas o masculino contrariou-a porque a maior frequência de acidentes deu-se no recreio e depois no ginásio. Este comportamento entre sexos foi igual em todos os anos lectivos nestes dois locais e na taxa máxima de sinistralidade (1,6%), mas no rapaz esta ocorreu no recreio, em 2000/01, e na rapariga, no ginásio, em 1999/00. A escada/corredor ficou em terceiro lugar para ambos, mas a rapariga foi superior ao rapaz nos dois primeiros anos e, no último ano, o rapaz superou a rapariga. Quanto à sala de aula e o “outro local”, no ano de 2000/01, inverteram-se as frequências: a sala de aula passou para quinto lugar em vez do quarto dos anos anteriores. Por sua vez o rapaz, nos dois locais anteriores, teve maiores taxas que a rapariga, depois de se terem igualado no ano de 1998/99.

No desporto escolar e no trajecto casa-escola, no ano de 1998/99, o rapaz lesionou-se mais que a rapariga no desporto; nos anos seguintes os sexos igualaram-se nos dois locais.

Nos Quadros 4.III, 4.IV, 4.V e 4.VI podemos analisar, em cada nível de ensino, a evolução dos locais de maior ocorrência de acidentes e onde se registou a maior sinistralidade.

No 1º Ciclo o local de maior sinistralidade foi o recreio/pátio (63,1%), para ambos os sexos e em todos os anos lectivos, com o rapaz a atingir a máxima sinistralidade (1,3%) e sempre superior à rapariga. A sala de aula onde o aluno, em princípio, está acompanhado pelo

professor, ocupa o segundo lugar (9,5%) do total dos acidentes, com a mesma taxa ao longo dos anos, em ambos os sexos. No terceiro, o trajecto casa-escola, e no quarto, a escada/corredor, o rapaz teve a máxima taxa em 1999/00 e em 2000/01, respectivamente. Nos outros anos lectivos ambos os sexos tiveram valores iguais nos dois locais.

No 2º Ciclo o recreio/pátio continuou a ser o local de maior risco (47,9%), sobretudo para o rapaz em 1998/99 (3,7%) e para a rapariga em 1999/00, quando atingiu a taxa mais elevada (3,9%), que decresceu bastante em 2000/01 e terminou inferior à do rapaz. A aula de educação física passou a fazer parte do currículo obrigatório e o ginásio passou para segundo lugar (26,8%). A rapariga ao longo dos três anos foi sempre superior ao rapaz com o pico em 1999/00 (2,8%), enquanto que o rapaz atingiu o seu máximo em 1998/99 (1,7%). No terceiro local, a escada/corredor (12,6%), a tendência foi equiparada à do ginásio: o rapaz teve o seu máximo em 1998/99 (0,9%) e a rapariga teve a mesma taxa em 1998/99 e 1999/00, tendo atingido o pico em 2000/01 (1,2%), ambas acima da taxa média. A sala de aula passou para quarto lugar, começando ambos os sexos com taxas iguais, mas nos anos seguintes o rapaz ficou sempre acima da rapariga, atingindo a taxa mais elevada em 1999/00 (0,5%). Os outros locais tiveram uma frequência diminuta.

No 3º Ciclo, o local com maior ocorrência de acidentes passou a ser o ginásio (47,5%), para ambos os sexos, mas com maior risco para a rapariga. Esta, no ano de 1998/99, sofreu mais acidentes (3,1%), enquanto que para o rapaz foi no ano de 2000/01 (2,6%). O recreio passou para segundo plano (28,9%), onde a rapariga foi diminuindo de taxa e ficou sempre inferior ao rapaz. Este, que começou com a taxa máxima (2,2%), desceu e voltou a subir ligeiramente no último ano. A escada/corredor continuou a figurar em terceiro lugar (9,3%), com uma trajectória igual à do ginásio e apenas no ano 2000/01, ambos os sexos tiveram a mesma taxa.

No Secundário a frequência média de acidentes no ginásio foi enorme em relação a todos os outros locais da escola (75,6%), para ambos os sexos, mas a rapariga superou sempre o rapaz e teve o pico de taxa, igual, nos dois últimos anos (1,7%). Em segundo lugar ficou a escada/corredor (6,4%) e o recreio em terceiro (4,6%), com a sinistralidade global igual em ambos os sexos (0,1%). Em quarto lugar aparece o desporto escolar com a frequência (4,3%) em que o rapaz superou sempre a rapariga.



**QUADRO 4.II – Distribuição dos acidentes escolares no CAECB por local de ocorrência, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano Lectivo							
Local da Ocorrência		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	2.504	1.307	1.197	413	419	428	406	466	372
	%S	3,4	3,5	3,3	3,3	3,4	3,4	3,3	3,7	3,1
	%V	100,0	52,2	47,8	31,6	35,0	32,7	33,9	35,7	31,1
Sala de aula	n	118	69	49	20	19	26	15	23	15
	%S	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
	%V	4,7	5,3	4,1	4,8	4,5	6,1	3,7	4,9	4,0
Oficina / Laboratório	n	6	1	5	1	4				1
	%S	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				0,0
	%V	0,2	0,1	0,4	0,2	1,0				0,3
Ginásio / Aula de E.Física	n	955	393	562	115	190	136	194	142	178
	%S	1,3	1,0	1,5	0,9	1,5	1,1	1,6	1,1	1,5
	%V	38,1	30,1	47,0	27,8	45,3	31,8	47,8	30,5	47,8
Recreio / Pátio	n	918	568	350	189	129	183	118	196	103
	%S	1,2	1,5	1,0	1,5	1,0	1,5	1,0	1,6	0,9
	%V	36,7	43,5	29,2	45,8	30,8	42,8	29,1	42,1	27,7
Escada / Corredor	n	246	116	130	39	45	28	45	49	40
	%S	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,2	0,4	0,4	0,3
	%V	9,8	8,9	10,9	9,4	10,7	6,5	11,1	10,5	10,8
Instalações sanitárias	n	28	17	11	8	4	2	2	7	5
	%S	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
	%V	1,1	1,3	0,9	1,9	1,0	0,5	0,5	1,5	1,3
Trajecto casa-escola	n	55	29	26	10	11	11	9	8	6
	%S	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	%V	2,2	2,2	2,2	2,4	2,6	2,6	2,2	1,7	1,6
Visitas de estudo / ACC	n	10	6	4		3	4		2	1
	%S	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0
	%V	0,4	0,5	0,3		0,7	0,9		0,4	0,3
Desporto Escolar	n	62	37	25	14	4	12	14	11	7
	%S	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
	%V	2,5	2,8	2,1	3,4	1,0	2,8	3,4	2,4	1,9
Outro Local	n	106	71	35	17	10	26	9	28	16
	%S	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1
	%V	4,2	5,4	2,9	4,1	2,4	6,1	2,2	6,0	4,3
População Escolar		73.997	37.478	36.519	12.538	12.430	12.497	12.131	12.443	11.958

**QUADRO 4.III - Distribuição dos acidentes escolares no 1º Ciclo por local de ocorrência, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

1º Ciclo - CAE de Castelo Branco				Ano Lectivo						
Local da Ocorrência		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	358	235	123	70	43	80	30	85	50
	%s	1,4	1,8	1,0	1,6	1,0	1,8	0,7	2,0	1,3
	%h	100,0	65,6	34,4	29,8	35,0	34,0	24,4	36,2	40,7
Sala de aula	n	34	23	11	9	5	7	3	7	3
	%s	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1
	%v	9,5	9,8	8,9	12,9	11,6	8,8	10,0	8,2	6,0
Oficina / Laboratório	n									
	%s									
	%v									
Ginásio / Aula de E.Física	n	9	4	5	1		1	2	2	3
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,1
	%v	2,5	1,7	4,1	1,4		1,3	6,7	2,4	6,0
Recreio / Pátio	n	226	150	76	43	26	49	18	58	32
	%s	0,9	1,1	0,6	1,0	0,6	1,1	0,4	1,3	0,8
	%v	63,1	63,8	61,8	61,4	60,5	61,3	60,0	68,2	64,0
Escada / Corredor	n	29	18	11	4	3	4	4	10	4
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
	%v	8,1	7,7	8,9	5,7	7,0	5,0	13,3	11,8	8,0
Instalações sanitárias	n	7	5	2	2	1			3	1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,1	0,0
	%v	2,0	2,1	1,6	2,9	2,3			3,5	2,0
Trajecto casa-escola	n	30	19	11	6	5	9	2	4	4
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1
	%v	8,4	8,1	8,9	8,6	11,6	11,3	6,7	4,7	8,0
Visitas de estudo / ACC	n	7	5	2		1	4		1	1
	%s	0,0	0,0	0,0		0,0	0,1		0,0	0,0
	%v	2,0	2,1	1,6		2,3	5,0		1,2	2,0
Desporto Escolar	n	6	4	2	1	1	3	1		
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0		
	%v	1,7	1,7	1,6	1,4	2,3	3,8	3,3		
Outro Local	n	10	7	3	4	1	3			2
	%s	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1			0,1
	%v	2,8	3,0	2,4	5,7	2,3	3,8			4,0
População Escolar		25.355	13.194	12.161	4.454	4.131	4.397	4.075	4.343	3.955

**QUADRO 4.IV - Distribuição dos acidentes escolares no 2º Ciclo por local de ocorrência, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

2º Ciclo - CAE de Castelo Branco			Ano Lectivo							
Local da Ocorrência		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	800	412	388	129	133	134	149	149	106
	%s	7,1	6,9	7,3	6,7	7,7	6,8	8,5	7,1	5,7
	%v	100,0	51,5	48,5	31,3	34,3	32,5	38,4	36,2	27,3
Sala de aula	n	40	24	16	5	5	10	6	9	5
	%s	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,5	0,3	0,4	0,3
	%v	5,0	5,8	4,1	3,9	3,8	7,5	4,0	6,0	4,7
Oficina / Laboratório	n									
	%s									
	%v									
Ginásio / Aula de E.Física	n	214	93	121	32	42	31	49	30	30
	%s	1,9	1,5	2,3	1,7	2,4	1,6	2,8	1,4	1,6
	%v	26,8	22,6	31,2	24,8	31,6	23,1	32,9	20,1	28,3
Recreio / Pátio	n	383	212	171	71	60	71	68	70	43
	%s	3,4	3,5	3,2	3,7	3,5	3,6	3,9	3,3	2,3
	%v	47,9	51,5	44,1	55,0	45,1	53,0	45,6	47,0	40,6
Escada / Corredor	n	101	44	57	17	18	10	17	17	22
	%s	0,9	0,7	1,1	0,9	1,0	0,5	1,0	0,8	1,2
	%v	12,6	10,7	14,7	13,2	13,5	7,5	11,4	11,4	20,8
Instalações sanitárias	n	8	6	2	2	1	2	1	2	
	%s	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	
	%v	1,0	1,5	0,5	1,6	0,8	1,5	0,7	1,3	
Trajecto casa-escola	n	12	4	8		4	2	4	2	
	%s	0,1	0,1	0,2		0,2	0,1	0,2	0,1	
	%v	1,5	1,0	2,1		3,0	1,5	2,7	1,3	
Visitas de estudo / ACC	n	1	1						1	
	%s	0,0	0,0						0,0	
	%v	0,1	0,2						0,7	
Desporto Escolar	n	4	4				1		3	
	%s	0,0	0,1				0,1		0,1	
	%v	0,5	1,0				0,7		2,0	
Outro Local	n	37	24	13	2	3	7	4	15	6
	%s	0,3	0,4	0,2	0,1	0,2	0,4	0,2	0,7	0,3
	%v	4,6	5,8	3,4	1,6	2,3	5,2	2,7	10,1	5,7
População Escolar		11.339	6.009	5.330	1.931	1.723	1.984	1.760	2.094	1.847

**QUADRO 4.V - Distribuição dos acidentes escolares no 3º Ciclo por local de ocorrência, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

3º Ciclo - CAE de Castelo Branco				Ano Lectivo						
Local da Ocorrência		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	1.018	534	484	172	174	173	156	189	154
	%s	5,3	5,5	5,2	5,1	5,4	5,4	5,1	5,8	5,1
	%h	100,0	52,5	47,5	32,2	36,0	32,4	32,2	35,4	31,8
Sala de aula	n	34	20	14	4	6	9	3	7	5
	%s	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2	0,2
	%v	3,3	3,7	2,9	2,3	3,4	5,2	1,9	3,7	3,2
Oficina / Laboratório	n									
	%s									
	%v									
Ginásio / Aula de E.Física	n	484	206	278	53	100	68	87	85	91
	%s	2,5	2,1	3,0	1,6	3,1	2,1	2,9	2,6	3,0
	%v	47,5	38,6	57,4	30,8	57,5	39,3	55,8	45,0	59,1
Recreio / Pátio	n	294	198	96	72	39	62	30	64	27
	%s	1,5	2,0	1,0	2,2	1,2	1,9	1,0	2,0	0,9
	%v	28,9	37,1	19,8	41,9	22,4	35,8	19,2	33,9	17,5
Escada / Corredor	n	95	45	50	16	20	12	16	17	14
	%s	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,4	0,5	0,5	0,5
	%v	9,3	8,4	10,3	9,3	11,5	6,9	10,3	9,0	9,1
Instalações sanitárias	n	13	6	7	4	2		1	2	4
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,0	0,1	0,1
	%v	1,3	1,1	1,4	2,3	1,1		0,6	1,1	2,6
Trajecto casa-escola	n	8	5	3	4	1		2	1	
	%s	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0		0,1	0,0	
	%v	0,8	0,9	0,6	2,3	0,6		1,3	0,5	
Visitas de estudo / ACC	n	1		1		1				
	%s	0,0		0,0		0,0				
	%v	0,1		0,2		0,6				
Desporto Escolar	n	38	18	20	8	2	6	12	4	6
	%s	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,1	0,2
	%v	3,7	3,4	4,1	4,7	1,1	3,5	7,7	2,1	3,9
Outro Local	n	51	36	15	11	3	16	5	9	7
	%s	0,3	0,4	0,2	0,3	0,1	0,5	0,2	0,3	0,2
	%v	5,0	6,7	3,1	6,4	1,7	9,2	3,2	4,8	4,5
População Escolar		19.086	9.779	9.307	3.342	3.220	3.202	3.049	3.235	3.038

**QUADRO 4.VI - Distribuição dos acidentes escolares no Secundário por local de ocorrência, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Secundário - CAE de Castelo Branco			Ano Lectivo							
Local da Ocorrência		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	328	126	202	42	69	41	71	43	62
	%s	1,8	1,5	2,1	1,5	2,1	1,4	2,2	1,6	2,0
	%h	100,0	38,4	61,6	33,3	34,2	32,5	35,1	34,1	30,7
Sala de aula	n	10	2	8	2	3		3		2
	%s	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1		0,1		0,1
	%v	3,0	1,6	4,0	4,8	4,3		4,2		3,2
Oficina / Laboratório	n	6	1	5	1	4				1
	%s	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1				0,0
	%v	1,8	0,8	2,5	2,4	5,8				1,6
Ginásio / Aula de E.Física	n	248	90	158	29	48	36	56	25	54
	%s	1,4	1,1	1,6	1,0	1,4	1,2	1,7	0,9	1,7
	%v	75,6	71,4	78,2	69,0	69,6	87,8	78,9	58,1	87,1
Recreio / Pátio	n	15	8	7	3	4	1	2	4	1
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
	%v	4,6	6,3	3,5	7,1	5,8	2,4	2,8	9,3	1,6
Escada / Corredor	n	21	9	12	2	4	2	8	5	
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	
	%v	6,4	7,1	5,9	4,8	5,8	4,9	11,3	11,6	
Instalações sanitárias	n									
	%s									
	%v									
Trajecto casa-escola	n	5	1	4		1		1	1	2
	%s	0,0	0,0	0,0		0,0		0,0	0,0	0,1
	%v	1,5	0,8	2,0		1,4		1,4	2,3	3,2
Visitas de estudo / ACC	n	1		1		1				
	%s	0,0		0,0		0,0				
	%v	0,3		0,5		1,4				
Desporto Escolar	n	14	11	3	5	1	2	1	4	1
	%s	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
	%v	4,3	8,7	1,5	11,9	1,4	4,9	1,4	9,3	1,6
Outro Local	n	8	4	4		3			4	1
	%s	0,0	0,0	0,0		0,1			0,1	0,0
	%v	2,4	3,2	2,0		4,3			9,3	1,6
População Escolar		18.217	8.496	9.721	2.811	3.356	2.914	3.247	2.771	3.118

#### 4.1.1.2 – Ano de Escolaridade

No geral, no 1º Ciclo, foi o rapaz que sofreu mais acidentes nos locais da escola em todos os anos de escolaridade, começando pela máxima taxa de sinistralidade no 1º ano (2%), enquanto que a rapariga foi no 3º ano que atingiu o seu maior valor (1,2%) - Quadro 4. VII -. O 4º ano, para ambos, foi aquele em que se registou a maior frequência. A rapariga, apesar de ter ido aumentando a propensão para acidentes, nunca superou o rapaz. O recreio/pátio figurou como o local mais perigoso para a criança que inicia a sua vida escolar, sobretudo para o rapaz, que no 1º e 4º ano atingiu a máxima taxa de (1,2%), superior à média. Na sala de aula e no trajecto casa-escola, os sexos igualaram-se no 2º e 3º ano e o rapaz foi superior à rapariga no 1º e 4º anos. Na escada/corredor o rapaz superou a rapariga no 1º ano e nos outros anos igualaram-se.

Nos anos de escolaridade do 2º Ciclo, Quadro 4.VIII, a rapariga teve sempre a maior sinistralidade, atingindo logo o topo no 5º ano (7,4%), ultrapassando a média global. Para o rapaz foi no 6º ano (6,9%). O local de maior sinistralidade foi o recreio/pátio, em que ambos os sexos tiveram a mesma taxa no 5º ano (3,6%) e no 6º ano o rapaz foi superior à rapariga. No ginásio, o segundo em frequência, ambos subiram de sinistralidade do 5º para o 6º ano e na escada/corredor, o terceiro, deu-se o inverso, com a rapariga a ter sempre a taxa superior ao rapaz, nestes dois locais. Na sala de aula, o quarto, o rapaz lesionou-se mais que a rapariga, assim como em outros locais da escola. No trajecto casa-escola a frequência baixou.

No Quadro 4.IX do 3º Ciclo, no geral, a ocorrência de mais acidentes deu-se no 7º e 8º ano de escolaridade para o rapaz e no 9º ano para a rapariga. Passou a ser o ginásio a predominar em sinistralidade, sobretudo na rapariga, com uma frequência de 57,4%, atingindo a taxa máxima no 8º e 9º ano (3,2%). No recreio, com a segunda frequência, o rapaz predominou e, no 7º ano, teve o maior valor (3%). Ambos os sexos foram descendo progressivamente no recreio, assim como na escada/corredor e, neste local, igualaram-se no 7º e 8º ano e no 9º ano a rapariga apresentou uma taxa superior ao rapaz.

No Quadro 4.X, no 10º ano de escolaridade do Secundário a rapariga teve a maior ocorrência de acidentes e o rapaz foi no 11º ano. O predomínio do risco foi no ginásio, em ambos os sexos e no 11º ano, sempre com a prevalência na rapariga. A escada/corredor, como segundo local de ocorrência, foi igual para ambos os sexos, com relevo no 10º ano. Em terceiro, no recreio, o rapaz foi superior à rapariga no 10º ano, inferior no 11º e igual no 12º ano, embora a rapariga mantivesse a mesma taxa ao longo do secundário. No desporto escolar

o rapaz lesionou-se em todos os anos e a rapariga apenas no 10º ano. Apareceu pela primeira vez a sinistralidade nos laboratórios, com maior incidência na rapariga do que no rapaz e o mesmo se verificou no trajecto casa-escola, apesar de ter continuado a diminuir em sinistralidade.

**QUADRO 4.VII - Distribuição dos acidentes escolares no 1º Ciclo por local de ocorrência, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano de Escolaridade ( 1º Ciclo )									
Local da Ocorrência		Total 1º Ciclo			1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	358	235	123	57	23	57	30	53	35	68	35
	%s	1,4	1,8	1,0	2,0	0,8	1,7	0,9	1,6	1,2	1,9	1,1
	%h	100,0	18,0	10,3	24,3	18,7	24,3	24,4	22,6	28,5	28,9	28,5
Sala de aula	n	34	23	11	9	2	3	2	7	6	4	1
	%s	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,0
	%v	9,5	9,8	8,9	15,8	8,7	5,3	6,7	13,2	17,1	5,9	2,9
Oficina / Laboratório	n											
	%s											
	%v											
Ginásio / Aula de E.Física	n	9	4	5		1	2	2			2	2
	%s	0,0	0,0	0,0		0,0	0,1	0,1			0,1	0,1
	%v	2,5	1,7	4,1		4,3	3,5	6,7			2,9	5,7
Recreio / Pátio	n	226	150	76	35	16	35	17	36	19	44	24
	%s	0,9	1,1	0,6	1,2	0,6	1,0	0,5	1,1	0,6	1,2	0,7
	%v	63,1	63,8	61,8	61,4	69,6	61,4	56,7	67,9	54,3	64,7	68,6
Escada / Corredor	n	29	18	11	4	1	5	4	5	4	4	2
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	%v	8,1	7,7	8,9	7,0	4,3	8,8	13,3	9,4	11,4	5,9	5,7
Instalações sanitárias	n	7	5	2	2	1	2				1	1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1				0,0	0,0
	%v	2,0	2,1	1,6	3,5	4,3	3,5				1,5	2,9
Trajecto casa-escola	n	30	19	11	5	1	5	4	2	3	7	3
	%s	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
	%v	8,4	8,1	8,9	8,8	4,3	8,8	13,3	3,8	8,6	10,3	8,6
Visitas de estudo / ACC	n	7	5	2		1	2				3	1
	%s	0,0	0,0	0,0		0,0	0,1				0,1	0,0
	%v	2,0	2,1	1,6		4,3	3,5				4,4	2,9
Desporto Escolar	n	6	4	2			1		1	1	2	1
	%s	0,0	0,0	0,0			0,0		0,0	0,0	0,1	0,0
	%v	1,7	1,7	1,6			1,8		1,9	2,9	2,9	2,9
Outro Local	n	10	7	3	2		2	1	2	2	1	
	%s	0,0	0,1	0,0	0,1		0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	
	%v	2,8	3,0	2,4	3,5		3,5	3,3	3,8	5,7	1,5	
População Escolar		25.355	13.194	12.161	3.440	2.868	2.720	3.440	3.186	3.350	3.004	3.251

**QUADRO 4.VIII - Distribuição dos acidentes escolares no 2º Ciclo por local de ocorrência, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Ano de Escolaridade ( 2º Ciclo )							
Local da Ocorrência		Total do 2º Ciclo			5º Ano		6º Ano		
		H+M	H	M	H	M	H	M	
Total	n	800	412	388	211	200	201	188	
	%s	7,1	6,9	7,3	6,8	7,4	6,9	7,1	
	%h	100,0	31,5	32,4	51,2	51,5	48,8	48,4	
Sala de aula	n	40	24	16	12	8	12	8	
	%s	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	
	%v	5,0	5,8	4,1	5,7	4,0	6,0	4,3	
Oficina / Laboratório	n								
	%s								
	%v								
Ginásio / Aula de E.Física	n	214	93	121	42	51	51	70	
	%s	1,9	1,5	2,3	1,3	1,9	1,8	2,7	
	%v	26,8	22,6	31,2	19,9	25,5	25,4	37,2	
Recreio / Pátio	n	383	212	171	113	98	99	73	
	%s	3,4	3,5	3,2	3,6	3,6	3,4	2,8	
	%v	47,9	51,5	44,1	53,6	49,0	49,3	38,8	
Escada / Corredor	n	101	44	57	29	34	15	23	
	%s	0,9	0,7	1,1	0,9	1,3	0,5	0,9	
	%v	12,6	10,7	14,7	13,7	17,0	7,5	12,2	
Instalações Sanitárias	n	8	6	2	2	1	4	1	
	%s	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	
	%v	1,0	1,5	0,5	0,9	0,5	2,0	0,5	
Trajecto casa-escola	n	12	4	8	2	2	2	6	
	%s	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	
	%v	1,5	1,0	2,1	0,9	1,0	1,0	3,2	
Visitas de estudo / ACC	n	1	1		1				
	%s	0,0	0,0		0,0				
	%v	0,1	0,2		0,5				
Desporto Escolar	n	4	4		1		3		
	%s	0,0	0,1		0,0		0,1		
	%v	0,5	1,0		0,5		1,5		
Outro Local	n	37	24	13	9	6	15	7	
	%s	0,3	0,4	0,2	0,3	0,2	0,5	0,3	
	%v	4,6	5,8	3,4	4,3	3,0	7,5	3,7	
População Escolar		11.339	6009	5330	3.112	2.697	2.897	2.633	



**QUADRO 4.IX - Distribuição dos acidentes escolares no 3º Ciclo por local de ocorrência, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano de Escolaridade ( 3º Ciclo )							
Local da Ocorrência		Total do 3º Ciclo			7º Ano		8º Ano		9º Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	1.018	534	484	218	160	183	162	133	162
	%s	5,3	5,5	5,2	6,4	5,2	5,6	5,3	4,3	5,1
	%h	100,0	40,9	40,4	40,8	33,1	34,3	33,5	24,9	33,5
Sala de aula	n	34	20	14	4	6	9	3	7	5
	%s	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2	0,2
	%v	3,3	3,7	2,9	1,8	3,8	4,9	1,9	5,3	3,1
Oficina / Laboratório	n									
	%s									
	%v									
Ginásio / Aula de E.Física	n	484	206	278	63	80	81	97	62	101
	%s	2,5	2,1	3,0	1,9	2,6	2,5	3,2	2,0	3,2
	%v	47,5	38,6	57,4	28,9	50,0	44,3	59,9	46,6	62,3
Recreio / Pátio	n	294	198	96	101	39	62	29	35	28
	%s	1,5	2,0	1,0	3,0	1,3	1,9	1,0	1,1	0,9
	%v	28,9	37,1	19,8	46,3	24,4	33,9	17,9	26,3	17,3
Escada / Corredor	n	95	45	50	19	20	17	14	9	16
	%s	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,3	0,5
	%v	9,3	8,4	10,3	8,7	12,5	9,3	8,6	6,8	9,9
Instalações sanitárias	n	13	6	7	3	4	2	1	1	2
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1
	%v	1,3	1,1	1,4	1,4	2,5	1,1	0,6	0,8	1,2
Trajecto casa-escola	n	8	5	3	4	2			1	1
	%s	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1			0,0	0,0
	%v	0,8	0,9	0,6	1,8	1,3			0,8	0,6
Visitas de estudo / ACC	n	1		1				1		
	%s	0,0		0,0				0,0		
	%v	0,1		0,2				0,6		
Desporto Escolar	n	38	18	20	8	6	4	11	6	3
	%s	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,4	0,2	0,1
	%v	3,7	3,4	4,1	3,7	3,8	2,2	6,8	4,5	1,9
Outro Local	n	51	36	15	16	3	8	6	12	6
	%s	0,3	0,4	0,2	0,5	0,1	0,2	0,2	0,4	0,2
	%v	5,0	6,7	3,1	7,3	1,9	4,4	3,7	9,0	3,7
População Escolar		19.086	9779	9307	3.405	3.100	3.266	3.052	3.108	3.155

**QUADRO 4.X - Distribuição dos acidentes escolares no Secundário por local de ocorrência, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano de Escolaridade ( Secundário )							
Local da Ocorrência		Total do Secundário			10º Ano		11º Ano		12ª Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	328	126	202	53	88	47	66	26	48
	%s	1,8	1,5	2,1	1,6	2,5	1,9	2,4	0,9	1,4
	%h	100,0	9,6	16,9	42,1	43,6	37,3	32,7	20,6	23,8
Sala de aula	n	10	2	8	2	4		3		1
	%s	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1		0,1		0,0
	%v	3,0	1,6	4,0	3,8	4,5		4,5		2,1
Oficina / Laboratório	n	6	1	5		2		3		1
	%s	0,0	0,0	0,1		0,1		0,1		0,0
	%v	1,8	0,8	2,5		2,3		4,5		3,8
Ginásio / Aula de E.Física	n	248	90	158	35	66	34	52	21	40
	%s	1,4	1,1	1,6	1,1	1,9	1,4	1,9	0,8	1,1
	%v	75,6	71,4	78,2	66,0	75,0	72,3	78,8	80,8	83,3
Recreio / Pátio	n	15	8	7	5	3	1	2	2	2
	%s	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
	%v	4,6	6,3	3,5	9,4	3,4	2,1	3,0	7,7	4,2
Escada / Corredor	n	21	9	12	5	8	4	1		3
	%s	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,0		0,1
	%v	6,4	7,1	5,9	9,4	9,1	8,5	1,5		6,3
Instalações sanitárias	n									
	%s									
	%v									
Trajecto casa-escola	n	5	1	4			1	3		1
	%s	0,0	0,0	0,0			0,0	0,1		0,0
	%v	1,5	0,8	2,0			2,1	4,5		2,1
Visitas de estudo / ACC	n	1		1				1		
	%s	0,0		0,0				0,0		
	%v	0,3		0,5				1,5		
Desporto Escolar	n	14	11	3	5	3	5		1	
	%s	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,2		0,0	
	%v	4,3	8,7	1,5	9,4	3,4	10,6		3,8	
Outro Local	n	8	4	4	1	2	2	1	1	1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
	%v	2,4	3,2	2,0	1,9	2,3	4,3	1,5	3,8	2,1
População Escolar		18.217	8496	9721	3.299	3.479	2.443	2.750	2.754	3.492

### 4.1.1.3 – Idade

No Quadro 4.XI, verifica-se em ambos os sexos a maior incidência de sinistralidade no intervalo etário dos 12-14 anos, mais acentuada no rapaz, que decresceu sucessivamente nos 10-11, 6-9, 15-17 e 18-21 anos. Na rapariga houve uma paridade nas faixas dos 10-11 e 15-17 anos, seguida dos 6-9 e por fim, como o rapaz, nos 18-21 anos. No intervalo de 12-14, ambos os sexos predominaram no ginásio, com o pico de sinistralidade para a rapariga (2,8%), assim como na sala de aula, no desporto escolar, em “outro local” e nas instalações sanitárias. No intervalo de 10-11 anos foi no recreio foi o rapaz que teve o pico de sinistralidade (2,8%) e também na escada/corredor. O trajecto casa-escola foi igual para os sexos no de 6-9 anos.

O Quadro 4.XII mostra que no 1º Ciclo as maiores taxas se verificaram tanto no rapaz (3,8%) como na rapariga (3,1%), aos 12 anos e, depois, aos 10 anos. O maior número de acidentes relativos deu-se no rapaz com 9 anos e na rapariga com 7 anos. No recreio, o rapaz teve a maior taxa com a idade de 12 anos (2,4%) e a rapariga com 10 anos (2,2%). Na sala de aula, a maioria de acidentes deu-se na idade dos 8 anos, mas as maiores taxas registaram-se aos 12 e 13 anos. O trajecto casa-escola, salientou-se aos 9 anos e a partir desta idade o rapaz foi o único que se lesionou e teve a taxa mais alta aos 12/13 anos. A escada/corredor predominou em ambos os sexos aos 7 anos, mas a rapariga atingiu aos 12/13anos a máxima sinistralidade. No ginásio, ambos os sexos atingiram os maiores valores aos 11 anos.

No Quadro 4.XIII, no 2º Ciclo, a rapariga aos 13 anos atingiu a sua maior taxa de sinistralidade (15,1%) e depois por ordem decrescente, aos 14, 15, 12, 11 e 9-10 anos. Quanto ao rapaz, a ordem foi 16, 15, 12, 14, 13, 11 e 9-10 anos. O maior número de acidentes relativos deu-se nos 11 anos, em ambos os sexos. No recreio, o rapaz teve a maior taxa com a idade de 16 anos (25%) e depois com a de 12 anos; a rapariga aos 14 anos e 13 anos teve uma sinistralidade equiparada (8,5%). No ginásio, a rapariga foi a mais sinistrada, também com 13 anos (4,4%) e o rapaz com 14 anos (3,1%).

A prevalência de acidentes no 3º Ciclo – Quadro 4.XIV, ocorreu no geral aos 15 anos para a rapariga (8,5%), que coincidiu no ginásio (5,8%), no recreio (1,4%) e na escada/corredor (0,8%). No rapaz o pico dos 13 anos (6,6%) coincidiu no recreio (2,5%), mas no ginásio já teve a maior taxa aos 17 anos (4,1%). A sinistralidade no desporto escolar predominou no rapaz aos 16 anos e na rapariga aos 13 anos.

No Secundário - Quadro 4.XV, a rapariga teve aos 18 anos o pico de sinistralidade (2,8%) e o rapaz aos 16 anos (2,5%), coincidindo em ambos no ginásio e, no rapaz, também na escada/corredor.

Nesta análise dos Quadros das idades específicas por cada nível de ensino, podemos inferir que as maiores taxas de sinistralidade se verificaram nas maiores idades.

**QUADRO 4.XI - Distribuição dos acidentes escolares no CAECB por local de ocorrência, idade e sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Intervalo Etário										
Local da Ocorrência		Total	6-9		10-11		12-14		15-17		18-21	
			H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	2.504	197	103	281	275	539	482	248	275	42	62
	%s	3,4	1,7	0,9	5,1	5,4	6,2	5,7	3,1	3,3	1,4	2,1
	%v	100,0	15,1	8,6	21,5	23,0	41,2	40,3	19,0	23,0	3,2	5,2
Sala de aula	n	118	21	8	17	10	26	21	4	6	1	4
	%s	0,2	0,2	0,1	0,3		0,3	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1
	%v	4,7	10,7	7,8	6,0	3,6	4,8	4,4	1,6	2,2	2,4	6,5
Oficina / Laboratório	n	6							5		1	
	%s	0,0							0,1		0,0	
	%v	0,2							01,8		2,4	
Ginásio / Aula de E.Física	n	955	5	3	46	85	182	234	129	189	31	51
	%s	1,3	0,0	0,0	0,8	1,7	2,1	2,8	1,6	2,3	1,1	1,7
	%v	38,1	2,5	2,9	16,4	30,9	33,8	48,5	52,0	68,7	73,8	82,3
Recreio / Pátio	n	918	124	63	153	123	229	134	59	29	3	1
	%s	1,2	1,0	0,6	2,8	2,4	2,6	1,6	0,7	0,3	0,1	0,0
	%v	36,7	62,9	61,2	54,4	44,7	42,5	27,8	23,8	10,5	7,1	1,6
Escada / Corredor	n	246	15	10	33	40	45	52	22	24	1	4
	%s	0,3	0,1	0,1	0,6	0,8	0,5	0,6	0,3	0,3	0,0	0,1
	%v	9,8	7,6	9,7	11,7	14,5	8,3	10,8	8,9	8,7	2,4	6,5
Instalações sanitárias	n	28	5	1	3	3	7	6	2	1		
	%s	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0		
	%v	1,1	2,5	1,0	1,1	1,1	1,3	1,2	0,8	0,4		
Trajecto casa-escola	n	55	15	11	6	5	7	4		5	1	1
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0		0,1	0,0	0,0
	%v	2,2	7,6	10,7	2,1	1,8	1,3	0,8		1,8	2,4	1,6
Visitas de estudo / ACC	n	10	2	2	4			1				1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,1			0,0				0,0
	%v	0,4	1,0	1,9	1,4			0,2				1,6
Desporto Escolar	n	62	3	2	4		14	17	12	6	4	
	%s	0,1	0,0	0,0	0,1		0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	
	%v	2,5	1,5	1,9	1,4		2,6	3,5	4,8	2,2	9,5	
Outro Local	n	106	7	3	15	9	29	13	20	10		
	%s	0,1	0,1	0,0	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	0,1		
	%v	4,2	3,6	2,9	5,3	3,3	5,4	2,7	8,1	3,6		
População Escolar		73424	11879	11318	5469	5133	8731	8500	8121	8361	2932	2980

**QUADRO 4.XII - Distribuição dos acidentes escolares no 1º Ciclo por local de ocorrência, idade e sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idade ( 1º Ciclo )													
Local da Ocorrência		6		7		8		9		10		11		12 e 13	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	47	19	49	29	48	28	51	26	26	15	6	2	8	4
	%s	1,7	0,7	1,7	1,0	1,6	1,0	1,7	0,9	3,1	2,6	1,8	0,9	3,8	3,1
	%h	20,0	15,4	20,9	23,6	20,4	22,8	21,7	21,1	11,1	12,2	2,6	1,6	3,4	3,3
Sala de aula	n	8	1	1	2	6	4	6	1	1		1		1	2
	%s	0,3	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2	0,0	0,1		0,5		0,5	1,6
	%v	17,0	5,3	2,0	6,9	12,5	14,3	11,8	3,8	3,8		50,0		12,5	50,0
Oficina / Laboratório	n														
	%s														
	%v														
Ginásio /Aula de E.Física	n		1	1	2	1		1		1	1	1			
	%s		0,0	0,0	0,1	0,0		0,0		0,2	0,3	0,5			
	%v		5,3	2,0	6,9	2,1		2,0		6,7	16,7	50,0			
Recreio / Pátio	n	27	13	36	16	30	16	31	17	19	13	2		5	1
	%s	1,0	0,5	1,3	0,6	1,0	0,6	1,0	0,6	2,3	2,2	0,6		2,4	0,8
	%v	57,4	68,4	73,5	55,2	62,5	57,1	60,8	65,4	73,1	86,7	33,3		62,5	25,0
Escada / Corredor	n	3	1	5	6	4	2	3	1	2		1		1	
	%s	0,1	0,0	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2		0,3		0,8	
	%v	6,4	5,3	10,2	20,7	8,3	7,1	5,9	3,8	7,7		16,7		25,0	
Instalações sanitárias	n	2	1	1		1		1		1					
	%s	0,1	0,0	0,0		0,0		0,0		0,2					
	%v	4,3	5,3	2,0		2,1		2,0		6,7					
Trajecto casa-escola	n	5	1	3	3	3	3	4	4	2		1		1	
	%s	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2		0,3		0,5	
	%v	10,6	5,3	6,1	10,3	6,3	10,7	7,8	15,4	7,7		16,7		12,5	
Visitas de estudo / ACC	n		1	1				1	1	2		1			
	%s		0,0	0,0				0,0	0,0	0,2		0,3			
	%v		5,3	2,0				2,0	3,8	7,7		16,7			
Desporto Escolar	n					2		1	2					1	
	%s					0,1		0,0	0,1					0,5	
	%v					4,2		2,0	7,7					12,5	
Outro Local	n	2		1		1	3	3							
	%s	0,1		0,0		0,0	0,1	0,1							
	%v	4,3		2,0		2,1	10,7	5,9							
População Escolar		2746	2625	2861	2779	2988	2786	3059	2924	843	584	342	221	208	129

**QUADRO 4.XIII - Distribuição dos acidentes escolares no 2º Ciclo por local de ocorrência, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idades ( 2º Ciclo )													
Local da Ocorrência		9 e 10		11		12		13		14		15		16	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	93	111	157	148	84	69	41	38	24	15	10	7	3	
	%s	4,3	5,2	7,3	6,7	10,0	12,1	9,0	15,1	9,4	14,2	10,9	13,7	25,0	
	%v	22,6	28,6	38,1	38,1	20,4	17,8	10,0	9,8	5,8	3,9	2,4	1,8	0,7	
Sala de aula	n	7	3	9	6	6	3	2	2		1		1		
	%s	0,3	0,1	0,4	0,3	0,7	0,5	0,4	0,8		0,9		2,0		
	%v	7,5	2,7	5,7	4,1	7,1	4,3	4,9	5,3		6,7		14,3		
Oficina / Laboratório	n														
	%s														
	%v														
Ginásio / Aula de E.Física	n	17	29	29	54	25	24	13	11	8	2	1	1		
	%s	0,8	1,4	1,3	2,5	3,0	4,2	2,8	4,4	3,1	1,9	1,1	2,0		
	%v	18,3	26,1	18,5	36,5	29,8	34,8	31,7	28,9	33,3	13,3	10,0	14,3		
Recreio / Pátio	n	47	53	85	58	43	28	17	21	12	9	5	2	3	
	%s	2,2	2,5	3,9	2,6	5,1	4,9	3,7	8,4	4,7	8,5	5,4	3,9	25,0	
	%v	50,5	47,7	54,1	39,2	51,2	40,6	41,5	55,3	50,0	60,0	50,0	28,6	100,0	
Escada / Corredor	n	15	21	15	19	5	9	6	3	2	2	1	3		
	%s	0,7	1,0	0,7	0,9	0,6	1,6	1,3	1,2	0,8	1,9	1,1	5,9		
	%v	16,1	18,9	9,6	12,8	6,0	13,0	14,6	7,9	8,3	13,3	10,0	42,9		
Instalações sanitárias	n			3	2			1		1		1			
	%s			0,1	0,1			0,2		0,4		1,1			
	%v			1,9	1,4			2,4		4,2		10,0			
Trajecto casa-escola	n	1	1	2	4	1	2				1				
	%s	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,4				0,9				
	%v	1,1	0,9	1,3	2,7	1,2	2,9				6,7				
Visitas de estudo / ACC	n			1											
	%s			0,0											
	%v			0,6											
Desporto Escolar	n	1		3											
	%s	0,0		0,1											
	%v	1,1		1,9											
Outro Local	n	5	4	10	5	4	3	2	1	1		2			
	%s	0,2	0,2	0,5	0,2	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4		2,2			
	%v	5,4	3,6	6,4	3,4	4,8	4,3	4,9	2,6	4,2		20,0			
População escolar		2159	2133	2165	2204	838	570	457	251	255	106	92	51	12	11

**QUADRO 4.XIV - Distribuição dos acidentes escolares no 3º Ciclo por local de ocorrência, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idades ( 3º Ciclo )													
Local da Ocorrência		11 e 12		13		14		15		16		17		18 e 19	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	74	88	159	123	150	142	69	89	51	31	24	9	7	2
	%s	3,7	3,8	6,6	5,0	5,7	5,4	4,7	8,5	6,4	6,0	6,5	4,3	3,7	2,7
	%h	13,9	18,2	29,8	25,4	28,1	29,3	12,9	18,4	9,6	6,4	4,5	1,9	1,3	0,4
Sala de aula	n	3		7	9	7	4	1	1	1		1			
	%s	0,1		0,3	0,4	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1		0,3			
	%v	4,1		4,4	7,3	4,7	2,8	1,4	1,1	2,0		4,2			
Oficina / Laboratório	n														
	%s														
	%v														
Ginásio / Aula de E.Física	n	21	46	68	66	48	82	23	56	25	21	15	5	6	2
	%s	1,0	2,0	2,8	2,7	1,8	3,1	1,6	5,3	3,1	4,1	4,1	2,4	3,2	2,7
	%v	28,4	52,3	42,8	53,7	32,0	57,7	33,3	62,9	49,0	67,7	62,5	55,6	85,7	100,0
Recreio / Pátio	n	37	20	59	22	56	33	24	15	13	4	8	2	1	
	%s	1,8	0,9	2,5	0,9	2,1	1,3	1,6	1,4	1,6	0,8	2,2	1,0	0,5	
	%v	50,0	22,7	37,1	17,9	37,3	23,2	34,8	16,9	25,5	12,9	33,3	22,2	14,3	
Escada / Corredor	n	4	15	13	12	15	10	8	8	5	4		1		
	%s	0,2	0,6	0,5	0,5	0,6	0,4	0,5	0,8	0,6	0,8		0,5		
	%v	5,4	17,0	8,2	9,8	10,0	7,0	11,6	9,0	9,8	12,9		11,1		
Instalações sanitárias	n		1	2	1	3	4	1	1						
	%s		0,0	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1						
	%v		1,1	1,3	0,8	2,0	2,8	1,4	1,1						
Trajecto casa-escola	n		1	3		2			1		1				
	%s		0,0	0,1		0,1			0,1		0,2				
	%v		1,1	1,9		1,3			1,1		3,2				
Visitas de estudo / ACC	n						1								
	%s						0,0								
	%v						0,7								
Desporto Escolar	n	4	2	3	9	6	6	2	2	3	1				
	%s	0,2	0,1	0,1	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,2				
	%v	5,4	2,3	1,9	7,3	4,0	4,2	2,9	2,2	5,9	3,2				
Outro Local	n	5	3	4	4	13	2	10	5	4			1		
	%s	0,2	0,1	0,2	0,2	0,5	0,1	0,7	0,5	0,5			0,5		
	%v	6,8	3,4	2,5	3,3	8,7	1,4	14,5	5,6	7,8			11,1		
População Escolar		2019	2339	2394	2484	2620	2635	1459	1049	798	516	368	210	188	73

**QUADRO 4.XV - Distribuição dos acidentes escolares no Secundário por local de ocorrência, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idade ( Secundário )													
Local da Ocorrência		14 e 15		16		17		18		19		20		21	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	17	41	39	57	35	44	26	39	6	18	1	3	2	
	%s	1,0	2,0	2,0	2,5	1,8	1,8	1,8	2,8	0,7	2,1	0,3	0,7	1,2	
	%h	13,5	20,3	31,0	28,2	27,8	21,8	20,6	19,3	4,8	8,9	0,8	1,5	1,6	
Sala de aula	n		1	1	1		2	1	2		2				
	%s		0,0	0,1	0,0		0,1	0,1	0,1		0,2				
	%v		2,4	2,6	1,8		4,5	3,8	5,1		11,1				
Oficina / Laboratório	n		1		3		1							1	
	%s		0,0		0,1		0,0							0,6	
	%v		2,4		5,3		2,3							50,0	
Ginásio / Aula de E.Física	n	11	31	28	43	26	35	18	35	5	13	1	1	1	
	%s	0,7	1,5	1,5	1,9	1,4	1,5	1,3	2,5	0,6	1,5	0,3	0,2	0,6	
	%v	64,7	75,6	71,8	75,4	74,3	79,5	69,2	89,7	83,3	72,2	100,0	33,3	50,0	
Recreio / Pátio	n	1	2	3	2	2	2	2			1				
	%s	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1			0,1				
	%v	5,9	4,9	7,7	3,5	5,7	4,5	7,7			5,6				
Escada / Corredor	n	1	4	5	2	2	2		1	1	2		1		
	%s	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1		0,1	0,1	0,2		0,2		
	%v	5,9	9,8	12,8	3,5	5,7	4,5		2,6	16,7	11,1		33,3		
Instalações sanitárias	n														
	%s														
	%v														
Trajecto casa-escola	n				3			1					1		
	%s				0,1			0,1					0,2		
	%v				5,3			3,8					33,3		
Visitas de estudo / ACC	n								1						
	%s								0,1						
	%v								2,6						
Desporto Escolar	n	3	2	1	1	3		4							
	%s	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2		0,3							
	%v	17,6	4,9	2,6	1,8	8,6		15,4							
Outro Local	n	1		1	2	2	2								
	%s	0,1		0,1	0,1	0,1	0,1								
	%v	5,9		2,6	3,5	5,7	4,5								
População Escolar		1.678 2.047		1.927 2.274		1.912 2.384		1.416 1.410		881 870		362 461		169 166	



## **4.1.2 – Tipo de Acidente**

### **4.1.2.1 – Ano Lectivo**

No Quadro 4.XVI, referente aos totais no CAECB, a queda foi o tipo de acidente mais frequente em ambos os sexos, com uma prevalência sobre todos os outros em mais de metade (57%), com maior taxa média no ano lectivo de 1998/99, que foi diminuindo ligeiramente nos anos seguintes. A queda foi mais acentuada no rapaz, que teve o pico de 2,1%, em 1998/99, do que na rapariga e esta, apenas no ano de 1999/00, teve uma taxa superior ao rapaz (2%). A ordem decrescente de frequência dos outros tipos de acidente variou consoante o sexo: o choque ou queda de objecto foi o segundo no rapaz e o terceiro na rapariga; a manipulação de objecto/entalão figurou em quarto lugar para o rapaz, mas para a rapariga foi segundo; o choque entre pessoas surgiu em terceiro lugar no rapaz e em quarto na rapariga, apesar de terem a mesma sinistralidade; em “outro” tipo, foi incluído um número significativo de acidentes, figurando em quinto lugar para ambos os sexos. Foi no ano de 2000/01, que ambos os tipos de choque tiveram maior incidência. A manipulação de objecto teve um desenvolvimento diferente, em ambos os sexos, durante os três anos lectivos, já que o rapaz foi sempre crescendo de taxa de sinistralidade e a rapariga começou e finalizou com a mesma taxa, passando por uma ligeira descida no ano lectivo de 1999/00. A ofensa corporal voluntária foi mais frequente no rapaz do que na rapariga. É ainda de referir, que em 3 anos lectivos ocorreram 16 atropelamentos, 10 no rapaz e 6 na rapariga.

O Quadro 4.XVII especifica que, ao nível do 1º Ciclo, para ambos os sexos, a queda tem prevalência (64,2%) sobre todos os outros tipos de acidente, seguida do choque ou queda de objecto (15,4%), choque com pessoas (8,7%), manipulação de objecto (6,1%), atropelamento (2,2%), etc. O rapaz teve sempre uma sinistralidade maior e em ordem crescente ao longo dos anos lectivos, de 1,6% a 2% e a rapariga aumentou entre 1998/99 e 2000/01 de 1% para 1,3%, apesar da descida para 0,7% em 1999/00. O maior número de quedas e de choques registou-se em 2000/01. A manipulação de objecto foi maior para o rapaz em 1998/99 e na rapariga foi em 2000/01. Os 8 atropelamentos, sem morbidade, ocorreram sobretudo em 1999/00 e apenas o rapaz sofreu um com gravidade. O “outro” tipo não teve significado neste nível de ensino. Ocorreram duas queimaduras em 1999/00.

Quanto à evolução do tipo de acidente no 2º Ciclo, Quadro 4.XVIII, a queda verificou-se com uma frequência ligeiramente menor que no 1º Ciclo, mas ainda foi muito alta (61,5%), tendo ocorrido o maior número de quedas no ano de 1998/99, em ambos os sexos. O rapaz, na queda, contraria a regra geral da evolução da sinistralidade no 2º Ciclo, já que começou com 4,6% e foi sempre diminuindo ao longo dos três anos; a rapariga seguiu um comportamento geral, subiu em 1999/00 para a máxima de 5,3% e desceu em 2000/01, com taxa sempre superior ao rapaz ao longo do triénio. Quanto ao choque ou queda de objecto o rapaz teve sempre uma sinistralidade superior à rapariga, com a mais elevada em 2000/01 (1,1%), mas no choque entre pessoas sucedeu o inverso, atingindo a rapariga o maior valor em 1999/00 (1,3%). Na manipulação de objecto a rapariga foi superior em 1998/99, sendo nos outros anos inferior ao rapaz. No ano de 2000/01 não ocorreu atropelamento no 2º Ciclo, no ano de 1999/00 ocorreram 2 na rapariga e um no rapaz e, em 1998/99, apenas a rapariga sofreu 1.

No 3º Ciclo, Quadro 4.XIX, a evolução da sinistralidade geral foi diferente no rapaz e na rapariga. O rapaz foi sempre subindo, a rapariga desceu em 1999/00 e permaneceu com a mesma taxa em 2000/01. Quanto ao comportamento na queda, a frequência global continuou a descer (55,9%), mas o rapaz teve uma taxa ligeiramente superior à rapariga. Começou com a maior taxa (3,5%) e ao descer em 1999/00 ficou com um valor inferior à da rapariga, já que esta conservou o mesmo valor de 1998/99 (2,9%) e só desceu em 2000/01 para o valor mais baixo de ambos. O choque ou queda de objecto, ainda foi o segundo tipo de acidente (12,3%), ambos os sexos baixaram de taxa em 1999/00 e subiram em 2000/01, mas a subida do rapaz foi superior à da rapariga. A manipulação de objecto e entalão foi o terceiro, no geral, mas para o rapaz passou a quarto tipo de acidente em frequência, apesar de ter subido ao longo dos 3 anos lectivos; para a rapariga, foi o segundo tipo e embora tendo sempre taxa superior ao rapaz, desceu em 1999/00 e subiu para o valor inicial em 2000/01 (1%). No 2º Ciclo não se tinha verificado a intoxicação nem a queimadura, mas esta última voltou a ocorrer no 3º Ciclo na rapariga. O outro tipo de acidente, posicionou-se em quinto lugar (8,3%), subindo a 4º, em frequência, na rapariga. O rapaz sofreu 2 atropelamentos em 1998/99.

No Secundário, conforme o Quadro 4.XX, a queda desceu para menos de metade de frequência (43,3%). O “outro” passou para segundo tipo de acidente (16,8%), a manipulação de objecto/entalão também subiu ao terceiro lugar (15,2%), assim como o choque entre pessoas que ficou equiparado ao choque ou queda de objecto (11%). No geral, a rapariga, posicionou-se, em todos os tipos de acidente a um nível igual ou superior ao rapaz ao longo dos 3 anos lectivos, atingindo a taxa mais elevada de ambos (1,1%), em 1999/00, na queda. O atropelamento ocorreu em 1999/00 numa rapariga e em 2000/01 num rapaz.

**QUADRO 4.XVI - Distribuição dos acidentes escolares no CAECB por tipo de acidente, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco				Ano Lectivo						
Tipo de Acidente		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	2.504	1.307	1.197	413	419	428	406	466	372
	%s	3,4	3,5	3,3	3,3	3,4	3,4	3,3	3,7	3,1
	%h	100,0	52,2	47,8	31,6	35,0	32,7	33,9	35,7	31,1
Queda	n	1.433	759	674	263	244	241	243	255	187
	%s	1,9	2,0	1,8	2,1	2,0	1,9	2,0	2,0	1,6
	%v	57,2	58,1	56,3	63,7	58,2	56,3	59,9	54,7	50,3
Ofensa corporal voluntária	n	34	23	11	6	2	9	4	8	5
	%s	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
	%v	1,4	1,8	0,9	1,5	0,5	2,1	1,0	1,7	1,3
Choque entre pessoas	n	240	127	113	38	30	42	43	47	40
	%s	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,4	0,4	0,3
	%v	9,6	9,7	9,4	9,2	7,2	9,8	10,6	10,1	10,8
Choque ou Queda de objectos	n	299	177	122	56	37	49	35	72	50
	%s	0,4	0,5	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,6	0,4
	%v	11,9	13,5	10,2	13,6	8,8	11,4	8,6	15,5	13,4
Introdução corpos estranhos	n	26	16	10	4	2	6	5	6	3
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	%v	1,0	1,2	0,8	1,0	0,5	1,4	1,2	1,3	0,8
Manipulação objectos/ Entalões	n	260	110	150	28	63	36	33	46	54
	%s	0,4	0,3	0,4	0,2	0,5	0,3	0,3	0,4	0,5
	%v	10,4	8,4	12,5	6,8	15,0	8,4	8,1	9,9	14,5
Queimaduras	n	5	2	3	1		1	1		2
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0
	%v	0,2	0,2	0,3	0,2		0,2	0,2		0,5
Intoxicação	n	1		1						1
	%s	0,0		0,0						0,0
	%v	0,0		0,1						0,3
Atropelamento	n	16	10	6	3	2	5	3	2	1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	%v	0,6	0,8	0,5	0,7	0,5	1,2	0,7	0,4	0,3
Outro	n	190	83	107	14	39	39	39	30	29
	%s	0,3	0,2	0,3	0,1	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2
	%v	7,6	6,4	8,9	3,4	9,3	9,1	9,6	6,4	7,8
População Escolar		73.997	37.478	36.519	12.538	12.430	12.497	12.131	12.443	11.958

**QUADRO 4.XVII - Distribuição dos acidentes escolares no 1º Ciclo por tipo de acidente, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

1º Ciclo - CAE de Castelo Branco				Ano Lectivo						
Tipo de Acidente		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	358	235	123	70	43	80	30	85	50
	%s	1,4	1,8	1,0	1,6	1,0	1,8	0,7	2,0	1,3
	%h	100,0	65,6	34,4	29,8	35,0	34,0	24,4	36,2	40,7
Queda	n	230	148	82	40	33	53	24	55	25
	%s	0,9	1,1	0,7	0,9	0,8	1,2	0,6	1,3	0,6
	%v	64,2	63,0	66,7	57,1	76,7	66,3	80,0	64,7	50,0
Ofensa corporal voluntária	n	3	2	1	1	1	1			
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
	%v	0,8	0,9	0,8	1,4	2,3	1,3			
Choque entre pessoas	n	31	21	10	8	1	5	2	8	7
	%s	0,1	0,2	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,2
	%v	8,7	8,9	8,1	11,4	2,3	6,3	6,7	9,4	14,0
Choque ou Queda de objectos	n	55	36	19	12	4	9	3	15	12
	%s	0,2	0,3	0,2	0,3	0,1	0,2	0,1	0,3	0,3
	%v	15,4	15,3	15,4	17,1	9,3	11,3	10,0	17,6	24,0
Introdução corpos estranhos	n	4	2	2	1	1	1			1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0
	%v	1,1	0,9	1,6	1,4	2,3	1,3			2,0
Manipulação objectos/Entalões	n	22	16	6	7	2	4		5	4
	%s	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1		0,1	0,1
	%v	6,1	6,8	4,9	10,0	4,7	5,0		5,9	8,0
Queimaduras	n	2	1	1			1	1		
	%s	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0		
	%v	0,6	0,4	0,8			1,3	3,3		
Intoxicação	n									
	%s									
	%v									
Atropelamento	n	8	6	2	1	1	4		1	1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1		0,0	0,0
	%v	2,2	2,6	1,6	1,4	2,3	5,0		1,2	2,0
Outro	n	3	3				2		1	
	%s	0,0	0,0				0,0		0,0	
	%v	0,8	1,3				2,5		1,2	
População Escolar		25.355	13.194	12.161	4.454	4.131	4.397	4.075	4.343	3.955

**QUADRO 4.XVIII - Distribuição dos acidentes escolares no 2º Ciclo por tipo de acidente, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

2º Ciclo - CAE de Castelo Branco			Ano Lectivo							
Tipo de Acidente		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	800	412	388	129	133	134	149	149	106
	%s	7,1	6,9	7,3	6,7	7,7	6,8	8,5	7,1	5,7
	%h	100,0	51,5	48,5	31,3	34,3	32,5	38,4	36,2	27,3
Queda	n	492	243	249	88	87	81	94	74	68
	%s	4,3	4,0	4,7	4,6	5,0	4,1	5,3	3,5	3,7
	%v	61,5	59,0	64,2	68,2	65,4	60,4	63,1	49,7	64,2
Ofensa corporal voluntária	n	14	8	6	2	1	2	2	4	3
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
	%v	1,8	1,9	1,5	1,6	0,8	1,5	1,3	2,7	2,8
Choque entre pessoas	n	78	33	45	7	8	9	22	17	15
	%s	0,7	0,5	0,8	0,4	0,5	0,5	1,3	0,8	0,8
	%v	9,8	8,0	11,6	5,4	6,0	6,7	14,8	11,4	14,2
Choque ou Queda de objectos	n	83	56	27	17	9	16	11	23	7
	%s	0,7	0,9	0,5	0,9	0,5	0,8	0,6	1,1	0,4
	%v	10,4	13,6	7,0	13,2	6,8	11,9	7,4	15,4	6,6
Introdução corpos estranhos	n	13	8	5	3	1	2	3	3	1
	%s	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
	%v	1,6	1,9	1,3	2,3	0,8	1,5	2,0	2,0	0,9
Manipulação objectos/ Entalões	n	69	40	29	8	15	14	7	18	7
	%s	0,6	0,7	0,5	0,4	0,9	0,7	0,4	0,9	0,4
	%v	8,6	9,7	7,5	6,2	11,3	10,4	4,7	12,1	6,6
Queimaduras	n									
	%s									
	%v									
Intoxicação	n									
	%s									
	%v									
Atropelamento	n	4	1	3		1	1	2		
	%s	0,0	0,0	0,1		0,1	0,1	0,1		
	%v	0,5	0,2	0,8		0,8	0,7	1,3		
Outro	n	47	23	24	4	11	9	8	10	5
	%s	0,4	0,4	0,5	0,2	0,6	0,5	0,5	0,5	0,3
	%v	5,9	5,6	6,2	3,1	8,3	6,7	5,4	6,7	4,7
População Escolar		11.339	6.009	5.330	1.931	1.723	1.984	1.760	2.094	1.847

**QUADRO 4.XIX - Distribuição dos acidentes escolares no 3º Ciclo por tipo de acidente, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

3º Ciclo - CAE de Castelo Branco			Ano Lectivo							
Tipo de Acidente		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	1.018	534	484	172	174	173	156	189	154
	%s	5,3	5,5	5,2	5,1	5,4	5,4	5,1	5,8	5,1
	%h	100,0	52,5	47,5	32,2	36,0	32,4	32,2	35,4	31,8
Queda	n	569	313	256	116	94	87	89	110	73
	%s	3,0	3,2	2,8	3,5	2,9	2,7	2,9	3,4	2,4
	%v	55,9	58,6	52,9	67,4	54,0	50,3	57,1	58,2	47,4
Ofensa corporal voluntária	n	15	11	4	3		5	2	3	2
	%s	0,1	0,1	0,0	0,1		0,2	0,1	0,1	0,1
	%v	1,5	2,1	0,8	1,7		2,9	1,3	1,6	1,3
Choque entre pessoas	n	95	55	40	16	14	23	13	16	13
	%s	0,5	0,6	0,4	0,5	0,4	0,7	0,4	0,5	0,4
	%v	9,3	10,3	8,3	9,3	8,0	13,3	8,3	8,5	8,4
Choque ou Queda de objectos	n	125	73	52	24	20	19	13	30	19
	%s	0,7	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6	0,4	0,9	0,6
	%v	12,3	13,7	10,7	14,0	11,5	11,0	8,3	15,9	12,3
Introdução corpos estranhos	n	6	5	1			3		2	1
	%s	0,0	0,1	0,0			0,1		0,1	0,0
	%v	0,6	0,9	0,2			1,7		1,1	0,6
Manipulação objectos/ Entalões	n	119	39	80	8	33	14	18	17	29
	%s	0,6	0,4	0,9	0,2	1,0	0,4	0,6	0,5	1,0
	%v	11,7	7,3	16,5	4,7	19,0	8,1	11,5	9,0	18,8
Queimaduras	n	2		2						2
	%s	0,0		0,0						0,1
	%v	0,2		0,4						1,3
Intoxicação	n									
	%s									
	%v									
Atropelamento	n	2	2		2					
	%s	0,0	0,0		0,1					
	%v	0,2	0,4		1,2					
Outro	n	85	36	49	3	13	22	21	11	15
	%s	0,4	0,4	0,5	0,1	0,4	0,7	0,7	0,3	0,5
	%v	8,3	6,7	10,1	1,7	7,5	12,7	13,5	5,8	9,7
População Escolar		19.086	9.779	9.307	3.342	3.220	3.202	3.049	3.235	3.038

**QUADRO 4.XX - Distribuição dos acidentes escolares no Secundário por tipo de acidente, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Secundário - CAE de Castelo Branco			Ano Lectivo							
Tipo de Acidente		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	328	126	202	42	69	41	71	43	62
	%s	1,8	1,5	2,1	1,5	2,1	1,4	2,2	1,6	2,0
	%h	100,0	38,4	61,6	33,3	34,2	32,5	35,1	34,1	30,7
Queda	n	142	55	87	19	30	20	36	16	21
	%s	0,8	0,6	0,9	0,7	0,9	0,7	1,1	0,6	0,7
	%v	43,3	43,7	43,1	45,2	43,5	48,8	50,7	37,2	33,9
Ofensa corporal voluntária	n	2	2				1		1	
	%s	0,0	0,0				0,0		0,0	
	%v	0,6	1,6				2,4		2,3	
Choque entre pessoas	n	36	18	18	7	7	5	6	6	5
	%s	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
	%v	11,0	14,3	8,9	16,7	10,1	12,2	8,5	14,0	8,1
Choque ou Queda de objectos	n	36	12	24	3	4	5	8	4	12
	%s	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,4
	%v	11,0	9,5	11,9	7,1	5,8	12,2	11,3	9,3	19,4
Introdução corpos estranhos	n	3	1	2				2	1	
	%s	0,0	0,0	0,0				0,1	0,0	
	%v	0,9	0,8	1,0				2,8	2,3	
Manipulação objectos/ Entalões	n	50	15	35	5	13	4	8	6	14
	%s	0,3	0,2	0,4	0,2	0,4	0,1	0,2	0,2	0,4
	%v	15,2	11,9	17,3	11,9	18,8	9,8	11,3	14,0	22,6
Queimaduras	n	1	1		1					
	%s	0,0	0,0		0,0					
	%v	0,3	0,8		2,4					
Intoxicação	n	1		1						1
	%s	0,0		0,0						0,0
	%v	0,3		0,5						1,6
Atropelamento	n	2	1	1				1	1	
	%s	0,0	0,0	0,0				0,0	0,0	
	%v	0,6	0,8	0,5				1,4	2,3	
Outro	n	55	21	34	7	15	6	10	8	9
	%s	0,3	0,2	0,3	0,2	0,4	0,2	0,3	0,3	0,3
	%v	16,8	16,7	16,8	16,7	21,7	14,6	14,1	18,6	14,5
População Escolar		18.217	8.496	9.721	2.811	3.356	2.914	3.247	2.771	3.118

#### 4.1.2.2 – Ano de Escolaridade

Quanto aos anos de escolaridade do 1º Ciclo, Quadro XXI, o rapaz atingiu o pico de sinistralidade global no 1º ano (2%), sendo a mais elevada na queda (1,4%), enquanto que a rapariga foi no 3º ano (1,2%) e na queda no 4º ano (0,8%). A frequência de acidentes por queda, nos 4 anos da escolaridade do 1º Ciclo variou entre (57,1%) no 3º ano e (74,3%) no 4º ano, para a rapariga e para o rapaz, entre (70,2%) no 1º ano e (59,6%) no 2º ano. No 2º e 3º anos o rapaz e a rapariga como que estacionaram e tiveram os mesmos valores de taxas na queda e nos tipos de choque. A incidência da manipulação do objecto no rapaz foi no 2º ano, e na rapariga foi no 3º. O rapaz só não foi vítima de atropelamento no 3º ano e teve 6 no total enquanto que a rapariga teve dois, um no 1º e outro no 3º ano.

Nos anos de escolaridade do 2º Ciclo, referenciados no Quadro 4.XXII, no geral a rapariga superou sempre o rapaz apesar de ter descido de 7,4% no 5º ano para 7,1% no 6º ano; o rapaz, pelo contrário, teve uma ligeira subida. Ambos diminuíram na queda no 6º ano. No choque com objecto o rapaz apesar de ter descido do 5º para o 6º ano, ao contrário da rapariga que subiu, teve sempre uma taxa superior. No choque com pessoas os percursos foram os mesmos, mas a rapariga teve nos dois anos de escolaridade uma taxa superior ao rapaz. Na manipulação de objecto, no 5º ano, tiveram uma sinistralidade igual e no 6º ano o rapaz situou-se acima da rapariga.

No Quadro 4.XXIII, no 3º Ciclo, o rapaz foi superior à rapariga na queda no 7º e 8º anos de escolaridade, com uma taxa igual e a mais elevada (3,6%), sucedendo o mesmo no choque e queda de objecto mas com a taxa de 1%. Na manipulação de objecto/entalão a rapariga foi sempre superior ao rapaz, em todos os anos de escolaridade e ocorreu o contrário em relação ao choque com pessoas, em que o rapaz foi superior. A queimadura ocorreu no 8º ano na rapariga, e o atropelamento no 7º e no 9º ano no rapaz.

No Quadro 4.XXIV do Secundário, a rapariga, no geral, teve sempre uma taxa superior ao rapaz (2,5%), apesar de ter diminuído ao longo dos anos de escolaridade. No geral o rapaz subiu para o seu maior valor de sinistralidade no 11º ano (1,9%). Na queda, ambos atingiram a taxa de sinistralidade mais elevada no 10º ano, a rapariga 1,1% e o rapaz 0,8%. O “outro” tipo de acidente passou para segunda frequência. O atropelamento ocorreu numa rapariga e num rapaz no 11º ano de escolaridade.



**QUADRO 4.XXI - Distribuição dos acidentes escolares no 1º Ciclo por tipo de acidente, ano de escolaridade e sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano de Escolaridade ( 1º Ciclo )									
Tipo de Acidente		Total 1º Ciclo			1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	358	235	123	57	23	57	30	53	35	68	35
	%s	1,4	1,8	1,0	2,0	0,8	1,7	0,9	1,6	1,2	1,9	1,1
	%h	100,0	18,0	10,3	24,3	18,7	24,3	24,4	22,6	28,5	28,9	28,5
Queda	n	230	148	82	40	15	34	21	35	20	39	26
	%s	0,9	1,1	0,7	1,4	0,6	1,0	0,7	1,0	0,7	1,1	0,8
	%v	64,2	63,0	66,7	70,2	65,2	59,6	70,0	66,0	57,1	57,4	74,3
Ofensa corporal voluntária	n	3	2	1			1				1	1
	%s	0,0	0,0	0,0			0,0				0,0	0,0
	%v	0,8	0,9	0,8			1,8				1,5	2,9
Choque entre pessoas	n	31	21	10	7	2	3	2	4	4	7	2
	%s	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
	%v	8,7	8,9	8,1	12,3	8,7	5,3	6,7	7,5	11,4	10,3	5,7
Choque ou Queda de objectos	n	55	36	19	5	2	8	5	8	7	15	5
	%s	0,2	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2
	%v	15,4	15,3	15,4	8,8	8,7	14,0	16,7	15,1	20,0	22,1	14,3
Introdução corpos estranhos	n	4	2	2				1	1	1	1	
	%s	0,0	0,0	0,0				0,0	0,0	0,0	0,0	
	%v	1,1	0,9	1,6				3,3	1,9	2,9	1,5	
Manipulação objectos/ Entalões	n	22	16	6	2	3	6	1	5	1	3	1
	%s	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
	%v	6,1	6,8	4,9	3,5	13,0	10,5	3,3	9,4	2,9	4,4	2,9
Queimaduras	n	2	1	1	1						1	
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0						0,0	
	%v	0,6	0,4	0,8	1,8						2,9	
Intoxicação	n											
	%s											
	%v											
Atropelamento	n	8	6	2	2	1	3				1	1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1				0,0	0,0
	%v	2,2	2,6	1,6	3,5	4,3	5,3				2,9	1,5
Outro	n	3	3				2				1	
	%s	0,0	0,0				0,1				0,0	
	%v	0,8	1,3				3,5				1,5	
População Escolar		25.355	13.194	12.161	2.868	2.720	3.440	3.186	3.350	3.004	3.536	3.251

**QUADRO 4.XXII - Distribuição dos acidentes escolares no 2º Ciclo por tipo de acidente, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano de Escolaridade ( 2º Ciclo )					
Tipo de Acidente		Total do 2º Ciclo			5º Ano		6º Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M
Total	n	800	412	388	211	200	201	188
	%s	7,1	6,9	7,3	6,8	7,4	6,9	7,1
	%h	100,0	31,5	32,4	100,0	100,0	100,0	100,0
Queda	n	492	243	249	127	137	116	112
	%s	4,3	4,0	4,7	4,1	5,1	4,0	4,3
	%v	61,5	59,0	64,2	60,2	68,5	57,7	59,6
Ofensa corporal voluntária	n	14	8	6	5	3	3	3
	%s	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
	%v	1,8	1,9	1,5	2,4	1,5	1,5	1,6
Choque entre pessoas	n	78	33	45	21	21	12	24
	%s	0,7	0,5	0,8	0,7	0,8	0,4	0,9
	%v	9,8	8,0	11,6	10,0	10,5	6,0	12,8
Choque ou Queda de objectos	n	83	56	27	33	10	23	17
	%s	0,7	0,9	0,5	1,1	0,4	0,8	0,6
	%v	10,4	13,6	7,0	15,6	5,0	11,4	9,0
Introdução corpos estranhos	n	13	8	5	4	5	4	
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	
	%v	1,6	1,9	1,3	1,9	2,5	2,0	
Manipulação objectos/ Entalões	n	69	40	29	13	11	27	18
	%s	0,6	0,7	0,5	0,4	0,4	0,9	0,7
	%v	8,6	9,7	7,5	6,2	5,5	13,4	9,6
Queimaduras	n							
	%s							
	%v							
Intoxicação	n							
	%s							
	%v							
Atropelamento	n	4	1	3			1	3
	%s	0,0	0,0	0,1			0,0	0,1
	%v	0,5	0,2	0,8			0,5	1,6
Outro	n	47	23	24	8	13	15	11
	%s	0,4	0,4	0,5	0,3	0,5	0,5	0,4
	%v	5,9	5,6	6,2	3,8	6,5	7,5	5,9
População Escolar		11.339	6009	5330	3.112	2.697	2.897	2.633

**QUADRO 4.XXIII - Distribuição dos acidentes escolares no 3º Ciclo por tipo de acidente, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Ano de Escolaridade ( 3º Ciclo )									
Tipo de Acidente		Total do 3º Ciclo			7º Ano		8º Ano		9º Ano		
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Total	n	1.018	534	484	218	160	183	162	133	162	
	%s	5,3	5,5	5,2	6,4	5,2	5,6	5,3	4,3	5,1	
	%h	100,0	40,9	40,4	40,8	33,1	34,3	33,5	24,9	33,5	
Queda	n	569	313	256	124	89	116	83	73	84	
	%s	3,0	3,2	2,8	3,6	2,9	3,6	2,7	2,3	2,7	
	%v	55,9	58,6	52,9	56,4	55,6	63,4	50,3	55,7	52,8	
Ofensa corporal voluntária	n	15	11	4	7	3	2		2	1	
	%s	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1		0,1	0,0	
	%v	1,5	2,1	0,8	3,2	1,9	1,1		1,5	0,6	
Choque entre pessoas	n	95	55	40	21	16	15	16	19	8	
	%s	0,5	0,6	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6	0,3	
	%v	9,3	10,3	8,3	9,5	10,0	8,2	9,7	14,5	5,0	
Choque ou Queda de objectos	n	125	73	52	33	14	21	16	19	22	
	%s	0,7	0,7	0,6	1,0	0,5	0,6	0,5	0,6	0,7	
	%v	12,3	13,7	10,7	15,0	8,8	11,5	9,7	14,5	13,8	
Introdução corpos estranhos	n	6	5	1	2		1	1	2		
	%s	0,0	0,1	0,0	0,1		0,0	0,0	0,1		
	%v	0,6	0,9	0,2	0,9		0,5	0,6	1,5		
Manipulação objectos/ Entalões	n	119	39	80	15	26	16	24	8	30	
	%s	0,6	0,4	0,9	0,4	0,8	0,5	0,8	0,3	1,0	
	%v	11,7	7,3	16,5	6,8	16,3	8,7	14,5	6,1	18,9	
Queimaduras	n	2		2				2			
	%s	0,0		0,0				0,1			
	%v	0,2		0,4				1,2			
Intoxicação	n										
	%s										
	%v										
Atropelamento	n	2	2		1				1		
	%s	0,0	0,0		0,0				0,0		
	%v	0,2	0,4		0,5				0,8		
Outro	n	85	36	49	17	12	12	23	7	14	
	%s	0,4	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,8	0,2	0,4	
	%v	8,3	6,7	10,1	7,7	7,5	6,6	13,9	5,3	8,8	
População Escolar		19.086	9779	9307	3.405	3.100	3.266	3.052	3.108	3.155	

**QUADRO 4.XXIV - Distribuição dos acidentes escolares no Secundário por tipo de acidente, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano de Escolaridade ( Secundário )							
Tipo de Acidente		Total do Secundário			10º Ano		11º Ano		12ª Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	328	126	202	53	88	47	66	26	48
	%s	1,8	1,5	2,1	1,6	2,5	1,9	2,4	0,9	1,4
	%h	100,0	9,6	16,9	42,1	43,6	37,3	32,7	20,6	23,8
Queda	n	142	55	87	27	39	18	25	10	23
	%s	0,8	0,6	0,9	0,8	1,1	0,7	0,9	0,4	0,7
	%v	43,3	43,7	43,1	50,9	44,3	38,3	37,9	38,5	47,9
Ofensa corporal voluntária	n	2	2		2					
	%s	0,0	0,0		0,1					
	%v	0,6	1,6		3,8					
Choque entre pessoas	n	36	18	18	6	6	7	6	5	6
	%s	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2
	%v	11,0	14,3	8,9	11,3	6,8	14,9	9,1	19,2	12,5
Choque ou Queda de objectos	n	36	12	24	4	12	6	6	2	6
	%s	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2
	%v	11,0	9,5	11,9	7,5	13,6	12,8	9,1	7,7	12,5
Introdução corpos estranhos	n	3	1	2		2	1			
	%s	0,0	0,0	0,0		0,1	0,0			
	%v	0,9	0,8	1,0		2,3	2,1			
Manipulação objectos/ Entalões	n	50	15	35	4	12	8	16	3	7
	%s	0,3	0,2	0,4	0,1	0,3	0,3	0,6	0,1	0,2
	%v	15,2	11,9	17,3	7,5	13,6	17,0	24,2	11,5	14,6
Queimaduras	n	1	1						1	
	%s	0,0	0,0						0,0	
	%v	0,3	0,8						3,8	
Intoxicação	n	1		1		1				
	%s	0,0		0,0		0,0				
	%v	0,3		0,5		1,1				
Atropelamento	n	2	1	1			1	1		
	%s	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0		
	%v	0,6	0,8	0,5			2,1	1,5		
Outro	n	55	21	34	10	16	6	12	5	6
	%s	0,3	0,2	0,3	0,3	0,5	0,2	0,4	0,2	0,2
	%v	16,8	16,7	16,8	18,9	18,2	12,8	18,2	19,2	12,5
População Escolar		18.217	8496	9721	3.299	3.479	2.443	2.750	2.754	3.492

### 4.1.2.3 – Idade

O rapaz teve o pico de queda no intervalo etário dos 12-14 anos (3,6%) e a rapariga no de 10-11 anos, (3,5%), apesar de terem a maior frequência entre os 6 e 9 anos. O choque ou queda de objecto teve maior evidência no rapaz até atingir a maior taxa entre os 12-14 anos (0,9%), depois passou a ser a rapariga a superiorizar-se ao rapaz. No mesmo intervalo etário e na manipulação do objecto, o comportamento de ambos os sexos foi inverso, a rapariga que teve a taxa mais elevada na altura em que começou a superar o rapaz (0,8%). No choque entre pessoas, nos intervalos etários dos extremos, 6-9 e 18-21 anos, os sexos tiveram taxas iguais. Nos outros, a rapariga só foi superior ao rapaz no intervalo dos 10-11 anos – Quadro 4.XXV.

As idades dos alunos sinistrados no 1º Ciclo, situaram-se entre os 6 e os 12 a 13 anos, conforme o Quadro 4.XXVI. A queda predominou nos alunos de maiores idades com 12 ou 13 anos, com uma maior taxa na rapariga (3,1%) do que no rapaz (2,4%), situação que contrariou a regra geral no 1º Ciclo, em que o rapaz teve taxas maiores do que a rapariga. A seguir foi a idade dos 10 anos, também para ambos os sexos, e com valor igual (1,9%), mas o rapaz aos 7 anos teve o dobro da incidência (1,2%) em relação à rapariga (0,6%). O choque ou queda de objecto predominou na idade dos 10 anos e 11 anos mas numa relação inversa de valores no rapaz e na rapariga, nos 10 anos liderou o rapaz e nos 11 anos a rapariga, cuja oposição à regra geral também se verificou na idade de 8 anos. A manipulação de objecto e o atropelamento foram mais frequentes no rapaz e nas menores idades. A queimadura e a introdução de corpo estranho ocorreram por igual em ambos os sexos e não houve qualquer intoxicação.

O Quadro 4.XXVII revela que no 2º Ciclo, no geral, a rapariga aos 13 anos atingiu a sua máxima sinistralidade (15,1%) Na queda foi sempre subindo até à taxa máxima aos 14 anos (10,4%), contrariando a tendência nas idades dos 11 e 16 anos, já que aos 16 anos apenas o rapaz teve este tipo de acidente. O percurso da queda no rapaz foi diferente da rapariga, depois de uma subida progressiva até aos 12 anos, aos 13 anos diminui, para voltar a subir até aos 16 anos, quando atingiu o máximo valor (25%). Aos 11 anos ambos os sexos ficaram equiparados na taxa (4,2%). Quanto ao choque ou queda de objecto, a rapariga apenas foi superior ao rapaz aos 12 anos, com a sua maior taxa (1,6%), enquanto o rapaz, aos 13 anos, é que atingiu a mais alta (1,8%). No choque com pessoas dá-se o inverso, a rapariga só não foi

superior ao rapaz quando não teve lesões, aos 14 anos e o pico de 2% deu-se aos 15 anos, por sua vez o rapaz, aos 14 anos, teve a sua maior taxa (1,6%). Na manipulação de objectos depois de terem uma sinistralidade igual até aos 12 anos, o rapaz só não foi superior à rapariga aos 14 anos. O atropelamento ocorreu no rapaz com 11 anos e na rapariga com 11 e 12 anos, no 6º ano.

A rapariga no 3º Ciclo conforme o Quadro 4.XXVIII, teve a maior taxa de sinistralidade na queda com a idade de 15 anos (4,5%), e o rapaz com 16 anos (4,1%). A rapariga foi também superior ao rapaz nas idades inferiores, 11-12 e nas superiores, 18-19 anos. O rapaz, desde os 13 aos 17 anos, só não foi superior à rapariga aos 15 anos, porque a igualou. No choque e queda de objecto a rapariga foi superior ao rapaz desde os 15 aos 17, atingindo a maior taxa aos 16 anos (1,2%). O rapaz teve a taxa mais elevada aos 18-19 anos (1,6%), em que a rapariga não teve este tipo de acidente e nas idades abaixo dos 15 anos também foi superior à rapariga. Na manipulação de objecto/entalão a rapariga foi sempre superior ao rapaz, atingindo o topo aos 15 anos (1,5%) e não teve este tipo de acidente aos 18-19 anos, enquanto que o rapaz não o teve aos 17 anos. No choque entre pessoas, a rapariga teve sempre sinistralidade inferior ao rapaz, contrariou a tendência aos 15 anos, quando atingiu a maior taxa (1%) e foi superior ao rapaz. No “outro” tipo de acidente, a rapariga foi sempre superior ao rapaz. Na ofensa corporal voluntária sucedeu o contrário.

No Quadro 4.XXIX, a rapariga atingiu o pico na queda aos 18 anos (1,1%) e o rapaz, aos 16 anos, posicionou-se acima dela, com a sua taxa mais elevada (1%). No “outro” tipo a rapariga aos 16 e 18 anos atingiu a maior taxa (0,5%) e apenas na idade de 14-15 anos o rapaz a superou. Na manipulação de objecto/entalão a rapariga teve uma sinistralidade superior ao rapaz e aos 16 anos atingiu a máxima (0,7%), não ultrapassando o rapaz os 0,2%. No choque ou queda de objecto o rapaz teve este tipo de acidente nas idades de 16, 17 e 21 anos, atingindo nesta última idade a maior taxa (0,6%); a rapariga só não o teve aos 20 e 21 anos, aos 17 anos posicionou-se abaixo do rapaz e aos 18 anos atingiu a sua máxima taxa (0,5%). No choque entre pessoas a rapariga teve este tipo de acidente até aos 19 anos, quando pela primeira vez superou o rapaz, com a maior taxa (0,5%). A ofensa corporal voluntária ocorreu apenas no rapaz com as idades de 14 a 16 anos, enquanto que a intoxicação aconteceu com a rapariga. O rapaz sofreu a queimadura aos 21 anos. O atropelamento ocorreu numa rapariga com 16 anos e num rapaz com 17 anos. Introdução de corpo estranho a rapariga teve-a aos 17 e 18 anos e o rapaz aos 17.

**QUADRO 4.XXV - Distribuição dos acidentes escolares no CAECB por tipo de acidente, idade e sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Intervalo Etário										
Tipo de Acidente		Total	6-9		10-11		12-14		15-17		18-21	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	2.504	197	103	281	275	539	482	248	275	42	62
	%s	3,4	1,7	0,9	5,1	5,4	6,2	5,7	3,1	3,3	1,4	2,1
	%v	100,0	15,1	8,6	21,5	23,0	41,2	40,3	19,0	23,0	3,2	5,2
Queda	n	1.433	124	67	169	178	310	270	139	131	17	28
	%s	2,0	1,0	0,6	3,1	3,5	3,6	3,2	1,7	1,6	0,6	0,9
	%v	57,2	62,9	65,0	60,1	64,7	57,5	56,0	56,0	47,6	40,5	45,2
Ofensa corporal voluntária	n	34	2		7	4	8	6	6	1		
	%s	0,0	0,0		0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0		
	%v	1,4	1,0		2,5	1,5	1,5	1,2	2,4	0,4		
Choque entre pessoas	n	240	16	10	23	33	50	40	31	23	7	7
	%s	0,3	0,1	0,1	0,4	0,6	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,2
	%v	9,6	8,1	9,7	8,2	12,0	9,3	8,3	12,5	8,4	16,7	11,3
Choque ou Queda de objectos	n	299	31	16	40	19	78	46	24	33	4	8
	%s	0,4	0,3	0,1	0,7	0,4	0,9	0,5	0,3	0,4	0,1	0,3
	%v	11,9	15,7	15,5	14,2	6,9	14,5	9,5	9,7	12,0	9,5	12,9
Introdução corpos estranhos	n	26	1	2	6	3	6	2	3	2		1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0		0,0
	%v	1,0	0,5	1,9	2,1	1,1	1,1	0,4	1,2	0,7		1,6
Manipulação objectos/ Entalões	n	260	14	5	25	23	46	66	21	48	4	8
	%s	0,4	0,1	0,0	0,5	0,4	0,5	0,8	0,3	0,6	0,1	0,3
	%v	10,4	7,1	4,9	8,9	8,4	8,5	13,7	8,5	17,5	9,5	12,9
Queimaduras	n	5	1	1				2			1	
	%s	0,0	0,0	0,0				0,0			0,0	
	%v	0,2	0,5	1,0				0,4			2,4	
Intoxicação	n	1								1		
	%s	0,0								0,0		
	%v	0,0								0,4		
Atropelamento	n	16	5	2	2	2	2	1		1	1	
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
	%v	0,6	2,5	1,9	0,7	0,7	0,4	0,2		0,4	2,4	
Outro	n	190	3		9	13	39	49	24	35	8	10
	%s	0,3	0,0		0,2	0,3	0,4	0,6	0,3	0,4	0,3	0,3
	%v	7,6	1,5		3,2	4,7	7,2	10,2	9,7	12,7	19,0	16,1
População Escolar		73424	11879	11318	5469	5133	8731	8500	8121	8361	2932	2980

**QUADRO 4.XXVI - Distribuição dos acidentes escolares no 1º Ciclo por tipo de acidente, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idades (1º Ciclo)													
Tipo de Acidente		6		7		8		9		10		11		12 e 13	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	47	19	49	29	48	28	51	26	26	15	6	2	8	4
	%s	1,7	0,7	1,7	1,0	1,6	1,0	1,7	0,9	3,1	2,6	1,8	0,9	3,8	3,1
	%h	20,0	15,4	20,9	23,6	20,4	22,8	21,7	21,1	11,1	12,2	2,6	1,6	3,4	3,3
Queda	n	31	13	34	18	32	16	26	19	16	11	4	1	5	4
	%s	1,1	0,5	1,2	0,6	1,1	0,6	0,8	0,6	1,9	1,9	1,2	0,5	2,4	3,1
	%v	66,0	68,4	69,4	62,1	66,7	57,1	51,0	73,1	61,5	73,3	66,7	50,0	62,5	100,0
Ofensa corporal voluntária	n			1				1			1				
	%s			0,0				0,0			0,2				
	%v			2,0				2,0			6,7				
Choque entre pessoas	n	7	1	2	4	3	2	4	3	2		1		2	
	%s	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2		0,3		1,0	
	%v	14,9	5,3	4,1	13,8	6,3	7,1	7,8	11,5	7,7		16,7		25,0	
Choque ou Queda de objectos	n	4	2	7	5	6	7	13	2	4	2	1	1	1	
	%s	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,1	0,5	0,3	0,3	0,5	0,5	
	%v	8,5	10,5	14,3	17,2	12,5	25,0	25,5	7,7	15,4	13,3	16,7	50,0	12,5	
Introdução Corpos estranhos	n					1	2			1					
	%s					0,0	0,1			0,1					
	%v					2,1	7,1			3,8					
Manipulação objectos/Entalões	n	2	2	3	2	5	1	4		2	1				
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1		0,2	0,2				
	%v	4,3	10,5	6,1	6,9	10,4	3,6	7,8		7,7	6,7				
Queimaduras	n	1								1					
	%s	0,0								0,0					
	%v	2,1								3,8					
Intoxicação	n														
	%s														
	%v														
Atropelamento	n	2	1	2				1	1	1					
	%s	0,1	0,0	0,1				0,0	0,0	0,1					
	%v	4,3	5,3	4,1				2,0	3,8	3,8					
Outro	n					1		2							
	%s					0,0		0,1							
	%v					2,1		3,9							
População Escolar		2746	2625	2861	2779	2988	2786	3059	2924	843	584	342	221	208	129



**QUADRO 4.XXVII - Distribuição dos acidentes escolares no 2º Ciclo por tipo de acidente, idade e sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idades ( 2º Ciclo )													
Tipo de Acidente		9 e 10		11		12		13		14		15		16	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	93	111	157	148	84	69	41	38	24	15	10	7	3	
	%s	4,3	5,2	7,3	6,7	10,0	12,1	9,0	15,1	9,4	14,2	10,9	13,7	25,0	
	%h	22,6	28,6	38,1	38,1	20,4	17,8	10,0	9,8	5,8	3,9	2,4	1,8	0,7	
Queda	n	60	74	90	93	48	41	21	25	14	11	7	5	3	
	%s	2,8	3,5	4,2	4,2	5,7	7,2	4,6	10,0	5,5	10,4	7,6	9,8	25,0	
	%v	64,5	66,7	57,3	62,8	57,1	59,4	51,2	65,8	58,3	73,3	70,0	71,4	100,0	
Ofensa corporal voluntária	n	2	2	5	1	1		2		1					
	%s	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1		0,8		0,9					
	%v	2,2	1,8	3,2	0,7	1,2		5,3		6,7					
Choque entre pessoas	n	9	17	11	16	8	8	1	3	4			1		
	%s	0,4	0,8	0,5	0,7	1,0	1,4	0,2	1,2	1,6			2,0		
	%v	9,7	15,3	7,0	10,8	9,5	11,6	2,4	7,9	16,7			14,3		
Choque ou Queda de objectos	n	14	4	22	12	10	9	8	2	1		1			
	%s	0,6	0,2	1,0	0,5	1,2	1,6	1,8	0,8	0,4		1,1			
	%v	15,1	3,6	14,0	8,1	11,9	13,0	19,5	5,3	4,2		10,0			
Introdução corpos estranhos	n	1	2	4	1	1		2		1		1			
	%s	0,0	0,1	0,2	0,0	0,1		0,4		0,9		2,0			
	%v	1,1	1,8	2,5	0,7	1,2		4,9		6,7		14,3			
Manipulação objectos/ Entalões	n	4	5	18	17	11	5	5	1	1	1	1			
	%s	0,2	0,2	0,8	0,8	1,3	0,9	1,1	0,4	0,4	0,9	1,1			
	%v	4,3	4,5	11,5	11,5	13,1	7,2	12,2	2,6	4,2	6,7	10,0			
Queimaduras	n														
	%s														
	%v														
Intoxicação	n														
	%s														
	%v														
Atropelamento	n			1	2		1								
	%s			0,0	0,1		0,2								
	%v			0,6	1,4		1,4								
Outro	n	3	7	6	6	5	5	4	5	4	1	1			
	%s	0,1	0,3	0,3	0,3	0,6	0,9	0,9	2,0	1,6	0,9	1,1			
	%v	3,2	6,3	3,8	4,1	6,0	7,2	9,8	13,2	16,7	6,7	10,0			
População Escolar		2159	2133	2165	2204	838	570	457	251	255	106	92	51	12	11

**QUADRO 4.XXVIII - Distribuição dos acidentes escolares no 3º Ciclo por tipo de acidente, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idades ( 3º Ciclo )													
Tipo de Acidente		11 e 12		13		14		15		16		17		18 e 19	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	74	88	159	123	150	142	69	89	51	31	24	9	7	2
	%s	3,7	3,8	6,6	5,0	5,7	5,4	4,7	8,5	6,4	6,0	6,5	4,3	3,7	2,7
	%h	13,9	18,2	29,8	25,4	28,1	29,3	12,9	18,4	9,6	6,4	4,5	1,9	1,3	0,4
Queda	n	41	53	89	62	92	72	44	47	33	15	13	5	1	2
	%s	2,0	2,3	3,7	2,5	3,5	2,7	3,0	4,5	4,1	2,9	3,5	2,4	0,5	2,7
	%v	55,4	60,2	56,0	50,4	61,3	50,7	63,8	52,8	64,7	48,4	54,2	55,6	14,3	100,0
Ofensa corporal voluntária	n	2	2	4	1	1		1	1	2		1			
	%s	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0		0,1	0,1	0,3		0,3			
	%v	2,7	2,3	2,5	0,8	0,7		1,4	1,1	3,9		4,2			
Choque entre pessoas	n	10	8	10	7	15	14	9	10	4	1	6		1	
	%s	0,5	0,3	0,4	0,3	0,6	0,5	0,6	1,0	0,5	0,2	1,6		0,5	
	%v	13,5	9,1	6,3	5,7	10,0	9,9	13,0	11,2	7,8	3,2	25,0		14,3	
Choque ou Queda de objectos	n	9	4	25	16	24	15	4	9	6	6	2	2	3	
	%s	0,4	0,2	1,0	0,6	0,9	0,6	0,3	0,9	0,8	1,2	0,5	1,0	1,6	
	%v	12,2	4,5	15,7	13,0	16,0	10,6	5,8	10,1	11,8	19,4	8,3	22,2	42,9	
Introdução corpos estranhos	n	1		1	1	1		1		1					
	%s	0,0		0,0	0,0	0,0		0,1		0,1					
	%v	1,4		0,6	0,8	0,7		1,4		2,0					
Manipulação objectos/ Entalões	n	3	12	17	19	10	27	5	16	3	5		1	1	
	%s	0,1	0,5	0,7	0,8	0,4	1,0	0,3	1,5	0,4	1,0		0,5	0,5	
	%v	4,1	13,6	10,7	15,4	6,7	19,0	7,2	18,0	5,9	16,1		11,1	14,3	
Queimaduras	n				2										
	%s				0,1										
	%v				1,6										
Intoxicação	n														
	%s														
	%v														
Atropelamento	n			1		1									
	%s			0,0		0,0									
	%v			0,6		0,7									
Outro	n	8	9	12	15	6	14	5	6	2	4	2	1	1	
	%s	0,4	0,4	0,5	0,6	0,2	0,5	0,3	0,6	0,3	0,8	0,5	0,5	0,5	
	%v	10,8	10,2	7,5	12,2	4,0	9,9	7,2	6,7	3,9	12,9	8,3	11,1	14,3	
População Escolar		2019	2339	2394	2484	2620	2635	1459	1049	798	516	368	210	188	73

**QUADRO 4.XXIX - Distribuição dos acidentes escolares no Secundário por tipo de acidente, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idades (Secundário)													
Tipo de Acidente		14 e 15		16		17		18		19		20		21	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	17	41	39	57	35	44	26	39	6	18	1	3	2	
	%s	1,0	2,0	2,0	2,5	1,8	1,8	1,8	2,8	0,7	2,1	0,3	0,7	1,2	
	%h	13,5	20,3	31,0	28,2	27,8	21,8	20,6	19,3	4,8	8,9	0,8	1,5	1,6	
Queda	n	6	25	20	18	13	18	13	16	3	8			2	
	%s	0,4	1,2	1,0	0,8	0,7	0,8	0,9	1,1	0,3	0,9			0,4	
	%v	35,3	61,0	51,3	31,6	37,1	40,9	50,0	41,0	50,0	44,4			66,7	
Ofensa corporal voluntária	n	1		1											
	%s	0,1		0,1											
	%v	5,9		2,6											
Choque entre pessoas	n	1	2	5	3	6	6	4	3	1	4	1			
	%s	0,1	0,1	0,3	0,1	0,3	0,3	0,3	0,2	0,1	0,5	0,3			
	%v	5,9	4,9	12,8	5,3	17,1	13,6	15,4	7,7	16,7	22,2	100,0			
Choque ou Queda de objectos	n		4	5	8	6	4		7		1			1	
	%s		0,2	0,3	0,4	0,3	0,2		0,5		0,1			0,6	
	%v		9,8	12,8	14,0	17,1	9,1		17,9		5,6			50,0	
Introdução corpos estranhos	n					1	1		1						
	%s					0,1	0,0		0,1						
	%v					2,9	2,3		2,6						
Manipulação objectos/ Entalões	n	4	6	4	15	4	6	2	5	1	3				
	%s	0,2	0,3	0,2	0,7	0,2	0,3	0,1	0,4	0,1	0,3				
	%v	23,5	14,6	10,3	26,3	11,4	13,6	7,7	12,8	16,7	16,7				
Queimaduras	n													1	
	%s													0,6	
	%v													50,0	
Intoxicação	n				1										
	%s				0,0										
	%v				1,8										
Atropelamento	n				1			1							
	%s				0,0			0,1							
	%v				1,8			3,8							
Outro	n	5	4	4	11	5	9	6	7	1	2		1		
	%s	0,3	0,2	0,2	0,5	0,3	0,4	0,4	0,5	0,1	0,2		0,2		
	%v	29,4	9,8	10,3	19,3	14,3	20,5	23,1	17,9	16,7	11,1		33,3		
População Escolar		1.678 2.047		1.927 2.274		1.912 2.384		1.416 1.410		881 870		362 461		169 166	

### 4.1.3 – Localização da Lesão

#### 4.1.3.1 – Ano Lectivo

No Quadro 4.XXX as lesões ocorreram sobretudo nos membros superiores (33,1%), tanto no rapaz como na rapariga, logo seguidos dos membros inferiores (32,9%), com maior frequência na rapariga. A evolução por sexo foi igual nos dois membros: o rapaz, nos dois primeiros anos, teve mais lesões e, no ano de 2000/01, a rapariga superou o rapaz. Em terceiro lugar foi no crânio (9,7%) e em quinto na face (5,8%), com predomínio no rapaz. Ao contrário, a quarta lesão, o tronco (6,4%), foi a rapariga que teve mais lesões que o rapaz, apesar de o ter igualado em 1999/00. Continuando por ordem decrescente, na múltipla lesão, nos dentes, olhos e nariz, ambos os sexos tiveram uma sinistralidade equiparada. Contudo as localizações das lesões por nível de ensino tiveram uma incidência diferente em cada um.

No Quadro 4.XXXI o alvo principal de lesões nos alunos do 1º Ciclo, foi o crânio (22,6%), com maior incidência no rapaz, que teve a mesma taxa ao longo dos três anos lectivos. A seguir foram os membros, primeiro os superiores (21,2%) e depois os inferiores (15,6%), seguidos de muito perto pela face, em quarto lugar (15,1%) e em quinto os dentes (11,2%). Apenas em 1998/99 a rapariga foi superior ao rapaz nos membros inferiores e na sexta lesão, as múltiplas. As outras localizações ocorreram com pouco significado.

Quadro 4.XXXII - a partir do 2º Ciclo e até ao fim da escolaridade passam a ser os membros as principais partes do corpo onde se localizam as lesões. A ordem de frequência continua a ser em primeiro lugar os membros superiores (35,6%) e depois os inferiores (31,6%) com a rapariga a predominar em ambos, com excepção do ano de 2000/01 em que o rapaz superou a rapariga nos membros superiores. Em terceiro lugar figurou o crânio (10,5%), em quarto a face (5,3%), em sétimo os dentes (2,6%) e em oitavo os olhos (2,5%), sobretudo no rapaz. Em quinto e sexto lugar, o tronco (5,1%) e as múltiplas (4,1%). Apenas no ano de 2000/01 houve diferenças, a rapariga superou o rapaz no tronco. Nos dentes, em sétimo lugar, os dois sexos igualaram-se nos dois primeiros anos e no último o rapaz lesionou-se mais.

Quadros 4.XXXIII e 4.XXXIV - no 3º Ciclo e Secundário as quatro lesões mais frequentes são as mesmas, embora a prevalência tenha passado para os membros inferiores, com a maior frequência no secundário (42,4%). Seguiram-se os membros superiores (36,2%), o tronco (8,3%) e o crânio (6,1%), todas, com maior ocorrência no 3º Ciclo. No secundário as múltiplas lesões igualaram o crânio no quarto lugar. No 3º Ciclo em 2000/01, o rapaz foi

superior à rapariga nos membros inferiores e no tronco e nos membros superiores foi-o também em 1999/00. A rapariga, no crânio e em múltiplas, só superou o rapaz em 1999/00, no Secundário. Em quinto, sexto e sétimo lugares figuraram, a face, o nariz e os olhos.

**QUADRO 4.XXX - Distribuição dos acidentes escolares no CAECB por localização da lesão, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco				Ano Lectivo						
Localização da Lesão		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	2.504	1.307	1.197	413	419	428	406	466	372
	%s	3,4	3,5	3,3	3,3	3,4	3,4	3,3	3,7	3,1
	%h	100,0	52,2	47,8	31,6	35,0	32,7	33,9	35,7	31,1
Crânio	n	242	172	70	60	25	51	21	61	24
	%s	0,3	0,5	0,2	0,5	0,2	0,4	0,2	0,5	0,2
	%v	9,7	13,2	5,8	14,5	6,0	11,9	5,2	13,1	6,5
Face	n	144	100	44	36	14	35	12	29	18
	%s	0,2	0,3	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,2	0,2
	%v	5,8	7,7	3,7	8,7	3,3	8,2	3,0	6,2	4,8
Olhos	n	62	37	25	12	10	14	10	11	5
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
	%v	2,5	2,8	2,1	2,9	2,4	3,3	2,5	2,4	1,3
Nariz	n	51	25	26	10	10	7	6	8	10
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
	%v	2,0	1,9	2,2	2,4	2,4	1,6	1,5	1,7	2,7
Dentes	n	74	52	22	13	4	17	10	22	8
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1
	%v	3,0	4,0	1,8	3,1	1,0	4,0	2,5	4,7	2,2
Membros Superiores	n	828	411	417	115	146	138	142	158	129
	%s	1,1	1,1	1,1	0,9	1,2	1,1	1,2	1,3	1,1
	%v	33,1	31,4	34,8	27,8	34,8	32,2	35,0	33,9	34,7
Membros Inferiores	n	823	382	441	124	158	125	158	133	125
	%s	1,1	1,0	1,2	1,0	1,3	1,0	1,3	1,1	1,0
	%v	32,9	29,2	36,8	30,0	37,7	29,2	38,9	28,5	33,6
Tronco	n	161	64	97	20	37	22	23	22	37
	%s	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3
	%v	6,4	4,9	8,1	4,8	8,8	5,1	5,7	4,7	9,9
Múltiplas	n	83	47	36	17	13	11	13	19	10
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
	%v	3,3	3,6	3,0	4,1	3,1	2,6	3,2	4,1	2,7
Outra	n	36	17	19	6	2	8	11	3	6
	%s	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1
	%v	1,4	1,3	1,6	1,5	0,5	1,9	2,7	0,6	1,6
População Escolar		73.997	37.478	36.519	12.538	12.430	12.497	12.131	12.443	11.958

**QUADRO 4.XXXI - Distribuição dos acidentes escolares no 1º Ciclo por localização da lesão, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

1º Ciclo - CAE de Castelo Branco			Ano Lectivo							
Localização da Lesão		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	358	235	123	70	43	80	30	85	50
	%s	1,4	1,8	1,0	1,6	1,0	1,8	0,7	2,0	1,3
	%h	100,0	65,6	34,4	29,8	35,0	34,0	24,4	36,2	40,7
Crânio	n	81	55	26	19	10	19	6	17	10
	%s	0,3	0,4	0,2	0,4	0,2	0,4	0,1	0,4	0,3
	%v	22,6	23,4	21,1	27,1	23,3	23,8	20,0	20,0	20,0
Face	n	54	42	12	19	3	10	3	13	6
	%s	0,2	0,3	0,1	0,4	0,1	0,2	0,1	0,3	0,2
	%v	15,1	17,9	9,8	27,1	7,0	12,5	10,0	15,3	12,0
Olhos	n	12	7	5	3	1	3	1	1	3
	%s	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
	%v	3,4	3,0	4,1	4,3	2,3	3,8	3,3	1,2	6,0
Nariz	n	9	6	3	2		1	1	3	2
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,1	0,1
	%v	2,5	2,6	2,4	2,9		1,3	3,3	3,5	4,0
Dentes	n	40	30	10	7	2	9	2	14	6
	%s	0,2	0,2	0,1	0,2	0,0	0,2	0,0	0,3	0,2
	%v	11,2	12,8	8,1	10,0	4,7	11,3	6,7	16,5	12,0
Membros Superiores	n	76	48	28	12	9	18	9	18	10
	%s	0,3	0,4	0,2	0,3	0,2	0,4	0,2	0,4	0,3
	%v	21,2	20,4	22,8	17,1	20,9	22,5	30,0	21,2	20,0
Membros Inferiores	n	56	30	26	5	11	12	6	13	9
	%s	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3	0,1	0,3	0,2
	%v	15,6	12,8	21,1	7,1	25,6	15,0	20,0	15,3	18,0
Tronco	n	12	6	6	2	4	4			2
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1			0,1
	%v	3,4	2,6	4,9	2,9	9,3	5,0			4,0
Múltiplas	n	14	8	6	1	3	2	2	5	1
	%s	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
	%v	3,9	3,4	4,9	1,4	7,0	2,5	6,7	5,9	2,0
Outra	n	4	3	1			2		1	1
	%s	0,0	0,0	0,0			0,0		0,0	0,0
	%v	1,1	1,3	0,8			2,5		1,2	2,0
População Escolar		25.355	13.194	12.161	4.454	4.131	4.397	4.075	4.343	3.955

**QUADRO 4.XXXII - Distribuição dos acidentes escolares no 2º Ciclo por localização da lesão, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

2º Ciclo - CAE de Castelo Branco				Ano Lectivo						
Localização da Lesão		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	800	412	388	129	133	134	149	149	106
	%s	7,1	6,9	7,3	6,7	7,7	6,8	8,5	7,1	5,7
	%h	100,0	51,5	48,5	31,3	34,3	32,5	38,4	36,2	27,3
Crânio	n	84	65	19	19	7	20	7	26	5
	%s	0,7	1,1	0,4	1,0	0,4	1,0	0,4	1,2	0,3
	%v	10,5	15,8	4,9	14,7	5,3	14,9	4,7	17,4	4,7
Face	n	42	26	16	8	6	10	4	8	6
	%s	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3	0,5	0,2	0,4	0,3
	%v	5,3	6,3	4,1	6,2	4,5	7,5	2,7	5,4	5,7
Olhos	n	20	14	6	5	3	5	3	4	
	%s	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	
	%v	2,5	3,4	1,5	3,9	2,3	3,7	2,0	2,7	
Nariz	n	6	1	5				2	1	3
	%s	0,1	0,0	0,1				0,1	0,0	0,2
	%v	0,8	0,2	1,3				1,3	0,7	2,8
Dentes	n	21	12	9	2	2	5	5	5	2
	%s	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,3	0,2	0,1
	%v	2,6	2,9	2,3	1,6	1,5	3,7	3,4	3,4	1,9
Membros Superiores	n	285	138	147	44	51	43	63	51	33
	%s	2,5	2,3	2,8	2,3	3,0	2,2	3,6	2,4	1,8
	%v	35,6	33,5	37,9	34,1	38,3	32,1	42,3	34,2	31,1
Membros Inferiores	n	253	108	145	30	52	38	51	40	42
	%s	2,2	1,8	2,7	1,6	3,0	1,9	2,9	1,9	2,3
	%v	31,6	26,2	37,4	23,3	39,1	28,4	34,2	26,8	39,6
Tronco	n	41	20	21	9	7	5	5	6	9
	%s	0,4	0,3	0,4	0,5	0,4	0,3	0,3	0,3	0,5
	%v	5,1	4,9	5,4	7,0	5,3	3,7	3,4	4,0	8,5
Múltiplas	n	33	19	14	7	4	5	6	7	4
	%s	0,3	0,3	0,3	0,4	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2
	%v	4,1	4,6	3,6	5,4	3,0	3,7	4,0	4,7	3,8
Outra	n	15	9	6	5	1	3	3	1	2
	%s	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,2	0,2	0,0	0,1
	%v	1,9	2,2	1,5	3,9	0,8	2,2	2,0	0,7	1,9
População Escolar		11.339	6.009	5.330	1.931	1.723	1.984	1.760	2.094	1.847

**QUADRO 4.XXXIII - Distribuição dos acidentes escolares no 3º Ciclo por localização da lesão, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

3º Ciclo - CAE de Castelo Branco			Ano Lectivo							
Localização da Lesão		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	1.018	534	484	172	174	173	156	189	154
	%s	5,3	5,5	5,2	5,1	5,4	5,4	5,1	5,8	5,1
	%h	100,0	52,5	47,5	32,2	36,0	32,4	32,2	35,4	31,8
Crânio	n	62	47	15	20	4	11	4	16	7
	%s	0,3	0,5	0,2	0,6	0,1	0,3	0,1	0,5	0,2
	%v	6,1	8,8	3,1	11,6	2,3	6,4	2,6	8,5	4,5
Face	n	36	25	11	5	5	12	4	8	2
	%s	0,2	0,3	0,1	0,1	0,2	0,4	0,1	0,2	0,1
	%v	3,5	4,7	2,3	2,9	2,9	6,9	2,6	4,2	1,3
Olhos	n	22	12	10	4	5	4	4	4	1
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0
	%v	2,2	2,2	2,1	2,3	2,9	2,3	2,6	2,1	0,6
Nariz	n	23	12	11	5	6	5		2	5
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2		0,1	0,2
	%v	2,3	2,2	2,3	2,9	3,4	2,9		1,1	3,2
Dentes	n	11	9	2	4		3	2	2	
	%s	0,1	0,1	0,0	0,1		0,1	0,1	0,1	
	%v	1,1	1,7	0,4	2,3		1,7	1,3	1,1	
Membros Superiores	n	369	188	181	52	68	63	53	73	60
	%s	1,9	1,9	1,9	1,6	2,1	2,0	1,7	2,3	2,0
	%v	36,2	35,2	37,4	30,2	39,1	36,4	34,0	38,6	39,0
Membros Inferiores	n	375	187	188	66	68	57	67	64	53
	%s	2,0	1,9	2,0	2,0	2,1	1,8	2,2	2,0	1,7
	%v	36,8	35,0	38,8	38,4	39,1	32,9	42,9	33,9	34,4
Tronco	n	85	35	50	9	16	12	14	14	20
	%s	0,4	0,4	0,5	0,3	0,5	0,4	0,5	0,4	0,7
	%v	8,3	6,6	10,3	5,2	9,2	6,9	9,0	7,4	13,0
Múltiplas	n	21	15	6	6	2	4	1	5	3
	%s	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1
	%v	2,1	2,8	1,2	3,5	1,1	2,3	0,6	2,6	1,9
Outra	n	14	4	10	1		2	7	1	3
	%s	0,1	0,0	0,1	0,0		0,1	0,2	0,0	0,1
	%v	1,4	0,7	2,1	0,6		1,2	4,5	0,5	1,9
População Escolar		19.086	9.779	9.307	3.342	3.220	3.202	3.049	3.235	3.038



**QUADRO 4.XXXIV - Distribuição dos acidentes escolares no Secundário por localização da lesão, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Secundário - CAE de Castelo Branco			Ano Lectivo							
Localização da Lesão		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	328	126	202	42	69	41	71	43	62
	%s	1,8	1,5	2,1	1,5	2,1	1,4	2,2	1,6	2,0
	%h	100,0	38,4	61,6	33,3	34,2	32,5	35,1	34,1	30,7
Crânio	n	15	5	10	2	4	1	4	2	2
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
	%v	4,6	4,0	5,0	4,8	5,8	2,4	5,6	4,7	3,2
Face	n	12	7	5	4		3	1		4
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1	0,0		0,1
	%v	3,7	5,6	2,5	9,5		7,3	1,4		6,5
Olhos	n	8	4	4		1	2	2	2	1
	%s	0,0	0,0	0,0		0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
	%v	2,4	3,2	2,0		1,4	4,9	2,8	4,7	1,6
Nariz	n	13	6	7	3	4	1	3	2	
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	
	%v	4,0	4,8	3,5	7,1	5,8	2,4	4,2	4,7	
Dentes	n	2	1	1				1	1	
	%s	0,0	0,0	0,0				0,0	0,0	
	%v	0,6	0,8	0,5				1,4	2,3	
Membros Superiores	n	98	37	61	7	18	14	17	16	26
	%s	0,5	0,4	0,6	0,2	0,5	0,5	0,5	0,6	0,8
	%v	29,9	29,4	30,2	16,7	26,1	34,1	23,9	37,2	41,9
Membros Inferiores	n	139	57	82	23	27	18	34	16	21
	%s	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,6	1,0	0,6	0,7
	%v	42,4	45,2	40,6	54,8	39,1	43,9	47,9	37,2	33,9
Tronco	n	23	3	20		10	1	4	2	6
	%s	0,1	0,0	0,2		0,3	0,0	0,1	0,1	0,2
	%v	7,0	2,4	9,9		14,5	2,4	5,6	4,7	9,7
Múltiplas	n	15	5	10	3	4		4	2	2
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1	0,1	0,1
	%v	4,6	4,0	5,0	7,1	5,8		5,6	4,7	3,2
Outra	n	3	1	2		1	1	1		
	%s	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		
	%v	0,9	0,8	1,0		1,4	2,4	1,4		
População Escolar		18.217	8.496	9.721	2.811	3.356	2.914	3.247	2.771	3.118

#### 4.1.3.2 – Ano de Escolaridade

A localização das lesões por ano de escolaridade pela ordem apresentada nos Quadros 4.XXXV, 4.XXXVI, 4.XXXVII, 4.XXXVIII foi a seguinte:

Crânio – o rapaz teve na generalidade mais lesões do que a rapariga ao longo da escolaridade, excepto no 10º ano, em que teve uma incidência inferior à rapariga e no 3º ano em que a igualou. A rapariga lesionou-se no crânio em toda a escolaridade, ao contrário do rapaz que não teve lesão no crânio no 12º ano. Contudo as maiores taxas verificaram-se no 6º ano, tanto no rapaz (1,1%) como na rapariga (0,4%).

Face - o rapaz só não foi superior à rapariga no 9º e 10º ano, porque a igualou em sinistralidade e teve o pico logo no 1º ano (0,7%).

Olhos - não se verificaram lesões no 12º ano em ambos os sexos, assim como no rapaz no 1º e 2º ano e na rapariga no 3º ano. Do 7º ao 11º anos ambos os sexos tiveram a mesma incidência. Do 4º ao 6º ano o rapaz foi superior à rapariga com a taxa máxima no 5º ano (0,3%).

Nariz - o rapaz só foi superior à rapariga no 1º e 2º ano, no 5º, 6º e 11º ano a rapariga posicionou-se acima do rapaz e nos restantes anos de escolaridade igualaram-se. Ambos os sexos tiveram um pico igual de sinistralidade no 9º ano (0,2%).

Dentes - o rapaz posicionou-se acima da rapariga enquanto teve esta sinistralidade e igualou-a no 5º ano. No 9º e 11º ano não ocorreram lesões em ambos os sexos. No Secundário a rapariga só teve lesão no 12º ano e o rapaz no 10º. A maior taxa verificou-se no rapaz, tanto no 2º como no 6º ano (0,3%).

Membros superiores - o rapaz foi superior à rapariga do 1º ao 4º ano e no 7º ano, no qual atingiu a sua maior taxa (2,4%) e no 8º ano igualou-a. Por sua vez no 5º ano a rapariga teve o pico de sinistralidade nos membros superiores (2,8%).

Membros inferiores - o rapaz teve mais lesões que a rapariga no 2º e 7º ano, no qual também atingiu o seu maior valor (2,1%) e igualou-a no 1º, 4º e 12º ano. Nos outros anos a rapariga superou-o e foi de novo no 5º ano que atingiu a máxima taxa (2,8%).

Tronco - a rapariga só não foi superior ao rapaz no 2º e 4º ano e ambos atingiram as taxas máximas no 7º e 8º ano, 0,6% a rapariga e 0,4% o rapaz.

Múltiplas lesões - só não ocorreram na rapariga no 1º ano, teve maior incidência em relação ao rapaz no 2º, 3º e 10º ano e igualou-o no 6º, 8º, 9º e 11º ano. Foi no 5º ano que o rapaz mais sofreu este tipo de lesão (0,4%).

A "outra" lesão ocorreu com maior taxa média no 5º ano.

**QUADRO 4.XXXV - Distribuição dos acidentes escolares no 1º Ciclo por localização da lesão, ano de escolaridade e sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco				Ano de Escolaridade ( 1º Ciclo )								
Localização da Lesão		Total 1º Ciclo			1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	358	235	123	57	23	57	30	53	35	68	35
	%s	1,4	1,8	1,0	2,0	0,8	1,7	0,9	1,6	1,2	1,9	1,1
	%h	100,0	18,0	10,3	24,3	18,7	24,3	24,4	22,6	28,5	28,9	28,5
Crânio	n	81	55	26	13	4	18	10	10	9	14	3
	%s	0,3	0,4	0,2	0,5	0,1	0,5	0,3	0,3	0,3	0,4	0,1
	%v	22,6	23,4	21,1	22,8	17,4	31,6	33,3	18,9	25,7	20,6	8,6
Face	n	54	42	12	19	4	8	2	9	5	6	1
	%s	0,2	0,3	0,1	0,7	0,1	0,2	0,1	0,3	0,2	0,2	0,0
	%v	15,1	17,9	9,8	33,3	17,4	14,0	6,7	17,0	14,3	8,8	2,9
Olhos	n	12	7	5		3		1	4		3	1
	%s	0,0	0,1	0,0		0,1		0,0	0,1		0,1	0,0
	%v	3,4	3,0	4,1		13,0		3,3	7,5		4,4	2,9
Nariz	n	9	6	3	3	1	1		1	1	1	1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0
	%v	2,5	2,6	2,4	5,3	4,3	1,8		1,9	2,9	1,5	2,9
Dentes	n	40	30	10	7	1	9	6	8	2	6	1
	%s	0,2	0,2	0,1	0,2	0,0	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,0
	%v	11,2	12,8	8,1	12,3	4,3	15,8	20,0	15,1	5,7	8,8	2,9
Membros Superiores	n	76	48	28	6	4	9	5	16	6	17	13
	%s	0,3	0,4	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2	0,5	0,2	0,5	0,4
	%v	21,2	20,4	22,8	10,5	17,4	15,8	16,7	30,2	17,1	25,0	37,1
Membros Inferiores	n	56	30	26	4	4	9	3	4	6	13	13
	%s	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,2	0,4	0,4
	%v	15,6	12,8	21,1	7,0	17,4	15,8	10,0	7,5	17,1	19,1	37,1
Tronco	n	12	6	6	1	2	2			3	3	1
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1			0,1	0,1	0,0
	%v	3,4	2,6	4,9	1,8	8,7	3,5			8,6	4,4	2,9
Múltiplas	n	14	8	6	3		1	2	1	3	3	1
	%s	0,1	0,1	0,0	0,1		0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
	%v	3,9	3,4	4,9	5,3		1,8	6,7	1,9	8,6	4,4	2,9
Outra	n	4	3	1	1			1			2	
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0			0,1	
	%v	1,1	1,3	0,8	1,8			3,3			2,9	
População Escolar		25.355	13.194	12.161	2.868	2.720	3.440	3.186	3.350	3.004	3.536	3.251

**QUADRO 4.XXXVI - Distribuição dos acidentes escolares no 2º Ciclo por localização da lesão, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano de Escolaridade ( 2º Ciclo )					
Localização da Lesão		Total do 2º Ciclo			5º Ano		6º Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M
Total	n	800	412	388	211	200	201	188
	%s	7,1	6,9	7,3	6,8	7,4	6,9	7,1
	%h	100,0	31,5	32,4	100,0	100,0	100,0	100,0
Crânio	n	84	65	19	33	9	32	10
	%s	0,7	1,1	0,4	1,1	0,3	1,1	0,4
	%v	10,5	15,8	4,9	15,6	4,5	15,9	5,3
Face	n	42	26	16	14	7	12	9
	%s	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3
	%v	5,3	6,3	4,1	6,6	3,5	6,0	4,8
Olhos	n	20	14	6	8	5	6	1
	%s	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2	0,2	0,0
	%v	2,5	3,4	1,5	3,8	2,5	3,0	0,5
Nariz	n	6	1	5		2	1	3
	%s	0,1	0,0	0,1		0,1	0,0	0,1
	%v	0,8	0,2	1,3		1,0	0,5	1,6
Dentes	n	21	12	9	4	4	8	5
	%s	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2
	%v	2,6	2,9	2,3	1,9	2,0	4,0	2,7
Membros Superiores	n	285	138	147	70	75	68	72
	%s	2,5	2,3	2,8	2,2	2,8	2,3	2,7
	%v	35,6	33,5	37,9	33,2	37,5	33,8	38,3
Membros Inferiores	n	253	108	145	57	76	51	69
	%s	2,2	1,8	2,7	1,8	2,8	1,8	2,6
	%v	31,6	26,2	37,4	27,0	38,0	25,4	36,7
Tronco	n	41	20	21	10	11	10	10
	%s	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4
	%v	5,1	4,9	5,4	4,7	5,5	5,0	5,3
Múltiplas	n	33	19	14	11	6	8	8
	%s	0,3	0,3	0,3	0,4	0,2	0,3	0,3
	%v	4,1	4,6	3,6	5,2	3,0	4,0	4,3
Outra	n	15	9	6	4	5	5	1
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,0
	%v	1,9	2,2	1,5	1,9	2,5	2,5	0,5
População Escolar		11.339	6009	5330	3.112	2.697	2.897	2.633

**QUADRO 4.XXXVII - Distribuição dos acidentes escolares no 3º Ciclo por localização da lesão, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano de Escolaridade ( 3º Ciclo )							
Localização da Lesão		Total do 3º Ciclo			7º Ano		8º Ano		9º Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	1.018	534	484	218	160	183	162	133	162
	%s	5,3	5,5	5,2	6,4	5,2	5,6	5,3	4,3	5,1
	%h	100,0	40,9	40,4	40,8	33,1	34,3	33,5	24,9	33,5
Crânio	n	62	47	15	19	7	18	3	10	5
	%s	0,3	0,5	0,2	0,6	0,2	0,6	0,1	0,3	0,2
	%v	6,1	8,8	3,1	8,6	4,4	9,8	1,8	7,6	3,1
Face	n	36	25	11	10	4	8	2	7	5
	%s	0,2	0,3	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2
	%v	3,5	4,7	2,3	4,5	2,5	4,4	1,2	5,3	3,1
Olhos	n	22	12	10	5	2	5	5	2	3
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
	%v	2,2	2,2	2,1	2,3	1,3	2,7	3,0	1,5	1,9
Nariz	n	23	12	11	2	3	3	3	7	5
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
	%v	2,3	2,2	2,3	0,9	1,9	1,6	1,8	5,3	3,1
Dentes	n	11	9	2	4	2	5			
	%s	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2			
	%v	1,1	1,7	0,4	1,8	1,3	2,7			
Membros Superiores	n	369	188	181	81	63	64	62	43	56
	%s	1,9	1,9	1,9	2,4	2,0	2,0	2,0	1,4	1,8
	%v	36,2	35,2	37,4	36,8	39,4	35,0	37,6	32,8	35,2
Membros Inferiores	n	375	187	188	73	56	64	66	50	66
	%s	2,0	1,9	2,0	2,1	1,8	2,0	2,2	1,6	2,1
	%v	36,8	35,0	38,8	33,2	35,0	35,0	40,0	38,2	41,5
Tronco	n	85	35	50	15	18	13	19	7	13
	%s	0,4	0,4	0,5	0,4	0,6	0,4	0,6	0,2	0,4
	%v	8,3	6,6	10,3	6,8	11,3	7,1	11,5	5,3	8,2
Múltiplas	n	21	15	6	9	2	3	2	3	2
	%s	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	%v	2,1	2,8	1,2	4,1	1,3	1,6	1,2	2,3	1,3
Outra	n	14	4	10	2	3		3	2	4
	%s	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1		0,1	0,1	0,1
	%v	1,4	0,7	2,1	0,9	1,9		1,8	1,5	2,5
População Escolar		19.086	9779	9307	3.405	3.100	3.266	3.052	3.108	3.155

**QUADRO 4.XXXVIII - Distribuição dos acidentes escolares no Secundário por localização da lesão, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Ano de Escolaridade ( Secundário )									
Localização da Lesão		Total do Secundário			10º Ano		11º Ano		12ª Ano		
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Total	n	328	126	202	53	88	47	66	26	48	
	%s	1,8	1,5	2,1	1,6	2,5	1,9	2,4	0,9	1,4	
	%h	100,0	9,6	16,9	42,1	43,6	37,3	32,7	20,6	23,8	
Crânio	n	15	5	10	1	4	4	4		2	
	%s	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1		0,1	
	%v	4,6	4,0	5,0	1,9	4,5	8,5	6,1		4,2	
Face	n	12	7	5	3	5	3		1		
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,0		
	%v	3,7	5,6	2,5	5,7	5,7	6,4		3,8		
Olhos	n	8	4	4	2	2	2	2			
	%s	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1			
	%v	2,4	3,2	2,0	3,8	2,3	4,3	3,0			
Nariz	n	13	6	7	4	2	1	4	1	1	
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	
	%v	4,0	4,8	3,5	7,5	2,3	2,1	6,1	3,8	2,1	
Dentes	n	2	1	1	1					1	
	%s	0,0	0,0	0,0	0,0					0,0	
	%v	0,6	0,8	0,5	1,9					2,1	
Membros Superiores	n	98	37	61	18	23	15	25	4	13	
	%s	0,5	0,4	0,6	0,5	0,7	0,6	0,9	0,1	0,4	
	%v	29,9	29,4	30,2	34,0	26,1	31,9	37,9	15,4	27,1	
Membros Inferiores	n	139	57	82	21	36	18	23	18	23	
	%s	0,8	0,7	0,8	0,6	1,0	0,7	0,8	0,7	0,7	
	%v	42,4	45,2	40,6	39,6	40,9	38,3	34,8	69,2	47,9	
Tronco	n	23	3	20	2	8	1	5		7	
	%s	0,1	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	0,2		0,2	
	%v	7,0	2,4	9,9	3,8	9,1	2,1	7,6		14,6	
Múltiplas	n	15	5	10	1	6	2	3	2	1	
	%s	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	
	%v	4,6	4,0	5,0	1,9	6,8	4,3	4,5	7,7	2,1	
Outra	n	3	1	2		2	1				
	%s	0,0	0,0	0,0		0,1	0,0				
	%v	0,9	0,8	1,0		2,3	2,1				
População Escolar		18.217	8496	9721	3.299	3.479	2.443	2.750	2.754	3.492	

### 4.1.3.3 – Idade

Por ordem crescente de intervalos etários, iremos descrever a sinistralidade por sexo conforme o Quadro 4.XXXIX:

- . 6-9 anos, ambos os sexos tiveram taxas iguais nos membros inferiores, olhos, nariz e “outra” e nas restantes lesões o rapaz foi superior à rapariga com a maior taxa no crânio (0,4%);
- . 10-11 anos, o rapaz ficou acima da rapariga no crânio, face, olhos e múltipla, igualou a rapariga nos dentes e em “outra” e esta foi superior ao rapaz no tronco e nos membros inferiores e superiores, atingindo nestes últimos a maior taxa de (2%);
- . 12-14 anos, o rapaz e a rapariga tiveram uma taxa máxima e igual nos membros, mas o rapaz foi nos superiores e a rapariga foi nos inferiores (2,3%); esta teve também no tronco uma taxa superior ao rapaz; ambos os sexos foram iguais nos olhos, na múltipla e “outra” e nas restantes localizações o rapaz superou a rapariga;
- . 15-17 anos, apenas em “outra” e no tronco a rapariga ficou acima do rapaz, nas restantes, os sexos foram iguais e tiveram uma taxa máxima nos membros inferiores (1,2%);
- . 18-21 anos, igualaram-se no nariz e em múltipla, o rapaz foi superior em “outra” e na face, mas em todas as restantes localizações a rapariga posicionou-se sempre acima do rapaz, atingindo o pico de 0,9% nos membros inferiores.

Passamos a analisar as lesões por idades, em pormenor, nos quatro níveis de ensino:

O Quadro 4.XL do 1º Ciclo mostra que a lesão no crânio, teve a maior incidência no rapaz e ocorreu por ordem decrescente de sinistralidade, nas idades de 7, 11, 6, 9 e 10 anos. A rapariga atingiu a mesma taxa que o rapaz aos 8 anos.

O rapaz só não teve lesão nos membros superiores com 11 anos e igualou a rapariga aos 6 e 7 anos e atingiu o pico de sinistralidade aos 12-13 anos em ambos os membros (1,4%). Contudo, nos membros inferiores a rapariga foi superior ao rapaz dos 8 aos 11 anos, com a sua maior taxa aos 10 anos (1,2%). Ambos os sexos foram iguais nas idades de 6 e 7 anos.

Na lesão da face o rapaz foi superior à rapariga nas idades dos 6 aos 10 anos e não a teve aos 11 anos. A rapariga aos 12-13 anos superou o rapaz com a máxima taxa na face (0,8%), ocorrendo a mesma situação nas lesões múltiplas e no tronco.

O rapaz teve maior incidência nos dentes, nas idades dos 6 aos 9 anos, com a taxa maior aos 8 anos (0,3%). Nas idades dos 11 aos 13 anos não ocorreu lesão nos dentes e aos 10 anos as taxas foram iguais em ambos os sexos.

No 2º Ciclo do Quadro 4.XLI, na lesão dos membros superiores o rapaz só foi superior à rapariga aos 15 e 14 anos e atingiu nesta idade a maior taxa de ambos (5,9%). Nos membros inferiores o rapaz foi superior à rapariga aos 16 anos, porque a rapariga não teve esta lesão. Aos 15 anos a rapariga atingiu o pico de sinistralidade (9,8%).

No crânio e na face o rapaz foi o mais afectado dos 9 aos 12 anos. Apenas na idade de 13 anos a rapariga teve mais que o rapaz no crânio e na face, foi aos 13 e 14 anos, acabando por atingir nesta última idade a máxima taxa (1,9%). Ambos os sexos não tiveram danos no crânio aos 14 anos, a rapariga a partir desta idade deixou de os ter e o rapaz aos 16 anos, teve a sinistralidade máxima (16,7%). Na face ambos não sofreram lesões a partir dos 15 anos.

No tronco, a rapariga só aos 11 e 12 anos é que não foi superior em taxa ao rapaz e aos 13 anos teve a maior (2%).

Na lesão múltipla a rapariga a partir dos 13 anos deixou de a ter e só aos 12 anos se situou acima do rapaz. O rapaz atingiu a taxa máxima aos 15 anos (1,1%).

Quanto aos dentes, o rapaz lesionou-se mais que a rapariga. Aos 11 anos tiveram a mesma sinistralidade, aos 12 anos a rapariga foi superior ao rapaz e não voltou a ter este tipo de lesão, enquanto que o rapaz depois de não ter esta lesão aos 13, foi o que atingiu a última e a maior taxa aos 14 anos (0,8%).

Nos olhos, o rapaz e a rapariga começaram com taxa igual, depois o rapaz foi o único que se lesionou dos 11 aos 13 anos, mas a rapariga quando se voltou a lesionar aos 14 anos, atingiu a máxima sinistralidade nos olhos (0,8%).

No nariz a rapariga apenas teve lesão dos 9 aos 11 anos e o rapaz, ao lesionar-se só aos 13 anos atingiu a maior sinistralidade (0,2%).

Observa-se no Quadro 4.XLII que durante o 3º Ciclo os membros superiores continuaram a ser os mais lesionados com sinistralidade igual por sexo nos 11 e 12 anos, a rapariga apenas aos 15 e 18-19 anos ficou superior ao rapaz. A maior taxa do rapaz nos membros superiores foi aos 13 anos (2,5%), mas nos inferiores foi superior aos 17 anos (3%). A rapariga atingiu o mesmo e o máximo valor (3%), nos dois tipos de membros aos 15 anos. Na lesão no tronco, verificou-se maior incidência na rapariga nas idades em que a sofreu, dos 11 aos 16 anos. A maior taxa verificou-se na rapariga aos 16 anos (1,6%), o rapaz teve a sua máxima taxa aos 17 anos (0,8%), quando passou a ser o único lesionado.

No crânio, ao contrário do tronco, foi o rapaz que atingiu a máxima taxa aos 13 anos (0,8%) e teve a prevalência em relação à rapariga, exceptuando a idade de 15 anos, quando ela teve a sua taxa mais elevada (0,6%).



O ferimento na face foi mais frequente no rapaz, que apenas não sofreu esta lesão aos 15 anos, tendo a mesma incidência que a rapariga aos 11-12 e aos 16 anos, atingindo a taxa máxima aos 17 anos (0,8%). A rapariga não se feriu na face aos 14, 17 e 18-19 anos.

De novo na cabeça, a lesão no nariz não ocorreu aos 11-12 e 18-19 anos. A rapariga superou o rapaz aos 14, 15 e 17 anos atingindo a mesma taxa máxima nestas duas últimas idades (0,5%), enquanto que o rapaz obteve a sua aos 16 anos (0,4%).

Relativamente aos olhos, ambos os sexos atingiram a mesma taxa máxima aos 15 anos (0,2%). Aos 14 e 16 anos a rapariga ficou acima do rapaz e, nas idades dos 11 aos 13 anos, verificou-se o inverso.

Nas lesões múltiplas e dentes, o rapaz teve a maior incidência ou igualou a rapariga, que só foi superior a ele aos 14 anos de idade.

No Secundário no Quadro 4.XLIII, as lesões continuaram a ser localizadas sobretudo nos membros inferiores e aumentaram de frequência sobretudo na rapariga, que atingiu aos 19 anos a taxa máxima (1,3%) e apenas aos 16, 18 e 21 anos teve sinistralidade inferior ao rapaz que, por sua vez, foi o único a sofrer esta lesão aos 21 anos, idade da sua maior taxa (1,2%).

Os membros superiores continuaram em segundo plano e baixaram de frequência, mas a sinistralidade da rapariga foi superior ao rapaz que atingiu a máxima aos 16 anos (1%). Aos 14-15 e 17 anos, tiveram taxas equiparadas.

Quanto à lesão no tronco diminuiu de frequência, mas a rapariga continuou a ter a maior incidência e, aos 16 anos, atingiu o topo (0,4%). Aos 14-15 anos o rapaz teve a sua taxa mais alta ao igualar a rapariga (0,1%).

A lesão do crânio e a múltipla ocorreram na rapariga com a maior sinistralidade e de valor igual aos 18 e 16 anos (0,3%). O rapaz não teve lesão múltipla dos 14 aos 16 anos e a rapariga a partir dos 19 anos. No crânio o rapaz também não se lesionou aos 14-15 e a partir dos 18 anos, e foi igual à rapariga aos 17 anos. Em ambas as lesões o rapaz atingiu 0,2%.

Os ferimentos no nariz prolongaram-se até aos 19 anos, em ambos os sexos, com a rapariga apenas a ser superior ao rapaz nesta idade e com a taxa mais elevada (0,2%).

Na face ambos os sexos se equipararam nesta lesão, que ocorreu até aos 18 anos, com excepção dos 17 anos na rapariga.

Nos olhos o rapaz lesionou-se mais aos 16 anos e depois dos 17 anos não voltou a ter esta lesão. A rapariga teve-a aos 14-15, 17 e 18 anos.

**QUADRO 4.XXXIX - Distribuição dos acidentes escolares no CAECB por localização da lesão, idade e sexo de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Intervalo Etário										
Localização da Lesão		Total	6-9		10-11		12-14		15-17		18-21	
			H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	2.504	197	103	281	275	539	482	248	275	42	62
	%s	3,4	1,7	0,9	5,1	5,4	6,2	5,7	3,1	3,3	1,4	2,1
	%h	100,0	15,1	8,6	21,5	23,0	41,2	40,3	19,0	23,0	3,2	5,2
Crânio	n	242	49	24	51	15	55	14	17	13		4
	%s	0,3	0,4	0,2	0,9	0,3	0,6	0,2	0,2	0,2		0,1
	%v	9,7	24,9	23,3	18,1	5,5	10,2	2,9	6,9	4,7		6,5
Face	n	144	41	11	19	10	26	13	11	9	3	1
	%s	0,2	0,3	0,1	0,3	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0
	%v	5,8	20,8	10,7	6,8	3,6	4,8	2,7	4,4	3,3	7,1	1,6
Olhos	n	62	5	4	12	6	13	8	7	5		2
	%s	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1
	%v	2,5	2,5	3,9	4,3	2,2	2,4	1,7	2,8	1,8		3,2
Nariz	n	51	5	3	1	5	6	4	11	10	2	4
	%s	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
	%v	2,0	2,5	2,9	0,4	1,8	1,1	0,8	4,4	3,6	4,8	6,5
Dentes	n	74	28	9	11	9	10	3	3			1
	%s	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0			0,0
	%v	3,0	14,2	8,7	3,9	3,3	1,9	0,6	1,2			1,6
Membros Superiores	n	828	37	23	83	101	205	189	79	87	7	17
	%s	1,1	0,3	0,2	1,5	2,0	2,3	2,2	1,0	1,0	0,2	0,6
	%v	33,1	18,8	22,3	29,5	36,7	38,0	39,2	31,9	31,6	16,7	27,4
Membros Inferiores	n	823	18	18	71	99	170	193	99	104	24	27
	%s	1,1	0,2	0,2	1,3	1,9	1,9	2,3	1,2	1,2	0,8	0,9
	%v	32,9	9,1	17,5	25,3	36,0	31,5	40,0	39,9	37,8	57,1	43,5
Tronco	n	161	6	5	13	14	33	43	11	31	1	4
	%s	0,2	0,1	0,0	0,2	0,3	0,4	0,5	0,1	0,4	0,0	0,1
	%v	6,4	3,0	4,9	4,6	5,1	6,1	8,9	4,4	11,3	2,4	6,5
Múltiplas	n	83	6	5	15	11	13	9	9	9	4	2
	%s	0,1	0,1	0,0	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	%v	3,3	3,0	4,9	5,3	4,0	2,4	1,9	3,6	3,3	9,5	3,2
Outra	n	36	2	1	5	5	8	6	1	7	1	
	%s	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	
	%v	1,4	1,0	1,0	1,8	1,8	1,5	1,2	0,4	2,5	2,4	
População Escolar		73424	11879	11318	5469	5133	8731	8500	8121	8361	2932	2980

**QUADRO 4.XL - Distribuição dos acidentes escolares no 1º Ciclo por localização da lesão, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idades (1º Ciclo)													
Localização da Lesão		6		7		8		9		10		11		12 e 13	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	47	19	49	29	48	28	51	26	26	15	6	2	8	4
	%s	1,7	0,7	1,7	1,0	1,6	1,0	1,7	0,9	3,1	2,6	1,8	0,9	3,8	3,1
	%v	20,0	15,4	20,9	23,6	20,4	22,8	21,7	21,1	11,1	12,2	2,6	1,6	3,4	3,3
Crânio	n	11	4	16	9	9	8	13	3	4	2	2			
	%s	0,4	0,2	0,6	0,3	0,3	0,3	0,4	0,1	0,5	0,3	0,6			
	%v	23,4	21,1	32,7	31,0	18,8	28,6	25,5	11,5	15,4	13,3	33,3			
Face	n	16	4	9	2	8	4	7	1	1				1	1
	%s	0,6	0,2	0,3	0,1	0,3	0,1	0,2	0,0	0,1				0,5	0,8
	%v	34,0	21,1	18,4	6,9	16,7	14,3	13,7	3,8	3,8				12,5	25,0
Olhos	n		2		1	2	1	3		1	1	1			
	%s		0,1		0,0	0,1	0,0	0,1		0,1	0,2	0,3			
	%v		10,5		3,4	4,2	3,6	5,9		3,8	6,7	16,7			
Nariz	n	2		1	1	2			2			1			
	%s	0,1		0,0	0,0	0,1			0,1			0,3			
	%v	4,3		2,0	3,4	4,2			7,7			16,7			
Dentes	n	6	1	7	3	8	4	7	1	2	1				
	%s	0,2	0,0	0,2	0,1	0,3	0,1	0,2	0,0	0,2	0,2				
	%v	12,8	5,3	14,3	10,3	16,7	14,3	13,7	3,8	7,7	6,7				
Membros Superiores	n	4	3	5	5	14	2	14	12	8	4		1	3	1
	%s	0,1	0,1	0,2	0,2	0,5	0,1	0,5	0,4	0,9	0,7		0,5	1,4	0,8
	%v	8,5	15,8	10,2	17,2	29,2	7,1	27,5	46,2	30,8	26,7		50,0	37,5	25,0
Membros Inferiores	n	3	3	9	4	4	6	2	5	8	7	1	1	3	
	%s	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,9	1,2	0,3	0,5	1,4	
	%v	6,4	15,8	18,4	13,8	8,3	21,4	3,9	19,2	30,8	46,7	16,7	50,0	37,5	
Tronco	n	1	2	1	1	1	1	3	1						1
	%s	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0						0,8
	%v	2,1	10,5	2,0	3,4	2,1	3,6	5,9	3,8						25,0
Múltiplas	n	3		1	2		2	1	1	1		1		1	1
	%s	0,1		0,0	0,1		0,1	0,0	0,0	0,1		0,3		0,5	0,8
	%v	6,4		2,0	6,9		7,1	2,0	3,8	3,8		16,7		12,5	25,0
Outra	n	1			1			1		1					
	%s	0,0			0,0			0,0		0,1					
	%v	2,1			3,4			2,0		3,8					
População Escolar		2746	2625	2861	2779	2988	2786	3059	2924	843	584	342	221	208	129

**QUADRO 4.XLI - Distribuição dos acidentes escolares no 2º Ciclo por localização da lesão, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idades ( 2º Ciclo )													
Localização da Lesão		9 e 10		11		12		13		14		15		16	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	93	111	157	148	84	69	41	38	24	15	10	7	3	
	%s	4,3	5,2	7,3	6,7	10,0	12,1	9,0	15,1	9,4	14,2	10,9	13,7	25,0	
	%h	22,6	28,6	38,1	38,1	20,4	17,8	10,0	9,8	5,8	3,9	2,4	1,8	0,7	
Crânio	n	18	6	27	7	13	3	2	3			3		2	
	%s	0,8	0,3	1,2	0,3	1,6	0,5	0,4	1,2			3,3		16,7	
	%v	19,4	5,4	17,2	4,7	15,5	4,3	4,9	7,9			30,0		66,7	
Face	n	8	3	11	7	4	2	2	2	1	2				
	%s	0,4	0,1	0,5	0,3	0,5	0,4	0,4	0,8	0,4	1,9				
	%v	8,6	2,7	7,0	4,7	4,8	2,9	4,9	5,3	4,2	13,3				
Olhos	n	5	5	5		1		2		1	1				
	%s	0,2	0,2	0,2		0,1		0,4		0,4	0,9				
	%v	5,4	4,5	3,2		1,2		4,9		4,2	6,7				
Nariz	n		2		3			1							
	%s		0,1		0,1			0,2							
	%v		1,8		2,0			2,4							
Dentes	n	4	3	5	5	1	1			2					
	%s	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2			0,8					
	%v	4,3	2,7	3,2	3,4	1,2	1,4			8,3					
Membros Superiores	n	23	41	51	56	30	33	16	11	15	5	3	1		
	%s	1,1	1,9	2,4	2,5	3,6	5,8	3,5	4,4	5,9	4,7	3,3	2,0		
	%v	24,7	36,9	32,5	37,8	35,7	47,8	39,0	28,9	62,5	33,3	30,0	14,3		
Membros Inferiores	n	23	35	39	56	25	25	13	17	4	7	3	5	1	
	%s	1,1	1,6	1,8	2,5	3,0	4,4	2,8	6,8	1,6	6,6	3,3	9,8	8,3	
	%v	24,7	31,5	24,8	37,8	29,8	36,2	31,7	44,7	16,7	46,7	30,0	71,4	33,3	
Tronco	n	4	9	9	5	5	2	2	5						
	%s	0,2	0,4	0,4	0,2	0,6	0,4	0,4	2,0						
	%v	4,3	8,1	5,7	3,4	6,0	2,9	4,9	13,2						
Múltiplas	n	8	5	6	6	2	3	1		1		1			
	%s	0,4	0,2	0,3	0,3	0,2	0,5	0,2		0,4		1,1			
	%v	8,6	4,5	3,8	4,1	2,4	4,3	2,4		4,2		10,0			
Outra	n		2	4	3	3		2					1		
	%s		0,1	0,2	0,1	0,4		0,4					2,0		
	%v		1,8	2,5	2,0	3,6		4,9					14,3		
População Escolar		2159	2133	2165	2204	838	570	457	251	255	106	92	51	12	11

**QUADRO 4.XLII - Distribuição dos acidentes escolares no 3º Ciclo por localização da lesão, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idades ( 3º Ciclo )													
Localização da Lesão		11 e 12		13		14		15		16		17		18 e 19	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	74	88	159	123	150	142	69	89	51	31	24	9	7	2
	%s	3,7	3,8	6,6	5,0	5,7	5,4	4,7	8,5	6,4	6,0	6,5	4,3	3,7	2,7
	%v	13,9	18,2	29,8	25,4	28,1	29,3	12,9	18,4	9,6	6,4	4,5	1,9	1,3	0,4
Crânio	n	10	2	18	2	12	4	3	6	3	1	1			
	%s	0,5	0,1	0,8	0,1	0,5	0,2	0,2	0,6	0,4	0,2	0,3			
	%v	13,5	2,3	11,3	1,6	8,0	2,8	4,3	6,7	5,9	3,2	4,2			
Face	n	2	2	9	4	7		3		3	2	3		1	
	%s	0,1	0,1	0,4	0,2	0,3		0,3		0,4	0,4	0,8		0,5	
	%v	2,7	2,3	5,7	3,3	4,7		3,4		5,9	6,5	12,5		14,3	
Olhos	n	2	1	5	2	2	4	3	2		1				
	%s	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2		0,2				
	%v	2,7	1,1	3,1	1,6	1,3	2,8	4,3	2,2		3,2				
Nariz	n			4	2	1	2	3	5	3	1	1	1		
	%s			0,2	0,1	0,0	0,1	0,2	0,5	0,4	0,2	0,3	0,5		
	%v			2,5	1,6	0,7	1,4	4,3	5,6	5,9	3,2	4,2	11,1		
Dentes	n	2	1	2	1	3		2							
	%s	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1		0,1							
	%v	2,7	1,1	1,3	0,8	2,0		2,9							
Membros Superiores	n	31	35	59	53	52	50	23	31	16	9	5	2	2	1
	%s	1,5	1,5	2,5	2,1	2,0	1,9	1,6	3,0	2,0	1,7	1,4	1,0	1,1	1,4
	%v	41,9	39,8	37,1	43,1	34,7	35,2	33,3	34,8	31,4	29,0	20,8	22,2	28,6	50,0
Membros Inferiores	n	18	38	49	42	58	62	30	31	18	8	11	6	3	1
	%s	0,9	1,6	2,0	1,7	2,2	2,4	2,1	3,0	2,3	1,6	3,0	2,9	1,6	1,4
	%v	24,3	43,2	30,8	34,1	38,7	43,7	43,5	34,8	35,3	25,8	45,8	66,7	42,9	50,0
Tronco	n	5	7	9	12	12	16	2	7	3	8	3		1	
	%s	0,2	0,3	0,4	0,5	0,5	0,6	0,1	0,7	0,4	1,6	0,8		0,5	
	%v	6,8	8,0	5,7	9,8	8,0	11,3	2,9	7,9	5,9	25,8	12,5		14,3	
Múltiplas	n	4		3	3	1	2	3	1	4					
	%s	0,2		0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	0,5					
	%v	5,4		1,9	2,4	0,7	1,4	4,3	1,1	7,8					
Outra	n		2	1	2	2	2		3	1	1				
	%s		0,1	0,0	0,1	0,1	0,1		0,3	0,1	0,2				
	%v		2,3	0,6	1,6	1,3	1,4		3,4	2,0	3,2				
População Escolar		2019	2339	2394	2484	2620	2635	1459	1049	798	516	368	210	104	73

**QUADRO 4.XLIII - Distribuição dos acidentes escolares no Secundário por localização da lesão, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idades ( Secundário )													
Localização da Lesão		14 e 15		16		17		18		19		20		21	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	17	41	39	57	35	44	26	39	6	18	1	3	2	
	%s	1,0	2,0	2,0	2,5	1,8	1,8	1,8	2,8	0,7	2,1	0,3	0,7	1,2	
	%v	13,5	20,3	31,0	28,2	27,8	21,8	20,6	19,3	4,8	8,9	0,8	1,5	1,6	
Crânio	n		1	3	3	2	2		4						
	%s		0,0	0,2	0,1	0,1	0,1		0,3						
	%v		2,4	7,7	5,3	5,7	4,5		10,3						
Face	n	1	2	2	2	2		2	1						
	%s	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1	0,1						
	%v	5,9	4,9	5,1	3,5	5,7		7,7	2,6						
Olhos	n		1	3		1	1		2						
	%s		0,0	0,2		0,1	0,0		0,1						
	%v		2,4	7,7		2,9	2,3		5,1						
Nariz	n	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2				
	%s	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2				
	%v	5,9	2,4	5,1	1,8	2,9	2,3	3,8	5,1	16,7	11,1				
Dentes	n	1									1				
	%s	0,1									0,1				
	%v	5,9									5,6				
Membros Superiores	n	8	11	14	23	10	11	4	12	1	4				
	%s	0,5	0,5	0,7	1,0	0,5	0,5	0,3	0,9	0,1	0,5				
	%v	47,1	26,8	35,9	40,4	28,6	25,0	15,4	30,8	16,7	22,2				
Membros Inferiores	n	4	22	15	10	17	24	15	12	3	11	1	3	2	
	%s	0,2	1,1	0,8	0,4	0,9	1,0	1,1	0,9	0,3	1,3	0,3	0,7	1,2	
	%v	23,5	53,7	38,5	17,5	48,6	54,5	57,7	30,8	50,0	61,1	100,0	100,0	100,0	
Tronco	n	2	2		10	1	4		4						
	%s	0,1	0,1		0,4	0,1	0,2		0,3						
	%v	11,8	4,9		17,5	2,9	9,1		10,3						
Múltiplas	n		1		6	1	1	3	2	1					
	%s		0,0		0,3	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1					
	%v		2,4		10,5	2,9	2,3	11,5	5,1	16,7					
Outra	n				2			1							
	%s				0,1			0,1							
	%v				3,5			3,8							
População Escolar		1.678 2.047		1927 2.274		1.912 2.384		1.416 1.410		881 870		362 461		169 166	

## **4.2 – Distribuição dos Acidentes Escolares no Centro de Área Educativa de Castelo Branco**

### **4.2.1 – Sinistralidade Global**

Verifica-se no Quadro 4.XLIV que ao longo dos 3 anos lectivos do estudo, o ano de maior sinistralidade foi o de 2000/01, em que o rapaz atingiu a taxa máxima (3,7%). A diferença em relação aos outros anos foi muito ligeira, de apenas uma décima. Em 1998/99, a rapariga teve o seu maior valor (3,4%).

1º Ciclo - o rapaz teve a maior frequência dos acidentes (65,6%) e ao longo dos três anos lectivos foi sempre aumentando de sinistralidade e acima da média. A rapariga em 1999/00 baixou, mas em 2000/01 atingiu o seu máximo, embora inferior à média. No ano de 2000/01 ocorreram as maiores taxas de sinistralidade e de frequências em ambos os sexos.

2º Ciclo - ao longo dos três anos lectivos a sinistralidade no rapaz foi sempre aumentando e igualou em 2000/01 a média global (7,1%). A rapariga em 1999/00 subiu e atingiu o seu máximo (8,5%), muito acima da média, para depois diminuir em 2000/01 para (5,7%), bem inferior à média. O ano lectivo de 1999/00 foi o de maior taxa média (7,5%).

3º Ciclo – o rapaz foi subindo ao longo dos três anos lectivos, atingindo a taxa mais alta em 2000/01 (5,8%). A rapariga desceu em 1999/00 para 5,1% e terminou com este valor em 2000/01, que foi o ano lectivo com maior taxa média (5,4%).

O percurso da sinistralidade no Secundário foi sempre superior na rapariga em relação ao rapaz. No ano de 1999/00 a rapariga subiu para a sua média mais alta (2,2%) e o rapaz desceu para a mais baixa (1,4%). Ao longo dos três anos lectivos a sinistralidade média foi sempre igual.

Quanto às diferenças entre sexos por nível de ensino, no 1º e 3º Ciclos foi o rapaz que teve taxas superiores à rapariga e no 2º Ciclo e Secundário foi a rapariga que superou o rapaz.

No geral foi no intervalo etário de 12-14 anos que ocorreram as maiores taxas de sinistralidade e no de 6-9 anos as menores, sendo superiores no rapaz (6,2%) e (1,7%), respectivamente. Nos outros intervalos esta tendência dos sexos inverteu-se e passou a ser a rapariga a deter as maiores taxas, que foram diminuindo à medida que foi aumentando a idade, de (5,4%) no de 10-11 para (2,1%) no de 18-21 anos – Quadro 4.XLV.

O Quadro 4.XLVI, das idades em separado, mostra que aos 13 anos ambos os sexos atingiram a maior média de sinistralidade escolar (6,4%). Aos 11 anos a sinistralidade foi ligeiramente superior que aos 12. Aos 10 anos a rapariga superou o rapaz pela primeira vez, mas dos 11 aos 14 anos voltou a ser o rapaz a ter maior sinistralidade em relação à rapariga. Dos 14 para os 15 anos o rapaz desceu mais e a rapariga ficou posicionada acima do rapaz. Aos 16 e 17 anos, volta de novo a ser o rapaz o mais sinistrado. A partir dos 18 anos a rapariga ficou sempre com valores superiores ao rapaz, mas aos 21 anos apenas o rapaz sofreu lesões, como já se verificou anteriormente, nos Quadros do Secundário por idades.

No ano lectivo de 1998/99 foi aos 11 anos que se verificou a maior taxa média (6,5%) e a rapariga atingiu nesta idade o seu maior valor (6,6%), o mesmo do ano lectivo seguinte. Em 1999/00 foi aos 11 e aos 14 anos que se verificou a mesma sinistralidade média (6%). No ano lectivo de 2000/01 foi aos 13 anos, com o rapaz a atingir o pico de ambos os sexos (8,9%), que ocorreu a máxima taxa média de sinistralidade dos três anos lectivos (7,5%). O rapaz começou a escolaridade com uma taxa maior do que quando terminou e a rapariga começou com uma menor do que a do final da sua escolaridade.

O grande aumento de sinistralidade constatou-se na idade dos 9 para os 10 anos em ambos os sexos: no rapaz de 1,2% para 4,5% e na rapariga de 0,9% para 5%.

Relativamente à sinistralidade nos anos de escolaridade, Quadro 4. XLVII, no 1º, 2º, 3º e 4º anos o rapaz apesar de ir diminuindo do 1º até ao 3º e depois ter aumentado no 4º ano, foi sempre superior em taxas à rapariga. Esta teve uma tendência inversa, aumentou nos primeiros anos e acabou a baixar. No 1º Ciclo o 4º ano foi o de maior sinistralidade média e o ano lectivo de 2000/01. No 2º Ciclo foi a rapariga que passou a situar-se sempre acima do rapaz e ambos os sexos atingiram os maiores valores de sinistralidade de toda a escolaridade, a rapariga no 5º ano (7,4%) e o rapaz no 6º ano (6,9%). No 5º ano em 1999/00 atingiu-se a maior sinistralidade média (7,9%) de toda a escolaridade. No 3º Ciclo o 7º ano em 1998/99 foi o de maior sinistralidade média (6%). No 7º e 8º ano o rapaz voltou a superar a rapariga, mas como foi decrescendo, no 9º ano ficou inferior a ela. Esta subiu ligeiramente do 7º para o 8º ano e depois desceu, mas ficou num plano superior a ele, permanecendo até ao fim da escolaridade, apesar de ir diminuindo do 10º ao 12º ano. O rapaz subiu do 10º para o 11º, mas desceu o mesmo valor que a rapariga para o 12º ano. No Secundário o 11º ano em 1999/00 foi o de maior sinistralidade média (2,4%).

O maior aumento de sinistralidade deu-se do 4º para o 5º ano de escolaridade, passou de 1,5% para 7,1% e mais acentuado na rapariga.



**QUADRO 4.XLIV – Evolução dos acidentes escolares no CAECB por ano lectivo, nível de ensino e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco				Ano Lectivo						
Níveis de Ensino		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	2.504	1.307	1.197	413	419	428	406	466	372
	%s	3,4	3,5	3,3	3,3	3,4	3,4	3,3	3,7	3,1
	pop.	73.997	37.478	36.519	12.538	12.430	12.497	12.131	12.443	11.958
1º Ciclo	n	358	235	123	70	43	80	30	85	50
	%s	1,4	1,8	1,0	1,6	1,0	1,8	0,7	2,0	1,3
	pop.	25.355	13.194	12.161	4.454	4.131	4.397	4.075	4.343	3.955
2º Ciclo	n	800	412	388	129	133	134	149	149	106
	%s	7,1	6,9	7,3	6,7	7,7	6,8	8,5	7,1	5,7
	pop.	11.339	6.009	5.330	1.931	1.723	1.984	1.760	2.094	1.847
3º Ciclo	n	1.018	534	484	172	174	173	156	189	154
	%s	5,3	5,5	5,2	5,1	5,4	5,4	5,1	5,8	5,1
	pop.	19.086	9.779	9.307	3.342	3.220	3.202	3.049	3.235	3.038
Secundário	n	328	126	202	42	69	41	71	43	62
	%s	1,8	1,5	2,1	1,5	2,1	1,4	2,2	1,6	2,0
	pop.	18.217	8.496	9.721	2.811	3.356	2.914	3.247	2.771	3.118

**QUADRO 4.XLVI – Evolução dos acidentes escolares no CAECB por intervalo etário e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco				Ano Lectivo						
Intervalos Etários		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
6-9 anos	n	300	197	103	66	36	62	24	69	43
	%s	3,4	1,7	0,9	1,7	1,0	1,6	0,6	1,8	1,2
	pop.	23.197	11.879	11.318	4.033	3.855	3.925	3.765	3.921	3.698
10-11 anos	n	556	281	275	84	99	93	103	104	73
	%s	1,4	5,1	5,4	4,4	5,6	4,9	5,8	5,5	4,1
	pop.	10.602	5.469	5.133	1.772	1.707	1.795	1.646	1.902	1.780
12-14 anos	n	1.021	539	482	170	164	169	167	200	151
	%s	7,1	6,2	5,7	5,9	5,8	5,8	5,9	6,9	5,4
	pop.	17.231	8.731	8.500	2.953	2.854	2.874	2.833	2.904	2.813
15-17 anos	n	523	248	275	75	96	90	91	83	88
	%s	5,3	3,1	3,3	2,8	3,6	3,4	3,4	3,1	3,3
	pop.	16.482	8.121	8.361	2.682	2.923	2.766	2.758	2.673	2.680
18-21 anos	n	104	42	62	18	24	14	21	10	17
	%s	1,8	1,4	2,1	2,0	2,7	1,6	2,3	1,1	1,9
	pop.	5.912	2.932	2.980	999	1.016	1.036	1.067	897	897

**QUADRO 4.XLVI – Evolução dos acidentes escolares no CAECB por idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco					Ano Lectivo					
Anos de Idade		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
6 anos	n	66	47	19	17	7	13	4	17	8
	%s	1,2	1,7	0,7	1,8	0,8	1,4	0,4	1,9	1,0
	pop.	5371	2746	2625	935	867	898	926	913	832
7 anos	n	78	49	29	17	6	16	6	16	17
	%s	1,4	1,7	1,0	1,8	0,6	1,7	0,7	1,7	1,8
	pop.	5640	2861	2779	967	938	952	897	942	944
8 anos	n	76	48	28	14	14	16	5	18	9
	%s	1,3	1,6	1,0	1,4	1,5	1,6	0,5	1,9	1,0
	pop.	5774	2988	2786	1025	931	992	930	971	925
9 anos	n	80	53	27	18	9	17	9	18	9
	%s	1,2	1,6	0,9	1,6	0,8	1,6	0,9	1,6	0,9
	pop.	6412	3284	3128	1106	1119	1083	1012	1095	997
10 anos	n	242	117	125	30	43	41	48	46	34
	%s	4,6	4,2	5,0	3,2	5,0	4,7	5,9	4,8	4,0
	pop.	5290	2777	2513	945	857	875	807	957	849
11 anos	n	314	164	150	54	56	52	55	58	39
	%s	5,9	6,1	5,7	6,5	6,6	5,7	6,6	6,1	4,2
	pop.	5312	2692	2620	827	850	920	839	945	931
12 anos	n	324	164	160	56	53	48	62	60	45
	%s	5,7	5,8	5,7	6,2	5,9	5,1	6,4	6,1	4,8
	pop.	5635	2826	2809	901	902	944	964	981	943
13 anos	n	363	201	162	56	58	60	46	85	58
	%s	6,4	6,9	5,9	5,5	6,1	6,5	5,2	8,9	6,2
	pop.	5674	2905	2769	1020	948	928	883	957	938
14 anos	n	334	174	160	58	53	61	59	55	48
	%s	5,6	5,8	5,5	5,6	5,3	6,1	6,0	5,7	5,2
	pop.	5922	3000	2922	1032	1004	1002	986	966	932
15 anos	n	230	96	134	31	44	29	46	36	44
	%s	3,8	3,1	4,5	2,9	4,2	2,8	4,7	3,6	4,7
	pop.	6070	3104	2966	1060	1053	1033	974	1011	939
16 anos	n	181	93	88	23	37	39	27	31	24
	%s	3,3	3,4	3,1	2,6	3,8	4,2	2,9	3,3	2,7
	pop.	5538	2737	2801	879	962	929	942	929	897
17 anos	n	112	59	53	21	15	22	18	16	20
	%s	2,3	2,6	2,0	2,8	1,7	2,7	2,1	2,2	2,4
	pop.	4874	2280	2594	743	908	804	842	733	844
18 anos	n	73	32	41	12	17	12	12	8	12
	%s	2,4	2,1	2,8	2,3	3,4	2,3	2,4	1,8	2,5
	pop.	2987	1510	1477	531	498	525	507	454	472
19 –21 anos	n	31	10	21	6	7	2	9	2	5
	%s	1,1	0,7	1,4	1,3	1,4	0,4	1,6	0,5	1,2
	pop.	2925	1422	1503	468	518	511	560	443	425

**QUADRO 4.XLVII – Evolução dos acidentes escolares no CAECB por ano de escolaridade, e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco				Ano Lectivo						
Anos de Escolaridade		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
1º Ano	n	80	57	23	22	9	16	5	19	9
	%s	1,4	2,0	0,8	2,2	1,0	1,7	0,5	2,0	1,0
	pop.	5.588	2.868	2.720	980	905	926	950	962	865
2º Ano	n	87	57	30	17	5	19	7	21	18
	%s	1,3	1,7	0,9	1,5	0,5	1,6	0,7	1,9	1,7
	pop.	6.626	3.440	3.186	1.167	1.076	1.161	1.067	1.112	1.043
3º Ano	n	88	53	35	14	19	19	7	20	9
	%s	1,4	1,6	1,2	1,2	1,9	1,7	0,7	1,8	0,9
	pop.	6.354	3.350	3.004	1.145	1.024	1.116	1.003	1.089	977
4º Ano	n	103	68	35	17	10	26	11	25	14
	%s	1,5	1,9	1,1	1,5	0,9	2,2	1,0	2,1	1,3
	pop.	6.787	3.536	3.251	1.162	1.126	1.194	1.055	1.180	1.070
5º Ano	n	411	211	200	75	58	59	85	77	57
	%s	7,1	6,8	7,4	7,4	6,6	5,9	9,4	7,0	6,3
	pop.	5.809	3.112	2.697	1.019	883	998	909	1.095	905
6º Ano	n	389	201	188	54	75	75	64	72	49
	%s	7,0	6,9	7,1	5,9	8,9	7,6	7,5	7,2	5,2
	pop.	5.530	2.897	2.633	912	840	986	851	999	942
7º Ano	n	380	220	160	75	59	67	48	78	53
	%s	5,8	6,5	5,2	6,5	5,5	6,2	4,9	6,7	5,0
	pop.	6.505	3.405	3.100	1.156	1.068	1.085	972	1.164	1.060
8º Ano	n	348	183	165	58	58	63	54	62	53
	%s	5,5	5,6	5,4	5,1	5,4	5,9	5,3	5,9	5,6
	pop.	6.318	3.266	3.052	1.140	1.075	1.074	1.023	1.052	954
9º Ano	n	290	131	159	39	57	43	54	49	48
	%s	4,6	4,2	5,0	3,7	5,3	4,1	5,1	4,8	4,7
	pop.	6.263	3.108	3.155	1.046	1.077	1.043	1.054	1.019	1.024
10º Ano	n	141	53	88	16	26	17	34	20	28
	%s	2,0	1,6	2,5	1,4	2,1	1,6	3,0	1,8	2,4
	pop.	6.778	3.299	3.479	1.105	1.210	1.082	1.118	1.112	1.151
11º Ano	n	113	47	66	13	24	16	27	18	15
	%s	2,1	1,9	2,4	1,6	2,6	1,9	2,9	2,2	1,7
	pop.	5.193	2.443	2.750	801	922	825	932	817	896
12º Ano	n	74	26	48	13	19	8	10	5	19
	%s	1,1	0,9	1,4	1,4	1,6	0,8	0,8	0,6	1,8
	pop.	6.246	2.754	3.492	905	1.224	1.007	1.197	842	1.071

#### 4.2.2– Sinistralidade nos Concelhos

O Quadro 4.XLVIII, mostra que foi no Concelho de Oleiros onde se verificou a maior taxa de sinistralidade (6,3%) e o de Belmonte a menor (0,9%). Em relação à taxa média de 3,4% situaram-se 5 Concelhos acima e os outros 7, abaixo. Nos Concelhos de Oleiros, Vila de Rei, Covilhã e Belmonte a rapariga teve valores superiores aos do rapaz., tendo atingido a máxima taxa em Oleiros (7,4%), e por sua vez o rapaz na Sertã (5,5%).

O Concelho com maior percentagem relativa de acidentes (31,7%) foi a Covilhã, conforme o Quadro 4.XLIX, seguido do de Castelo Branco com menos dez pontos percentuais, mas com uma população escolar de cerca de 1000 alunos a mais.

Segundo o Quadro 4.L o ano de maior sinistralidade média foi o de 2000/2001, os outros dois anos lectivos tiveram uma taxa mais ou menos idêntica, diferindo em menos uma décima. Esta curva também se verificou na percentagem relativa horizontal. Nos três anos lectivos em estudo, o rapaz começou abaixo da média e foi sempre subindo de sinistralidade até atingir 3,7% em 2000/01, ultrapassando a média global e em 1999/00 equiparou-se à média de 3,4%. A rapariga, diferentemente, começou igual à média e foi descendo sempre até 3,1% a mais baixa de ambos os sexos. Estas curvas de comportamento apenas se verificaram no Concelho de Proença-a-Nova. A curva global do comportamento do rapaz verificou-se também no Fundão e na Sertã e a da rapariga na Covilhã. As curvas de comportamento contrário verificaram-se a descida contínua no rapaz em Vila de Rei e a subida contínua na rapariga em Mação e Sertã.

Nos Concelhos de Belmonte, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão o rapaz e a rapariga tiveram um percurso idêntico, paralelo, ambos desceram primeiro e subiram depois. Esta curva do comportamento da rapariga, verificou-se também em Castelo Branco e Fundão, no rapaz na Covilhã, Mação e Oleiros. Em Castelo Branco, o rapaz em primeiro lugar estabilizou e só depois se seguiu uma subida ligeira. Em Penamacor deu-se o inverso, ambos os sexos subiram primeiro e depois desceram paralelamente, tendo a rapariga em Vila de Rei e Oleiros curva igual, mas o rapaz não a repetiu nos outros Concelhos.

A Sertã foi o único Concelho onde ambos os sexos subiram sempre de sinistralidade nos três anos lectivos.

A maior sinistralidade global por idades apresentada pelo Quadro 4.LI situou-se no grupo etário dos 12-14 anos, mais alta no rapaz (6,2%), do que na rapariga (5,7%), seguido do dos 10-11 anos (5,1%) no rapaz, inferior à rapariga (5,4%). As idades entre os 10 e os 14 anos situaram-se francamente acima da média. Em terceiro lugar e ligeiramente inferior à média, foi entre os 15-17 anos, 3,1% no rapaz, também inferior aos 3,3% da rapariga. Nos cinco intervalos etários, no segundo (10-11), no quarto (15-17) e no quinto (18-21), o comportamento foi inverso do geral, entre o rapaz e a rapariga. O rapaz nas idades mais baixas, teve mais sinistralidade e nas idades mais elevadas foi a rapariga que sofreu mais acidentes. Apenas no Concelho de Castelo Branco o pico de sinistralidade no rapaz situou-se entre os 10-11 anos. Nos restantes Concelhos foi no grupo etário dos 12-14 anos, excepto em Penamacor que subiu muito (25%) no intervalo dos 18-21 anos. A rapariga, no geral, só não teve uma grande sinistralidade no intervalo dos 6 aos 9 anos. Em todos outros, variou consoante os Concelhos. Em Belmonte e Oleiros foi no intervalo dos 18-21, em Mação, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão no dos 15-17 anos, em Castelo Branco e Idanha-a-Nova no de 12-14 anos. O pico do intervalo dos 10-11 anos situou-se nos restantes cinco Concelhos, Covilhã, Fundão, Penamacor, Proença-a-Nova e Sertã, que apesar de ter sido o intervalo mais frequente, não foi nele que se registou a maior taxa geral, (15%) em Oleiros.

No 1º Ciclo e no Secundário a sinistralidade foi praticamente equiparada à que se verificou na das idades dos extremos (mais baixas e mais altas), mas no 2º e 3º Ciclo a situação muda e a sinistralidade foi inversa, maior no 2º Ciclo, média de 7%, do que no 3º Ciclo com 5,4% de média. Não coincide com os presumíveis grupos etários predominantes nestes níveis de ensino, já que estes Ciclos comportam três grupos etários dos 10 aos 17 anos na generalidade. Nos Concelhos de Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Oleiros, Proença-a-Nova e Sertã ambos os sexos tiveram as taxas mais elevadas no 2º Ciclo, mas em Vila de Rei e Vila Velha de Ródão foi no 3º Ciclo. Em Penamacor foi onde o rapaz teve a maior taxa no Secundário e a rapariga no 2º Ciclo. Nos Concelhos de Belmonte e Mação o rapaz atingiu o máximo de sinistralidade no 2º e a rapariga no 3º Ciclo, em Idanha-a-Nova os sexos inverteram esta situação.

**QUADRO 4.XLVIII - Distribuição dos acidentes escolares por Concelho por ordem decrescente de sinistralidade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco Concelhos	Acidentes			População			% de Sinistralidade		
	H+M	H	M	H+M	H	M	H+M	H	M
Oleiros	103	46	57	1.648	879	769	6,3	5,2	7,4
Sertã	298	156	142	5.823	2.831	2.992	5,1	5,5	4,7
Proença-a-Nova	152	88	64	3.094	1.661	1.433	4,9	5,3	4,5
Vila de Rei	39	19	20	874	455	419	4,5	4,2	4,8
Covilhã	795	395	400	20.269	10.466	9.803	3,9	3,8	4,1
Vila V <sup>a</sup> de Ródão	23	13	10	701	352	349	3,3	3,7	2,9
Fundão	373	212	161	11.560	5.757	5.803	3,2	3,7	2,8
Mação	69	41	28	2.253	1.121	1.132	3,1	3,7	2,5
Penamacor	48	29	19	1.599	837	762	3,0	3,5	2,5
Castelo Branco	536	273	263	21.125	10.656	10.469	2,6	2,6	2,5
Idanha-a-Nova	40	23	17	1.765	890	875	2,3	2,6	1,9
Belmonte	28	12	16	3.286	1.573	1.713	0,9	0,8	0,9
<b>TOTAL</b>	<b>2.504</b>	<b>1307</b>	<b>1197</b>	<b>73.997</b>	<b>37.478</b>	<b>36.519</b>	<b>3,4</b>	<b>3,5</b>	<b>3,3</b>

**QUADRO 4.XLIX - Distribuição dos acidentes escolares por Concelhos por ordem decrescente de percentagens e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Acidentes Concelhios no CAE de Castelo Branco						
Concelhos	H+M		H		M	
	n	%v	n	%v	n	%v
Covilhã	795	31,7	395	30,2	400	33,4
Castelo Branco	536	21,4	273	20,9	263	22,0
Fundão	373	14,9	212	16,2	161	13,5
Sertã	298	11,9	156	11,9	142	11,9
Proença-a-Nova	152	6,1	88	6,7	64	5,3
Oleiros	103	4,1	46	3,5	57	4,8
Mação	69	2,8	41	3,1	28	2,3
Penamacor	48	1,9	29	2,2	19	1,6
Idanha-a-Nova	40	2,3	23	2,6	17	1,9
Vila de Rei	39	1,6	19	1,5	20	1,7
Belmonte	28	1,1	12	0,9	16	1,3
Vila V <sup>a</sup> de Ródão	23	0,9	13	1,0	10	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>2.504</b>	<b>3,4</b>	<b>1307</b>	<b>3,5</b>	<b>1197</b>	<b>3,3</b>

**QUADRO 4.L - Distribuição dos acidentes escolares nos Concelhos por ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano Lectivo							
CONCELHOS		Total			1998/1999		1999/2000		2000/2001	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	2504	1307	1197	413	419	428	406	466	372
	%s	3,4	3,5	3,3	3,3	3,4	3,4	3,3	3,7	3,1
	pop	73.997	37.478	36.519	12.538	12.430	12.497	12.131	12443	11958
Belmonte	n	28	12	16	6	6	1	3	5	7
	%s	0,9	0,8	0,9	1,2	1,1	0,2	0,5	0,9	1,2
	pop	3286	1573	1713	517	567	514	570	542	576
Castelo Branco	n	536	273	263	88	102	90	77	95	84
	%s	2,5	2,6	2,5	2,5	2,9	2,5	2,2	2,7	2,5
	pop	21125	10656	10469	3577	3577	3554	3466	3525	3426
Covilhã	n	795	395	400	139	154	126	146	130	100
	%s	4,0	3,8	4,1	3,9	4,5	3,6	4,4	3,8	3,2
	pop	20269	10466	9803	3526	3401	3490	3323	3450	3079
Fundão	n	373	212	161	58	55	70	50	84	56
	%s	3,2	3,7	2,8	3,0	2,7	3,5	2,5	4,6	3,1
	pop	11560	5757	5803	1956	2013	1988	1968	1813	1822
Idanha-a-Nova	n	40	23	17	5	2	3	1	15	14
	%s	2,3	2,6	1,9	2,5	1,0	1,6	0,5	3,0	2,8
	pop	1765	890	875	203	191	190	189	497	495
Mação	n	69	41	28	14	4	13	12	14	12
	%s	3,1	3,7	2,5	3,6	1,0	3,4	3,1	4,1	3,3
	pop	2253	1121	1132	394	385	384	383	343	364
Oleiros	n	103	46	57	22	17	10	28	14	12
	%s	6,3	5,2	7,4	7,1	6,5	3,5	10,9	5,0	4,8
	pop	1648	879	769	310	263	288	257	281	249
Penamacor	n	48	29	19	4	2	16	9	9	8
	%s	3,0	3,5	2,5	1,4	0,8	5,5	3,6	3,5	3,1
	pop	1599	837	762	288	254	289	249	260	259
Proença-a-Nova	n	152	88	64	26	30	29	19	33	15
	%s	4,9	5,3	4,5	4,5	6,0	5,3	4,1	6,2	3,2
	pop	3094	1661	1433	576	500	551	465	534	468
Sertã	n	298	156	142	35	39	60	49	61	54
	%s	5,1	5,5	4,7	3,8	3,8	6,1	4,9	6,5	5,6
	pop	5823	2831	2992	913	1018	980	1007	938	967
Vila de Rei	n	39	19	20	9	5	7	11	3	4
	%s	4,5	4,2	4,8	6,2	3,5	4,5	8,0	2,0	2,9
	pop	874	455	419	146	144	157	138	152	137
Vila Velha de Ródão	n	23	13	10	7	3	3	1	3	6
	%s	3,3	3,7	2,9	5,3	2,6	2,7	0,9	2,8	5,2
	pop	701	352	349	132	117	112	116	108	116

**QUADRO 4.LI - Distribuição dos acidentes escolares por Concelhos por idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idade											
CONCELHOS		Total	6-9		10-11		12-14		15-17		18-21		
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Total	n	2504	197	103	281	275	539	482	248	275	42	62	
	%s	3,41	1,7	0,9	5,1	5,4	6,2	5,7	3,1	3,3	1,4	2,1	
	pop	73424	11879	11318	5469	5133	8731	8500	8121	8361	2932	2980	
Belmonte	n	28			3		6	8	3	6		2	
	%s	0,9			1,2		1,4	1,6	1,0	1,5		2,2	
	pop	3246	474	442	253	273	431	486	303	401	91	92	
Castelo Branco	n	536	43	26	66	44	85	94	64	79	15	20	
	%s	2,6	1,4	0,9	4,2	3,1	3,5	4,2	2,5	2,9	1,5	1,9	
	pop	20978	2971	2959	1590	1419	2414	2251	2592	2732	982	1068	
Covilhã	n	795	37	21	96	101	163	166	84	91	15	21	
	%s	4,0	1,1	0,7	6,8	7,6	6,9	7,2	3,6	4,0	1,7	2,6	
	pop	20105	3350	3009	1412	1327	2372	2299	2357	2292	876	811	
Fundão	n	373	33	12	45	49	106	71	27	24	1	5	
	%s	3,3	1,8	0,7	5,7	6,3	7,7	5,6	2,3	1,8	0,2	0,9	
	pop	11448	1855	1836	792	784	1375	1265	1178	1326	505	532	
Idanha-a-Nova	n	40	9	6		2	10	6	4	2		1	
	%s	2,3	1,9	1,3		1,8	7,7	4,2	3,9	2,1		3,0	
	pop	1722	465	477	131	109	130	143	102	94	38	33	
Mação	n	69	7	3	5	2	13	11	13	12	3		
	%s	3,1	1,7	0,8	3,4	1,8	6,0	4,2	5,4	4,7	3,0		
	pop	2235	409	393	145	112	217	260	240	258	100	101	
Oleiros	n	103	3	2	8	11	25	27	9	14	1	3	
	%s	6,3	1,1	0,9	5,3	8,0	9,6	10,3	5,2	11,2	6,3	15,0	
	pop	1647	278	225	150	138	260	261	174	125	16	20	
Penamacor	n	48	5	4	5	6	13	6	5	3	1		
	%s	3,0	1,9	1,2	2,7	4,2	4,8	3,0	4,6	3,9	25,0		
	pop	1593	261	323	188	144	272	202	109	77	4	13	
Proença-a-Nova	n	152	16	7	18	16	40	23	13	16	1	2	
	%s	4,9	3,0	1,6	6,5	7,1	10,4	6,7	4,0	4,7	0,8	2,3	
	pop	3074	535	439	276	224	385	341	328	338	122	86	
Sertã	n	298	35	17	33	41	60	54	23	22	5	8	
	%s	5,1	3,5	1,8	8,7	9,3	10,0	7,4	3,6	3,3	2,6	3,6	
	pop	5802	1003	938	380	440	601	726	641	660	193	220	
Vila de Rei	n	39	7	4		2	11	10	1	4			
	%s	4,5	4,4	2,7		2,2	6,5	6,7	3,2	13,3			
	pop	874	158	148	96	90	169	150	31	30	1	1	
Vila V <sup>a</sup> . de Ródão	n	23	2	1	2	1	7	6	2	2			
	%s	3,3	1,7	0,8	3,6	1,4	6,7	5,2	3,0	7,1			
	pop	700	120	129	56	73	105	116	66	28	4	3	



Os quatro Quadros seguintes 4.LII, 4.LIII, 4.LIV e 4.LV revelam o desenvolvimento da sinistralidade ao nível dos Concelhos, por ano de escolaridade, que foi diferente consoante o sexo.

No 1º Ciclo, Quadro 4. LII, o Concelho de Belmonte foi o único onde não se verificou sinistralidade ao longo dos 3 anos lectivos estudados. O que teve maior taxa foi o de Vila de Rei, na sua única escola, uma Básica Integrada, com 3,6%, seguida de Proença-a-Nova (2,8%) e muito de perto a Sertã (2,7%), em terceiro lugar. Os seguintes passaram para a fasquia inferior e, com 1,7%, Penamacor situou-se em quarto lugar, ficando a Idanha-a-Nova em quinto, com 1,4%. Com igual taxa, a seguir, ficaram Castelo Branco e Fundão (1,3%) e, em sétimo, também com percentagem semelhante, Covilhã e Mação (1,1%). Finalmente o que teve menos acidentes foi Oleiros (0,9%) que contrariou, neste grau de ensino, a sua taxa média global, que foi a maior.

No 1º Ciclo o rapaz superou sempre a rapariga em acidentes. Esta aumentou até ao máximo de 1,2% no 3º ano e diminuiu ligeiramente no 4º, enquanto que o rapaz foi diminuindo e depois subiu no 4ºano, quase igualando a taxa do 1º ano, que foi a mais elevada (2%). Nem em todos os Concelhos o comportamento do rapaz e da rapariga, foi igual. Em cinco Concelhos ambos tiveram acidentes em todos os anos de escolaridade - Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova e Sertã. No de Proença-a-Nova a rapariga apenas não teve acidentes no 1º ano, e no de Penamacor no 3º ano, mas em Vila Velha de Ródão ela apenas os teve no 3º ano. Foi em Vila de Rei que se registaram as taxas maiores, no rapaz (10%) e na rapariga (6,7%), e ambas no 4º ano. As taxas mais baixas registaram-se no rapaz em Oleiros (1%), na rapariga no Fundão e V.V. de Ródão, com o mesmo valor (0,7). É de registar ainda, que em Mação, o rapaz foi acidentado no 1º e 2º anos e a rapariga no 3º e 4º anos. Em Oleiros e V.V. de Ródão não houve lesões no 4º ano e, neste último, também no 2º.

No Quadro 4.LIII sobre o 2º Ciclo, a rapariga aumentou muito, para uma média máxima de 7,4% no 5º ano e diminuiu ligeiramente no 6º ano para 7,1%. Por sua vez, começou a exceder o rapaz, que também subiu muito de sinistralidade no 5º ano (6,8%) e com uma subida ligeira atingiu 6,9%, de máximo, no 6º ano. Quase equiparados, os Concelhos de Oleiros (12,5%) e a Sertã (12,3%) foram os que lideraram na sinistralidade. De igual modo, os de Vila de Rei (1%) e de Belmonte (1,2%), pelo contrário, tiveram as mais baixas taxas. Por ordem decrescente, em terceiro lugar e no mesmo plano, situaram-se o da Covilhã e de Proença-a-Nova (9,4 %) e em quinto lugar o Fundão (8,3%). Na faixa dos quatro por cento, em sexto e sétimo lugares figuraram Mação (4,5%) e Castelo Branco (4,2%), e depois, sucessivamente, Penamacor (3,7%), Idanha-a-Nova (3,6%) e Vila Velha de Ródão (3,4%).

A diferença maior entre o rapaz e a rapariga verificou-se em Mação, onde foi o rapaz o mais sinistrado e a rapariga não teve qualquer acidente no 5º ano. Em Idanha-a-Nova verificou-se o contrário. No mesmo ano de escolaridade em Vila de Rei não se registaram acidentes em ambos os sexos e em Belmonte apenas se lesionou o rapaz. Dos restantes Concelhos, apenas em Castelo Branco é que a rapariga do 5º ano teve uma taxa inferior ao rapaz. No 6º ano, na Covilhã, ambos os sexos tiveram a mesma sinistralidade (9,9%) e nos de Vila Velha de Ródão, Sertã, Proença-a-Nova e Mação a rapariga situou-se abaixo do rapaz. Em todos os outros Concelhos ficou sempre acima.

No 3º Ciclo do Quadro 4.LIV, a sinistralidade baixou em ambos os sexos e inverteram-se as médias do 2º Ciclo, porque o rapaz passou a deter a maior taxa (5,5%). No 9º ano a rapariga contraria esta situação, que se tinha verificado nos dois anos de escolaridade anteriores. Apenas Belmonte seguiu o comportamento global nos três anos de escolaridade. No Fundão, Idanha-a-Nova, Mação e Penamacor o rapaz teve sempre a percentagem mais elevada que a rapariga. Em Castelo Branco no 7º e 8º anos o rapaz e a rapariga tiveram taxas iguais e no 9º ano apenas o rapaz a baixou. O Concelho da Sertã teve a maior taxa global (7,8%) e a maior, também global, do rapaz (8,9%), seguido de Oleiros (7,5%), onde se deu o inverso, com a taxa global mais alta na rapariga (9,6%) decorrente de no 8º e 9º ano ter tido (11,2%) e (11,9%) respectivamente, e em terceiro lugar Vila de Rei (7,1%), com o pico maior de sinistralidade da rapariga no 8º ano (13,1%). A Covilhã em quarto lugar (6,6%) e Proença-a-Nova em quinto (5,8%), onde o rapaz atingiu o pico com (15,6%). Com a mesma taxa ficaram Vila Velha de Ródão e Idanha-a-Nova (5,7%), Mação e Fundão (5,3%), Castelo Branco e Penamacor (3,9%), finalizando com a menor percentagem Belmonte (1,5%).

Nos Concelhos de Vila de Rei e de V.V. de Ródão não se lecciona o Secundário. Neste nível de ensino, Quadro 4.LV, ambos os sexos baixaram acentuadamente a sinistralidade, mas ao contrário do 3º Ciclo foi a rapariga que teve a taxa superior em todos os três anos de escolaridade. O Concelho de Oleiros atingiu a maior percentagem global (8%), onde a rapariga teve um pico de 11,1% no 10º ano, continuando quase no mesmo plano no 11º (10,5%), decrescendo no 12º para 7,7%. O rapaz teve a maior taxa no 10º ano (7,9%), em Mação, que juntamente com Penamacor – só no ano de 2000/01 começou a funcionar o Secundário neste Concelho -, contrariaram o comportamento geral dos sexos, o rapaz foi superior à rapariga, assim como no 11º ano nos Concelhos de Proença-a-Nova, Sertã e V.V. de Ródão. Em Belmonte o rapaz não sofreu qualquer acidente tal como em Idanha-a-Nova no 11º e 12º anos, em Mação no 11º e em Oleiros no 12º ano.

**QUADRO 4.LII - Distribuição dos acidentes escolares por Concelhos no 1º Ciclo por ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Ano de Escolaridade ( 1º Ciclo )											
CONCELHOS		Total			1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Total	n	358	235	123	57	23	57	30	53	35	68	35	
	%s	1,4	1,8	1,0	2,0	0,8	1,7	0,9	1,6	1,2	1,9	1,1	
	pop.	25.355	13.194	12.161	2868	2720	3440	3186	3350	3004	3536	3251	
Belmonte	n												
	%s												
	pop.	1006	530	476	125	113	156	136	129	112	120	115	
Castelo Branco	n	82	52	30	11	6	13	9	11	11	17	4	
	%s	1,3	1,6	1,0	1,5	0,8	1,6	1,1	1,4	1,5	1,9	0,5	
	pop.	6278	3203	3075	715	721	793	791	804	741	891	822	
Covilhã	n	76	49	27	12	4	14	4	8	8	15	11	
	%s	1,1	1,3	0,8	1,5	0,6	1,5	0,5	0,8	1,0	1,5	1,2	
	pop.	6865	3663	3202	791	679	952	842	940	791	980	890	
Fundão	n	55	40	15	8	5	10	2	11	2	11	6	
	%s	1,3	1,9	0,7	1,7	1,1	1,8	0,4	2,1	0,4	1,9	1,1	
	pop.	4136	2104	2032	472	453	547	526	518	525	567	528	
Idanha-a-Nova	n	16	10	6	1	1	1	1	4	3	4	1	
	%s	1,4	1,7	1,1	0,9	0,8	0,6	0,7	2,6	2,0	2,7	0,7	
	pop.	1143	581	562	115	120	167	149	152	150	147	143	
Mação	n	10	6	4	3		3			3		1	
	%s	1,1	1,3	1,0	3,2		2,5			2,8		0,9	
	pop.	873	454	419	93	91	120	113	119	107	122	108	
Oleiros	n	5	3	2	2		1	1		1			
	%s	0,9	1,0	0,8	3,1		1,1	1,3		1,6			
	pop.	567	312	255	64	48	87	80	81	63	80	64	
Penamacor	n	11	7	4		1	2	1	4		1	2	
	%s	1,7	2,3	1,2		1,3	2,4	1,0	5,3		1,3	2,2	
	pop.	643	300	343	63	75	83	100	76	78	78	90	
Proença-a-Nova	n	29	20	9	2		3	3	6	2	9	4	
	%s	2,8	3,4	2,0	1,7		2,1	2,7	4,0	2,0	4,9	3,5	
	pop.	1052	597	455	120	128	143	111	149	101	185	115	
Sertã	n	59	39	20	16	6	10	7	7	4	6	3	
	%s	2,7	3,4	1,9	6,3	2,6	3,2	2,8	2,4	1,6	2,2	1,0	
	pop.	2176	1140	1036	253	232	314	253	295	258	278	293	
Vila de Rei	n	12	7	5	1			2	1		5	3	
	%s	3,6	4,1	3,1	3,2			4,5	2,1		10,0	6,7	
	pop.	329	170	159	31	31	42	44	47	39	50	45	
Vila V <sup>a</sup> . de Ródão	n	3	2	1	1				1	1			
	%s	1,0	1,4	0,7	3,8				2,5	2,6			
	pop.	287	140	147	26	29	36	41	40	39	38	38	

**QUADRO 4.LIII - Distribuição dos acidentes escolares por Concelhos no 2º Ciclo por ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco			Ano de Escolaridade ( 2º Ciclo )					
CONCELHOS		Total			5º Ano		6º Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M
Total	n	800	412	388	211	200	201	188
	%s	7,1	6,9	7,3	6,8	7,4	6,9	7,1
	pop	11339	6009	5330	3112	2697	2897	2633
Belmonte	n	8	5	3	4		1	3
	%s	1,2	1,6	0,9	2,5		0,6	1,9
	pop	642	321	321	163	160	158	161
Castelo Branco	n	133	74	59	47	29	27	30
	%s	4,2	4,4	4,1	5,3	4,0	3,3	4,2
	pop	3141	1693	1448	887	733	806	715
Covilhã	n	296	148	148	68	75	80	73
	%s	9,4	8,8	10,1	7,7	10,3	9,9	9,9
	pop	3157	1689	1468	878	731	811	737
Fundão	n	135	70	65	40	37	30	28
	%s	8,3	8,2	8,5	8,9	9,4	7,4	7,6
	pop	1618	854	764	447	394	407	370
Idanha-a-Nova	n	5	1	4		3	1	1
	%s	3,6	1,4	5,8		7,5	2,9	3,4
	pop	139	70	69	35	40	35	29
Mação	n	11	9	2	3		6	2
	%s	4,5	6,5	1,9	4,2		9,1	3,6
	pop	245	138	107	72	52	66	55
Oleiros	n	40	20	20	8	9	12	11
	%s	12,5	11,6	13,5	9,9	13,0	13,2	13,9
	pop	320	172	148	81	69	91	79
Penamacor	n	14	6	8	2	5	4	3
	%s	3,7	2,8	4,8	1,8	5,7	3,7	3,8
	pop	383	216	167	109	87	107	80
Proença-a-Nova	n	49	27	22	12	11	15	11
	%s	9,4	9,3	9,4	8,0	8,9	10,8	10,0
	pop	522	289	233	150	123	139	110
Sertã	n	102	48	54	26	30	22	24
	%s	12,3	12,2	12,4	12,9	13,5	11,5	11,2
	pop	829	392	437	201	223	191	214
Vila de Rei	n	2	1	1			1	1
	%s	1,0	1,0	1,1			2,0	2,5
	pop	194	103	91	52	51	51	40
Vila Velha de Ródão	n	5	3	2	1	1	2	1
	%s	3,4	4,2	2,6	2,7	2,9	5,7	2,3
	pop	149	72	77	37	34	35	43

**QUADRO 4.LIV - Distribuição dos acidentes escolares por Concelhos no 3º Ciclo por ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Ano de Escolaridade ( 3º Ciclo )									
CONCELHOS		Total			7º Ano		8ºAno		9º Ano		
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Total	n	1018	534	484	220	160	183	165	131	159	
	%s	5,3	5,5	5,2	6,5	5,2	5,6	5,4	4,2	5,0	
	pop	19086	9779	9307	3405	3100	3266	3052	3108	3155	
Belmonte	n	16	7	9	2	2	5	3		4	
	%s	1,5	1,4	1,6	1,1	1,0	2,9	1,6		2,2	
	pop	1052	488	564	180	196	170	185	138	183	
Castelo Branco	n	196	99	97	33	29	38	33	28	35	
	%s	3,9	3,7	4,1	3,6	3,6	4,3	4,3	3,2	4,3	
	pop	5068	2688	2380	923	795	887	770	878	815	
Covilhã	n	338	163	175	61	65	64	44	38	66	
	%s	6,6	6,3	6,9	6,6	7,6	7,4	5,5	4,6	7,3	
	pop	5158	2607	2551	922	853	866	795	819	903	
Fundão	n	158	94	64	40	18	36	28	18	18	
	%s	5,3	6,2	4,4	7,5	3,8	6,9	5,8	3,9	3,7	
	pop	2978	1524	1454	533	480	525	482	466	492	
Idanha-a-Nova	n	15	11	4	7	2	2	1	2	1	
	%s	5,7	8,3	3,1	14,3	4,0	5,6	2,1	4,3	3,1	
	pop	262	132	130	49	50	36	48	47	32	
Mação	n	30	18	12	10	6	3	2	5	4	
	%s	5,3	6,2	4,4	9,1	7,6	3,2	2,2	5,7	3,9	
	pop	565	291	274	110	79	93	92	88	103	
Oleiros	n	47	20	27	9	7	6	10	5	10	
	%s	7,5	6,0	9,3	7,8	6,0	6,1	11,2	4,2	11,9	
	pop	624	335	289	116	116	99	89	120	84	
Penamacor	n	21	15	6	5	1	4	2	6	3	
	%s	3,9	4,9	2,7	5,0	1,5	3,5	3,0	6,5	3,3	
	pop	532	307	225	101	68	114	67	92	90	
Proença-a-Nova	n	49	30	19	23	6	1	11	6	2	
	%s	5,8	6,9	4,7	15,6	5,3	0,7	7,7	4,0	1,3	
	pop	841	436	405	147	114	138	142	151	149	
Sertã	n	108	58	50	21	17	17	22	20	11	
	%s	7,8	8,9	6,7	9,6	6,8	7,7	8,0	9,5	5,1	
	pop	1390	649	741	218	251	220	276	211	214	
Vila de Rei	n	25	11	14	7	2	3	8	1	4	
	%s	7,1	6,0	8,3	11,7	3,8	4,9	13,1	1,6	7,3	
	pop	351	182	169	60	53	61	61	61	55	
Vila Velha de Ródão	n	15	8	7	2	5	4	1	2	1	
	%s	5,7	5,7	5,6	4,3	11,1	7,0	2,2	5,4	2,9	
	pop	265	140	125	46	45	57	45	37	35	

**QUADRO 4.LV - Distribuição dos acidentes escolares por Concelhos no Secundário por ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Anos de Escolaridade ( Secundário )								
CONCELHOS		Total			10º Ano		11º Ano		12º Ano	
		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	n	328	126	202	53	88	47	66	26	48
	%s	1,8	1,5	2,1	1,6	2,5	1,9	2,4	0,9	1,4
	pop	18217	8496	9721	3299	3479	2443	2750	2754	3492
Belmonte	n	4		4		1		2		1
	%s	0,7		1,1		0,7		2,0		0,9
	pop	586	234	352	105	147	75	99	54	106
Castelo Branco	n	125	48	77	23	34	13	28	12	15
	%s	1,9	1,6	2,2	2,0	2,8	1,5	2,9	1,1	1,1
	pop	6638	3072	3566	1149	1219	879	982	1044	1365
Covilhã	n	85	35	50	9	23	18	15	8	12
	%s	1,7	1,4	1,9	0,9	2,4	2,5	2,0	1,0	1,4
	pop	5089	2507	2582	1013	965	729	751	765	866
Fundão	n	25	8	17	4	7	2	6	2	4
	%s	0,9	0,6	1,1	0,8	1,3	0,5	1,3	0,5	0,7
	pop	2828	1275	1553	477	522	391	464	407	567
Idanha-a-Nova	n	4	1	3	1	1				2
	%s	1,8	0,9	2,6	1,7	2,1				5,3
	pop	221	107	114	60	47	16	29	31	38
Mação	n	18	8	10	7	6		2	1	2
	%s	3,2	3,4	3,0	7,9	5,0		2,3	1,2	1,6
	pop	570	238	332	89	121	67	87	82	124
Oleiros	n	11	3	8	2	5	1	2		1
	%s	8,0	5,0	10,4	5,9	11,1	5,3	10,5		7,7
	pop	137	60	77	34	45	19	19	7	13
Penamacor	n	2	1	1	1	1				
	%s	4,9	7,1	3,7	7,1	3,7				
	pop	41	14	27	14	27				
Proença-a-Nova	n	25	11	14	3	6	6	5	2	3
	%s	3,7	3,2	4,1	2,8	4,8	7,2	5,5	1,4	2,4
	pop	679	339	340	108	125	83	91	148	124
Sertã	n	29	11	18	3	4	7	6	1	8
	%s	2,0	1,7	2,3	1,2	1,5	3,8	2,6	0,5	2,8
	pop	1428	650	778	250	261	184	228	216	289
Vila de Rei	n									
	%s									
	pop									
Vila Velha de Ródão	n									
	%s									
	pop									

### 4.2.3 – Sinistralidade nas Escolas

Comparando os dados globais das tabelas por Concelhos com os das Escolas, que iremos analisar, apenas diferem, por serem nestas, proporcionalmente mais elevados.

As flutuações entre sexos foram as mesmas que as já analisadas a nível concelhio, assim como as dos níveis de ensino e anos de escolaridade após o 1º Ciclo.

Nos Concelhos onde existe apenas um estabelecimento de ensino com o 2º/3º Ciclos e Secundário a análise dos resultados coincide nestes três níveis de ensino, apenas nas idades dos 6 aos 13 anos diferem, devido a estar incluído no Concelho todo o 1º Ciclo, cuja percentagem de 1,4% faz baixar a taxa global das Escolas com os outros níveis de ensino.

Assim, a sinistralidade média global de 4,4% das 30 Escolas do Quadro 4.LVI, foi superior em um ponto percentual à média do CAECB (3,4%), por contemplar a totalidade dos alunos de todos os níveis de ensino. Neste primeiro Quadro as Escolas estão dispostas por ordem decrescente de sinistralidade. O rapaz com uma taxa média de 4,5%, foi ligeiramente superior à média e à da rapariga (4,3%). A maioria das Escolas, (60%), isto é 18, situou-se numa taxa global superior à média. Destas, apenas em duas, BI de Vila de Rei e B2/3 João Roiz, o rapaz não teve uma percentagem superior à sua média e, noutras duas, S/3 Faria de Vasconcelos e B2/3 de Silvares a rapariga teve a taxa inferior à sua média. Das 12 Escolas que tiveram uma sinistralidade inferior à média global, na B2/3/S de Mação, o rapaz posicionou-se acima da média e na S/3 de Alcains foi a rapariga.

É ao Concelho da Covilhã que pertencem as duas Escolas que lideram esta lista, - ambas com mais de 10% de sinistralidade -, a B2/3 do Paúl que se posicionou no topo (11,8%) e a B2/3 do Teixoso (10,5%). Nestas duas Escolas o rapaz ultrapassou as próprias médias. A B2/3 da Sertã, a primeira no Concelho da Sertã, foi a terceira (9,5%), na qual o rapaz também passou a fasquia dos 10%, (10,2%), enquanto que na B2/3/S de Oleiros, a quarta escola, (9,1%) no global, foi a rapariga que a ultrapassou (10,7%). A B2/3 João Franco, na quinta posição, foi a primeira no Concelho do Fundão, (9%). A sexta foi a B2 Pêro da Covilhã, - no ano de 1998/99 teve ainda o 8º e 9º ano de escolaridade a funcionar, mas que a partir daí passou a ter apenas o 2º Ciclo, sendo a única escola desta natureza no CAECB -, desceu à fasquia dos 8,3%, mas a rapariga atingiu ainda os 10% (9,9%).

Todas as Básicas Integradas (B.I.) posicionaram-se acima da taxa média de sinistralidade, a de S. Domingos (8,2%), a segunda no Concelho da Covilhã e a de S. Vicente

da Beira, a primeira no Concelho de Castelo Branco que apesar de ter atingido a taxa de 6,9%, foi a que diminuiu mais de sinistralidade ao longo dos três anos lectivos, iniciou com uma média de 11% e acabou com 4%. Estas ocuparam, no geral, o sétimo e o oitavo lugar respectivamente e a BI de Vila de Rei, com a denominação actual de Centro de Portugal, com 4,5%, ficou em décima oitava posição.

**QUADRO 4.LVI – Distribuição dos acidentes escolares por Escolas com taxas de sinistralidade em ordem decrescente e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Totais								
Concelhos	Escolas	H+M			H			M		
		n	p	%s	n	p	%s	n	p	%s
Covilhã	B 2/3 do Paúl	101	856	11,8	52	424	12,3	49	432	11,3
Covilhã	B 2/3 do Teixoso	121	1.151	10,5	66	570	11,6	55	581	9,5
Sertã	B 2/3 Sertã	210	2.219	9,5	106	1.041	10,2	104	1.178	8,8
Oleiros	B 2/3/S Oleiros	98	1.081	9,1	43	567	7,6	55	514	10,7
Fundão	B 2/3 João Franco	145	1.605	9,0	83	886	9,4	62	719	8,6
Covilhã	B 2 Pêro da Covilhã	142	1.723	8,3	62	917	6,8	80	806	9,9
Covilhã	BI de S.Domingos	98	1.173	8,2	63	649	9,7	35	524	6,7
Castelo Branco	BI S.Vicente da Beira	48	688	6,9	31	372	8,3	17	316	5,4
Covilhã	B 2/3 do Tortosendo	73	1.149	6,3	30	569	5,3	43	580	7,4
Fundão	B2/3 Serra da Gardunha	105	1.709	6,1	53	837	6,3	52	872	6,0
Proença-a-Nova	B 2/3/S Proença-a-Nova	123	2.042	6,0	68	1.064	6,4	55	978	5,6
Castelo Branco	B 2/3 Cidade C. Branco	120	2.017	6,0	63	1.091	5,8	57	926	6,2
Covilhã	B 3 da Covilhã	106	1.916	5,6	47	996	4,7	59	920	6,4
Castelo Branco	S/3 F. De Vasconcelos	67	1.380	5,0	38	613	6,2	29	767	3,8
Vila V <sup>a</sup> . Ródão	B2/3 V.Velha de Ródão	20	414	4,8	11	212	5,2	9	202	4,5
Castelo Branco	B2/3 João Roiz (#1ano)	17	379	4,7	9	238	3,8	8	141	5,7
Fundão	B 2/3 Silvares	28	603	4,6	19	316	6,0	9	287	3,1
Vila de Rei	BI de Vila de Rei	39	874	4,5	19	455	4,2	20	419	4,8
Mação	B 2/3/S de Mação	59	1.380	4,3	35	667	5,2	24	713	3,4
Idanha-a-Nova	B2/3/S Idanha-a-Nova#	24	622	3,9	13	309	4,2	11	313	3,5
Penamacor	B 2/3 de Penamacor	37	956	3,8	22	537	4,1	15	419	3,6
Castelo Branco	S/3 de Alcains	56	1.474	3,7	18	702	2,6	38	772	4,9
Covilhã	S/3 Campos Melo	62	2.923	2,1	30	1.492	2,0	32	1.431	2,2
Sertã	Secundária da Sertã	29	1.428	2,0	11	650	1,7	18	778	2,3
Castelo Branco	B 2/3 Afonso de Paiva	49	2.544	1,9	27	1.323	2,0	22	1.221	1,8
Castelo Branco	S/3 Nuno Álvares	58	3.234	1,8	22	1.326	1,7	36	1.908	1,9
Castelo Branco	S/3 Amato Lusitano	53	3.320	1,7	23	1.898	1,2	30	1.422	2,1
Covilhã	S/3 Frei Heitor Pinto	42	2.823	1,5	15	1.372	1,1	27	1.451	1,9
Belmonte	B 2/3/S de Belmonte	28	2.280	1,2	12	1.043	1,2	16	1.237	1,3
Fundão	S/3 do Fundão	40	3.507	1,1	17	1.614	1,1	23	1.893	1,2
Total		2.198	49.470	4,4	1.090	24.750	4,5	1108	24.720	4,3



**QUADRO 4.LVII – Distribuição dos acidentes escolares por Escolas com as percentagens relativas por ordem decrescente e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Totais					
Concelhos	Escolas	H+M		H		M	
		n	%V	n	%V	n	%V
Sertã	B 2/3 Sertã	210	9,6	106	9,6	104	9,5
Fundão	B 2/3 João Franco	145	6,6	83	7,5	62	5,7
Covilhã	B 2 Pêro da Covilhã	142	6,5	62	5,6	80	7,3
Proença-a-Nova	B 2/3/S Proença-a-Nova	123	5,6	68	6,1	55	5,0
Covilhã	B 2/3 do Teixoso	121	5,5	66	6,0	55	5,0
Castelo Branco	B 2/3 Cidade C. Branco	120	5,5	63	5,7	57	5,2
Covilhã	B 3 da Covilhã	106	4,8	47	4,2	59	5,4
Fundão	B2/3 Serra da Gardunha	105	4,8	53	4,8	52	4,8
Covilhã	B 2/3 do Paúl	101	4,6	52	4,7	49	4,5
Oleiros	B 2/3/S Oleiros	98	4,5	43	3,9	55	5,0
Covilhã	BI de S.Domingos	98	4,5	63	5,7	35	3,2
Covilhã	B 2/3 do Tortosendo	73	3,3	30	2,7	43	3,9
Castelo Branco	S/3 F. de Vasconcelos	67	3,0	38	3,4	29	2,7
Covilhã	S/3 Campos Melo	62	2,8	30	2,7	32	2,9
Mação	B 2/3/S de Mação	59	2,7	35	3,2	24	2,2
Castelo Branco	S/3 Nuno Álvares	58	2,6	22	2,0	36	3,3
Castelo Branco	S/3 de Alcains	56	2,5	18	1,6	38	3,5
Castelo Branco	S/3 Amato Lusitano	53	2,4	23	2,1	30	2,8
Castelo Branco	B 2/3 Afonso de Paiva	49	2,2	27	2,4	22	2,0
Castelo Branco	BI S.Vicente da Beira	48	2,2	31	2,8	17	1,6
Covilhã	S/3 Frei Heitor Pinto	42	1,9	15	1,4	27	2,5
Fundão	S/3 do Fundão	40	1,8	17	1,5	23	2,1
Vila de Rei	BI de Vila de Rei	39	1,8	19	1,7	20	1,8
Penamacor	B 2/3 de Penamacor	37	1,7	22	2,0	15	1,4
Sertã	Secundária da Sertã	29	1,3	11	1,0	18	1,7
Fundão	B 2/3 Silvares	28	1,3	19	1,7	9	0,8
Belmonte	B 2/3/S de Belmonte	28	1,3	12	1,1	16	1,5
Vila V <sup>a</sup> . Ródão	B2/3 V.Velha de Ródão	20	0,9	11	1,0	9	0,8
Total		2198	100,0	1108	100,0	1090	100,0

No Quadro 4.LVII as Escolas estão ordenadas por ordem decrescente de frequências relativas de acidentes ocorridos. A B2/3 João Roiz e a B2/3/S de Idanha-a-Nova não constam da lista porque só houve IA num ano lectivo. A B2/3 da Sertã foi a Escola que teve maior número de acidentes e a de Vila Velha de Ródão a que teve menor.

Nos Quadros 4.LVIII, 4.LIX, 4.LX -, os dados apresentados são de taxas de sinistralidade das Escolas por ano lectivo, idade e nível de ensino respectivamente.

Nas Escolas B2/3 João Roiz e B2/3/S de Idanha-a-Nova foi apenas estudado o ano lectivo de 2000/01, porque a primeira começou a funcionar nesse ano e a outra não encontrou os documentos pedidos dos outros dois anos, como foi dito anteriormente.

Nos três anos lectivos estudados as diferenças das taxas médias globais foram praticamente nulas, apenas em 1998/99 se verificou uma ligeira taxa inferior à dos outros anos, que foram iguais. Quanto ao comportamento por sexos, há diferenças: o rapaz começou por ter uma taxa inferior à rapariga e à média, nos dois primeiros anos e em 2000/01 subiu e situou-se acima de ambas, enquanto que a rapariga começou com uma taxa superior ao rapaz e à média, subiu ligeiramente em 1999/00, para depois baixar em 2000/01, ficando com uma taxa inferior ao rapaz e à média. Na S/3 Amato Lusitano, B2 Pêro da Covilhã e B2/3 do Tortosendo, ambos os sexos tiveram um comportamento igual ao do CAECB.

A B2/3 do Paúl foi a que atingiu a taxa média de sinistralidade mais elevada, em que o rapaz teve em 2000/01 o seu pico (14,6%). Em relação à rapariga foi na B2 Pêro da Covilhã em 1999/00 (18%). Nas BI de S.Vicente da Beira e de S. Domingos, na S/3 Faria de Vasconcelos e nas B2/3 do Teixoso e de Silvares o rapaz teve sempre uma sinistralidade superior à rapariga, ao contrário a S/3 Frei Heitor Pinto, a única escola em que a rapariga se posicionou sempre acima do rapaz ao longo dos três anos lectivos. As S/3 de Alcains e S/3 do Fundão só diferiram desta no ano de 1999/00, em que ambos os sexos tiveram a mesma sinistralidade. Neste mesmo ano lectivo, a B3 da Covilhã e B2/3 Cidade de Castelo Branco tiveram taxas iguais tanto para o rapaz como para a rapariga e nas B2/3 Afonso de Paiva e S/3 Campos Melo a rapariga teve uma taxa ligeiramente superior à do rapaz. Na S/3 Nuno Álvares o rapaz começou por ter uma taxa superior à rapariga e nos anos seguintes foi a rapariga que ficou acima do rapaz. Na B2/3 João Franco deu-se o oposto.

Os Concelhos de Castelo Branco e Covilhã englobam oito Escolas cada um e o Fundão quatro. Estas irão ser analisadas separadamente por anos de escolaridade nos Quadros 4.LXI, 4.LXII, 4.LXIII e 4.LXIV porque os Quadros dos Concelhos, anteriormente descritos, referem os totais concelhios por anos de escolaridade e não os parciais das respectivas Escolas que os compõem. No Concelho do Fundão, como só existe uma escola com o ensino secundário, os dados concelhios referentes a este nível de ensino são coincidentes. Relativamente à Sertã, apesar de ter duas Escolas, como estas leccionam níveis de ensino diferentes, os dados do Concelho e das Escolas também coincidem.

**QUADRO 4.LVIII – Distribuição das taxas de sinistralidade por Escolas, ano lectivo e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Centro de Área Educativa de Castelo Branco		Total			Ano Lectivo					
					1998/1999		1999/2000		2000/2001	
Concelhos	ESCOLAS	H+M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total		4,4	4,5	4,4	4,3	4,5	4,3	4,6	4,8	4,1
Belmonte	B 2/3/S de Belmonte	1,2	1,2	1,3	1,7	1,5	0,3	0,7	1,4	1,7
Castelo Branco	B I de S.Vicente da Beira	6,9	8,3	5,4	12,2	10,3	8,1	2,8	4,9	2,9
	B 2/3 Afonso de Paiva	1,9	2,0	1,8	2,5	2,2	2,3	2,4	1,1	0,6
	B 2/3 Cidade Cast. Branco	6,0	5,8	6,2	6,0	7,1	4,6	4,5	6,8	6,9
	B 2/3 João Roiz	4,7	3,8	5,7					3,8	5,7
	S/3 de Alcains	3,7	2,6	4,9	2,6	6,6	4,2	4,2	0,9	3,9
	S/3 Amato Lusitano	1,7	1,2	2,1	0,6	2,1	1,1	2,5	2,0	1,6
	S/3 F. de Vasconcelos	5,0	6,2	3,8	7,0	4,7	5,3	3,2	6,3	3,5
	S/3 Nuno Álvares	1,8	1,7	1,9	1,5	1,4	1,7	2,0	1,8	2,4
Covilhã	B I de S.Domingos	8,2	9,7	6,7	10,3	3,2	8,1	7,0	10,7	9,2
	B 2 Pêro da Covilhã	8,3	6,8	9,9	7,0	9,4	9,3	18,0	3,8	2,8
	B 2/3 do Paúl	11,8	12,3	11,3	11,7	11,3	10,9	8,7	14,6	14,8
	B 2/3 do Teixoso	10,5	11,6	9,5	10,9	9,3	11,8	10,9	12,0	8,1
	B 2/3 do Tortosendo	6,3	5,3	7,4	3,8	10,3	4,5	8,5	7,2	3,2
	B 3 da Covilhã	5,6	4,7	6,4	4,6	9,8	4,6	4,5	4,9	5,1
	S/3 Campos Melo	2,1	2,0	2,2	2,9	2,5	1,0	2,6	2,1	1,6
	S/3 Frei Heitor Pinto	1,5	1,1	1,9	1,5	2,8	1,0	1,5	0,9	1,0
Fundão	B 2/3 João Franco	9,0	9,4	8,6	7,7	10,8	10,1	8,0	10,2	7,3
	B 2/3 Serra da Gardunha	6,1	6,3	6,0	6,2	5,7	3,5	6,0	9,2	6,1
	B 2/3 Silvares	4,6	6,0	3,1	4,5	4,0	8,3	3,0	5,1	2,3
	S/3 do Fundão	1,1	1,1	1,2	0,7	1,0	0,9	0,9	1,8	1,9
Idanha-a-Nova	B 2/3/S de Idanha-a-Nova	3,9	4,2	3,5					4,2	3,5
	Mação	4,3	5,2	3,4	4,0	1,2	5,3	4,7	6,8	4,5
Oleiros	B 2/3/S Oleiros	9,1	7,6	10,7	9,7	9,7	5,4	16,1	7,5	6,4
Penamacor	B 2/3 de Penamacor	3,8	4,1	3,6	2,2	0,7	7,7	5,0	2,3	4,9
Proença-a-Nova	B 2/3/S Proença-a-Nova	6,0	6,4	5,6	6,4	7,5	6,7	5,6	6,1	3,5
Sertã	B 2/3 Sertã	9,5	10,2	8,8	7,0	6,4	11,0	10,7	12,6	9,4
	Secundária da Sertã	2,0	1,7	2,3	0,9	1,4	2,0	1,1	2,1	4,8
Vila de Rei	B I de Vila de Rei	4,5	4,2	4,8	6,2	3,5	4,5	8,0	2,0	2,9
Vila V.de Ródão	B 2/3 V. Velha de Ródão	4,8	5,2	4,5	6,0	4,3	4,8	1,5	4,5	7,6

**QUADRO 4.LIX – Distribuição das taxas de sinistralidade por Escolas, nível de ensino e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Centro de Área Educativa de Castelo Branco		Nível de Ensino									
		Total	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secund.		
Concelhos	Escolas	H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Total		4,4	7,7	4,4	6,9	7,3	5,5	5,2	1,5	2,1	
Belmonte	B 2/3/S de Belmonte	1,2			1,6	0,9	1,4	1,6		1,1	
Castelo Branco	B I de S.Vicente da Beira	6,9	9,1	5,1	6,6	7,1	9,0	4,6			
	B 2/3 Afonso de Paiva	1,9			1,5	1,9	3,1	1,5			
	B 2/3 Cidade Cast. Branco	6,0			8,8	7,2	2,9	5,1			
	B 2/3 João Roiz	4,7			4,2	5,1	3,2	6,3			
	S/3 de Alcains	3,7					3,2	8,6	2,2	3,7	
	S/3 Amato Lusitano	1,7					1,0	2,5	1,3	2,0	
	S/3 F. de Vasconcelos	5,0					8,4	5,6	3,4	2,6	
	S/3 Nuno Álvares	1,8					2,6	3,1	1,2	1,5	
Covilhã	B I de S.Domingos	8,2	10,2	5,6	10,9	6,5	8,3	7,4			
	B 2 Pêro da Covilhã	8,3			6,9	10,7	4,9	1,5			
	B 2/3 do Paúl	11,8			19,2	12,4	9,4	11,0			
	B 2/3 do Teixoso	10,5			11,2	13,9	11,9	7,1			
	B 2/3 do Tortosendo	6,3			5,8	6,5	4,8	8,0			
	B 3 da Covilhã	5,6					4,7	6,4			
	S/3 Campos Melo	2,1					3,3	2,9	1,7	2,1	
	S/3 Frei Heitor Pinto	1,5					1,2	3,2	1,1	1,8	
Fundão	B 2/3 João Franco	9,0			9,0	10,2	9,7	7,3			
	B 2/3 Serra da Gardunha	6,1			8,7	8,6	4,6	4,3			
	B 2/3 Silvares	4,6			2,2	2,9	7,5	3,3			
	S/3 do Fundão	1,1					2,7	1,8	0,6	1,1	
Idanha-a-Nova	B 2/3/S de Idanha-a-Nova	3,9			1,4	5,8	8,3	3,1	0,9	2,6	
	Mação	4,3			6,5	1,9	6,2	4,4	3,4	3,0	
Oleiros	B 2/3/S Oleiros	9,1			11,6	13,5	6,0	9,3	5,0	10,4	
Penamacor	B 2/3 de Penamacor	3,8			2,8	4,8	4,9	2,7	7,1	3,7	
Proença-a-Nova	B 2/3/S Proença-a-Nova	6,0			9,3	9,4	6,9	4,7	3,2	4,1	
	Sertã	9,5			12,2	12,4	8,9	6,7			
	Secundária da Sertã	2,0							1,7	2,3	
Vila de Rei	B I de Vila de Rei	4,5	4,1	3,1	1,0	1,1	6,0	8,3			
Vila V.de Ródão	B 2/3 V. Velha de Ródão	4,8			4,2	2,6	5,7	5,6			

**QUADRO 4.LX- Distribuição das taxas de sinistralidade por Escolas, idade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Idade									
ESCOLAS	Total	6-9		10-11		12-14		15-17		18-21	
	H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	4,5	4,8	2,3	5,9	6,0	6,2	5,7	3,1	3,3	1,4	2,1
B 2/3/S de Belmonte	1,2			1,4		1,4	1,7	1,0	1,5		2,2
B I de S.Vicente da Beira	7,0	7,6	2,8	9,1	6,5	8,3	5,2	9,0	9,1		
B 2/3 Afonso de Paiva	1,9			1,1	1,7	3,4	1,9	2,8	2,8		
B 2/3 Cidade Cast. Branco	6,0			9,4	6,3	3,8	5,1	3,1	13,4		
B 2/3 João Roiz	5,0			4,7	3,4	4,3	10,2				
S/3 de Alcains	3,8					3,0	9,2	2,7	4,0	1,9	3,2
S/3 Amato Lusitano	1,6					0,3	2,3	1,9	2,1	0,6	2,1
S/3 F. de Vasconcelos	4,9					7,3	5,7	6,4	3,4	3,4	2,0
S/3 Nuno Álvares	1,8					2,4	2,8	0,9	1,9	3,1	0,9
B I de S.Domingos	8,4	8,5	4,3	10,3	5,4	7,5	8,3	21,0	10,8		
B 2 Pêro da Covilhã	8,2		1,4	6,9	9,8	6,9	13,0	22,6	5,0		
B 2/3 do Paúl	11,8			21,1	11,2	10,4	10,6	12,4	15,4		
B 2/3 do Teixoso	10,5			9,7	12,0	13,1	8,3	9,5	9,3	50,0	
B 2/3 do Tortosendo	6,4			4,4	6,5	6,4	5,5	3,9	16,9		
B 3 da Covilhã	5,5					4,9	5,8	4,6	9,2	9,1	25,0
S/3 Campos Melo	2,2					3,7	1,7	1,6	2,3	2,1	2,5
S/3 Frei Heitor Pinto	1,5						2,9	1,3	1,7	1,0	2,3
B 2/3 João Franco	9,0			6,7	8,0	12,0	10,7	7,6	3,4		
B 2/3 Serra da Gardunha	6,2			8,9	7,9	6,4	5,1	2,6	5,7		
B 2/3 Silvares	4,7			1,6	3,5	7,1	3,5	7,4			
S/3 do Fundão	1,2					2,4	1,5	1,2	1,3	0,2	1,0
B 2/3/S de Idanha-a-Nova	3,9				4,1	8,2	4,7	3,9	2,1		3,0
B 2/3/S de Mação	4,3	16,7		5,1	1,1	6,1	4,3	5,4	4,7	3,0	
B 2/3/S Oleiros	9,1			6,6	9,7	9,8	10,5	5,2	11,2	6,3	15,0
B 2/3 de Penamacor	3,9			2,6	5,0	4,5	3,0	4,6	3,9	25,0	
B 2/3/S Proença-a-Nova	6,1			6,3	6,6	10,6	6,8	4,0	4,7	0,8	2,3
B 2/3 Sertã	9,5			11,0	10,8	10,7	7,9	7,7	8,6	10,0	
Secundária da Sertã	2,0							1,6	1,9	2,2	3,7
B I de Vila de Rei	4,5	4,4	2,7		2,2	6,5	6,7	3,2	13,3		
B 2/3 V. Velha de Ródão	4,8			5,0	1,8	6,9	5,2	3,0	7,1		

No Concelho de Castelo Branco, depois da BI de S. Vicente da Beira, a B 2/3 Cidade de Castelo Branco foi a segunda em sinistralidade (6%) e a S/3 Faria de Vasconcelos a terceira (5%). A B 2/3 João Roiz, no primeiro ano lectivo em que funcionou, teve uma taxa de 4,7%. Em quinto lugar ficou a S/3 de Alcains com 3,7% e as outras três restantes respectivamente em sexto, sétimo e oitavo lugar, quase que se igualaram, a B2/3 Afonso de Paiva (1,9%) e as S/3 Nun'Álvares (1,8%) e Amato Lusitano, esta com a menor taxa (1,7%).

No Concelho da Covilhã depois das B 2/3 do Paúl e Teixoso, a terceira em taxa de sinistralidade foi a B 2 Pêro da Covilhã (8,3%), seguida da BI de S.Domingos, quase com a mesma taxa (8,2%). A B 2/3 do Tortosendo ficou nos 6,3% em quinto lugar e em sexto a B 3 da Covilhã (5,6%). Por fim, as S/3 Campos Melo (2,1%) e Frei Heitor Pinto (1,5%).

No Concelho do Fundão a que teve maior taxa foi a B 2/3 João Franco (9%), seguida da B 2/3 Serra da Gardunha (6,1%) e em terceiro lugar a B 2/3 de Silvares (4,6%). A última e a que teve a sinistralidade mais baixa destes três Concelhos a S/3 do Fundão (1,1%).

**QUADRO 4.LXI – Distribuição das taxas de sinistralidade no 1º Ciclo nas Escolas B.I. por ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Centro de Área Educativa de Castelo Branco		Anos de escolaridade ( 1º Ciclo nas E.B.I.)										
		Total			1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano	
Concelhos	Escolas	H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Média total no 1º Ciclo nas B. Integradas		6,3	7,7	4,4	10,0		5,2	3,2	6,4	6,5	9,6	6,4
Covilhã	BI S. Domingos	8,4	10,2	5,6	14,3		8,9	3,1	9,8	11,8	9,1	5,1
Castelo Branco	BI S. Vicente da Beira	7,4	9,1	5,1	12,5		7,1		7,4	10,0	9,7	8,0
Vila de Rei	BI de Vila de Rei	3,6	4,1	3,1	3,2			4,5	2,1		10,0	6,7

A EBI de S. Domingos teve uma taxa 6 vezes maior que a taxa do 1º Ciclo ao nível concelhio (8,4%), seguida da de S. Vicente da Beira (7,4%), com 5 vezes mais e, por último, a de Vila de Rei com mais 2 vezes e meia. A sinistralidade foi subindo do 1º ao 4º ano, atingindo a média de 8%. A rapariga não teve qualquer acidente no 1º ano de escolaridade, mas o rapaz atingiu logo 10%, em média. Na BI de Vila de Rei verificou-se a taxa mais baixa (3,2%) e em S. Domingos obteve-se a mais elevada (14,3%), seguida de S. Vicente da Beira, a segunda (12,5%). No 2º ano o rapaz continuou a ter a maior taxa, apesar de em Vila de Rei não ter sofrido lesões, ao contrário da rapariga. Esta situação inverteu-se em S. Vicente da Beira onde só o rapaz foi sinistrado. Em S. Domingos sofreram ambos acidentes. O rapaz desceu no 2º ano, mas ao não parar de subir nos anos de escolaridade seguintes, atingiu no

4º ano aproximadamente a percentagem inicial (9,6%). A rapariga subiu no 3º ano, superando numa décima o rapaz e praticamente estacionou no 4º ano com 6,4%.

No Quadro 4.LXII em relação à média do 2º Ciclo do CAECB (7,1%), o Concelho de Castelo Branco teve a menor taxa de sinistralidade média (4,2%), seguida do Fundão (8,3%) e, por fim, do da Covilhã (9,4%), com a maior.

No Concelho de Castelo Branco a B2/3 Cidade de Castelo Branco foi a que teve maior sinistralidade média (8,1%) no 2º Ciclo, sendo maior no rapaz do que na rapariga, ao contrário das outras, em que a rapariga excedeu o rapaz. Foi no 5º ano desta escola que o rapaz atingiu a maior sinistralidade (11,4%) e foi no 6º ano da BI de S. Vicente da Beira que a rapariga a excedeu (12,2%). A Escola que teve a sinistralidade média mais baixa foi a B2/3 Afonso de Paiva, (1,7%). A B2/3 João Roiz, apenas em 2000/01, atingiu logo e só no 5º ano, os (4,5%). Nesta Escola e na Afonso de Paiva, no 5º ano, a rapariga superou o rapaz, ao contrário das outras duas Escolas. No 6º ano só na Afonso de Paiva é que o rapaz teve uma ligeira diferença, para mais, do que a rapariga. Nas outras duas inverteu-se o cenário.

**QUADRO 4.LXII – Distribuição das taxas de sinistralidade por Escolas com 2º Ciclo, por ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Centro de Área Educativa de Castelo Branco		Ano de Escolaridade ( 2º Ciclo )							
		Total			5º Ano		6º Ano		
Concelhos	Escolas	H+M	H	M	H	M	H	M	
Média total no 2º Ciclo		7,1	6,9	7,3	6,8	7,4	6,9	7,1	
Castelo Branco	B 2/3 Cidade Cast. Branco	8,1	8,8	7,2	11,4	6,2	6,1	8,4	
	B I de S.Vicente da Beira	6,8	6,6	7,1	7,7	2,3	5,6	12,2	
	B 2/3 João Roiz	4,5	4,2	5,1	4,2	5,1			
	B 2/3 Afonso de Paiva	1,7	1,5	1,9	1,4	2,4	1,6	1,5	
Total		4,2	4,4	4,1	5,3	4,0	3,3	4,2	
Covilhã	B 2/3 do Paúl	16,0	19,2	12,4	20,6	10,9	17,5	13,8	
	B 2/3 do Teixoso	12,4	11,2	13,9	10,4	9,3	11,9	18,1	
	B I de S.Domingos	8,9	10,9	6,5	10,8	5,6	10,9	7,4	
	B 2 Pêro da Covilhã	8,7	6,9	10,7	5,5	12,0	8,5	9,3	
	B 2/3 do Tortosendo	6,1	5,8	6,5	4,1	8,7	7,8	4,3	
Total		9,4	8,8	10,1	7,7	10,3	9,9	9,9	
Fundão	B 2/3 João Franco	9,5	9,0	10,2	11,2	11,8	7,0	8,6	
	B 2/3 Serra da Gardunha	8,7	8,7	8,6	8,4	9,0	9,2	8,1	
	B 2/3 Silvares	2,6	2,2	2,9	2,1	2,2	2,4	3,3	
Total		8,3	8,2	8,5	8,9	9,4	7,4	7,6	

No Concelho da Covilhã, ao nível do 2º Ciclo a taxa média de sinistralidade foi maior na rapariga do que no rapaz e foi igual no 5º e no 6º ano. Foi a B2/3 do Paúl que atingiu a maior média (16%), sempre maior no rapaz do que na rapariga e com igual média no 5º e 6º anos, mas enquanto o rapaz desceu da maior taxa que se verificou no 2º Ciclo (20%) para (17,5%), a rapariga subiu de (10%) para (13,8%). Esta tendência dos sexos verificou-se também na BI de S. Domingos. Em todas as outras deu-se o contrário. A B2/3 do Teixoso foi a segunda (12,4%), no global, em que a rapariga, no 6º ano atingiu o pico (18%). Excepto a B2/3 do Tortosendo, que teve a menor taxa do Concelho, todas as outras apresentaram maior taxa média no 6º do que no 5º ano.

Ao contrário da Covilhã e igual a Castelo Branco, foi na própria cidade do Fundão que se localizaram as Escolas com maior sinistralidade no 2º Ciclo. No 5º e 6º anos a rapariga, no geral, posicionou-se sempre acima do rapaz, excepto na B2/3 da Serra da Gardunha em que ocorreu o contrário, no 6º ano. A B2/3 João Franco foi a escola do Concelho do Fundão com maiores problemas de sinistralidade, (9,5%), superior no 5º em relação ao 6º ano e, neste, ficou abaixo da Serra da Gardunha. Ao contrário da B2/3 de Silvares, que teve uma ligeira diferença superior no 6º em relação ao 5º ano.

Em relação a todo o 3º Ciclo do Quadro 4.LXIII, foi a B2/3 do Paúl, do Concelho da Covilhã, que teve a maior taxa na rapariga e no 7º ano, (16,8%), superando a que se verificou ao nível concelhio em Vila de Rei. A BI de S. Vicente da Beira, do Concelho de Castelo Branco, teve no rapaz, no 9º ano, (20%). A regra geral de o rapaz do 3º Ciclo ter uma taxa superior à rapariga foi apenas seguida na B2/3 do Teixoso em todos os anos de escolaridade. No global, a mesma regra aconteceu na BI de S. Vicente da Beira, B2/3 Afonso de Paiva, em todas as do Concelho do Fundão, na BI de S. Domingos, B2 Pêro da Covilhã, B2/3 do Teixoso, assim como na S/3 Campos Melo. Nas demais Escolas com 3º Ciclo, a rapariga teve uma taxa superior ao rapaz. Destes três Concelhos o que teve maior sinistralidade média foi o da Covilhã (6,6%), seguido do Fundão (5,3%), igual à média do CAECB e por fim Castelo Branco com (3,9%).

Relativamente ao Secundário, no Quadro 4.LXIV, a Escola que teve a média global mais elevada, nestes três Concelhos, foi a S/3 de Alcains, que também teve a maior na rapariga, (7,9%), no 11º ano, em muito superior à média. A que teve a mais baixa foi a S/3



Nuno Álvares, que por sua vez, deteve a mais baixa no rapaz, (0,3%), bem inferior à média. A maior taxa ocorrida no rapaz foi na S/3 Faria de Vasconcelos (4,3%), que contrariou a regra geral da rapariga, ter uma sinistralidade superior ao rapaz no secundário. Apenas a S/3 Frei Heitor Pinto seguiu a regra geral da sinistralidade em ambos os sexos e em todos os anos de escolaridade. O Concelho de Castelo Branco ficou com uma sinistralidade média superior ao da Covilhã e à média global e no Fundão a taxa global foi a mais baixa dos três.

**QUADRO 4.LXIII – Distribuição das taxas de sinistralidade em ordem decrescente por Escolas com 3º Ciclo, ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Centro de Área Educativa de Castelo Branco		Anos de Escolaridade ( 3º Ciclo )									
		Total			7º Ano		8º Ano		9º Ano		
Concelhos	Escolas	H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Média total no 3º Ciclo		5,3	5,5	5,2	6,5	5,2	5,6	5,4	4,2	5,0	
Castelo Branco	S/3 F. de Vasconcelos	7,1	8,4	5,6	11,0	7,0	9,6	3,5	4,3	5,7	
	B I de S.Vicente da Beira	6,8	9,0	4,6	6,5	3,6	3,7	4,0	20,0	6,5	
	S/3 de Alcains	5,5	3,2	8,6	4,2	6,5	2,1	9,3	3,6	9,4	
	B 2/3 João Roiz	4,5	3,2	6,3	3,2	6,3					
	B 2/3 Cidade Cast. Branco	3,9	2,9	5,1	2,0	4,2	4,5	7,9	2,0	3,3	
	S/3 Nuno Álvares	2,8	2,6	3,1	0,9	1,6	4,7	4,3	1,7	2,8	
	B 2/3 Afonso de Paiva	2,4	3,1	1,5	2,7	1,7	5,1		2,0	2,6	
	S/3 Amato Lusitano	1,6	1,0	2,5		1,0	0,7	2,5	1,9	4,0	
Total		3,9	3,7	4,1	3,6	3,6	4,3	4,3	3,2	4,3	
Covilhã	B 2/3 do Paúl	10,2	9,4	11,0	11,7	16,8	9,6	8,1	6,6	7,9	
	B 2/3 do Teixoso	9,4	11,9	7,1	13,5	7,9	13,5	6,4	8,0	7,0	
	B I de S.Domingos	7,9	8,3	7,4	5,2	5,6	14,6	6,5	2,0	12,5	
	B 2/3 do Tortosendo	6,5	4,8	8,0	2,0	8,7	6,2	5,0	6,3	10,4	
	B 3 da Covilhã	5,5	4,7	6,4	4,8	5,3	4,4	5,4	4,9	8,5	
	B 2 Pêro da Covilhã	3,3	4,9	1,5			2,6	2,4	7,0		
	S/3 Campos Melo	3,1	3,3	2,9	6,0	5,1	3,8	1,6	0,9	2,4	
	S/3 Frei Heitor Pinto	2,2	1,2	3,2			5,3	7,1		2,5	
Total		6,6	6,3	6,9	6,6	7,6	7,4	5,5	4,6	7,3	
Fundão	B 2/3 João Franco	8,6	9,7	7,3	9,6	6,7	12,2	8,5	6,1	6,8	
	B 2/3 Silvares	5,6	7,5	3,3	15,7	1,4	3,3	7,0	4,5	1,8	
	B 2/3 Serra da Gardunha	4,4	4,6	4,3	4,2	4,2	6,7	5,3	2,6	3,3	
	S/3 do Fundão	2,2	2,7	1,8	3,0		1,9	2,8	3,0	2,2	
Total		5,3	6,2	4,4	7,5	3,8	6,9	5,8	3,9	3,7	

**QUADRO 4.LXIV - Distribuição das taxas de sinistralidade em ordem decrescente por Escolas com Secundário, por ano de escolaridade e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Centro de Área Educativa de Castelo Branco		Anos de Escolaridade ( Secundário )									
		Total			10º Ano		11º Ano		12º Ano		
Concelhos	Escolas	H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Média total no Secundário		1,8	1,5	2,1	1,6	2,5	1,9	2,4	0,9	1,4	
Castelo Branco	S/3 de Alcains	3,1	2,2	3,7	3,3	3,5	0,8	7,9	2,2	1,4	
	S/3 F. de Vasconcelos	2,9	3,4	2,6	4,3	2,6	3,8	3,2	1,4	2,1	
	S/3 Amato Lusitano	1,6	1,3	2,0	2,0	3,6	1,3	1,1	0,5	1,3	
	S/3 Nuno Álvares	1,4	1,2	1,5	0,3	1,9	1,5	2,3	1,8	0,4	
Total		1,9	1,6	2,2	2,0	2,8	1,5	2,9	1,1	1,1	
Covilhã	S/3 Campos Melo	1,9	1,7	2,1	0,4	2,3	3,7	1,7	1,8	2,3	
	S/3 Frei Heitor Pinto	1,4	1,1	1,8	1,4	2,5	1,5	2,3	0,3	0,5	
Total		1,7	1,4	1,9	0,9	2,4	2,5	2,0	1,0	1,4	
Fundão	S/3 do Fundão	0,9	0,6	1,1	0,8	1,3	0,5	1,3	0,5	0,7	

Nos Apêndices (AP.16) (AP.17) (AP.18) poder-se-á consultar toda a perspectiva da sinistralidade nas Escolas e Concelhos.

#### 4.2.4 – Sinistralidade por Períodos lectivos

Em geral verificaram-se mais acidentes no segundo período de aulas (38,2%), seguido do primeiro (35,3%) e por fim do terceiro (26,4%). O rapaz sofreu mais acidentes no primeiro e terceiro períodos e a rapariga no segundo - Quadro 4.LXV.

Esta tendência verifica-se no 2º e 3º Ciclos, mas no 1º Ciclo o rapaz teve maior sinistralidade no 1º período e foi decrescendo ao longo do ano, mas a rapariga ultrapassou o rapaz ligeiramente no segundo período e nitidamente no terceiro. No Secundário, inverte-se a regra geral no primeiro e segundo período e segue-a no terceiro período.

O mês em que houve mais acidentes foi Março, Quadro 4.LXVI, tendo a rapariga maior percentagem do que no rapaz. O segundo foi Outubro praticamente equiparado ao de Maio. Seguem-se Janeiro, Fevereiro e Novembro, que se equiparam e por fim, sempre por ordem decrescente, os meses com menos dias lectivos, Junho, Dezembro, Abril e Setembro.

**QUADRO 4.LXV - Frequência dos acidentes escolares nos períodos lectivos por sexo e nível de ensino, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE.de Castelo Branco		Níveis de Ensino										
		Total			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário	
Meses Lectivos		H+M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Setembro	n	107	66	41	21	7	21	17	22	15	2	2
	%v	4,3	5,0	3,4	8,9	5,7	5,1	4,4	4,1	3,1	1,6	1,0
Outubro	n	332	182	150	33	21	59	45	78	61	12	23
	%v	13,3	13,9	12,5	14,0	17,1	14,3	11,6	14,6	12,6	9,5	11,4
Novembro	n	294	133	161	27	14	37	48	54	57	15	42
	%v	11,7	10,2	13,5	11,5	11,4	9,0	12,4	10,1	11,8	11,9	20,8
Dezembro	n	152	87	65	19	7	28	16	30	28	10	14
	%v	6,1	6,7	5,4	8,1	5,7	6,8	4,1	5,6	5,8	7,9	6,9
Total 1º Período	n	885	468	417	100	49	145	126	184	161	39	81
	%v	35,3	35,8	34,8	42,6	39,8	35,2	32,5	34,5	33,3	31,0	40,1
Janeiro	n	315	155	160	20	8	51	64	73	61	11	27
	%v	12,6	11,9	13,4	8,5	6,5	12,4	16,5	13,7	12,6	8,7	13,4
Fevereiro	n	295	160	135	26	8	45	30	62	70	27	27
	%v	11,8	12,2	11,3	11,1	6,5	10,9	7,7	11,6	14,5	21,4	13,4
Março	n	347	171	176	26	22	59	64	71	64	15	26
	%v	13,9	13,1	14,7	11,1	17,9	14,3	16,5	13,3	13,2	11,9	12,9
Total 2º Período	n	957	486	471	72	38	155	158	206	195	53	80
	%v	38,2	37,2	39,3	30,6	30,9	37,6	40,7	38,6	40,3	42,1	39,6
Abril	n	145	72	73	15	14	18	25	27	20	12	14
	%v	5,8	5,5	6,1	6,4	11,4	4,4	6,4	5,1	4,1	9,5	6,9
Maio	n	331	176	155	30	13	53	48	74	69	19	25
	%v	13,2	13,5	12,9	12,8	10,6	12,9	12,4	13,9	14,3	15,1	12,4
Junho	n	186	105	81	18	9	41	31	43	39	3	2
	%v	7,4	8,0	6,8	7,7	7,3	10,0	8,0	8,1	8,1	2,4	1,0
Total 3º Período	n	662	353	309	63	36	112	104	144	128	34	41
	%v	26,4	27,0	25,8	26,8	29,3	27,2	26,8	27,0	26,4	27,0	20,3
Total	n	2504	1307	1197	235	123	412	388	534	484	126	202
	%h	100,0	52,2	47,8	18,0	10,3	31,5	32,4	40,9	40,4	9,6	16,9

**QUADRO 4.LXVI - Frequência dos acidentes escolares no CAECB por meses lectivos e sexo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

Total de percentagens por ordem decrescente							
Meses lectivos	H+M	H	M	Meses lectivos	H+M	H	M
Março	13,9	13,1	14,7	Novembro	11,7	10,2	13,5
Outubro	13,3	13,9	12,5	Junho	7,4	8,0	6,8
Maio	13,2	13,5	12,9	Dezembro	6,1	6,7	5,4
Janeiro	12,6	11,9	13,4	Abril	5,8	5,5	6,1
Fevereiro	11,8	12,2	11,3	Setembro	4,3	5,0	3,4

#### 4.2.5 – Encaminhamento para Unidades de Saúde

Os alunos sinistrados são encaminhados em 61% para os Hospitais e a seguir em 33,6% para os Centros de Saúde. Verifica-se que à medida que aumenta o nível de ensino o Hospital é mais procurado. Em todo o caso, de Setembro de 1998 a Junho de 2001, o encaminhamento do aluno para o Hospital foi decrescendo a favor do Centro de Saúde. Os dados apresentados não são por sexo por ser irrelevante a variável neste item - Quadro 4.LXVII.

**QUADRO 4.LXVII - Distribuição dos acidentes escolares por Unidades de Saúde, nível de ensino e ano lectivo, de Setembro de 1998 a Junho de 2001**

CAE de Castelo Branco		Ano Lectivo														
		1998/1999					1999/2000					2000/2001				
		Nível de ensino				total	Nível de ensino				total	Nível de ensino				total
Unidades de Saúde	Total	1°C	2°C	3°C	S.		1°C	2°C	3°C	S.		1°C	2°C	3°C	S.	
	N %v	n %v	n %v	n %v	n %v	n %v	n %v	n %v	n %v	n %v	N %v	n %v	n %v	n %v	n %v	
Hospital	1.899 61,1	69 61,1	207 79,0	284 82,1	97 87,4	657 79,0	70 63,1	216 76,3	253 76,9	94 83,9	633 75,8	83 61,9	194 76,1	253 73,8	79 75,2	609 72,8
Centro de Saúde	575 33,6	38 33,6	51 19,5	61 17,6	14 12,6	164 19,7	34 30,6	67 23,7	74 22,5	18 16,1	193 23,1	45 33,6	61 23,9	86 25,1	26 24,8	218 26,0
Clínica Particular	5 0,9	1 0,9				1 0,1	2 1,8				2 0,2	2 1,5				2 0,2
Médico Particular	10 1,8	2 1,8	2 0,8			4 0,5	3 2,7				3 0,4	1 0,7	2 0,6			3 0,4
Outro	15 2,7	3 2,7	2 0,8	1 0,3		6 0,7	2 1,8	2 0,6			4 0,5	3 2,2	2 0,6			5 0,6
Total e %h	2.504 100,0	113 100,0	262 100,0	346 100,0	111 100,0	832 33,2	111 100,0	283 100,0	329 100,0	112 100,0	835 33,3	134 100,0	255 100,0	343 100,0	105 100,0	837 33,4

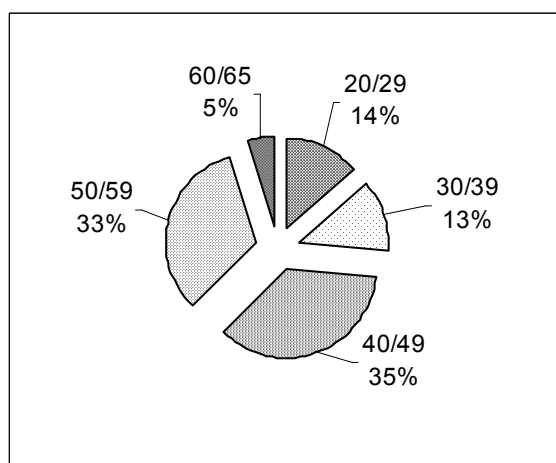
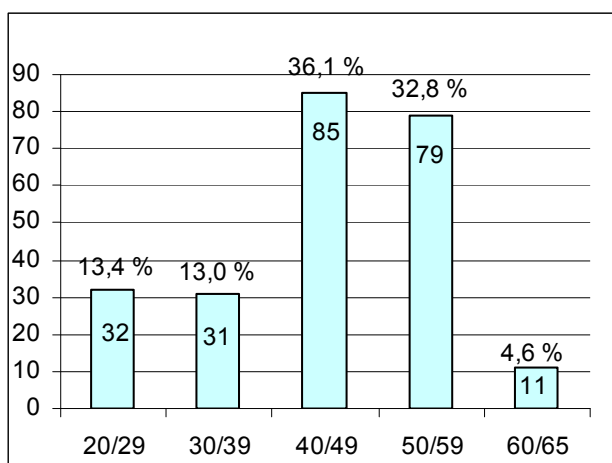
### 4.3 – Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado

#### Questão A.1 - Distribuição dos Funcionários que trabalham com o Seguro Escolar (FSE) por grupos etários e CAE, em 2002

QUADRO 4.LXVIII	IDADE (em anos)											
	20-29		30-39		40-49		50-59		60-69		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	7	14,3	7	14,3	22	44,9	11	22,4	2	4,1	49	100,0
C.BRANCO	5	16,7	4	13,3	11	36,7	10	33,3	0	0,0	30	100,0
COIMBRA	8	14,5	3	5,5	23	41,8	16	29,1	5	9,1	55	100,0
GUARDA	1	3,4	5	17,2	8	27,6	13	44,8	2	6,9	29	100,0
LEIRIA	4	11,1	4	11,1	14	38,9	14	38,9	0	0,0	36	100,0
UISEU	7	17,9	8	20,5	8	20,5	14	35,9	2	5,1	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>32</b>	<b>13,4</b>	<b>31</b>	<b>13,0</b>	<b>86</b>	<b>36,1</b>	<b>78</b>	<b>32,8</b>	<b>11</b>	<b>4,6</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

A idade dos Funcionários que trabalham nas Escolas no sector do Seguro Escolar (FSE) situa-se sobretudo entre os 40 e os 60 anos, somando 69% do total dos efectivos. Viseu é o CAE que tem mais FSE com idades inferiores a 40 anos (38%) e Coimbra é o que tem menos (20%). A Guarda tem mais de metade dos FSE com mais de 49 anos (51,7%), e Aveiro é o que tem menos (26,5%).

#### TOTAIS da DREC: - Figura N°1

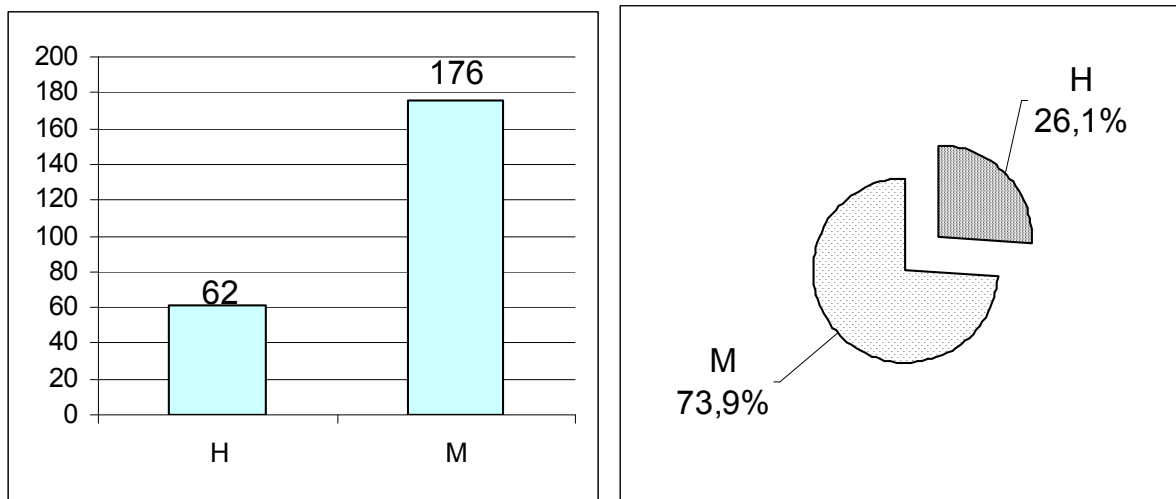


**Questão A.2 - Distribuição dos Funcionários que trabalham com o SE por Sexo e CAE em 2002**

QUADRO 4.LXIX	SEXO					
	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	9	18,4	40	81,6	49	100,0
C.BRANCO	9	30,0	21	70,0	30	100,0
COIMBRA	10	18,2	45	81,8	55	100,0
GUARDA	10	34,5	19	65,5	29	100,0
LEIRIA	11	30,6	25	69,4	36	100,0
WISEU	13	33,3	26	66,7	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>62</b>	<b>26,1</b>	<b>176</b>	<b>73,9</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Nas Escolas da Região Centro o trabalho do sector do Seguro Escolar é executado numa grande maioria por técnicos do sexo feminino (74%), isto é, numa proporção H/M de 1:4. Esta realidade não é comum em todos os CAE da DREC. Em Aveiro e Coimbra a proporção é de 1:5, e nos restantes é de 1:3, sendo o da Guarda o que tem mais homens e o de Coimbra o que tem menos.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 2**

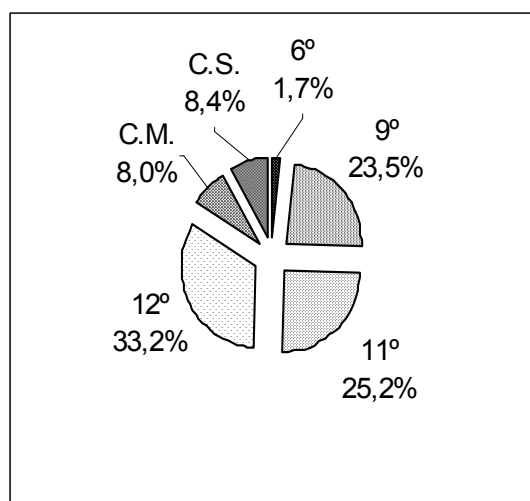
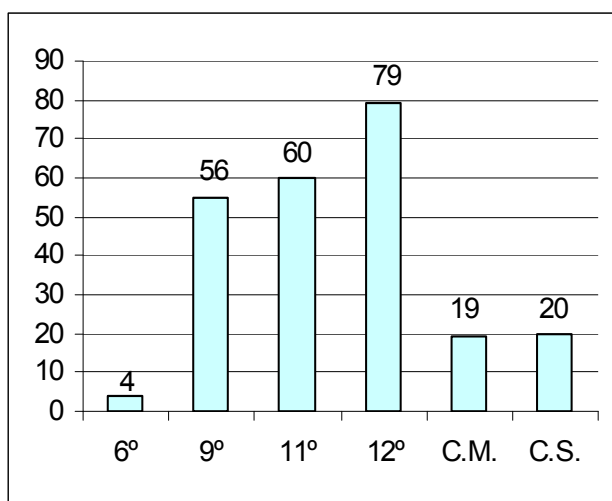


**Questão A.3 - Distribuição dos FSE por nível de escolaridade e CAE em 2002**

QUADRO 4.LXX	FORMAÇÃO ACADÉMICA													
	2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário				Bacharelato / C.		Licenciatura / C.		Total	
	6º Ano		9º Ano		11º Ano		12º Ano		Médio		Superior			
CAE	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
AVEIRO	1	2,0	12	24,5	13	26,5	15	30,6	3	6,1	5	10,2	49	100,0
C.BRANCO	1	3,3	2	6,7	12	40,0	11	36,7	2	6,7	2	6,7	30	100,0
COIMBRA	0	0,0	13	23,6	12	21,8	17	30,9	8	14,5	5	9,1	55	100,0
GUARDA	0	0,0	8	27,6	7	24,1	9	31,0	1	3,4	4	13,8	29	100,0
LEIRIA	0	0,0	12	33,3	8	22,2	13	36,1	2	5,6	1	2,8	36	100,0
UISEU	2	5,1	9	23,1	8	20,5	14	35,9	3	7,7	3	7,7	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>4</b>	<b>1,7</b>	<b>56</b>	<b>23,5</b>	<b>60</b>	<b>25,2</b>	<b>79</b>	<b>33,2</b>	<b>19</b>	<b>8,0</b>	<b>20</b>	<b>8,4</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Os funcionários que executam as tarefas de Seguro Escolar têm como nível de escolaridade o 12º ano em maioria, mas há também um grande número com o 11º ano. Isto é, há 59% dos efectivos que têm o ensino secundário. É o sector do pessoal não docente das Escolas que tem em média mais formação académica.

**TOTAIS da DREC: - Figura N° 3**



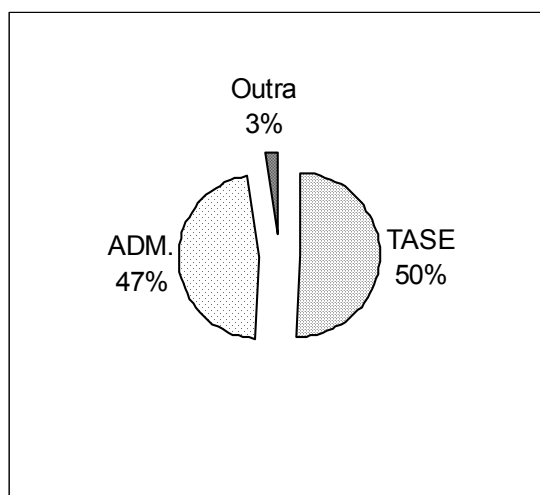
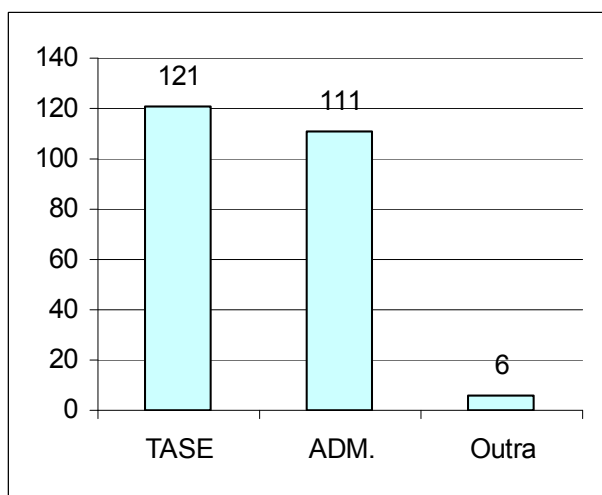
**Questão A.4 - Distribuição dos FSE por tipo de carreira profissional e CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXI	CARREIRA PROFISSIONAL							
	TASE		A. Administrativo		Outra		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	20	40,8	27	55,1	2	4,1	49	100,0
C.BRANCO	19	63,3	11	36,7	0	0,0	30	100,0
COIMBRA	24	43,6	27	49,1	4	7,3	55	100,0
GUARDA	18	62,1	11	37,9	0	0,0	29	100,0
LEIRIA	20	55,6	16	44,4	0	0,0	36	100,0
VISEU	20	51,3	19	48,7	0	0,0	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>121</b>	<b>50,8</b>	<b>111</b>	<b>46,6</b>	<b>6</b>	<b>2,5</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Os funcionários que trabalham com a área do Seguro Escolar, pouco mais de metade 50,8% são da carreira de Técnico Profissional de Ação Social Escolar e 46,6% pertencem à carreira de Assistente Administrativo.

No CAE de Aveiro e Coimbra esta situação está invertida, há uma maior percentagem de Administrativos a trabalhar com o Seguro Escolar e também há profissionais de outras carreiras.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 4**



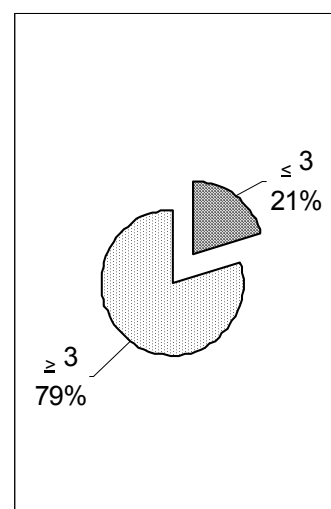
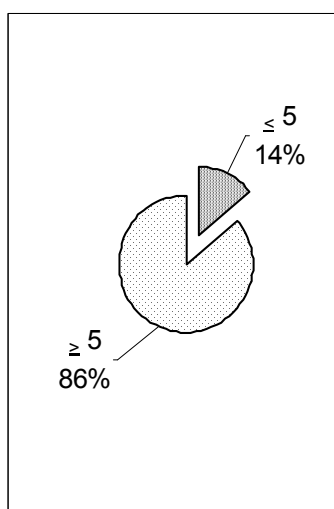
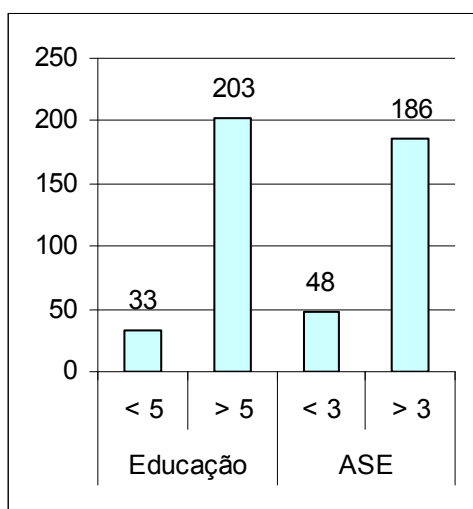


**Questão A.5 - Anos de serviço na Educação e em ASE dos FSE nas Escolas, por CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXII  CAE	EDUCAÇÃO						ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR					
	≤ de 5 anos		≥ de 5 anos		Total		≤ de 3 anos		≥ de 3 anos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	6	12,8	41	87,2	47	100,0	10	21,7	36	78,3	46	100,0
C.BRANCO	5	16,7	25	83,3	30	100,0	8	26,7	22	73,3	30	100,0
COIMBRA	5	9,1	50	90,9	55	100,0	10	18,2	45	81,8	55	100,0
GUARDA	2	6,9	27	93,1	29	100,0	2	7,1	26	92,9	28	100,0
LEIRIA	5	13,9	31	86,1	36	100,0	7	19,4	29	80,6	36	100,0
VISEU	10	25,6	29	74,4	39	100,0	11	28,2	28	71,8	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>33</b>	<b>14,0</b>	<b>203</b>	<b>86,0</b>	<b>236</b>	<b>100,0</b>	<b>48</b>	<b>20,5</b>	<b>186</b>	<b>79,5</b>	<b>234</b>	<b>100,0</b>

Quase 80% dos funcionários que trabalham nas Escolas em ASE têm mais de 3 anos de experiência nesta área e destes, 86% trabalham há mais de 5 anos na educação.

**TOTAIS da DREC: - Figura N° 5**

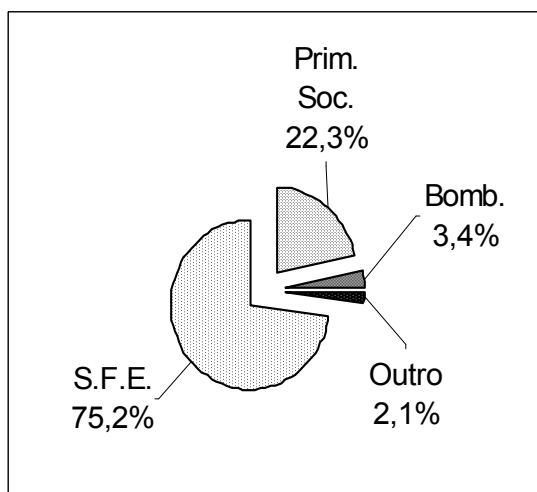
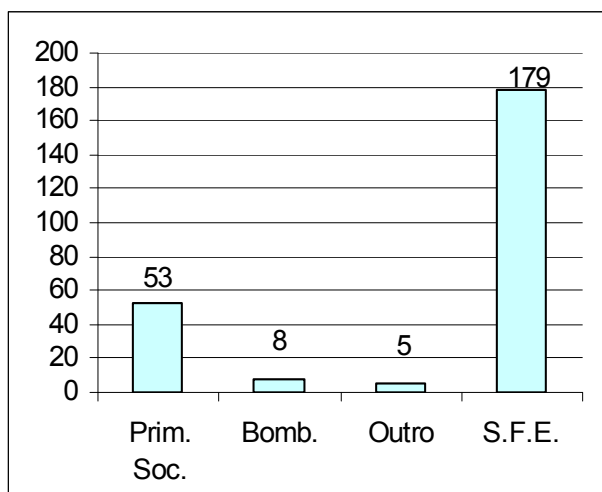


**Questão A.6 – Formação Específica em Primeiros Socorros dos FSE nas Escolas por CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXIII	FORMAÇÃO ESPECÍFICA										
	CAE	P. Socorros		Bombeiro		Outro		S/R		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	11	22,4	0	0,0	1	2,0	37	75,5	49	100,0	
C.BRANCO	7	23,3	4	13,3	1	3,3	21	70,0	30	100,0	
COIMBRA	9	16,4	2	3,6	1	1,8	44	80,0	55	100,0	
GUARDA	5	17,2	0	0,0	1	3,4	23	79,3	29	100,0	
LEIRIA	12	33,3	2	5,6	1	2,8	24	66,7	36	100,0	
VISEU	9	23,1	0	0,0	0	0,0	30	76,9	39	100,0	
<b>Total DREC</b>	<b>53</b>	<b>22,3</b>	<b>8</b>	<b>3,4</b>	<b>5</b>	<b>2,1</b>	<b>179</b>	<b>75,2</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>	

Na DREC 27,8% dos FSE é que detêm formação específica para o desempenho do trabalho da primeira assistência ao aluno acidentado. Houve 75,2% de funcionários que não responderam. Leiria é o CAE em cujas Escolas há mais funcionários com esta formação e Coimbra é a que tem menos.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 6**

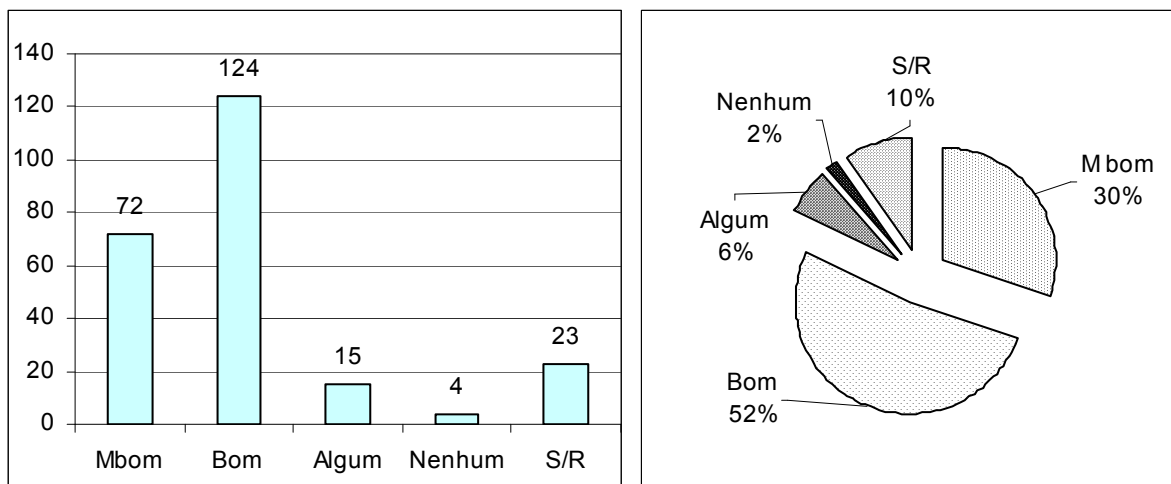


**Questão A.7 - Grau de Satisfação dos FSE nas funções de Seguro Escolar por CAE e DREC em 2002**

CAE	GRAU de SATISFAÇÃO PESSOAL											
	Muito Bom		Bom		Algum		Nenhum		S/R		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	13	26,5	28	57,1	5	10,2	0	0,0	3	6,1	49	100,0
C.BRANCO	11	36,7	15	50,0	2	6,7	0	0,0	2	6,7	30	100,0
COIMBRA	19	34,5	25	45,5	4	7,3	0	0,0	7	12,7	55	100,0
GUARDA	8	27,6	14	48,3	1	3,4	3	10,3	3	10,3	29	100,0
LEIRIA	11	30,6	18	50,0	1	2,8	1	2,8	5	13,9	36	100,0
VISEU	10	25,6	24	61,5	2	5,1	0	0,0	3	7,7	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>72</b>	<b>30,3</b>	<b>124</b>	<b>52,1</b>	<b>15</b>	<b>6,3</b>	<b>4</b>	<b>1,7</b>	<b>23</b>	<b>9,7</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Constata-se que na DREC 82% dos FSE gostam do trabalho na área do Seguro Escolar - 52% com o grau de bom e 30% de muito bom. Esta tendência é constante em todos os CAE.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 7**

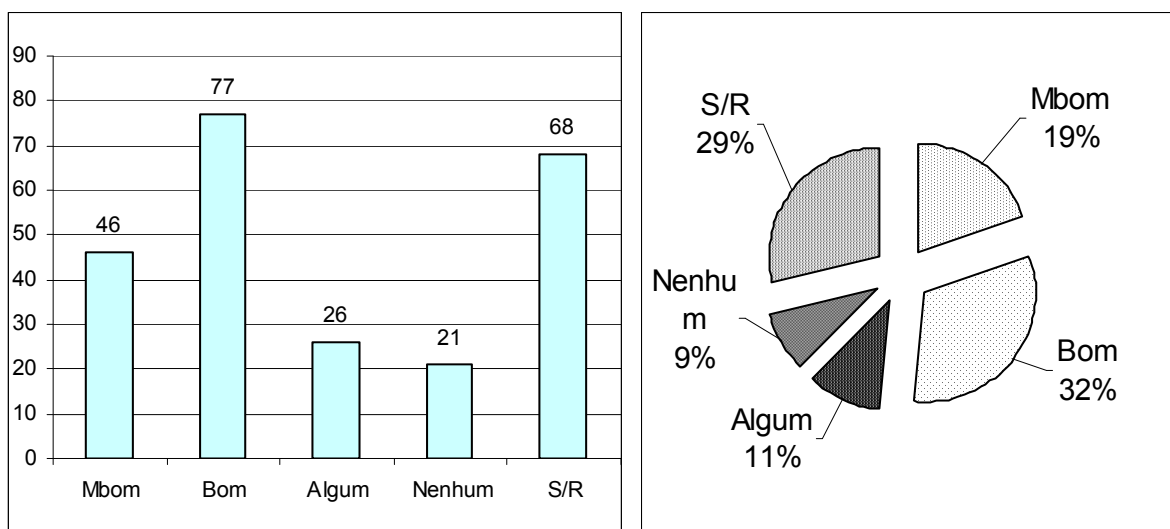


**Questão A.8 - Grau de Satisfação dos FSE quando executam as funções da Assistência a um aluno por CAE e DREC em 2002**

CAE	GRAU de SATISFAÇÃO PESSOAL											
	Muito Bom		Bom		Algum		Nenhum		S/R		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	7	14,3	16	32,7	5	10,2	4	8,2	17	34,7	49	100,0
C.BRANCO	9	30,0	7	23,3	6	20,0	2	6,7	6	20,0	30	100,0
COIMBRA	11	20,0	15	27,3	6	10,9	6	10,9	17	30,9	55	100,0
GUARDA	4	13,8	9	31,0	3	10,3	3	10,3	10	34,5	29	100,0
LEIRIA	7	19,4	13	36,1	4	11,1	3	8,3	9	25,0	36	100,0
UISEU	8	20,5	17	43,6	2	5,1	3	7,7	9	23,1	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>46</b>	<b>19,3</b>	<b>77</b>	<b>32,4</b>	<b>26</b>	<b>10,9</b>	<b>21</b>	<b>8,8</b>	<b>68</b>	<b>28,6</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

O grau de satisfação pessoal do FSE nas funções de assistência a um aluno acidentado é bom em 32,4% e muito bom em 19,3%, o que perfaz no conjunto 51,7%. Não responderam a esta pergunta 28,6% dos FSE.

**TOTAIS da DREC: - Figura N° 8**

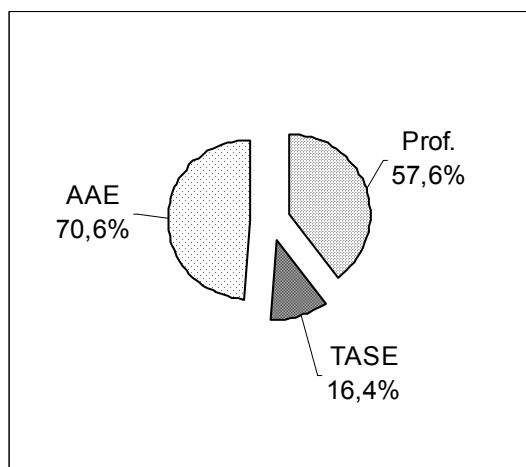
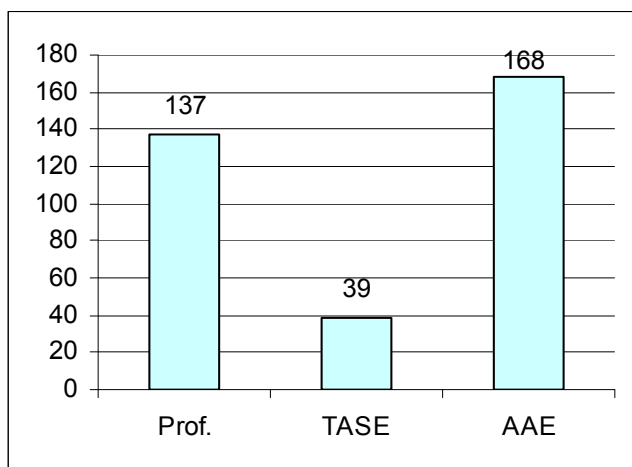


**Questão B.1 - Profissionais que actuam em primeiro lugar num aluno acidentado por CAE em 2002**

CAE	TIPO de PROFISSIONAIS na ESCOLA							
	Professor		F.S.E.		A .A .E.		Total	
	Nº vezes anotado	%	Nº vezes anotado	%	Nº vezes anotado	%	Nº	%
AVEIRO	32	65,3	11	22,4	41	83,7	49	100,0
C.BRANCO	16	53,3	6	20,0	20	66,7	30	100,0
COIMBRA	33	60,0	8	14,5	39	70,9	55	100,0
GUARDA	19	65,5	6	20,7	16	55,2	29	100,0
LEIRIA	19	52,8	5	13,9	24	66,7	36	100,0
VISEU	18	46,2	3	7,7	28	71,8	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>137</b>	<b>57,6</b>	<b>39</b>	<b>16,4</b>	<b>168</b>	<b>70,6</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Em 70,6% das situações é um Auxiliar de Acção Educativa que socorre em 1º lugar a um aluno vítima de acidente, seguido em 57,6% pelo professor e por fim em 16,4% pelo Funcionário de ASE.

**TOTAIS da DREC: - Figura N° 9**

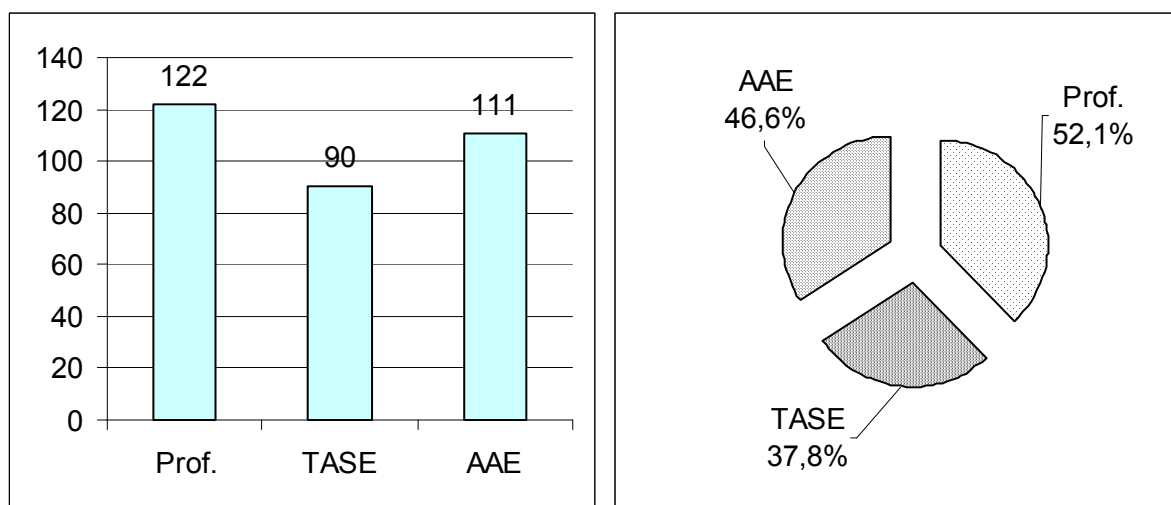


**Questão B.2 – Categoria de Profissionais que fazem cada avaliação ao aluno acidentado, por CAE em 2002**

CAE	TIPOS de PROFISSIONAIS na ESCOLA							
	Professor		F.S.E.		A .A .E.		Total	
	Nº vezes anotado	%	Nº vezes anotado	%	Nº vezes anotado	%	Nº	%
AVEIRO	31	63,3	17	34,7	31	63,3	49	100,0
C. BRANCO	11	36,7	19	63,3	11	36,7	30	100,0
COIMBRA	30	54,5	20	36,4	22	40,0	55	100,0
GUARDA	17	58,6	5	17,2	14	48,3	29	100,0
LEIRIA	22	61,1	14	38,9	12	33,3	36	100,0
UISEU	13	33,3	15	38,5	21	53,8	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>124</b>	<b>52,1</b>	<b>90</b>	<b>37,8</b>	<b>111</b>	<b>46,6</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Já na primeira avaliação das lesões decorrentes de um acidente é o professor que a realiza em maior número em 37,8% dos casos, seguido muito de perto com 34% pelo AAE e por fim pelo TASE em 28%.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 10**

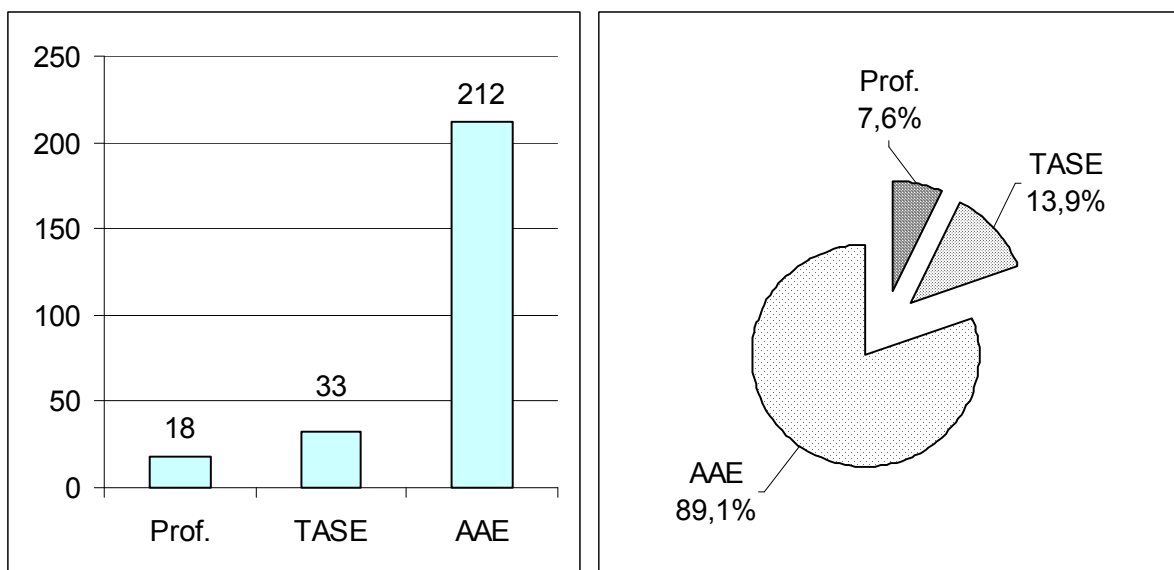


**Questão B.3 - Profissionais que fazem a assistência em pequenas lesões num aluno acidentado, por CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXVIII	TIPOS de PROFISSIONAIS na ESCOLA							
	Professor		F.S.E.		A .A .E.		Total	
	Nº vezes anotado	%	Nº vezes anotado	%	Nº vezes anotado	%	Nº	%
AVEIRO	3	6,1	5	10,2	46	93,9	49	100,0
C. BRANCO	3	10,0	5	16,7	25	83,3	30	100,0
COIMBRA	3	5,5	8	14,5	49	89,1	55	100,0
GUARDA	3	10,3	4	13,8	25	86,2	29	100,0
LEIRIA	4	11,1	6	16,7	32	88,9	36	100,0
VISEU	2	5,1	5	12,8	35	89,7	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>18</b>	<b>7,6</b>	<b>33</b>	<b>13,9</b>	<b>212</b>	<b>89,1</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Com uma percentagem de 89,1% o AAE é predominante na assistência ao aluno que sofre pequenas escoriações e que não tem necessidade de ser tratado numa unidade de saúde. A seguir é o TASE que presta também esta assistência em 13,9% dos casos.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 11**

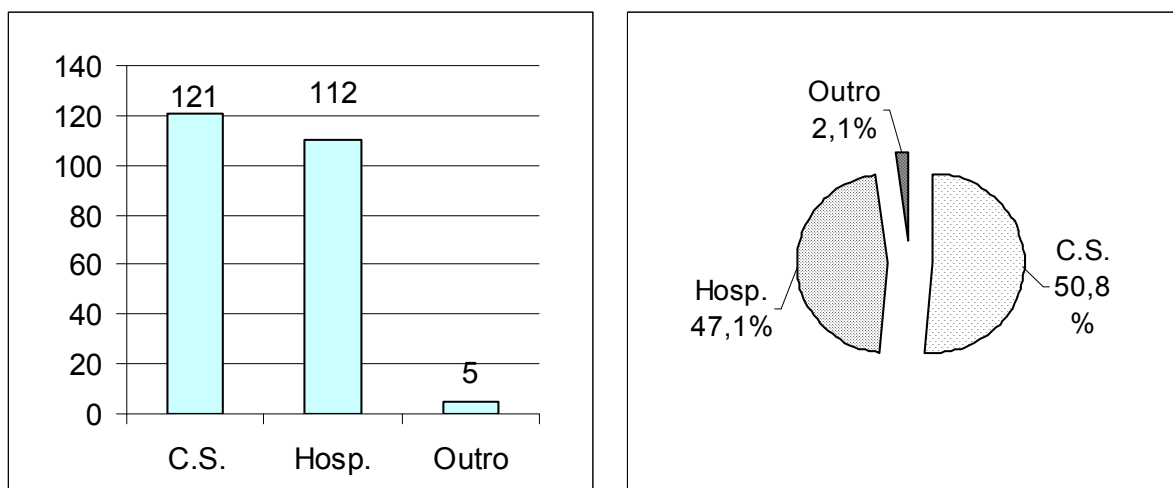


**Questão B.4 - Instituições de Saúde para onde é encaminhado o aluno acidentado, por CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXIX	UNIDADES de SAÚDE								
	CAE	Centro de Saúde		Hospital		Outro		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	15	30,6	32	65,3	2	4,1	49	100,0	
C. BRANCO	12	40,0	18	60,0	0	0,0	30	100,0	
COIMBRA	34	61,8	20	36,4	1	1,8	55	100,0	
GUARDA	17	58,6	12	41,4	0	0,0	29	100,0	
LEIRIA	20	55,6	16	44,4	0	0,0	36	100,0	
UISEU	23	59,0	14	35,9	2	5,1	39	100,0	
<b>Total DREC</b>	<b>121</b>	<b>50,8</b>	<b>112</b>	<b>47,1</b>	<b>5</b>	<b>2,1</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>	

No que diz respeito à unidade de saúde mais escolhida para encaminhar o aluno sinistrado a nível global das Escolas da DREC é o Centro de Saúde em 50,8% e o Hospital apenas difere em menos 4 pontos percentuais. Esta tendência é inversa nos CAE de Aveiro e Castelo Branco.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 12**



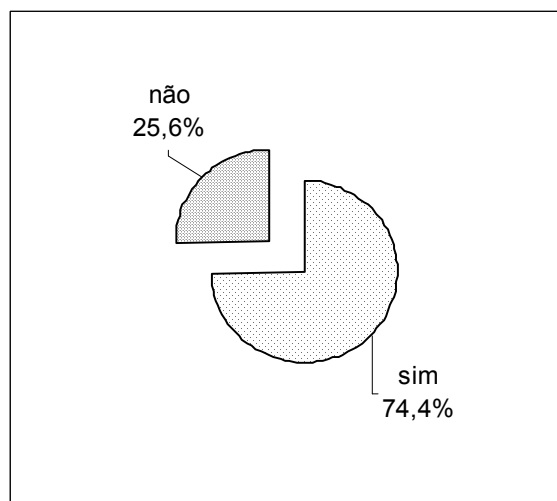
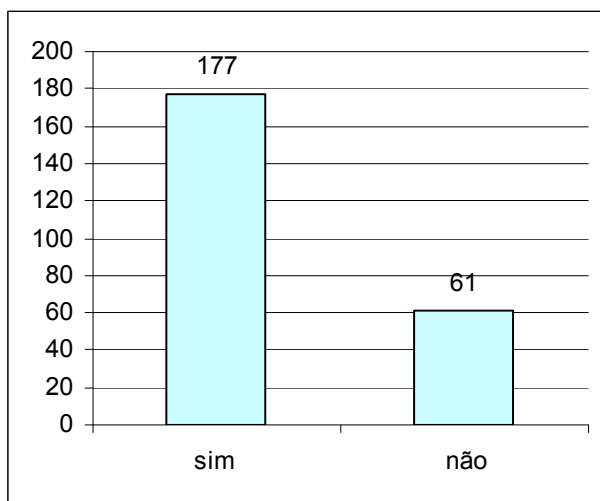


**Questão B.5 - Apoio ao aluno acidentado pelos AAE, por CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXX	APOIO por AUXILIAR de ACÇÃO EDUCATIVA					
	SIM		NÃO		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	34	69,4	15	30,6	49	100,0
C. BRANCO	19	63,3	11	36,7	30	100,0
COIMBRA	45	81,8	10	18,2	55	100,0
GUARDA	23	79,3	6	20,7	29	100,0
LEIRIA	28	77,8	8	22,2	36	100,0
VISEU	28	71,8	11	28,2	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>177</b>	<b>74,4</b>	<b>61</b>	<b>25,6</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

A grande maioria das Escolas ( 75%), referenciou que qualquer AAE pode apoiar o aluno vitima de acidente.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 13**

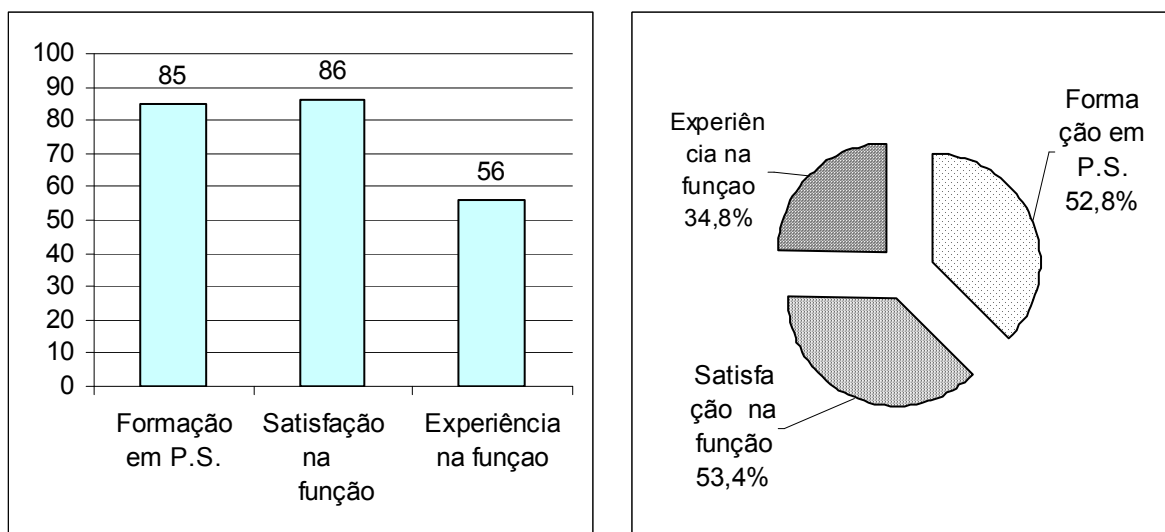


**Questão B.6 – Razões para a escolha do AAE na assistência ao aluno acidentado por CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXXI CAE	Total		Formação em P.S		Satisfação na Função		Experiência na Função	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	32	100%	24	75,0	18	56,3	16	50,0
C. BRANCO	21	100%	13	61,9	8	38,1	6	28,6
COIMBRA	36	100%	17	47,2	19	52,8	13	36,1
GUARDA	21	100%	8	38,1	13	61,9	6	28,6
LEIRIA	23	100%	9	39,1	12	52,2	6	26,1
UISEU	28	100%	14	50,0	16	57,1	9	32,1
<b>Total DREC</b>	161	100%	85	52,8	86	53,4	56	34,8

As Escolas que responderam em uma ou mais razões, praticamente dão a mesma importância à formação específica como ao gosto que o funcionário tem para prestar os primeiros socorros a um aluno acidentado. A experiência é muito importante mas com um menor peso.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 14**

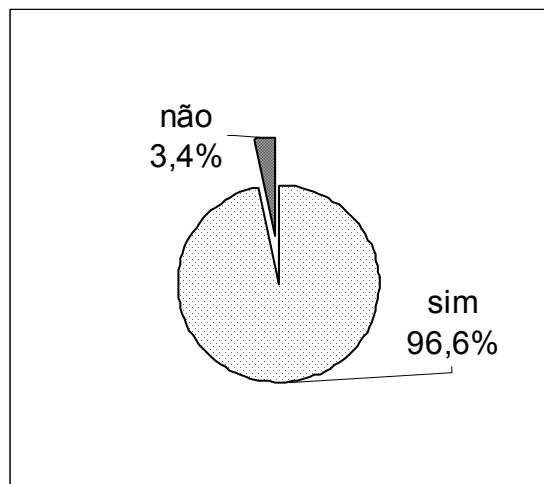
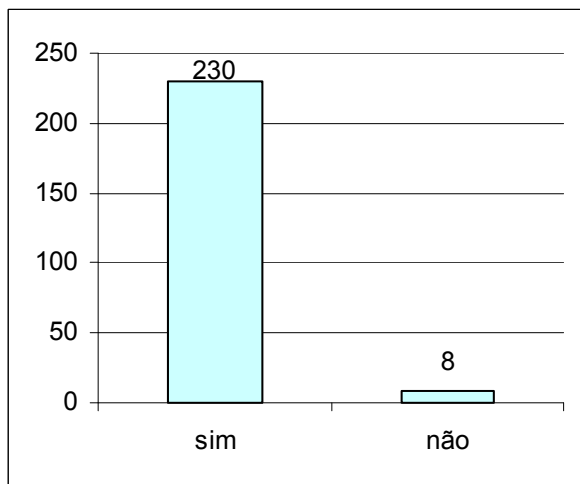


**Questão B.7 – Acompanhamento do aluno acidentado à Unidade de Saúde por Funcionários das Escolas, por CAE em 2002**

QUADRO 4. LXXXII	ACOMPANHAMENTO à UNIDADE de SAÚDE					
	SIM		NÃO		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	46	93,9	3	6,1	49	100,0
C. BRANCO	30	100,0	0	0,0	30	100,0
COIMBRA	53	96,4	2	3,6	55	100,0
GUARDA	29	100,0	0	0,0	29	100,0
LEIRIA	34	94,4	2	5,6	36	100,0
UISEU	38	97,4	1	2,6	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>230</b>	<b>96,6</b>	<b>8</b>	<b>3,4</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Quase a totalidade das Escolas, 97%, afirmaram que um aluno acidentado é sempre acompanhado por um funcionário quando tem de ir à unidade de saúde. Em Castelo Branco e Guarda foram sempre acompanhados.

**TOTAIS da DREC: - Figura N° 15**

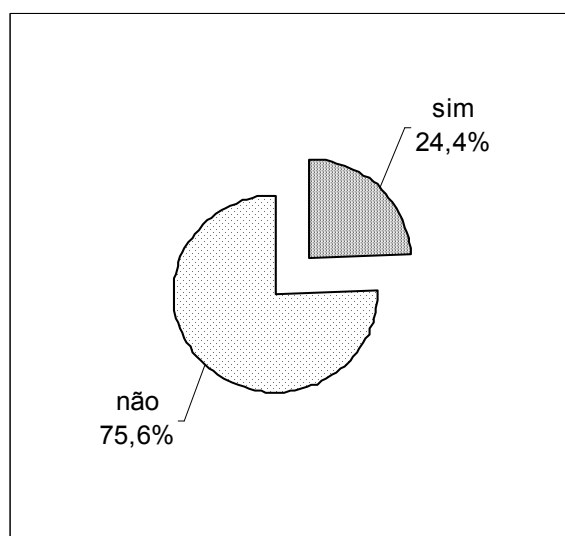
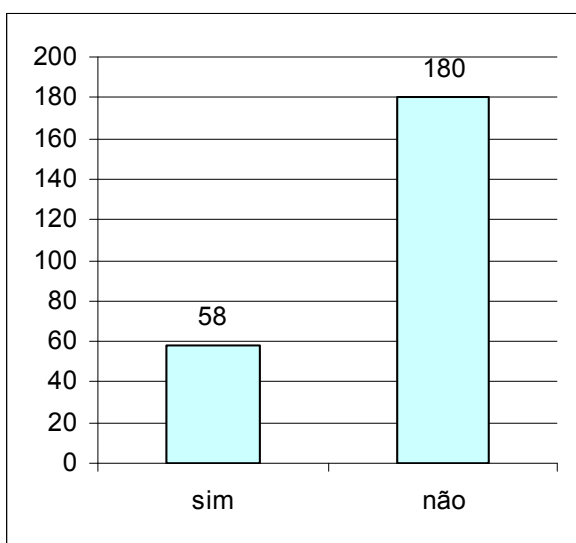


**Questão B.8 – Dificuldade em contactar o Encarregado de Educação, por CAE em 2002**

CAE	DIFICULDADE no CONTACTO					
	SIM		NÃO		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	14	28,6	35	71,4	49	100,0
C. BRANCO	6	20,0	24	80,0	30	100,0
COIMBRA	14	25,5	41	74,5	55	100,0
GUARDA	4	13,8	25	86,2	29	100,0
LEIRIA	7	19,4	29	80,6	36	100,0
UISEU	13	33,3	26	66,7	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>58</b>	<b>24,4</b>	<b>180</b>	<b>75,6</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Não há dificuldade em avisar os encarregados de educação do aluno sinistrado em 76% das Escolas a nível da Região Centro. Em quase um quarto de Escolas há dificuldades de vária ordem.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 16**

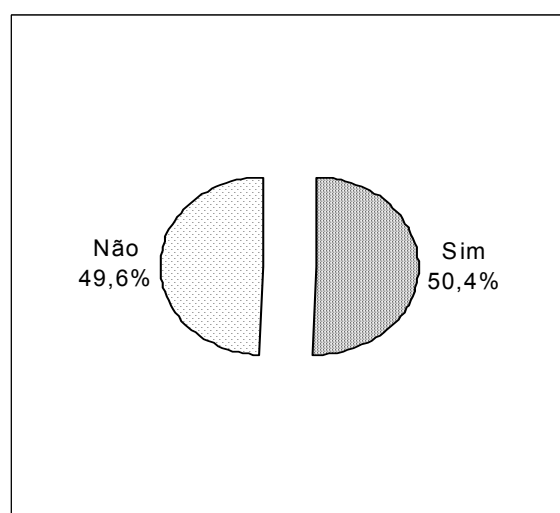
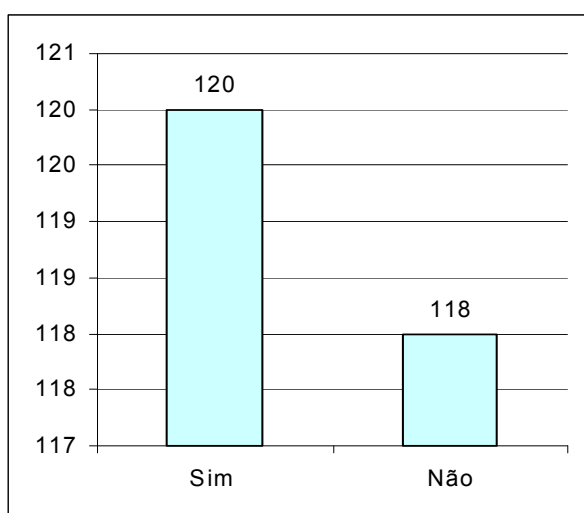


**Questão B.9 – Gabinete próprio para a Assistência aos alunos sinistrados, por CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXXIV	GABINETE PRÓPRIO						
	CAE	SIM		NÃO		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
	AVEIRO	28	57,1	21	42,9	49	100,0
	C. BRANCO	13	43,3	17	56,7	30	100,0
	COIMBRA	26	47,3	29	52,7	55	100,0
	GUARDA	17	58,6	12	41,4	29	100,0
	LEIRIA	14	38,9	22	61,1	36	100,0
	UISEU	22	56,4	17	43,6	39	100,0
	<b>DREC</b>	<b>120</b>	<b>50,4</b>	<b>118</b>	<b>49,6</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Há metade das Escolas que têm gabinete próprio como sejam as dos CAE de Aveiro, Guarda e Viseu e a outra não tem esta estrutura ou as tem inadequadas.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 17**

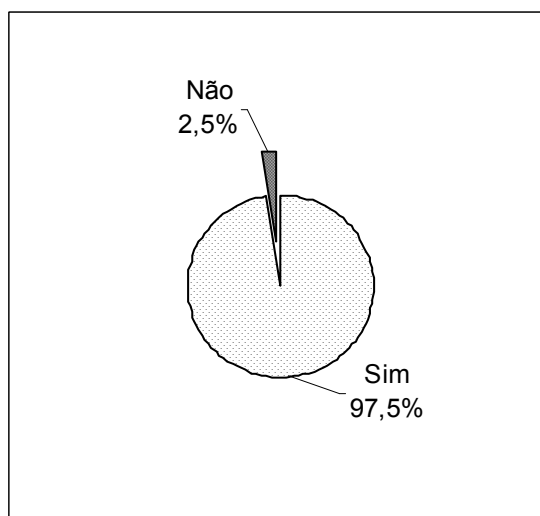
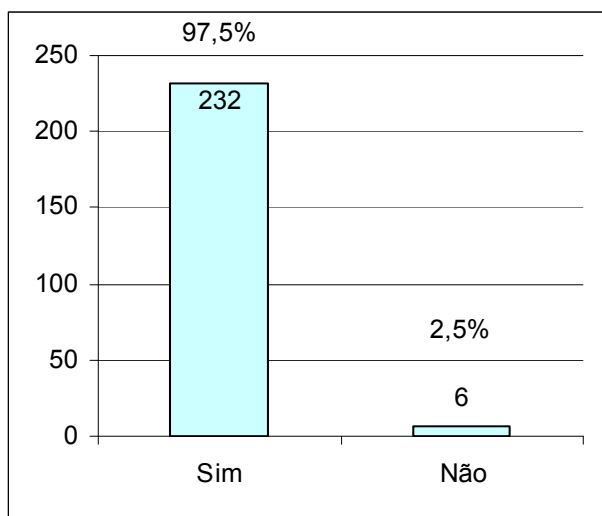


**Questão B.10 – Material de Primeiros Socorros, por CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXXV	MATERIAL de PRIMEIROS SOCORROS					
	SIM		NÃO		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	47	95,9	2	4,1	49	100,0
C. BRANCO	30	100,0	0	0,0	30	100,0
COIMBRA	53	96,4	2	3,6	55	100,0
GUARDA	28	96,6	1	3,4	29	100,0
LEIRIA	36	100,0	0	0,0	36	100,0
VISEU	38	97,4	1	2,6	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>232</b>	<b>97,5</b>	<b>6</b>	<b>2,5</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Em toda a Região Centro apenas seis Escolas comunicaram que não tinham material de primeiros socorros (2,5%). Do CAE de Castelo Branco e Leiria todas as Escolas se consideram equipadas com esse material.

**TOTAIS da DREC: - Figura N° 18**

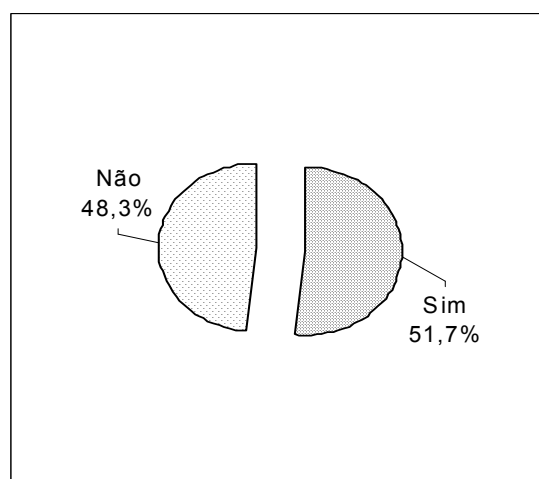
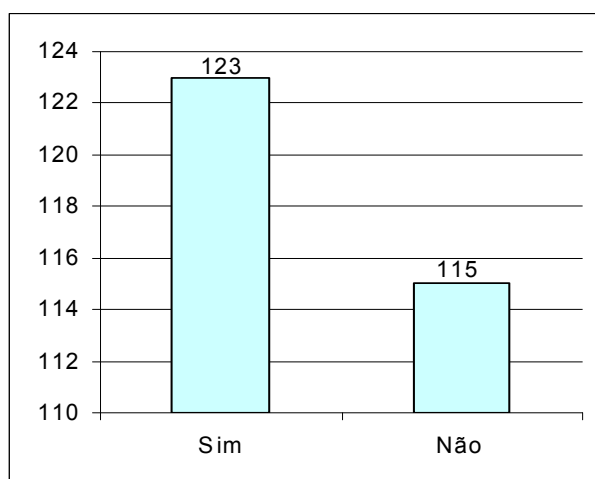


**Questão B.11 – Existência de Inspeção ao Material de Primeiros Socorros nas Escolas, por CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXXVI	INSPECCÃO ao MATERIAL de P. SOCORROS						
	CAE	SIM		NÃO		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	25	51,0	24	49,0	49	100,0	
C. BRANCO	20	66,7	10	33,3	30	100,0	
COIMBRA	29	52,7	26	47,3	55	100,0	
GUARDA	16	55,2	13	44,8	29	100,0	
LEIRIA	14	38,9	22	61,1	36	100,0	
UISEU	19	48,7	20	51,3	39	100,0	
<b>Total DREC</b>	<b>123</b>	<b>51,7</b>	<b>115</b>	<b>48,3</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>	

Em toda a Região Centro há 48,3% de Escolas a referenciar que o material de primeiros socorros não é vistoriado. É Leiria que detém a maior percentagem seguida de Viseu em que ultrapassam os 50%. Com 33,3%, em Castelo Branco, foi onde as Escolas se preocuparam mais com esta inspeção.

**TOTAIS da DREC: - Figura N° 19**

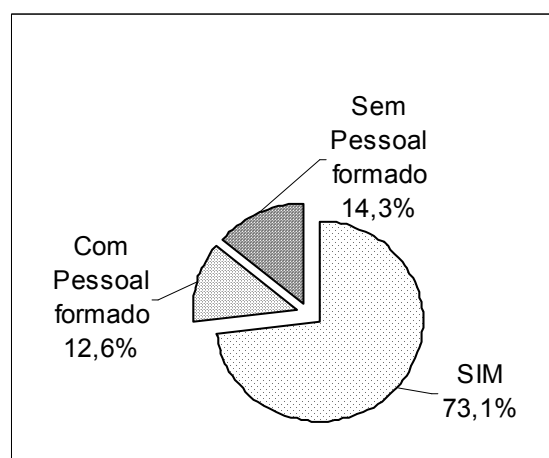
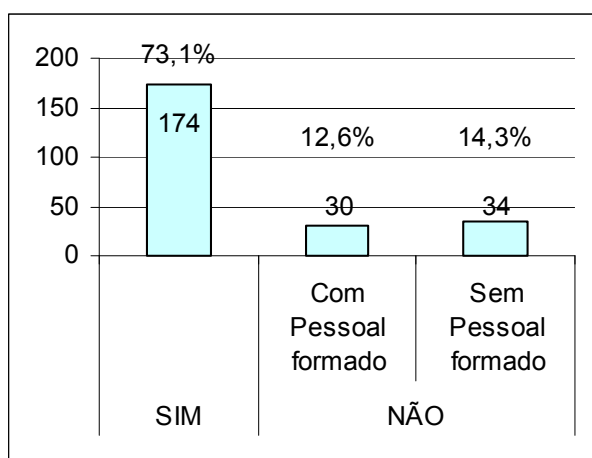


**Questão B.12 – Acções de Formação sobre Primeiros Socorros, por CAE e DREC em 2002**

QUADRO 4.LXXXVII	ACÇÕES de FORMAÇÃO em PRIMEIROS SOCORROS								
	CAE	SIM		NÃO				Total	
				Pessoal com formação		Pessoal sem formação			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	37	75,5	7	14,3	5	10,2	49	100,0	
C. BRANCO	23	76,7	4	13,3	3	10,0	30	100,0	
COIMBRA	38	69,1	5	9,1	12	21,8	55	100,0	
GUARDA	23	79,3	2	6,9	4	13,8	29	100,0	
LEIRIA	24	66,7	8	22,2	4	11,1	36	100,0	
VISEU	29	74,4	4	10,3	6	15,4	39	100,0	
<b>Total DREC</b>	<b>174</b>	<b>73,1</b>	<b>30</b>	<b>12,6</b>	<b>34</b>	<b>14,3</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>	

A grande maioria das Escolas já teve acções de formação em primeiros socorros ou seja 73,1%. Há 26,9% que referiram não ter havido acções de formação sobre primeiros socorros na sua escola e destas, 14,3% não têm qualquer funcionário com esta formação específica, ou seja 34 Escolas na DREC, mas o CAE de Coimbra é que tem mais Escolas nesta situação.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 20**



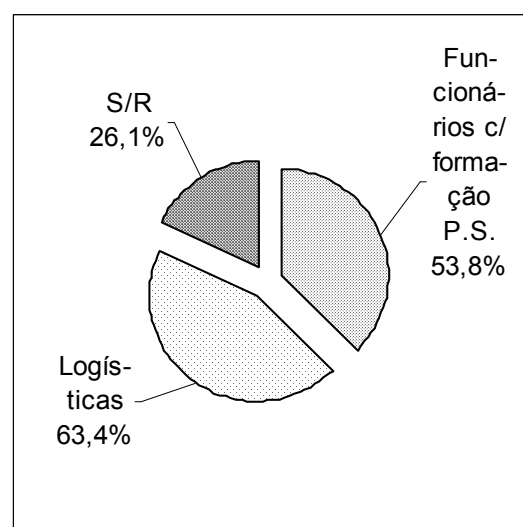
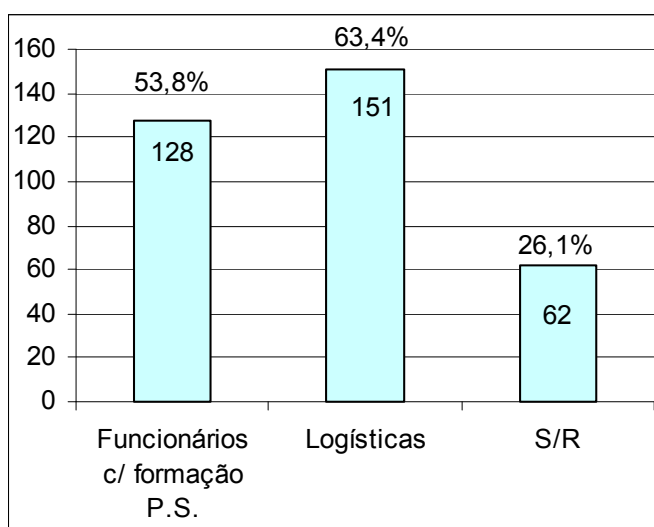


**Questão B.13 – Sugestões para um atendimento adequado na assistência a um aluno acidentado por CAE em 2002**

CAE	CONDICÕES para a ASSISTÊNCIA							
	Funcionários formados em PS		Estruturais e Materiais		Sem Resposta		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	17	34,7	27	55,1	16	32,7	49	100,0
C. BRANCO	19	63,3	20	66,7	5	16,7	30	100,0
COIMBRA	28	50,9	32	58,2	16	29,1	55	100,0
GUARDA	15	51,7	17	58,6	11	37,9	29	100,0
LEIRIA	20	55,6	29	80,6	7	19,4	36	100,0
VISEU	29	74,4	26	66,7	7	17,9	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>128</b>	<b>53,8</b>	<b>151</b>	<b>63,4</b>	<b>62</b>	<b>26,1</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

A maioria referenciou as condições logísticas como as mais importantes para que o aluno seja bem assistido, 63,4%. Com 53,8%, acham mais importantes as condições de pessoal preparado para essa função. Por ser uma pergunta semi-fechada algumas Escolas referenciaram em paralelo as condições logísticas e as de formação. Houve 26,1% de Escolas que não responderam.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 21**

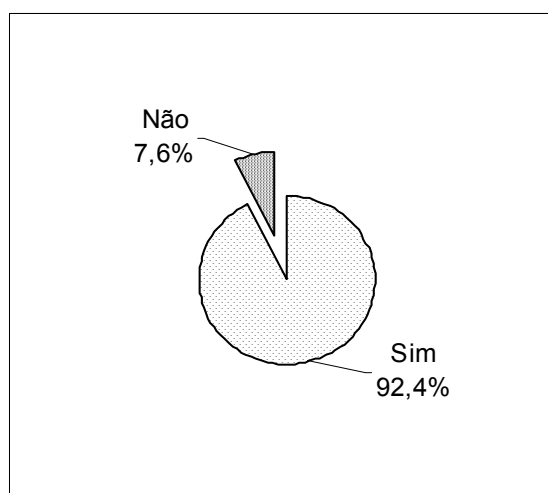
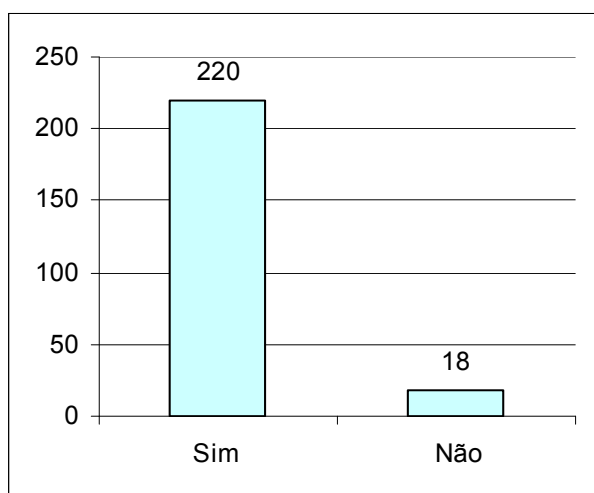


**Questão B.14 – Existência de Ficha de Seguro Escolar por aluno por CAE em 2002**

QUADRO 4.LXXXIX	FICHA de SEGURO ESCOLAR					
	SIM		NÃO		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AVEIRO	47	95,9	2	4,1	49	100,0
C. BRANCO	27	90,0	3	10,0	30	100,0
COIMBRA	50	90,9	5	9,1	55	100,0
GUARDA	26	89,7	3	10,3	29	100,0
LEIRIA	33	91,7	3	8,3	36	100,0
VISEU	37	94,9	2	5,1	39	100,0
<b>Total DREC</b>	<b>220</b>	<b>92,4</b>	<b>18</b>	<b>7,6</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Há 7,6% das Escolas que não têm uma ficha individual própria de cada aluno no âmbito do seguro escolar.

**TOTAIS da DREC: - Figura N° 22**

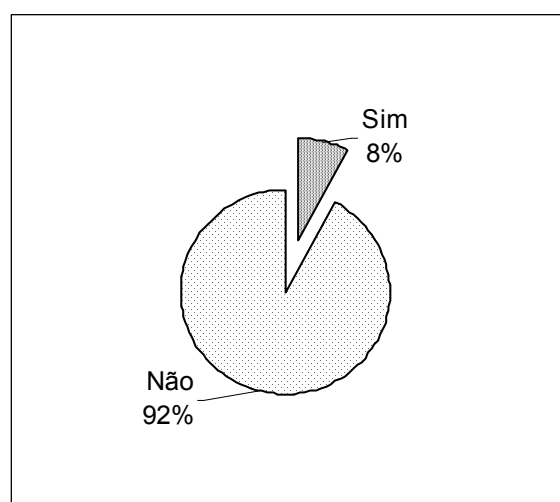
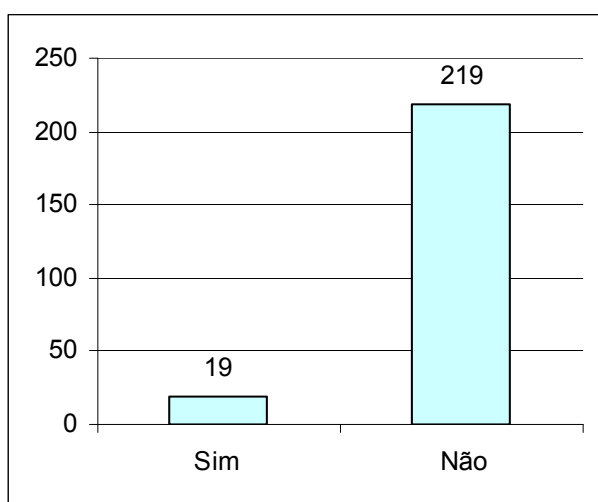


**Questão B.15 – Existência de Inspeções periódicas de uma Comissão Técnica aos Espaços de Jogos e Recreio nas Escolas, por CAE em 2002**

QUADRO 4.XC	INSPECÇÕES PERIÓDICAS aos E.JOGO e RECREIO						
	CAE	SIM		NÃO		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
	AVEIRO	2	4,1	47	95,9	49	100,0
	C. BRANCO	2	6,7	28	93,3	30	100,0
	COIMBRA	4	7,3	51	92,7	55	100,0
	GUARDA	2	6,9	27	93,1	29	100,0
	LEIRIA	4	11,1	32	88,9	36	100,0
	UISEU	5	12,8	34	87,2	39	100,0
	<b>Total DREC</b>	<b>19</b>	<b>8,0</b>	<b>219</b>	<b>92,0</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Em fim do ano lectivo de 2002 8 % das Escolas na Região Centro é que já tinham efectuado inspeções técnicas aos espaços de jogos e recreio.

**TOTAIS da DREC: - Figura Nº 23**





## 5 - DISCUSSÃO

### 5.1 – Metodologia

Este estudo é constituído por duas partes distintas que se completam. Os Acidentes Escolares dizem respeito praticamente à população escolar global dos estabelecimentos de ensino da Área Educativa de Castelo Branco, na medida em que só a Escola B. 2/3 José Sanches de Alcains não está incluída. Relativamente ao Questionário sobre as “Condições nas Escolas para a Assistência ao Aluno Acidentado”, obtiveram-se 96% de respostas. Assim, a questão da representatividade das amostras não se coloca porque em ambas se pode considerar que se tratou de censos.

Ao analisar as descrições dos acidentes do IA sentiu-se a necessidade de desdobrar algumas variáveis, o “choque ou ofensa corporal voluntária” em “choque entre pessoas” e “ofensa corporal voluntária”, porque são situações distintas e acontece por vezes a ofensa ser voluntária e ser descrita como involuntária ou choque pessoal. Por sua vez, criou-se uma variável de “Choque com objecto”, para se distinguir do choque entre pessoas e foi inserida a “Queda do objecto”, neste mesmo campo, pela relação mais lógica que têm entre si e não com a variável “Manipulação de objecto e entalão”, que passou a figurar numa célula à parte.

Num ano lectivo os alunos têm duas idades, com excepção, dos que fazem anos entre fins de Junho e meados de Setembro. Os acidentes de 6 alunos com 5 anos de idade, à data do acidente, foram contabilizados na idade dos 6 anos, porque a estatística só em casos raros e, erradamente, é que tem alunos de 5 anos, quando uma Escola não lança os números de alunos com as idades referenciadas a 31 de Dezembro, mas a 15 de Setembro, início do ano lectivo.

Ao lançar os dados da população escolar, sobretudo no 1º Ciclo e Secundário, verificou-se que havia alunos com idade que não constava nas colunas dos Quadros de inserção dos acidentes. Assim, não se incluiu nos Quadros por idade toda a população escolar, mas só nos Quadros por ano de escolaridade e nível de ensino. No entanto, a diferença situou-se em 573 alunos, que só se reflecte nas centésimas das taxas de sinistralidade, o que não tem, na prática, um significado relevante, conforme o Quadro 4.I.

Os Modelos do DAPP têm, como regra de preenchimento, as idades dos alunos matriculados à data de 31 de Dezembro. Mas esta regra, por vezes, não é cumprida e há

Escolas que inserem as idades dos alunos nas turmas à data de 15 de Setembro. Se há normas para que esta questão seja tratada com o mesmo critério, porque não é feito? Será tão difícil ser facultado às Escolas um programa de base de dados em rede do ME, para lançamento dos nomes dos alunos matriculados, com o código de sexo, com as suas datas de nascimento e o ano de escolaridade, com a possibilidade de as Escolas poderem acrescentar ou diminuir os alunos matriculados quando for necessário? Esta base de dados da população escolar matriculada, se estiver em rede, poder dar a possibilidade de as Coordenações Educativas acederem a ela, a todo o momento, estruturas que estão próximas das Escolas da sua tutela e as conhecem. Quando é que o ME inicia a desburocratização e simplificação administrativa nos seus departamentos centrais de modo a pressionar menos as Escolas com modelos estatísticos, que muitas vezes acarretam erros, tanto no seu preenchimento como no tratamento dos seus dados? Quando é que poderemos confiar numas estatísticas fiáveis e atempadas do Ministério da Educação?...

A não coincidência entre os números da população escolar facultada pelas Escolas e as estatísticas oficiais, da DREC e DAPP, em muitos casos, levou-nos a pedir, às Escolas em causa, fotocópias das relações de turma, para que se pudesse elaborar estes dados com um único critério. Em algumas Escolas não se conseguiu o número de alunos matriculados por idade, sexo e ano de escolaridade pelas relações nominais das turmas dos três anos lectivos, porque a informatização de alguns serviços administrativos não estava completamente implementada. Não se encontraram os Mapas de Frequência Diária em diversas Escolas do 1º Ciclo e nas Escolas dos outros níveis de ensino as Relações de Turma não tinham discriminadas as idades dos alunos. Devia ser instituída a norma de todas as Relações de Turma terem as datas de nascimento dos alunos. Estes documentos base seriam analisados com o mesmo critério por qualquer investigador, sem ter de estar dependente das estatísticas oficiais, para completar os dados não conseguidos junto das Escolas.

O trabalho de recolha e tratamento dos dados da população escolar matriculada foi longo, fatigante e imprevisível. Com efeito demorou-se imenso tempo que se podia dedicar ao aprofundamento de muitas questões.

A segunda parte, sobre a forma de questionário, teve uma receptividade muito boa, face ao elevado número de repostas. A única dificuldade que se sentiu foi no tratamento das perguntas com resposta múltipla. Pensamos que foi a primeira sondagem sobre esta temática, que além de nos indicar as condições humanas e materiais para a assistência ao aluno acidentado nas Escolas, também contribuiu para a reflexão e consciencialização das

limitações existentes nas Escolas. Este levantamento serviu para demonstrar a necessidade das Escolas implementarem medidas conducentes à melhoria das estruturas humanas e materiais de segurança e prevenção dos acidentes e de cumprirem com regularidade as normas de inspecção aos espaços de jogo e recreio.

## **5.2 –Acidentes escolares**

A criança/jovem em idade escolar, dos 6 aos 18 anos, passa por um desenvolvimento psicomotor e social com características próprias e mais ou menos singulares. Nos primeiros anos escolares, a 2ª infância, dos 6 anos aos 8 anos, começa a surgir a força e o gosto da criança pelo exercício físico e a entrega a jogos acrobáticos, altura em que aprende a coordenar os movimentos, mas ainda com reacções lentas e pouca capacidade de atenção. A coordenação global é aperfeiçoada progressivamente e, por volta dos 8 anos, sente o interesse pela aventura e pelo desporto, atingindo aos 9-10 anos uma exuberância motora e uma sequência mais complexa de acções motoras, cada vez mais controlada e intencional, exercitando-a na luta, nas proezas físicas e jogos cada vez mais elaborados. Pelos 10-12 anos a criança atinge o equilíbrio físico e dão-se algumas transformações físicas decorrentes de um crescimento acelerado, que irá, por volta dos 12 anos, desencadear o aparecimento dos sinais pré-pubertários. Dos 12 aos 14 anos é a idade da puberdade, da instabilidade emocional e afectiva, em que o crescimento físico é ainda mais acelerado, mas irregular, os movimentos não são compensados e por vezes são excessivos. Dá-se igualmente o aumento dos órgãos internos e músculos, surge uma grande vontade de comer e por vezes aparece a sensação de fadiga. As mudanças glandulares são evidentes, operam-se as transformações sexuais internas e externas e surgem forças instintivas. Dos 15 anos em diante o crescimento intensifica-se assim como o desejo sexual, a acuidade visual desenvolve-se ao máximo e a cadência e o ritmo dos movimentos passam a ser cada vez melhor elaborados e percebidas. Pelos 16 anos as transformações físicas e psíquicas da adolescência estabilizam e define-se o jovem que aos 18 anos adquire a maioridade.

Contudo, os ritmos do desenvolvimento do rapaz e da rapariga são diferentes. Durante a infância o crescimento é mais ou menos uniforme entre ambos, mas, na pré-puberdade e depois na puberdade, as alterações são evidentes. A rapariga tem um crescimento mais precoce que o rapaz., cerca de um a dois anos. Daí estes ritmos estarem intrinsecamente

relacionados com a maior ou menor predisposição para o acidente<sup>(10)</sup>. Todo o panorama descrito neste estudo por idade confirma o aumento da sinistralidade escolar dos 11 aos 14 anos, com um pico aos 13 anos de idade, em ambos os sexos, mas mais elevado no rapaz (15,4%) do que na rapariga (13,5%), embora a rapariga comece de uma forma mais acentuada aos 10 anos e o rapaz mais progressiva e até aos 11 anos - (AP1 – Quadro 5.4.1). Por isso é que no 2º Ciclo a predominância de acidentes verificou-se na rapariga, enquanto no rapaz foi no 3º Ciclo. Durante a puberdade ambos atravessam a fase da insegurança e instabilidade, de adaptação progressiva ao seu esquema corporal, mas esta predisposição piora se a estrutura física e funcional das Escolas<sup>(10)</sup> não for adequada, porque a construção não foi planeada a pensar na segurança dos seus destinatários, sobretudo nos espaços de jogo e recreio, de maior actividade física, onde ocorrem mais de 74,8% dos acidentes (AP 7 – Quadro 6.8.1).

<b>QUADRO 5.1</b>		Anos Lectivos dos Estudos de Acidentes Escolares		
<b>2º/3º Ciclos e Secundário</b>		Out.77 a Mar.78	Set.83 a Jun.87	Set.98 a Jun.2001
Local da Ocorrência	Sala de aula		7,0	3,9
	Ginásio/Aula de E. Física		29,1	44,0
	Recreio/Pátio	52,8	47,0	32,2
	Escada/Corredor		8,6	10,1
	Trajecto casa-escola		1,9	1,2
	Instalações sanitárias		0,6	1,0
	Desporto Escolar			2,6
	Outro		5,1	4,7
Tipo de Acidente	Queda	67,8	60,0	56,0
	Ofensa corporal voluntária	0,5	0,4	1,4
	Choque (pessoas+objectos)	24,8	17,5	9,7
	Choque/agressão involunt.	6,7		
	Choque/queda de objectos	18,1		11,4
	Manipular objecto/Entalão		8,3	11,0
	Atropelamento		0,9	0,4
	Intoxicação		3,1	0
	Outro	5,2	11,3	9,9
Localização da Lesão	Crânio		14,1	7,5
	Face		4,8	4,2
	Olhos		2,8	2,3
	Nariz			1,9
	Dentes		1,5	1,6
	Membros Superiores		42,3	35,0
	Membros Inferiores		26,5	35,7
	Tronco		5,7	6,9
	Múltiplas			3,2
	Outro		2,5	1,5



O Quadro 5.1 diz respeito aos acidentes escolares do 2º e 3º Ciclo e Secundário e compara os dados de 30 Escolas, de Setembro de 1998 a Junho de 2001, da presente investigação, com dois estudos baseados em dados estatísticos do IASE sobre os acidentes nas Escolas: um, de Outubro de 1977 a Março 1978, a nível nacional, trabalhados por M<sup>a</sup> Fernanda Navarro<sup>(10)</sup>, o outro, de Setembro de 1983 a Junho 1987, em 74 Escolas seleccionadas a nível nacional com a sinistralidade mais elevada, realizado por M<sup>a</sup> Filomena Mendes<sup>(11)</sup>. Esta análise revela que a frequência dos acidentes escolares no recreio, sala de aula e trajecto casa-escola foram diminuindo e que no ginásio, escada/corredor e instalações sanitárias tiveram um percurso inverso.

No geral, os locais de maior risco nos perímetros escolares foram, em primeiro lugar, o ginásio/aula de educação física (38,1%) e, em segundo, o recreio/pátio (36,7%), aos quais correspondem  $\frac{3}{4}$  do total de acidentes ocorridos. Estes dados diferem de um estudo prospectivo sobre acidentes escolares, em 1997, durante cinco meses, com 500 crianças de diferentes Escolas, nos arredores de Newcastle, por idade e escolaridade, de Asit Maitra <sup>(12)</sup>, onde o recreio teve a maior taxa. Em terceiro lugar situou-se a escada/corredor (9,8%).

Nos acidentes no recreio a tendência foi sempre superior no rapaz, o que é confirmado no estudo citado no parágrafo anterior <sup>(12)</sup>.

Relativamente aos acidentes na sala de aula, o rapaz, no 1º e 2º Ciclos, teve uma sinistralidade superior à rapariga, igualando-se no 3º Ciclo, mas no Secundário a rapariga ultrapassou o rapaz. No trajecto casa-escola, no 1º Ciclo e Secundário os sexos equipararam-se, no 2º Ciclo a rapariga ficou superior ao rapaz e no 3º Ciclo inverteu-se a tendência anterior. Na escada/corredor, ambos se lesionaram com as mesmas taxas, excepto no 2º Ciclo em que a da rapariga foi superior.

As conclusões desta dissertação não são completamente coincidentes com os resultados de vários estudos sobre a epidemiologia dos acidentes em Escolas da Suécia: o compilado em 1997 por Laflamme e Menckel<sup>(13)</sup> em que o rapaz teve sempre maior taxa de sinistralidade em todos os níveis de ensino e o do EHLASS de Maio de 2002, a idade de maior sinistralidade em recreios escolares foi dos 6 aos 8 anos<sup>(14)</sup>.

Nos estudos portugueses conhecidos, há concordância sobre o tipo de acidente mais frequente em todas as idades, a queda, embora, no presente estudo, com menor expressão quantitativa. Ao nível do CAECB, a queda foi o tipo de acidente que prevaleceu sobre todos os outros, em mais de metade das ocorrências (57%). Num estudo similar da DECO<sup>(15)</sup>, de

1999, é referido que a queda nos acidentes analisados em 1997/98, teve uma frequência ligeiramente superior (58,4%). Foi mais acentuada no rapaz (58,1%) do que na rapariga (56,3%), dados também confirmados por Maitra<sup>(12)</sup>, embora com uma taxa média superior, mas que foi diminuindo muito ligeiramente desde 1999 a 2001. O choque ou queda de objectos (11,9%) e a manipulação de objectos/ entalões (10,4%) figuraram em segundo e terceiro lugar, para o rapaz, confirmados nas observações de F. Navarro<sup>(10)</sup>, mas para a rapariga inverteu-se esta ordem. O choque entre pessoas, considerado neste estudo equiparado a agressão involuntária, figura em quarto lugar, ambos os sexos, com a mesma sinistralidade.

Apesar da queda ter sido mais frequente no 1º ano do 1º Ciclo (67,7%), o rapaz teve o pico de sinistralidade deste tipo de acidente no intervalo etário dos 12-14 anos (3,6%), mas com a idade de 16 anos, no 2º Ciclo, atingiu 25%. Por outro lado, a taxa de sinistralidade da rapariga foi de 3,5% aos 10-11 anos e aos 14 anos, também no 2º Ciclo, atingiu 10,4%.

A maior frequência do choque ou queda de objecto deu-se no 1º Ciclo, mas foi no 2º Ciclo que se verificou a maior taxa em ambos os sexos. O rapaz teve a maior taxa aos 13 anos (1,8%) e a rapariga aos 12 anos (1,6%). A manipulação do objecto ou entalão, apesar de prevalecer no Secundário e no intervalo dos 12-14 anos para os dois, teve maior incidência de taxa na rapariga aos 15 anos, no 3º Ciclo (1,5%) e, no rapaz, no 2º Ciclo, aos 12 anos (1,3%). O rapaz, no choque entre pessoas, teve o seu máximo de sinistralidade (1,6%) e de valor igual aos 14 anos no 2º Ciclo e aos 17 anos no 3º Ciclo e a rapariga com 15 anos, no 2º Ciclo (2%), excedeu o rapaz.

No que toca a ofensas corporais voluntárias este estudo demonstrou que foi o rapaz, em todos os níveis de ensino, que teve maior incidência. O Relatório do Estudo da Rede Europeia HBSC/OMS refere que os rapazes têm ainda frequentemente mais acidentes<sup>(16)</sup> e que a maior parte dos jovens já se envolveu em provocações, quer como “provocador” quer como “provocado” e sobretudo os rapazes mais novos.

Nem todas as situações de agressões deviam de ser consideradas “acidente”, para que os alunos fossem mais cautelosos e solidários e não terem o pretexto de que o Seguro Escolar paga todas as lesões, que voluntariamente ou não, provocam nos seus companheiros. As descrições do acidente nos inquéritos raramente reflectem as agressões voluntárias, porque o adulto raramente presencia a cena, os relatos das testemunhas podem ocultar a realidade, ou o agressor ser um aluno com problemas sociais e económicos e não ter possibilidades de pagar os tratamento, ou ortóteses, à vítima. Isto leva-nos a concluir que a estatística dos tipos de “agressões” não é fiável.

Em 3 anos lectivos ocorreram 16 atropelamentos, 10 no rapaz e 6 na rapariga, mais frequente nos alunos de idades menores, (AP7 - Quadro 6.8.2), assim este tipo de acidente diminuiu desde o estudo de 1988 de M. Filomena Mendes<sup>(11)</sup>.

O “outro” tipo de acidente, não especificado, sem significado no 1º Ciclo, teve uma frequência global de 7,6% e no Secundário foi o segundo tipo de acidente mais frequente (16,8%). No intervalo etário dos 18-20 anos, no geral, as taxas de sinistralidade foram iguais em ambos os sexos. A rapariga atinge o maior valor aos 13 anos (2%) e o rapaz aos 14 anos (1,6%), ambos no 2º Ciclo. Este “outro” tipo decorre sobretudo de esforços físicos no desporto escolar e ou nas aulas de educação física, como sejam entorses, distensões, etc. Como é demasiado vago, apenas em último caso devia ser apontado como tipo de acidente. Fica-se sempre com a sensação que é um saco onde cabe tudo e não se sabe de nada, logo as denominações dos tipos de acidentes podiam ser mais e melhor explícitas.

As localizações das lesões foram diferentes por níveis de ensino. No 1º Ciclo todas as lesões foram mais frequentes no rapaz e em primeiro lugar no crânio (23,4%). Logo a seguir, por ordem decrescente de frequência, mas com taxa superior no rapaz ou equiparada à rapariga, verificaram-se nos membros superiores, tronco, face, dentes, membros inferiores, lesões múltiplas e, por fim, nos olhos. No 2º Ciclo a rapariga foi a que se lesionou mais, primeiro nos membros superiores e depois nos inferiores, somando estas (78,3%) e, em terceiro lugar, no tronco. Quanto às lesões na cabeça, o rapaz sofreu mais do que a rapariga, com excepção do nariz. No 3º Ciclo, o rapaz só foi inferior à rapariga nos membros inferiores e no tronco e igualaram-se nos membros superiores, no nariz e nos olhos. No Secundário, a rapariga superou o rapaz nos dois tipos de membros e no tronco e nas restantes lesões tiveram as mesmas taxas de sinistralidade. O rapaz foi sempre mais susceptível de ter lesões no crânio do que a rapariga, em todos os anos lectivos, no 1º, 2º e 3º Ciclos, igualando-a no Secundário. Apenas no 10º ano foi inferior à rapariga, no 12º ano e no intervalo etário dos 18-19 anos não teve esta lesão. Registou as maiores taxas no 2º Ciclo aos 16 anos (16,7%) e aos 15 anos com (3,3%). A rapariga, por sua vez, foi aos 13 anos (1,2%), também no 2º Ciclo.

A maior parte das vezes as lesões nos olhos foram provocadas indirectamente pelas ortóteses oculares quando se quebraram, nos choques ocorridos com pessoas ou com objectos.

A discriminação da localização da lesão devia ser mais exaustiva no IA, sobretudo nos membros, porque estes são subdivididos em 4 partes e por isso podiam ser referenciadas por elas mesmas, já que as lesões na mão ou no pé são as mais frequentes e não se diferenciam do braço ou da perna.

Para além da localização da lesão e para uma caracterização mais completa e precisa de um acidente escolar, o IA devia conter outra variável, o tipo de lesões, para que fosse mais correcta a sua descrição e poder-se avaliar melhor a gravidade do acidente. É um item de caracterização muito importante e que não se conseguiu estudar. Contudo, grande parte foram golpes ou feridas, hematomas, distensões, entorses. As fracturas não foram frequentes. Se fosse enviada cópia do IA para o CAE poder-se-iam avaliar melhor estas ocorrências.

Nos estabelecimentos de ensino sob a tutela do CAE de Castelo Branco, ocorreram 2.504 acidentes em três anos lectivos numa população de 73.997 alunos. Fazendo uma média de 170 dias lectivos por ano (limite máximo de dias de aulas), conclui-se que ocorreram 5 acidentes dia, o que corresponde a uma sinistralidade global de 3,4%. Excluindo o 1º Ciclo ao nível concelhio, a taxa aumenta para 4,4%, muito superior ao último estudo do ex-IASE de 1988, que foi de 1,9%, em média, nas Escolas de maior sinistralidade. Tratou-se de uma sinistralidade elevada, já que no estudo do IASE de 1988 a taxa acima dos 1,5% foi considerada alta.

<b>Quadro 5.I - Evolução da Sinistralidade Escolar</b>		
Comparação de Estudos	Níveis de Ensino	Taxa Média
IASE – 1975/76, 1976/77 e 1978/79 <sup>(11)</sup>	E.Primário, Preparatório e Secundário	1,1
IASE – Fevereiro 1988	Preparatório e Secundário	1,9
CAECB – 1998/99, 1999/00 e 2000/01	1º/2º/3º Ciclos e Secundário	3,4
CAECB – 1998/99, 1999/00 e 2000/01	2º/3º Ciclos e Secundário	4,4
Na DRE de Lisboa em 2000/2001	2º/3º Ciclos e Secundário	5,4

Num estudo com base nos MT da Direcção Regional de Educação de Lisboa, em 2000/01, a taxa de sinistralidade ainda foi superior à deste estudo, num ponto percentual (5,4%). Quando e como é que se vai enfrentar este grave problema do nosso País? O que se está a resolver para que desça esta sinistralidade no dia a dia nos recintos escolares?

Globalmente a sinistralidade manteve-se constante ao longo dos três anos lectivos, porque o ano de 2000/01 apenas diferiu em cinco centésimas dos outros.

Quanto à sinistralidade por intervalos etários - foram programados de acordo com as idades mais predominantes por nível de ensino - difere numa análise mais detalhada das idades em cada nível de ensino. Em geral dos 12-14 anos verificaram-se as maiores taxas de sinistralidade e dos 6-9 anos as menores, sendo significativamente mais elevada no rapaz (6,2%) e (1,7%), do que na rapariga (5,7%) e (0,9%), respectivamente. No intervalo dos 10-

11 anos esta tendência dos sexos inverteu-se no rapaz 5,1%, em relação à rapariga 5,4% e manteve-se no grupo dos 15-17 e dos 18-21 anos, respectivamente no rapaz (3,1%) e (1,4%), e na rapariga (3,4%) e (2,1%).

O maior aumento de sinistralidade verificou-se dos 9 para os 10 anos, o que poderá estar de acordo com o desenvolvimento motor, nestas idades, em que cresce em complexidade de execução e organização, no que respeita às sequências de “episódios de andar, correr, pontapear; correr, pontapear;...”<sup>(17)</sup>

A taxa global de sinistralidade do 1º Ciclo do CAE, por Concelhos, foi de 1,4% e no 1º Ciclo das EBI foi 6,3%, isto porque, a nível concelhio, foram incluídas todas as Escolas do 1º Ciclo que tiveram ou não acidentes, com toda a população escolar deste nível de ensino de todo o Concelho, enquanto que nas EBI apenas se apuraram os acidentes e a população da própria escola. Se o estudo tivesse contado apenas aquelas EB do 1º Ciclo onde ocorreram acidentes, com a respectiva população, poder-se-ia comparar as respectivas taxas, mas neste estudo não se optou por este critério. Poderá ser um estudo a fazer no futuro.

O Concelho de Belmonte foi o único onde não se verificou sinistralidade no 1º Ciclo ao longo dos 3 anos lectivos. Entrevistada a Escola, soube-se que as razões prenderam-se com concepção deturpada dos professores, que a ASE do 1º Ciclo ao ser da responsabilidade dos Municípios e estes não contemplarem o programa do Seguro Escolar, os alunos não eram abrangidos pelo Seguro dos outros níveis de ensino. No ano lectivo de 2003/04, as Escolas do 1º Ciclo passaram a fazer parte do Agrupamento de Escolas de Belmonte e os professores foram elucidados do direito de todos os alunos ao Seguro Escolar, extensivo também ao Pré-escolar e desde então passaram a surgir episódios de acidentes, mas em número reduzido. Informaram-nos também que a baixa sinistralidade que se verifica neste Concelho, se deve ao Regulamento Interno da Escola B.2/3/S Pedro Álvares Cabral. Só é permitido jogar à bola no campo de jogos, não são autorizados patins, skates e bicicletas dentro do recinto escolar e nas aulas de educação física leccionadas no Pavilhão Municipal, só quando as lesões são graves e têm de encaminhar o aluno para o Hospital é que preenchem o IA. Nas pequenas lesões são os próprios professores que actuam e as resolvem.

Os Concelhos de Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova e Vila de Rei tiveram uma proporção maior de acidentes e foram os primeiros quatro com maior taxa de sinistralidade do CAECB. São Concelhos da chamada Zona do Pinhal, onde se localiza a Zona do Bócio, declarada endémica em 1969, após um estudo médico exaustivo sobre a doença, realizado pelos médicos Fernando Dias de Carvalho e Jaime Lopes Dias, sobretudo no Concelho de Oleiros e

nas terras limítrofes – Concelhos de Proença-a-Nova, Sertã, Fundão e Castelo Branco (Freguesias de Almededa e Sarzedas). Segundo Cêstor Pereiras e Clêudia Horta “a carência grave de iodo pode estar associada com o cretinismo, o atraso do desenvolvimento e a patologia auditiva. A carência moderada poderá induzir alterações cognitivas” (19). Haverá correlação da endemia do Bócio com o aumento da sinistralidade escolar? Era necessário observar o desenvolvimento físico, mental e social dos alunos acidentados desta zona, para verificar esta correlação, mas há muita coincidência....

As Escolas Básicas 2/3 do Paúl, Teixoso e Sertã foram as que atingiram as maiores taxas de sinistralidade, acima ou igual a 10%. Nos Apêndices 13, 14 e 15, podemos verificar a evolução dos respectivos acidentes nos principais locais de risco, o ginásio e o recreio. O ginásio predominou em número de acidentes em relação ao recreio: no Paúl a diferença foi de 10 acidentes, no Teixoso e na Sertã de 13. Nas 3 Escolas o rapaz teve mais sinistros no recreio e a rapariga no ginásio e ao longo dos três anos lectivos a evolução da sinistralidade global no ginásio foi sempre aumentando e no recreio apenas no Teixoso diminuiu significativamente ao contrário das outras duas Escolas. Devia de se analisar a fundo as causas da sinistralidade nas aulas de educação física, já que no recreio do Paúl e da Sertã ela pode ter relação com a exiguidade destes locais cobertos e, para agravar, são locais de passagem que contêm os mais variados obstáculos caso de escadas, desníveis, valas, pisos inadequados e escorregadios. Nestes poucos e maus espaços de recreio, cobertos, onde os alunos se abrigam das intempéries e passam os intervalos lectivos, os “furos” e os tempos livres, as situações de bullying que podem surgir, quando a densidade dos espaços é reduzida e a arquitectura dos mesmos não toma em consideração as necessidades das crianças, (10-15-17-20), podem predispor para uma maior ocorrência de acidentes.

Por outro lado não se compreende que a Escola Básica 2/3/S de Oleiros, tenha sido a quarta em sinistralidade, porque começou a funcionar num edifício novo em 1997 e este estudo abrangeu os primeiros anos do seu funcionamento, em instalações novas. O Pavilhão Municipal, onde decorrem as aulas de Educação Física também é novo. Há necessidade de se estudar as razões desta sinistralidade tão elevada.

Os Professores de Educação Física (EF) tiram a formação em Primeiros Socorros por opção, pois só em algumas Faculdades é que faz parte dos programas dos cursos a cadeira de Higiene e Primeiros Socorros, apenas as Fisiologias é que são comuns a todos os cursos. O professor de EF tem que fazer a gestão e controle das actividades de todos os alunos e ao mesmo tempo pugnar pela prevenção dos acidentes que ocorrem nos Polidesportivos. Estes

acidentes tanto podem ter origem numa actividade de frequência obrigatória, como em actividades de carácter desportivo de frequência facultativa, actividades de enriquecimento do currículo- artigo 9º DL nº6/2001 - , ou nos intervalos destas actividades quando a vigilância é diminuta ou nula. A vigilância nos locais de jogo e recreio nunca pode ser descorada, devia de ser autorizada a ocupação destes locais pelos alunos só com a permanência de adultos ao lado.

Sete das 10 Escolas com maiores taxas de sinistralidade fazem parte da R.N.E.P.S. conforme (A.21). Pensamos que será necessário trabalhar muito mais a primeira e a terceira dimensão ecológica nestas EPS – “garantir um ambiente físico agradável, saudável e seguro” e “garantir condições adequadas para a actividade física regular”<sup>(3)</sup>, para que diminua a sua grande sinistralidade. As Escolas que ainda não fazem parte da RNEPS, poderiam trabalhar para concretizar também os mesmos desafios.

Se os acidentes escolares em grande parte são “produto de erros ambientais” <sup>(7)</sup>, são previsíveis, podem ser evitados e deixarem de ser um problema epidemiológico de saúde pública. Para tal, pensamos que é necessário, “praticar a comunicação inter-institucional” <sup>(7)</sup> sobre esta temática, “a sociedade civil participar numa atitude de “Pensar Segurança” e fazer cumprir a legislação e directivas europeias existentes, assim como pugnar pela fiscalização das mesmas - concretamente, a dos espaços de jogo e recreio, locais ambientais de topo da sinistralidade escolar.

O “Projecto Escola Segura” <sup>(21)</sup> foi uma “ideia lançada no ano lectivo de 1994/95 pela Companhia de Seguros Império”, sob a forma de um concurso dirigido às Escolas Básicas (EB) do 1º Ciclo, a nível nacional, as quais, mediante um projecto que visasse a melhoria das condições de segurança, poderiam conseguir uma verba para as concretizar. Este Projecto foi desenvolvido em parceria com a APSI, que indigitou um Júri para apreciar as propostas e elaborou Relatórios sobre as conclusões dos concursos realizados desde 1994/95 a 1997/98. No primeiro concurso foram contempladas duas Escolas, uma delas do Concelho do Fundão – Básica do 1º Ciclo de Souto da Casa. Nos anos seguintes a APSI foi incumbida de continuar o Projecto. O relatório descreve que a maior preocupação das Escolas, em relação aos acidentes escolares, são os problemas de trânsito nos acessos, responsáveis por “70% das mortes de crianças em idade escolar”, por atropelamento. Neste tipo de acidente, desta investigação, a frequência global foi baixa (0,6%), apesar de no 1º Ciclo ter sido ligeiramente superior (2,2%) e não resultou qualquer morte nos 16 atropelamentos ao longo dos 3 anos lectivos. Registo com pesar, que neste ano lectivo de 2004/05, ocorreu uma morte de um aluno do 5º ano, em Belmonte, no trajecto casa-escola, quando saiu do autocarro para atravessar a rua. Passou erradamente pela frente dele e foi apanhado por um carro. A segunda e terceira preocupação

foi “quedas em escadas e nos maus pavimentos do recreio”, estas são plenamente justificadas pelas descrições já feitas e as elevadas frequências de acidentes que ocorreram nestes locais.

O segundo concurso foi também dirigido às EB do 1º Ciclo, mas os dois últimos de 1996/97 e de 1997/98 foram destinados às Escolas Básicas com 2º e 3º Ciclos, em que houve a colaboração de mais parcerias: o PES – Programa de Promoção Educação para a Saúde do ME - e a Expo 98. Nos respectivos relatórios mais de metade das Escolas “afirmaram não ter Delegado de Segurança”. Por sua vez, das preocupações manifestadas nos 95 Projectos aceites pelo Júri, as mais comuns, relacionaram-se com a “elaboração de um plano de evacuação da Escola, de formação em primeiros socorros e aquisição dos respectivos materiais”. As duas últimas preocupações são corroboradas pelos resultados do Questionário deste estudo, ao nível das Escolas da DREC. Os resultados decorrentes da análise destes Projectos, no que se relaciona com “Avaliação da Segurança nos espaços”, em 96/97, 74,7%, referiram que os “espaços circundantes” eram maus e, em 1997/98, 42,5%. Quanto aos acidentes mais frequentes, anotaram ser também “as quedas” e, as causas, o “ piso irregular, em mau estado, inapropriado ou escorregadio”, a “arquitetura desadequada (escadas, corredores, declives, valetas desprotegidas, muretes, entradas estreitas, esquinas, falta de espaço) ” e “más práticas nas aulas de Educação Física”<sup>(21)</sup>. Estas preocupações reforçam as ideias manifestadas ao longo desta discussão, sobre o grande ambiente de risco relacionado sobretudo com a construção das Escolas.

Além daquelas preocupações, do universo das 95 Escolas do Projecto de 1996/97 “72,6% referiram a inexistência da Equipe de Saúde Escolar”, assim como, do universo de 47 Escolas do Projecto de 1997/98, 60% destas, também referiram a mesma preocupação.

Constatou-se nesta investigação que os alunos com idades maiores em cada nível de ensino têm grande propensão para o acidente. São alunos que não têm sucesso educativo, com bi ou tri repetências que têm problemas sócio-familiares e podem ter um desajuste entre a idade cronológica e a idade maturativa. Deviam ser acompanhadas pela Saúde Escolar, que estudaria o seu perfil funcional<sup>(18)</sup> e por Técnicos Superiores de Serviço Social (TSSS), que elaborariam o seu diagnóstico social e acompanhariam o aluno no percurso escolar em parceria com outros profissionais. Infelizmente estas duas propostas ainda estão longe de se voltarem a concretizar... Porque é que não se investe mais na Saúde Escolar? Porque é que não se admitem TSSS em número equiparado ao dos Psicólogos para trabalharem em equipe nos Serviços de Psicologia e Orientação das Escolas? A denominação destes Serviços, na opinião dos TSSS do ME, devia ser “Serviços de Orientação Psico-Social e Escolar”.



Na análise dos IA um problema lamentável foi o das descrições de muitos acidentes serem lacónicas, insuficientes, inadequadas ou omissas, só com cruces a assinalar os vários itens ao fundo da folha. O FASE não pode negligenciar esta parte do IA, a mais importante, para analisar melhor o que se passou na realidade e deve preencher adequadamente todo o formulário com uma identificação completa do aluno, idade, escolaridade, data e hora da ocorrência e ter um cuidado particular com a descrição das ocorrências, serem precisas e concisas e conterem o local exacto onde se deu o acidente, o tipo de acidente que se deu na realidade com a sua descrição causal e a lesão que se verificou - completada com o diagnóstico feito pela Unidade de Saúde, caso seja para lá encaminhado.

Sabemos que na maior parte das Escolas onde foram detectadas estas anomalias, a razão da falta de tempo na altura da ocorrência do acidente, é verdadeira, já que em muitas Escolas, lamentavelmente, só há um profissional para executar todas as Áreas da ASE.

Houve Inquéritos que não foram encontrados nos arquivos das Escolas, porque não foram acauteladas cópias anuais do programa informático do SASE, ou se perderam aquando de obras e mudanças de instalações, ou não sabiam onde se situavam nos arquivos. Algumas Escolas enviaram IA em número superior aos acidentes lançados nos MT e, por vezes, trocaram o sexo aos alunos aquando da elaboração dos MT (AP 19). O IA tem de ser impresso e bem guardado 5 anos no mínimo, embora o ideal fosse 10 anos.

Era necessário que o IA contivesse a data de nascimento do aluno em vez da idade, porque por vezes não se registou a coincidência da idade real do aluno em relação à data da ocorrência do acidente, e também mais variáveis de localização da lesão, sobretudo no tronco.

Na situação de doença do aluno, que se desencadeia durante os tempos lectivos, o Seguro Escolar só cobre o primeiro transporte do encaminhamento para a Unidade de Saúde, porque não é considerado um acidente escolar e as despesas decorrentes do diagnóstico são da responsabilidade do sistema de saúde do aluno e dos próprios encarregados de educação.

Durante os três anos lectivos deste estudo houve duas quedas de balizas uma a 7 de Janeiro de 1999 e outra em 17 de Maio de 2000 que provocaram respectivamente, fractura de pé e de braço em rapazes. Nesta Escola em Fevereiro de 2002 ainda não tinha sido feita qualquer inspecção técnica aos espaços de jogo e recreio. Esperamos que entretanto a tenham já efectuado e que todas as Escolas tenham acesso ao Estudo promovido pela APSI<sup>(21)</sup>.

A estrutura escolar – Agrupamentos de Escolas - só foi extensiva a todas as Escolas do 1º Ciclo do CAE CB no ano lectivo 2003/04 e pensamos que quando ficar consolidada, pode ser eficiente do ponto de vista pedagógico, administrativo, e financeiro.

### 5.3– Condições na Escola para a Assistência ao Aluno Acidentado

**QUADRO – 6.I – Distribuição dos Questionários enviados e recebidos por CAE percentagens da amostra**

CAE	Universo	Amostra	Diferença	%
Aveiro	51	49	2	98,0
C.Branco	30	30	0	100,0
Coimbra	57	55	2	96,0
Guarda	29	29	0	100,0
Leiria	36	36	0	100,0
Viseu	45	39	6	86,6
Total DREC	248	238	10	95,9

A amostra é, teoricamente, representativa, dada a quase coincidência entre a amostra obtida e o respectivo universo, consideraremos, no tratamento dos dados, que estes se reportam directamente ao universo, sem que, portanto, seja necessário proceder a qualquer inferência estatística dos resultados obtidos no Questionário. Portanto, será considerado como se de um recenseamento se tratasse.

No que diz respeito à distribuição etária do FASE na Questão A.1, não é promissor que a idade média dos funcionários a trabalhar em ASE nas Escolas, esteja acima dos 40 anos. Poderá ser uma mais valia, pois pode indiciar anos de experiência, que em princípio farão deter mais conhecimentos sobre o trabalho a executar, mas por outro lado verifica-se um envelhecimento destes técnicos. Se não houver perspectivas de concursos de ingresso de funcionários nesses serviços, pode levar ao seu esvaziamento, com a aposentação dos que existem e, por arrastamento, à extinção desta importante carreira específica das Escolas o que é preocupante.

A predominância feminina em ASE que se constata na Questão A.2 reflecte o que se passa noutros serviços, em que as mulheres por questões de ordem histórica e cultural se candidatam em maior número para funções em que se lida com crianças.

A Questão A.3 demonstra que, a maioria dos Técnicos de ASE tem como habilitações académicas o ensino secundário - 11º e 12º anos ou equivalente - o que está de acordo com as condições exigidas para ingresso nesta carreira desde 1982 até hoje. É o sector do pessoal não docente das Escolas que tem, em média, a formação académica mais elevada.

Desde 7 de Junho de 1989 pelo DL nº 191, com efeitos a partir de 1987 apesar de se ter recriado a carreira de TAASE ainda não foi aberto qualquer concurso de ingresso para esta carreira específica das Escolas e não se prevê alterações desta situação anacrónica. Assim, continua a haver sempre falta de funcionários para o exercício do trabalho de ASE. Alguns Órgãos Executivos das Escolas empenhados e sensíveis a esta área, têm destacado assistentes administrativos para esse trabalho, mas por vezes sem exigência da formação académica do 12º ano. O último aumento do nº de TAASE nos seus Quadros específicos, foi ao abrigo do DL nº 497/99 de 19 de Novembro, diploma sobre a reconversão profissional, mas foi pouco divulgado, que deu a possibilidade a quem tivesse pelo menos três anos na função e o 12º ano de habilitações, de passar a pertencer a esta carreira. Optaram sobretudo assistentes administrativos mas também alguns AAE que preenchiam os referidos requisitos.

Desde 24/11/1999 pelo DL nº 515 revogado em 20/7/2004 pelo DL nº 184, Estatuto Jurídico do Pessoal não Docente das Escolas, esta carreira passou a denominar-se Técnico-Profissional de ASE. Apesar disto, e não se prevendo alterações desta situação, como o ME continua a não abrir qualquer concurso de ingresso para esta carreira, os Quadros de ASE continuam a ter TPASE e Assistentes Administrativos, como se confirma nos resultados da Questão A.4. A Administração pactua com a promiscuidade de profissionais de diferentes carreiras e hierarquias executarem o trabalho de ASE. Mais grave ainda, a invenção de na organização dos Serviços Administrativos da Escola incluir a ASE em Gestão de Processo e sem gabinete próprio. A ASE não pode e não deve ser um Serviço só administrativo. Como é que se defende o direito ao sigilo das situações sócio-económicas dos alunos a subsidiar e os critérios e perspectivas uniformes na elaboração das respectivas capitações? São tantas e tão variadas e precárias as suas situações familiares, que não podem ser analisadas pelos mais variados Assistentes Administrativos. Afirmo, não há qualquer suporte legal para fazer a inclusão da ASE na Gestão de Processo nas Escolas. É pura invenção de algumas chefias administrativas e é aprovada pelo Órgão de Gestão dessa Escola. Esta organização anómala, tem dificultado bastante a Orientação Técnica da ASE, pela variedade de pessoas com que se tem de dialogar, não têm formação adequada e condições logísticas para trabalhar a ASE. E a agravar esta situação, os alunos subsidiados mudam de turmas ao longo da sua escolaridade e se está sempre a mudar de responsável pela turma, este não pode aprofundar o conhecimento familiar destes alunos. Por sua vez pode ter implicações no processo de um aluno que sofre uma lesão na Escola assim como o seu tratamento no âmbito do Seguro Escolar.

Os 5 anos na Educação são condição para que um trabalhador possa concorrer para lugares no quadro de ASE e ganhar vínculo. O deter 3 anos de experiência em ASE era a

condição para requerer a reconversão profissional e poder passar também para a carreira de Técnico Profissional de ASE. Com os resultados da Questão A.5 constata-se que a maioria dos profissionais que trabalham com este sector de ASE tem mais de 5 anos na Educação e 3 anos nas funções, logo reúnem as condições de poderem dar continuidade nas funções, - desde que sejam abertos concursos -, de se apostar na sua formação específica e de haver estabilidade de Quadros. O mais grave é que em muitas Escolas recorrem a pessoas que estão desempregadas e inscritas nos Centros de Emprego, que estão sempre numa situação mais que provisória, o que obriga o TPASE que seja do quadro ao desgaste contínuo de iniciar pessoas no trabalho de ASE.

O trabalho de Seguro Escolar é desencadeado quando ocorre um acidente escolar, quando surge uma situação de doença em algum aluno, ou quando há actividades de complemento curricular e de desporto escolar. Na Questão A.6 a maioria dos funcionários neste sector de ASE não respondeu se tem formação específica em Primeiros Socorros. E apenas (24,8%) é que respondeu que a tem. Deviam de ser todos incentivados a adquiri-la, para poderem dar maior colaboração na avaliação em equipe e no apoio e assistência eficiente às situações de emergência que acontecem diariamente nas Escolas.

O grau de satisfação profissional, nas situações de assistência a um aluno acidentado apresentada na Questão A.8, é um pouco inferior em relação à da A.7 relativa ao trabalho em Seguro Escolar mas ambas situam-se acima dos 50%.

As questões da parte “B” do Questionário não têm identificação simbólica, atribuiu-se uma sequência de símbolos numéricos para facilitar a sua referência.

O porquê das questões:

- B.4 - É importante que se reflecta sobre a maior ou menor incidência da procura de apoio das instituições de prestações de cuidados de saúde para onde são encaminhados os alunos com lesões de pequena gravidade.
- B.5 e B.6 - Por força das funções dos Auxiliares de Acção Educativa, estes devem apoiar em qualquer circunstância os alunos, mas achamos por bem saber, as razões subjacentes à escolha destes funcionários para prestar o primeiro apoio ao aluno acidentado.
- B.7 - A Escola é responsável pelo apoio no encaminhamento do aluno, o que implica logicamente o seu acompanhamento em substituição dos pais, daí a pertinência da questão para verificar a sua prática.
- B.8 - A importância da questão sobre as dificuldades dos contactos da Escola com os encarregados de educação, será para verificar as facilidades ou os impedimentos, nestas situações de emergência, de se pugnar pelo bem-estar dos alunos.

- B.9 e B.10 - Estas duas perguntas são imperativas pelo próprio objectivo que está subjacente à elaboração deste questionário, para fazer a recolha das condições estruturais e materiais que têm as Escolas para a 1ª assistência ao aluno acidentado.
- B.12 - Averiguar as condições de aquisição de competências para fazer uma assistência eficiente a um aluno acidentado, e quantos funcionários já as detêm.
- B.13 - Pergunta exploratória, para compilar as opiniões das Escolas sobre o tema.
- B.14 - Pergunta com duplo objectivo: verificar a existência de um importante instrumento técnico/administrativo e lembrar a sua necessidade.
- B.15 - Pergunta com triplo objectivo: verificar o cumprimento do regulamento criado pelo DL. nº 379/97 de 27/12 - inspecções às condições de segurança dos espaços de jogo e recreio -, informar/alertar sobre a existência desta importante legislação e sensibilizar para a necessidade da sua aplicação.

De acordo com a base de dados sobre a caracterização dos acidentes escolares na área de intervenção do CAE CB, na primeira parte deste estudo, foi nos ginásios/aulas de educação física, nem sempre na presença dos professores, que ocorreram com maior frequência os acidentes na escola e, em segundo lugar, nos recreios e pátios vigiados pelos AAE. As percentagens da Questão B.1 estão em correspondência com os profissionais que se encontram nesses locais.

A Questão B.2 teve respostas múltiplas, pois referiram que o professor é o profissional da escola que avalia com mais frequência a situação do aluno sinistrado, seguido de muito perto pelo AAE, porque grande parte das vezes esta avaliação é feita em equipe, conjugando a questão hierárquica e a responsabilidade de competências, com as funções específicas destes profissionais na escola. Quanto ao TPASE, apesar de ser o responsável por accionar o processo administrativo da situação ocorrida, entra no processo posteriormente, pelo número exíguo destes funcionários na escola, no geral um ou dois, mas era conveniente que colaborasse sempre nesta avaliação, por inerência de funções.

Relativamente à Questão B.3, em algumas Escolas é o AAE ou TPASE, quando têm formação em primeiros socorros, que tratam pequenas lesões. Noutras Escolas, mesmo perante pequenas escoriações, chamam sempre uma ambulância e enviam o aluno à unidade de prestação de cuidados de saúde mais próxima, por os seus órgãos executivos não quererem assumir a avaliação da situação ocorrida.

Na Questão B.4, as percentagens globais da DREC sobre as Instituições de Saúde para onde o aluno é mais frequentemente encaminhado prendem-se essencialmente com a

proximidade destas com as Escolas, os Centros de Saúde em primeiro lugar, seguido muito de perto pelos Hospitais. Este resultado global não está em consonância com o resultado estatístico apurado na parte da dissertação sobre os acidentes escolares no âmbito do CAECB, segundo o Quadro 4.LXVIII, foi o contrário. No CAE de Aveiro os resultados são praticamente idênticos aos de Castelo Branco, é o Hospital em primeiro lugar e depois o Centro de Saúde para onde os alunos são mais encaminhados.

Os Centros de Saúde são preferencialmente procurados em primeiro lugar nas povoações onde não existem hospitais. As Escolas situadas perto de um Hospital encaminham sempre o aluno para ele, que é o caso das que se situam nos grandes centros urbanos, o que pode levar a mais demora e a ocupar as urgências com problemas, que podiam ser resolvidos nos Centros de Saúde mais rapidamente e com um atendimento mais personalizado. O horário de atendimento dos Centros de Saúde em Concelhos com características de interioridade e pouco populosos, normalmente é das 8 até às 13 horas e por isso depois desta hora tem de ser encaminhado para o hospital mais próximo. Dependendo da lesão do aluno, assim é tratado no próprio Centro de Saúde, se houver recursos apropriados, ou é reencaminhado por este, para o Hospital mais próximo.

Na Questão B.5, as Escolas afirmaram que é qualquer AAE que apoia o aluno vítima de acidente (74,4%), o que está conforme a alínea j) da Portaria nº 63/2001 de 30/10 que estipula os conteúdos funcionais do Pessoal de Apoio Educativo nas Escolas e que se transcreve: *“prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros”*, que foi revogada em 29 de Julho pelo DL nº 184/2004, e que no seu Anexo III na alínea f) da Carreira de Auxiliar de Acção Educativa (AAE) estabelece novamente - *“prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno a unidades de prestação de cuidados de saúde”*. Assim, todo o AAE, por ter estas funções profissionais, devia de ter a formação específica para prestar esta assistência.

As Escolas que responderam não, são selectivas na designação dos AAE para prestar a 1ª Assistência ao aluno acidentado e salientaram que a escolha de 2 ou 3 destes auxiliares, que por vezes funcionam por turnos, é feita de entre aqueles que, ao mesmo tempo ou em separado, têm os requisitos de formação em primeiros socorros, de gostarem de fazer esta função, ou de serem mais experientes, caso dos funcionários que são, por exemplo, bombeiros. O Órgão Executivo da Escola e o Encarregado do pessoal auxiliar fazem a distribuição dos AAE mais preparados pelos locais referenciados como de grande ocorrência de acidentes na escola, caso dos recreios e pátios ou do gimnodesportivo e balneários.

O assunto tratado na Questão B.6 é de resposta múltipla. A satisfação de um Auxiliar de Acção Educativa em exercer a função da 1ª Assistência foi referida em 53,4% das Escolas, a formação em primeiros socorros em 52,8% e a experiência em exercer a função da 1ª Assistência foi referida em 34,8% das Escolas como razão para que leva à sua escolha. As Escolas ainda referenciaram outras razões, o que estiver mais próximo da ocorrência, ou mais disponível no momento do acidente, ou o que se encontra no local onde se situa o gabinete e o material de primeiros socorros. Referiram também que de entre estes profissionais, o que tiver a formação específica, a experiência e gosto, será o indigitado no momento.

No que se refere ao assunto tratado na Questão B.7, a Portaria do Seguro Escolar Nº 413/99 de 8 de Junho não refere a obrigatoriedade do acompanhamento do aluno acidentado, julgamos que é uma falha, mesmo sendo óbvia esta obrigatoriedade decorrente dos próprios direitos da criança. Nos 3% de respostas negativas sobre o acompanhamento do aluno, as justificações dadas não são redutíveis, depende da gravidade da lesão e da idade do aluno. Quando os alunos têm mais de 18 anos, por vezes os Bombeiros não autorizam o acompanhante, já que não é considerada criança, ou quando os ferimentos são ligeiros.

Na Questão B.8 as 24% de respostas que expressaram a dificuldade em contactar os encarregados de educação do aluno sinistrado, deve-se ao facto de ambos trabalharem fora de casa e ninguém poder atender o telefone, trabalharem no campo e sem possibilidade de terem telefone ou telemóvel, terem o emprego longe da área da escola e com dificuldades de transporte, o local onde estão a laborar ser distante do telefone indicado e ou por vezes dificultarem-lhes a saída em tempo laboral. Algumas Escolas ainda referiram, que por vezes há pais que não dão à escola contactos ou se os dão são insuficientes.

Uma Escola é construída porque há alunos para a frequentarem. O aluno é uma criança que brinca e interage com os seus pares, que faz todos os dias contínuas experiências com o seu corpo e com o meio que o circunda, mais ou menos arriscadas, que por vezes não são bem sucedidas e pode sofrer lesões no seu corpo. A estrutura escola, onde o aluno é obrigado a passar as fases mais críticas do seu desenvolvimento global, não terá de ser concebida e implementada obrigatoriamente, com um gabinete próprio para assistir dignamente o aluno nestes momentos em que está mais frágil, mais sofrido?!...Esta pergunta justifica-se porque na Questão B.9 há praticamente metade das Escolas da Região Centro que não têm um gabinete próprio para esta 1ª Assistência e das que têm, na Questão B.13 referem que devia ter melhores condições e material. Esta realidade é de envergonhar qualquer responsável pela educação e segurança dos alunos nas Escolas. Na Região Centro a Medicina Pedagógica do ex-IASE nunca alargou o âmbito da sua actuação, restringida aos Concelhos de Coimbra e da

Figueira da Foz e deste modo a maioria dos gabinetes médicos só funcionavam nas Escolas destas 2 zonas, ou nas Escolas secundárias mais antigas que tiveram Saúde Escolar.

Quanto à Questão B.10, as seis Escolas que referenciaram que não tinham material de primeiros socorros já estarão apetrechadas? Os Órgãos Executivos podem e devem pedir este material de equipamento imprescindível a uma escola à Direcção Regional respectiva. Este recurso material é obrigatório em edifícios desta natureza para que o aluno não tenha mais este risco para a sua saúde.

Ter material de primeiros socorros inoperante é equivalente a não o ter. Esta Questão B.11 levanta um problema grave - 47% das Escolas não fazem e ou não pedem colaboração às entidades de saúde para as ajudar a fazer esta inspecção/avaliação periódica. Porque é que não se legisla no sentido de as Escolas terem normas para requerer esta inspecção periódica e ou se sensibiliza os respectivos Órgãos de Gestão para esta temática?

Devia de ser feito um levantamento exaustivo, a todas as Escolas e neste caso na Região Centro, se ainda não foi feito, de avaliação sobre as condições dos gabinetes e de material de primeiros socorros que existem e as possibilidades de poderem existir nas que ainda não têm estas estruturas imprescindíveis.

Na Questão B.12, a par da estrutura material própria para prestar a primeira assistência, tem de existir o factor humano preparado para a efectuar. Ainda há 14%, ou seja 34 Escolas que não têm qualquer funcionário com formação de primeiros socorros. Não terá de haver mais empenhamento dos responsáveis da educação e da saúde para que esta formação seja adquirida por todos os AAE e os TPASE?

A Questão B.13, é uma pergunta de respostas múltiplas e talvez por ser óbvia pelo desenrolar das outras questões anteriores, houve (20%) de Escolas que não deram resposta. As Escolas que responderam (80%), deram como a condição mais importante a estrutura logística em 46% e a formação dos funcionários em 36%. Muitas referenciaram as duas - logística e de formação, em paralelo, e outras acrescentaram mais do que estas duas condições fundamentais como por exemplo: 23 Escolas expressaram a necessidade de uma enfermeira ou pessoa especializada em permanência, quando as unidades de saúde se localizam longe ou quando os postos de saúde estão abertos apenas uma parte do dia e também referiram melhores acessos ao gabinete e mais material, com seja marquesa e maca. Esta pergunta vem confirmar a Questão B.9 sobre a necessidade de um gabinete próprio para a 1ª assistência em metade das Escolas.

A Questão B.14 leva a pensar que em poucos minutos se pode ganhar ou perder uma vida. Para que a rapidez burocrática esteja assegurada têm de se ter sempre preparados todos



os elementos identificativos de qualquer aluno da escola num único documento, - uma ficha individual do aluno -, já que o AAE necessitará de transmitir esses dados na unidade de saúde para onde for encaminhado. No desenvolvimento do trabalho do sector do seguro escolar há necessidade de vários procedimentos administrativos para responder rapidamente às situações de urgência. Esperamos que com esta pergunta, - que pretendeu ser um veículo pedagógico -, os 7% das Escolas que não tinham esta ficha, aquando da resposta ao questionário, tenham sentido a necessidade da sua existência e dos elementos que deve conter, para não haver qualquer entrave burocrático que atrase a assistência a prestar a um aluno.

Foi durante a parte curricular do Mestrado que a autora teve conhecimento pela primeira vez do DL. n.º 379/97 de 27 de Dezembro, que entrou em vigor em 25 de Fevereiro de 1998 e que estabelece “as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacto”, bem como as regras para a instalação, operação e manutenção do espaço, que se aplica a “todos os espaços de jogo e recreio de uso colectivo e respectivo equipamento e superfícies de impacto, destinados a crianças”, existentes, em fase de projecto ou aprovação, “qualquer que seja o local de implantação”. Este diploma, fruto do trabalho desenvolvido pela Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI), surgiu da *necessidade de se reduzir significativamente e a curto prazo, o enorme número de acidentes que ocorrem em parques infantis e recreios escolares* <sup>(22)</sup>.

Por força do tema da dissertação e ao elaborar-se o questionário sobre as “Condições nas Escolas da Região Centro para a 1ª Assistência a um Aluno Acidentado”, incluiu-se como última pergunta do Questionário, com a finalidade de para além de fazer a sondagem sobre a aplicação da legislação existente, ser interventiva, pedagógica, e despertar os Órgãos de Gestão das Escolas para esta problemática. Assim, a última pergunta, - a Questão B.15 -, pretendeu sensibilizar para o DL 379/97 de 27 de Dezembro. Foi com apreensão que se verificou que apenas 8 % das Escolas é que tinham efectuado inspecções técnicas aos espaços de jogo e recreio. São os locais da escola onde ocorre a grande maioria dos acidentes escolares. Pensamos que o seu cumprimento legal devia de ser uma das primeiras preocupações de prevenção de acidentes escolares. Se mais nenhum mérito tivesse este questionário, senão o de alertar para esta temática e de levar as Escolas a cumprir e ou a fazer cumprir esta legislação, seria uma mais valia para a preservação da saúde dos nossos alunos, porque, como ficou provado, na primeira parte deste estudo, os espaços de jogo e recreio foram, e continuam a ser, os locais de maior sinistralidade, onde os nossos alunos mais sofrem lesões, ferimentos e traumatismos.

O planeamento da construção de uma Escola devia de ser tarefa de uma equipe de profissionais alargada, que tivesse por objectivo a cultura da segurança e os factores do sucesso escolar. Para este efeito deve-se ter em conta toda a legislação e directivas europeias existentes, relatórios de avaliação dos vários edifícios escolares já construídos e informações sobre os problemas de construção detectados pelos seus utilizadores directos, assim como ter em consideração “experiências levadas a cabo noutros países, adaptando-as à nossa realidade e às possibilidades portuguesas”<sup>(7)</sup>.

A ergonomia da Escola – o mobiliário, a iluminação, os ruídos, etc. - segundo uma norma a DIN ISSO 5970 publicada em 1981 pelo Instituto de Normalização de Berlim, com validade a nível internacional <sup>(24)</sup>, é pouco respeitada; porque é que não se adequa o ambiente e as estruturas das Escolas às características físicas, mentais e psicológicas da criança e dos jovens, com os seus estilos de vida próprios e um desenvolvimento motor diferenciado?

Era de toda a conveniência que saísse legislação actualizada e pormenorizada neste sentido, para que fossem efectiva e obrigatoriamente implementadas a nível nacional as “condições estruturais e funcionais nas Escolas” <sup>(9-11-23)</sup>, para deixar as crianças brincarem e usufruírem delas com alegria, saúde e segurança.

## 6 – CONCLUSÕES

Relativamente aos resultados apurados nas Escolas do CAECB e de acordo com os objectivos definidos referem-se as seguintes conclusões:

### **1 - Quanto à caracterização dos acidentes por local de ocorrência, tipo de acidente e localização da lesão**

a) O local onde ocorreram mais acidentes, em geral, foi, em primeiro lugar, o ginásio/aula de educação física (38,1%), com maior incidência na rapariga, sobretudo no Secundário (78,2%); depois foi o recreio/pátio (36,7%), lesionando-se mais o rapaz, nomeadamente no 1º Ciclo (63,8%). Estes dois locais somaram  $\frac{3}{4}$  dos acidentes ocorridos. Em terceiro lugar a escada/corredor (9,8%), em que ambos os sexos se lesionaram por igual, apenas no 2º Ciclo a rapariga prevaleceu ao rapaz.

Os locais de maior risco, por nível de ensino e ordem decrescente de frequência, foram:

- 1º Ciclo: o recreio/pátio (63%), a sala de aula (9,5%), o trajecto casa-escola (8,4%) e a escada e corredor (8,1%);

- 2º Ciclo: o recreio/pátio (47,9 %), o ginásio (26,8%), a escada/corredor (12,6%) e a sala de aula (5%);

- 3º Ciclo: o ginásio (47,5%), o recreio/pátio (28,9 %), a escada/corredor (9,3%), no desporto escolar (3,7%); sala de aula (3,3%);

- Secundário: o ginásio (75,6%), a escada/corredor (6,4%), o recreio/pátio (4,6%), desporto escolar (4,3%), sala de aula (3%).

No ginásio/aula de educação física e na escada/corredor a sinistralidade cresce proporcionalmente à escolaridade. No recreio, sala de aula e trajecto casa-escola verifica-se o inverso.

b) A queda foi o tipo de acidente que prevaleceu sobre todos os outros em mais de metade das ocorrências (57%) e em todos os níveis de ensino, com tendência a decrescer à medida que o aluno avança na escolaridade. É mais acentuada no rapaz (58,1%) do que na rapariga (56,3%). O choque ou queda de objectos (11,9%) e a manipulação de objectos/entalhões (10,4%) figuraram em segundo e terceiro lugar, para o rapaz, mas para a rapariga inverteu-se esta ordem. O choque entre pessoas figura para ambos, em quarto lugar com a mesma sinistralidade. O “outro” tipo de acidente, não especificado, sem significado no

1º Ciclo, no Secundário foi o segundo tipo de acidente mais frequente (16,8%), mas no 2º e 3º Ciclos verificaram-se, neste item, as maiores taxas de sinistralidade.

A queda no 1º Ciclo predominou na sinistralidade nos alunos de maiores idades, com 12 ou 13 anos, tanto no rapaz (3,8%), como na rapariga (3,1%).

Em 3 anos lectivos ocorreram 16 atropelamentos (0,6%), mais frequente nos alunos de menores idades, metade dos quais no 1º Ciclo, 10 no rapaz e 6 na rapariga, sem morbilidade, e apenas um com alguma gravidade.

c) As localizações das lesões decorrentes dos acidentes, em geral, verificaram-se sobretudo nos membros (66%) e ligeiramente mais nos superiores (33,1%) do que os inferiores (32,9%). Em terceiro lugar, foi no crânio (9,7%), em quarto no tronco (6,4%), em quinto na face (5,8%). Isto é, somando o crânio, a face, os dentes, os olhos e o nariz, estas lesões na cabeça totalizam 23%. Particularizando, a rapariga teve lesões mais frequentes nos membros inferiores, no tronco e noutros locais não especificados, enquanto o rapaz se lesionou mais que a rapariga na cabeça e na face. Os membros superiores, dentes, olhos, nariz, múltiplas lesões não apresentaram diferenças entre ambos os sexos.

Grande parte dos acidentes no Ensino Secundário, que se registam sobretudo nas raparigas, são entorse dos dedos da mão ou entorse do pé e mais raramente fracturas nos membros superiores e nos inferiores.

As maiores taxas de sinistralidade por local de ocorrência, tipo de acidente e localização da lesão ocorreram nas idades maiores dos diversos níveis de ensino, o que nos levou a concluir que os alunos com repetência tiveram um maior potencial para sofrer acidentes.

## **2 – Em relação à evolução da sinistralidade escolar e sua distribuição na Área Educativa de Castelo Branco:**

a) Ocorreram 5 acidentes dia, numa média de 170 dias lectivos e de um total de 2.504 acidentes em três anos lectivos, numa população global de 73.997 alunos, o que corresponde a uma sinistralidade global de 3,4%. Excluindo o 1º Ciclo ao nível concelhio, nas outras 30 Escolas, a sinistralidade global sobe a 4,4%.

O rapaz com uma taxa média de 3,5%, ficou ligeiramente superior à média global e à da rapariga de 3,3%. Ao longo dos três anos, a sinistralidade na rapariga foi diminuindo ligeiramente e no rapaz foi aumentando.

O rapaz começou a escolaridade com uma taxa maior do que quando terminou e a rapariga começou com uma menor do que a do final da sua escolaridade.

**b)** No 2º Ciclo, ambos os sexos tiveram uma subida muito grande de sinistralidade em relação ao 1º Ciclo, que foi diminuindo no 3º Ciclo e depois mais acentuadamente no Secundário. O que se evidencia quanto às diferenças entre sexos por nível de ensino, no 1º e 3º Ciclos é o rapaz que tem taxas superiores à rapariga, e no 2º Ciclo e Secundário é a rapariga que supera o rapaz.

**c)** A sinistralidade das idades entre os 10 e os 14 anos situaram-se francamente acima da média global. O intervalo etário dos 12-14 anos foi o de maior sinistralidade global, mais alta no rapaz (6,2%) do que na rapariga (5,7%), seguiu-se os 10-11 anos no rapaz (5,1%), inferior à rapariga (5,4%). Em terceiro lugar, e ligeiramente inferior à média, foi entre os 15-17 anos. Nas faixas etárias dos 6-9 e dos 18-21, o comportamento na sinistralidade foi equiparado, mas inverso entre o rapaz e a rapariga.

A análise mais pormenorizada das idades por nível de ensino teve resultados um pouco diferentes e com interesse. O grande aumento de sinistralidade constatou-se na idade dos 9 para os 10 anos, em ambos os sexos: no rapaz passou-se de 1,2% para 4,5% e na rapariga de 0,9% para 5%. O pico de sinistralidade tanto no rapaz (6,9%) como na rapariga (5,9%), verificou-se aos 13 anos. Nas idades mais baixas, o rapaz teve mais sinistralidade e nas idades mais elevadas foi a rapariga que sofreu mais acidentes e foi diferindo de valores e de idades consoante as Escolas.

No 2º e 3º Ciclo a sinistralidade não coincidiu com os presumíveis grupos etários predominantes nestes níveis de ensino, já que estes Ciclos comportam três grupos etários dos 10 aos 17 anos.

O maior aumento de sinistralidade deu-se do 4º para o 5º ano de escolaridade, passou de 1,5% para 7,1% e mais acentuado na rapariga.

**d)** O Concelho de Oleiros foi aquele onde se verificou a maior taxa de sinistralidade global (6,3%), atingindo a máxima no Secundário (8%). O de Belmonte foi o que teve a menor (0,9%). A Sertã foi o único Concelho onde ambos os sexos subiram sempre de sinistralidade nos três anos lectivos.

Os primeiros quatro Concelhos com maior sinistralidade – Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova e Vila de Rei – fazem parte da Zona do Bócio Endémico e julgamos que esta elevada sinistralidade pode ter alguma relação com esta endemia, pelas consequências que tem no desenvolvimento físico, mental e social das crianças daquela zona.

**e)** A inclusão do 1º ciclo a nível concelhio, altera as taxas de sinistralidade de 4,4% para 3,4%. A média da taxa de sinistralidade no 2º, 3º Ciclos e Secundário aumentou para 4,4% desde o último estudo do ex-IASE de 1988 que foi de 1,9%.

A maioria das Escolas, (60%), ou seja 18, situaram-se numa taxa global superior à média (4,4%). Todas as Básicas Integradas estão acima da taxa média de sinistralidade. Das dez primeiras Escolas com maior sinistralidade, sete, são Escolas Promotoras de Saúde.

f) O maior número de acidentes registou-se no segundo período de aulas (38,2%), seguido do primeiro (35,3%) e por fim do terceiro (26,4%). O rapaz sofreu mais acidentes no primeiro e terceiro períodos e a rapariga no segundo. Foi no mês de Março que se registou o maior número de acidentes.

g) O Hospital foi a Unidade de Saúde mais procurada sobretudo com o aumento da idade do aluno sinistrado,

### **3 - No que respeita às Condições Humanas e Materiais para a Assistência ao aluno acidentado**

A) Há uma predominância do sexo feminino em ASE. A maioria situa-se entre os 40-49 anos de idade e possuem o ensino secundário ou equivalente. É o sector do Pessoal não docente que tem o nível de escolaridade mais elevado.

Continua a coexistência no SASE de Assistentes administrativos e TPASE, por inoperância da Administração, que continua a não abrir concursos de ingresso em ASE. Esta situação conduz a que o trabalho de ASE seja transformado em trabalho puramente administrativo e burocratizante, sem respeito pelos princípios subjacentes à ASE e do tratamento sigiloso a que o aluno tem direito. A ASE integrada numa gestão de processo traz dificuldades à Orientação Técnica dos Programas de ASE, à formação dos funcionários e à eficácia do desempenho das funções específicas.

Para reforçar o que foi dito, os profissionais a trabalhar em ASE têm mais de 5 anos na área da Educação e de três anos nas funções, pelo que reúnem os requisitos necessários para ingresso na Carreira de TPASE e haver estabilidade deste Quadro.

Apenas 24,8% dos profissionais em ASE referiram que têm formação específica em Primeiros Socorros. Anotaram que desempenham com satisfação as funções inerentes ao Seguro Escolar (82%) e a Assistência ao aluno acidentado (52%).

Anotamos a necessidade premente de concursos de ingresso para preenchimento dos Quadros de TPASE criados desde 1982 pelo DL nº 344 de 1 de Setembro e se pugne, pela especialização destes profissionais, para que esta carreira deixe de ser residual.

B) O Auxiliar de Acção Educativa é o profissional que mais assiste a um aluno sinistrado. A avaliação da ocorrência é feita quase em paralelo pelo professor e pelo AAE.

O TPASE é o responsável por accionar o processo administrativo e de também colaborar nesta avaliação. O tratamento de pequenas lesões, que não são encaminhadas para as Unidades de Saúde, é feito na maioria pelo AAE ou pelo TPASE. Ao contrário do que se verificou na questão sobre o encaminhamento do aluno sinistrado nas Escolas do CAE de Castelo Branco, na DREC, é para o Centro de Saúde que em (51%) são enviados.

Foi referido por 74% de Escolas que qualquer AAE apoia o aluno vítima de acidente, por inerência de funções legais. Há no entanto Concelhos Executivos que os seleccionam de acordo com a sua formação, a experiência e o prazer em executar a tarefa, mas acrescentaram ainda que é o que estiver mais próximo da ocorrência, mais disponível, ou que se encontre perto do gabinete e, ou, do material de primeiros socorros.

As Escolas são unânimes no que respeita ao acompanhamento do aluno à Unidade de Saúde. Nos 3% de respostas negativas, as justificações dadas não são redutíveis, depende da gravidade da lesão e da idade do aluno.

A dificuldade em contactar os encarregados de educação do aluno sinistrado, foi referida por 24% de Escolas.

Há praticamente metade das Escolas da Região Centro que não têm um gabinete próprio para esta 1ª Assistência e as que têm, referem que devia de ter melhores condições e material. Houve seis Escolas que expressaram que não tinham material de primeiros socorros, e 47% das Escolas não fazem e ou não pedem colaboração às entidades de saúde para as ajudar a fazer a inspecção/avaliação periódica ao material de primeiros socorros.

Havia 14%, ou seja 34 Escolas, que não tinham qualquer funcionário com formação de primeiros socorros. As Associações de Escolas têm tido nos últimos anos a preocupação de nos seus programas de formação incluírem a referente aos Primeiros Socorros. Por princípio esta obrigação devia de competir à própria Administração, à semelhança do que o IASE fazia.

Das sugestões recebidas sobre as condições mais importantes para assistir um aluno foi referida a estrutura logística em 80% e de material em 46%, a formação dos funcionários em 36% e 23 Escolas expressaram a necessidade de uma enfermeira ou pessoa especializada em permanência.

Apenas (7%) de Escolas não tinham uma ficha individual do aluno para o acompanhar às Unidades de Saúde.

No 2º trimestre de 2001/02, só 8 % das Escolas da Região Centro é que já tinha efectuado inspecções técnicas aos espaços de jogos e recreio em cumprimento do DL 379/97. que entrou em vigor em 27 de Fevereiro de 1998.

**Serão necessárias mais investigações para verificar a consistência destes resultados pois esta investigação pretendeu levantar pistas e servir de ponto de partida para se desenvolverem outro tipo de estudos.**

## **6.1 – Comentários e Recomendações**

A problemática que se estudou nesta dissertação está intimamente relacionada com a actividade que a Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI) tem vindo a desenvolver. Recomendo que se associem e participem nas suas iniciativas e programas formativos.

Como cidadã, como assistente social, como profissional na educação e como sócia da APSI -, tenho de ter como objectivo zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e desenvolver esforços no sentido de reduzir a gravidade da sinistralidade nas Escolas.

Todos os Modelos de documentos do Sector do Seguro Escolar deviam de ser actualizados, porque desde 1986 que não se verificam alterações no seu formulário. Por exemplo o IA devia de ter o item “data de nascimento” do aluno, ter as localizações das lesões mais exaustivas e os tipos de choques diferenciados, se são entre pessoas ou com objectos.

Devia de ser instituída a norma de as Escolas enviarem para os CAE cópias de todos os Inquéritos de Acidente para se realizarem estudos similares e poder-se dialogar com as Escolas sobre as ocorrências dos sinistros.

O risco faz parte da vida diária da criança, da aprendizagem natural e saudável dos seus próprios limites e do dos outros”. É necessário trabalhar as atitudes e os comportamentos das crianças e jovens para a saúde e segurança, assim como a dos adultos que lidam com elas, é um trabalho que nunca está acabado, mas só, não chega.

O número de alunos nas aulas de educação física devia de ser muito menor para que o professor pudesse estar sempre mais atento a todos os alunos e para reduzir a superlotação dos espaços onde decorrem estas actividades físicas, que são de risco acrescido. Todas as actividades realizadas nos ginásios e polidesportivos, deviam de funcionar com a presença obrigatória de profissionais preparados com formação para a segurança, assim como os espaços de jogo e recreio deviam de ser continuamente vigiados por Auxiliares com formação específica em socorrismo e que fossem avisando os alunos dos riscos existentes.



Se os problemas da segurança fora dos perímetros escolares têm merecido grande relevo e atenção governamental e civil, porque é que não se actua da mesma forma e empenho dentro dos perímetros escolares? O Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas é primordial e está muito bem elaborado, deve ser como que uma “Bíblia” de Segurança para as Escolas. Assim, quando e como é que as Escolas poderão dispor de meios económicos e de quadros formados para a sua aplicação? Os planos de emergência para os estabelecimentos de ensino são essenciais, mas não actuam no problema de fundo, nas estruturas arquitectónicas das Escolas, causadoras da sinistralidade escolar do dia a dia.

Nas Escolas com mais sinistralidade, quem as estudou e conhece, conclui que é sobretudo devido ao tipo de construção – poucos espaços de recreio cobertos, que funcionam como locais de passagem, exíguos e inadequados, escadas em demasia, sem corrimões e em caracol, valas de escoamento das beiras dos telhados sem protecção, estruturas de cimento espalhadas pelos recreios e corredores com pisos escorregadios, duros, irregulares e desnivelados, etc. -. Acabar com estas armadilhas que existem em muitas Escolas é possível, e tem de haver vontade governamental e civil em apostar nesta prevenção, com muito menor custo, de toda a ordem, do que continuar a construir edifícios escolares não adaptados ao desenvolvimento e comportamento dos seus destinatários, as crianças/jovens.

Há necessidade de grandes e bons espaços de recreio cobertos nas Escolas, para que as nossas crianças durante as intempéries, usufruam de locais propícios para que a sua actividade motora e lúdica não seja restringida e que possam sempre desenvolver em pleno as suas potencialidades.

As Escolas obrigatoriamente deviam de ser construídas apenas com rés-do-chão, sem armadilhas e barreiras arquitectónicas (escadas, valas e desníveis) pois seriam mais seguras e saudáveis e as crianças com incapacidade motora podiam frequentá-las sem restrições. Mas a política economia é que comanda a Vida das nossas Crianças.

A institucionalização de regras nas actividades lúdicas e a vigilância dos alunos nos intervalos das aulas, de modo a prevenir a agressividade e a saída dos recintos escolares, é fundamental. Paralelamente, tem de se pugnar pela segurança nestes espaços de jogo e recreio, na sua arquitectura e nas vedações de protecção com o exterior, sobretudo quando se situam perto de zonas de movimento rodoviário intenso ou em locais isolados.

Cada vez mais se deve apostar nos meios humanos e materiais de primeira qualidade para lidar com as nossas Crianças e Jovens. É necessário cada vez mais profissionalismo em todos os sectores da Administração e, neste caso, nas Escolas. A formação tem de ser cada vez maior e mais cuidada, relativamente a todos os profissionais docentes e discentes. Todos os Auxiliares de Acção Educativa e todos os Funcionários de ASE deviam de ter obrigatoriamente formação em Segurança e Primeiros Socorros, por inerência de funções, assim como todos os Professores de Educação Física. É urgente a abertura do primeiro concurso de ingresso na carreira Técnico-Profissional de Acção Social Escolar, específica das Escolas para otimizar o funcionamento desta importante área social da Educação, e não estar integrada em Gestão de Processo.

Esperamos que a reflexão sobre estes dados sirva para despertar, em todos os que trabalham com as crianças/alunos, para a gravidade desta epidemiologia, e que seja um incentivo para aumentar as Acções de Prevenção e Segurança nas Escolas e não para o adiamento desta problemática, de modo a que a Resolução da Assembleia da República nº 16/2001 seja plenamente aplicada, assim como, melhorar as Condições Humanas e Materiais nas Escolas para uma eficiente Assistência aos Alunos e, nomeadamente, aos que sofrem ferimentos, lesões e traumatismos.

Este estudo veio demonstrar qual, onde e como há sinistralidade escolar, e que ela cresceu em geral. É importante educar para pensar. É necessário implementar a cultura da segurança. É urgente dissecar e actuar nas causas dos “traumatismos, ferimentos e lesões”, para que este Problema deixe de ser Epidemiológico de Saúde Pública, e se construa um “AMBIENTE SEGURO” e com um melhor “FUTURO”, pleno de CRIANÇAS FELIZES.

## 7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LAST, John M.- Um Dicionário de Epidemiologia - Oxford University Press,1988  
Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério da Saúde – Lisboa 1995.
2. WHO – Ottawa Charte for Health Promotion – WHO, Genève: 1986.
3. Ministérios da Educação e da Saúde - *O que é a Saúde na Escola* - Guião Orientador das Escolas Promotoras de Saúde – Outubro 2000.
4. NAVARRO, M. Fernanda - (s.d.) Educação para a Saúde em Saúde Escolar, in Temas de Saúde Materna Infantil e Escolar, nº II Lisboa, ENSP.
5. Ministérios da Educação e da Saúde – *Rede de Escolas Promotoras de Saúde* – Setembro de 1998.
6. SOUSA, Angelo – Promoção e Educação para a Saúde – um (nosso) desafio...in 2000.PES nº 1 CCPEs. Lisboa 2000.
7. CORDEIRO, Mário – Prevenção dos Acidentes e Promoção da Segurança, *Promoção da Saúde* – Universidade Aberta, nº241, Maio 2002, p 227-252.
8. EHLASS - Instituto do Consumidor:1999.
9. CABRAL, A. Caldeira - Acção Social Escolar, in *Sistema de Ensino em Portugal* – Coordenação de Manuela Silva e M. Isabel Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 198; 445:476.
10. NAVARRO, M. Fernanda – “Acidentes na idade escolar” Revista Port. Pediatria, 1982; 13 (supl.1): 105-112.
11. MENDES, Maria Filomena G. - Acidentes Escolares nos Ensinos Preparatório e Secundário (1983/84 a 1986/87), I.A.S.E., 1988: Edição, Área Seguro e Prevenção.
12. MAITRA, Asit, - School accidents to children: time to act - in *Accid Emerg Med*, 1997; 14: 240-242.
13. LAFLAMME L., MENCKEL E. – School Injuries in an occupational health perspective : What do we learn from community based epidemiological studies? In *Injury Prevention*, 1997; 3 : p 50-56.

14. HENRIK NORDIN, – Brief Facts on Injuries, Swedish EHLASS, Accidents in Playgrounds and School Grounds in Sweden, 1998-2000; Swedish Consumer Agency, May 2002.
  
15. DECO – Escolas Reprovam na Segurança, *Pro Teste* Nº 195, Setembro 1999; p. 12-17.
16. MATOS, M.G.,SIMÕES C., CANHA L., FONSECA S. – Aventura Social e Saúde – Saúde e Estilos de Vida nos Jovens Portugueses, in *Relatório do Estudo da Rede Europeia Health Behaviours in School Aged Children/OMS*,1996.
17. SILVA, Moisés Barata e BRITO, António Paula – “Estudo da Influência da Densidade de Espaço no Comportamento Motor e Interactivo em Crianças de 7 e 9 anos em Situação de Jogo Livre”- in *Ludens*– volume 14, nº1, Janeiro/Março, 1994; p 29-34.
18. SALGUEIRO, Emídio – *Saúde Escolar Avaliação Médico-Pedagógica*, Separata do “Jornal das Ciências Médicas de Lisboa” , Tomo CXLII nº 7, Julho 1978. p 4, 22.
19. CÊSTOR Pereiras, CLÉUDIA Horta – *Gravidez e Tiriide* -Acta Médica Portuguesa 2003; 16:329-331.
20. NETO, Carlos, PEREIRA, Beatriz O., SMITH, Peter – “Os Espaços de Recreio e a Prevenção do “Bullying” na Escola”, *Jogo e Desenvolvimento da Criança*. Lisboa 1997; pp. 238-257.
21. MENEZES, Helena Cardoso – Relatórios sobre Projecto Escola Segura, APSI, Dezembro 1995; Junho 1996; Agosto de 1997; Outubro de 1998.
22. APSI - Boletim Nº2, Primavera 1994.
23. APSI - Estudo sobre Segurança de Balizas em Recintos Escolares e Recreativos de Setembro de 2002.
24. CORREIA, Maria Fernanda L.,- *Ações Educativas em Prevenção e Segurança*, Ministério da Educação e Cultura - Cadernos do IASE, Lisboa, Abril 1990; Nº 9.

## 8 - LEGISLAÇÃO

Ministério do Reino – Direcção Geral de Inspecção Pública, D. do L nº 163 de 20 de Julho de 1866 – *Condições a que devem obedecer as Escolas Primárias.*

Diário do Governo nº 73 em 29 de Março de 1911 - *Assistência Escolar.*

Lei nº 1:751 de 23 de Fevereiro de 1925 – *Mutualidades Escolares.*

Decreto nº 18 429 de 4 de Junho de 1930 – Criação da *Comissão Permanente de Seguros Escolares.*

Decreto n.º 20420 de 20 de Outubro de 1931 - *Estatuto do Seguro Escolar no Ensino Técnico.*

Decreto nº 24.618, de 29 de Outubro de 1934 - Criação da *Comissão Permanente de Seguros Escolares na Direcção-Geral do Ensino Técnico.*

Decreto-Lei nº 45810 de 9 de Julho de 1964 - *Institucionalização da Escolaridade Obrigatória de 6 anos.*

Decreto-Lei n.º 178/71 de 30 de Abril - *Criação do Instituto de Acção Social Escolar (IASE).*

Decreto-Lei n.º 408/71 de 27 de Setembro - *Lei Orgânica do Ministério da Educação: Integração da Saúde Escolar no IASE.*

Decreto-Lei nº 223/73 de 11 de Maio - Reorganização do IASE: *Criação dos Núcleos de Acção Social Escolar nas Escolas.*

Portaria nº 29/75 de 17 de Janeiro - Regulamentação dos Serviços Médico-Pedagógicos: *Criação dos Centros de Medicina Pedagógica (CMP).*

Portaria nº 207/77 de 19 de Abril, Despachos nº 153/77 de 9 de Dezembro e nº 176/77 de 6 de Janeiro de 1978 e Decreto-Lei nº 152/78 de 15 de Dezembro - Regulamentações das colocações de ex-professores nos NASE.

Lei nº 9/79 de 19 de Março - *Gratuidade em Escolaridade Obrigatória.*

Decreto-Lei nº 354/79 de 30 de Agosto - Admissão de funcionários do Quadro Geral de Adidos nos NASE.

Decreto-Lei nº 538/79 de 31 de Dezembro - *Regulamentação da Escolaridade Obrigatória de 6 anos.*

Decreto-Lei nº 172/80 de 29 de Maio - Vencimentos dos Funcionários dos NASE.

Decreto-Lei nº 344/82 de 1 de Setembro - *Criação da Carreira Técnica Auxiliar de ASE*

Diário da República nº 209 II Série, 9 de Setembro de 1982 - Aviso na página 7037 – Concurso de docentes para TAASE.

Decreto-Lei nº 75/85 de 25 de Março - Admissões de docentes para TAASE.

Decreto-Lei nº 107/86 de 21 de Maio - *Lei Orgânica dos Centros de Medicina Pedagógica.*

Lei Nº 46/86 de 14 de Outubro – *Lei de Bases do Sistema Educativo.*

Decreto-Lei nº 283/88 de 12 de Agosto - Admissões de docentes para TAASE.

Decreto-Lei nº 223/87 de 30 de Maio - *Regime Jurídico do Pessoal não Docente das Escolas:  
Extinção da Carreira de TAASE.*

Decreto-Lei nº 474/88 de 22 de Dezembro – Licenciamento de “bombas de carnaval” -  
maiores de 18 anos.

Decreto-Lei nº 191/89 de 7 de Junho - Recriação da Carreira Técnica Auxiliar de ASE com as  
dotações do Quadro criado em 1982.

Decreto-Lei nº 35/90 de 25 de Fevereiro - *Institucionalização da Escolaridade Obrigatória  
Básica de 9 anos.*

Presidente da República - DL Nº 49/90 de 12 de Setembro - *Convenção Internacional dos  
Direitos da Criança.*

Decreto-Lei nº 133/93 de 26 de Abril - *Extinção do Instituto de Acção Social Escolar.*

Decreto-Lei nº 141/93 de 26 de Abril - *Regulamentação das DRE e Criação da Área Técnico-  
Pedagógica de Acção Social e Desporto Escolar e da  
Divisão de ASE.*

Lei nº 115/97 de 19 de Setembro - *Alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo.*

Lei nº 116/97 de 4 de Novembro - *Regime Jurídico do Trabalhador-estudante.*

Decreto-Lei Nº 379/97, 27 de Dezembro - *Regulamento das Condições de Segurança para os  
Espaços de Jogo e Recreio.* 298: 6804-6811.

Portaria nº 413/99 de 8 de Junho - *Legislação sobre Seguro Escolar e Acidentes Escolares.*  
132: 3221-3228.

Decreto-Lei nº 497/99 de 19 de Novembro - *Reconversão Profissional.*

Assembleia da República – Resolução nº16/2001 de 24 de Janeiro – *Programa Escola Segura*  
Diário da República nº 42 I-A de 19 de Janeiro de 2001, pag. 902.

Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Junho - *Organização Curricular do Ensino Básico.*

Decreto-Lei nº 184/2004 de 29 de Julho - *Estatuto Jurídico do Pessoal não Docente das  
Escolas.*

## 9 - BIBLIOGRAFIA

- ADAMS Paul, BERG Leila, BERGER Nan, DUANE Michael, NEILL A.S., OLLENDORFF Robert – *Os Direitos da Criança* - Livros Unibloso, 1971.
- ANDRADE, Maria Isabel – *Educação para a Saúde – Guia para Professores e Educadores*, Coleção Educação Hoje da Texto Editora – 1995.
- APSI - Comunicações do IIº Encontro sobre Recreios e Parques Infantis, Segurança – Um ano de legislação, em Lisboa de 25 a 27/02/1999.
- COIMBRA, Maria Manuela A., - *Acções Educativas em Prevenção e Segurança*, Ministério da Educação e Cultura - Cadernos do IASE, Lisboa, Nº 6, Setembro 1986.
- COIMBRA, Maria Manuela A - O Ensino de Segurança na Escola - *Saúde e Escola*, Instituto de Apoio Sócio-Educativo, Nº 1, Junho 1989, p. 29-35.
- GRILO, Maria Graça - Cursos de Segurança contra Incêndios na Escola - *Saúde e Escola*, Instituto de Apoio Sócio-Educativo, Nº 5, Junho 1990, p. 32-34.
- GRILO, Maria Graça - Prevenção Rodoviária e Acção Educativa - *Saúde e Escola*, Instituto de Apoio Socio-Educativo, Nº 6, Setembro 1990, p. 28.
- HILL, Manuela Magalhães e HILL, Andrew –(2000) *Investigação por Questionários* - Edições Silabo.
- KETELE, Jean-Marie de, ROEGIERS, Xavier – *Metodologia da Recolha de Dados* - Instituto Piaget, 1993.
- Ministério da Educação - *Guia de Segurança nas Escolas* – Dezembro de 1992.
- Ministério da Educação - *Manual de Utilização e Manutenção das Escolas* – 1999.
- Ministério da Educação e Ministério da Saúde – *A Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde* – Edição da CCPES, 2001.
- Ministério da Educação e Ministério da Saúde - *Manual de Primeiros Socorros* – Programa de Promoção e Educação para a Saúde e Comissão Nacional Luta contra a Sida - Junho de 1999.
- Ministério da Educação - *Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas* – Setembro 2003.
- PAPALIA, Diana E., OLDS, Sally, Wendkos, FELDMAN, Ruth, Duskin – *O Mundo da Criança* – Editora McGraw-Hill de Portugal, Maio 2001.

- ROSA, Isabel S. e QUEIROZ, Cristina B. - *Educar – Segurança!* - um projecto de formação, um projecto de intervenção, Escola Superior de Educação de Setúbal e Instituto de Inovação Educacional, Módulos 4º, 5º e 10º - Setembro de 1995.
- SERRANO, Pedro - *Redacção e apresentação de Trabalhos Científicos* - Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1996.
- SILVA, Augusto S. - “Escolas Seguras, Uma Responsabilidade de Todos”, NOESIS 54 , Abril/Junho 2000, p 44-47.
- SILVA, Manuela e TAMEN, M. Isabel – *Sistema de Ensino em Portugal* – Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junho de 1981.
- SPRINTHALL, Norman A, e Richard C. – *Psicologia Educacional – Uma abordagem Desenvolvimentista* – Editora McGraw-Hill de Portugal, 1993.
- TUCKMAN, Bruce W. - *Manual de Investigação em Educação* – Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4º Edição, 1994.



# APÊNDICES

